UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

Memória Histórica, Direitos Fundamentais e Ecologia Humana no Sertão de Pernambuco



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA HUMANA E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

ENOS ANDRÉ DE FARIAS

EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ:
Memória Histórica, Direitos Fundamentais e Ecologia Humana no Sertão de Pernambuco

JUAZEIRO/BA
2025

ENOS ANDRÉ DE FARIAS

EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO DO SÍTIO ARAÇÁ:
Memória Histórica, Direitos Fundamentais e Ecologia Humana no Sertão de Pernambuco

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão socioambiental (PPGEcoH), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de Doutor em Ecologia Humana e Gestão socioambiental.

Linha de Pesquisa: Ecologia Humana e Educação.

Orientadora: Prof.ª Drª Anna Christina Freire Barbosa (UNEB)

Coorientadora: Prof.ª Drª Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco (IFSERTÃO)

JUAZEIRO/BA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

F224e Farias, Enos André de

Educação escolar no quilombo Sítio Araçá: memória histórica, direitos fundamentais e ecologia humana no sertão de Pernambuco / Enos André de Farias. Juazeiro-BA, 2025.
427 fls.: il.

Orientador(a): Prof.ª. Drª. Anna Christina Freire Barbosa.
Coorientador(a): Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco.
Inclui Referências
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais – DTCS. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH, Campus III. 2025.

1. Educação escolar quilombola. 2. Ecologia humana. 3. Quilombo Sítio Araçá. 4. Direitos fundamentais. 5. Memória. I. Barbosa, Anna Christina Freire. II. Pacheco, Clécia Simone Gonçalves Rosa. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais – DTCS. IV. Título.

CDD: 371.829

ATA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

ATA

Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - PPGECOH

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PÚBLICA

Em 6 de agosto de 2025, às 14 hora(s), no(a) SALA 2 PPGECOH/DTCS do Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, Campus III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, realizou-se a Sessão Pública de Defesa da Tese, do(a) Doutorando(a) ENOS ANDRÉ DE FARIAS, intitulada: "EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ: MEMÓRIA HISTÓRICA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E ECOLOGIA HUMANA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO". A Professora Dra. ANNA CHRISTINA FREIRE BARBOSA, orientadora e Presidente da Banca Examinadora, iniciou a sessão apresentando os demais examinadores: Prof.(ª) Dr.(ª) ELIZEU PINHEIRO DA CRUZ, membro interno, Prof.(ª) Dr.(ª) GABRIELA BARRETTO DE SA - UNEB, membro interno, Prof.(ª) Dr.(ª) REINALDO FORTE CARVALHO - UPE, membro externo, e Prof.(ª) Dr.(ª) EDIVANIA GRANJA DA SILVA OLIVEIRA - IFSERTÃOPE, membro externo. A sessão teve a duração de 3h15min e, após a exposição do trabalho e arguição do discente a Banca emitiu o seguinte parecer:

CONCEITO	APROVADO (X)	APROVADO COM RESTRIÇÃO ( )	REPROVADO ( )
NOTA/PARECER **9,5 (nove e meio)**			

Para lavrar a presente Ata, eu, Prof. (ª) Dr.(ª) ANNA CHRISTINA FREIRE BARBOSA, presidente da Banca, encerro a presente ATA, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Banca.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANNA CHRISTINA FREIRE BARBOSA
Data: 18/08/2025 12:34:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Juazeiro-BA, 6 de agosto de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
REINALDO FORTE CARVALHO
Data: 26/08/2025 09:10:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professor(a) Dr.(a) ANNA CHRISTINA FREIRE BARBOSA
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Orientador(a) Presidente

Professor(a) Dr.(a) REINALDO FORTE CARVALHO
Universidade de Pernambuco - UPE
Examinador(a) Externo

gov.br Documento assinado digitalmente
EDIVANIA GRANJA DA SILVA OLIVEIRA
Data: 25/08/2025 21:23:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professor(a) Dr.(a) EDIVANIA GRANJA DA SILVA OLIVEIRA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Examinador(a) Externo

gov.br Documento assinado digitalmente
ELIZEU PINHEIRO DA CRUZ
Data: 23/08/2025 07:57:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professor(a) Dr.(a) ELIZEU PINHEIRO DA CRUZ
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Examinador(a) Interno

gov.br Documento assinado digitalmente
GABRIELA BARRETTO DE SA
Data: 23/08/2025 08:05:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professor(a) Dr.(a) GABRIELA BARRETTO DE SA
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Examinador(a) Interno

gov.br Documento assinado digitalmente
ENOS ANDRE DE FARIAS
Data: 26/08/2025 22:11:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ENOS ANDRÉ DE FARIAS
Discente

À população remanescente de Quilombo do **Sítio Araçá, Sítio Boa Vista, Sítio Baixa do Caldeirão, Sítio Lagoa Comprida e Sítio Pau D'Arco**, pelo acolhimento durante o processo de pesquisa e pelas memórias compartilhadas neste pedaço do Sertão Pernambucano.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato sublime porque trazemos à memória, aqueles que estiveram ombreando conosco em algum momento do processo dessa construção, uns mais outros menos, mas todos que aqui são citados são especiais. Aqui não vai caber tantos e tantas que foram primordiais nesta construção, mas abraço alguns querendo abraçar todos.

Começo exaltando o **Criador de todas as coisas**, por ter dando-me a graça do existir, a sabedoria derramada pela sua misericórdia, para que nesse período de doutoramento pudesse alcançar os objetivos traçados. A **Deus**, meu senhor e soberano, toda honra e glória.

Propor um projeto de pesquisa que atravessa olhares para além do seu propósito inicial, desflorando a história, a memória e a educação, só foi possível porque tive o apoio de duas guerreiras: **Edna da Paixão Santos** (Edna Quilombola) e **Paula Regina Ferreira dos Santos** (Paulinha Quilombola), sem elas muito ainda estaria por fazer.

Também é preciso agradecer a **Escola Municipal Agamenon Magalhães**, espaço da pesquisa de campo, que com seu corpo docente e técnico, abraçou a causa e acolheu esta empreitada. Obrigado professores **Daniel Nonato, Neiva Barbosa, Geuza, Regivan, Isa Raquel, Tamyres, Renata Ferreira, Laurecy Oliveira, Thaís Carvalho, Gildeci e Andréia.**

Do mesmo modo agradeço aos pequenos **estudantes** e demais **funcionários** da **Escola Municipal Agamenon Magalhães**, pelo apoio durante minha permanência na escola para efetivar esta pesquisa.

Destaco da Escola Municipal Agamenon Magalhães, o professor **Ednaldo Jesmino da Silva** (gestor escolar até dezembro de 2024) e a professora **Daiane Pereira da Silva** (gestora escolar a partir de janeiro de 2025), pelo apoio durante a pesquisa, contribuindo com informações, documentação escolar e apoio no acesso e permanência naquela instituição educacional.

Outro destaque imprescindível que agradeço imensamente foi da professora **Ednalva da Silva Santos**, Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Agamenon Magalhães, que me apresentou o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e os projetos desenvolvidos durante os anos de 2023 e 2024.

O Quilombo Sítio Araçá é representado pela **Associação Remanescente de Quilombo Sítio Araçá**, e atualmente está sob a liderança de **Leonardo da Conceição Viana**, o qual saúdo e agradeço pelo apoio durante a realização desse trabalho.

Ao Secretário Municipal de Educação, professor **Ricardo de Araújo Rodrigues**, nossos agradecimentos pelo apoio durante todo o processo de pesquisa.

Os ensinamentos do professor **Phablo Freire** nesta caminhada foram primordiais na melhoria da minha escrita científica. Foram três mentorias acadêmicas, um livro

publicado, várias conversas virtuais e alguns cafés, tudo isso com o intuito de dividir com seus alunos o conhecimento que é algo sublime e primoroso.

Ao Professor **Aroldo Ferreira Leão** (UNIVASF), que sabendo dos meus caminhos de pesquisa, desbravando a tríade (Bahia, Pernambuco e Piauí), e conhecendo bem a história que unia as cidades de Afrânio/PE, Casa Nova/BA e Queimada Nova/PI, me presenteou com uma de suas obras "**Pau-de-Colher: Contextos e Sentenças**", que fala sobre o movimento messiânico ocorrido em 1938, no povoado Pau-de-Colher, e por isso agradeço imensamente.

Agradeço a contribuição de **Barbara Gomes e Isadora Gran**, facilitadoras do Encontro de Construção da Carta de Direitos Climáticos do Araçá e Jatobá II, representando a instituição **The Climate Reality Project Brasil**, que trouxeram para este trabalho algo que está acontecendo nos Quilombos por todo o país: o despertar para a luta por direitos fundamentais e sociais.

Ao professor **Gênesis Naum de Farias** (UESPI/São Raimundo Nonato), com seu olhar técnico, nosso agradecimento. Ele que primeiro olhou o projeto e teceu suas críticas até sua submissão/aprovação. Depois leu novamente e ajudou no direcionamento do objeto, o que facilitou na melhor apresentação dos objetivos.

A professora **Ruth Danielli Brito de Farias** foi responsável pela correção ortográfica, e claro, agradeço a paciência com a leitura, correção e sugestões de melhoria no texto.

O professor **Carlos Alberto Batista dos Santos** (UNEB/DTCS), agradeço pelo apoio sensato durante todo o doutorado, norteando os discentes com o mais elevado senso de responsabilidade, mas sem deixar de acentuar que "**cada um de nós compõe a sua história, e cada ser em si carrega o dom de ser capaz, e ser feliz**".

A Regivaldo José da Silva (**Régis**) amigo conquistado na caminhada, que com sua lucidez pedagógica e sorriso largo, foi apoio constante nessa travessia, emprestando livros e sugerindo ideias. Obrigado amigo, prometo devolver seu apoio em breve.

Minha nobre orientadora, professora **Anna Christina Freire Barbosa** (UNEB/DTCS), agradeço de coração pela acolhida, mesmo com dois anos de curso, também pelos conselhos, correções e sugestões; e pelo apoio durante todo o processo de pesquisa de campo. Muitos ensinamentos nasceram a partir dos encontros de orientação.

Minha nobre coorientadora, professora **Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco** (IFSERTÃO), seu olhar clínico e esta forma inenarrável de ajudar os outros, fez nascer um carinho e respeito enorme. Muito obrigado pelo caminhar, pelos apontamentos, pelas sugestões de escrita e leitura, e por ter aceitado a missão de coorientar este pequeno servo do saber.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Professor **Elizeu Pinheiro da Cruz** (UNEB/DTCS); Professora **Gabriela Barreto de Sá** (UNEB/DTCS); Professor **Herlon Alvez Bezerra** (IFSERTÃO); Professora **Edivania Granja da Silva Oliveira** (IFSERTÃO), Professora **Givania Maria da Silva** (CNE/CONAQ) e Professor **Reinaldo Forte Carvalho** (UPE/Petrolina), pela contribuição no texto apresentado.

Agradeço também ao **Arquivo Público do Estado do Piauí** e ao **Arquivo Público do Estado da Bahia** (Fundação Pedro Calmon), pela disponibilidade de material nas plataformas digitais para consultas gratuitas nos vários contatos que realizei para compor esta tese.

Igualmente não deixaria de agradecer a direção do **Museu Pai Chico** na pessoa de **Anna Wannessa Nunes Ferreira**, que autorizou a pesquisa naquele espaço de memória idealizado em 2002 pelo arquiteto Cosme Cavalcanti, e que conta um pouco da história da região, onde pude ter acesso a documentos, livros, iconografias referentes a pesquisa de tese, bem como agradecer a **Denize de Souza Lucas**, assistente administrativa da Prefeitura de Afrânio, lotada no Museu Pai Chico, e que conhece como poucos seus espaços e suas memórias, sendo importante no direcionamento do acervo que precisei incorporar no texto.

A minha família formada por muitas mulheres: **Uiara Ferreira, Mirela Giordana, Lara Fernanda, Isabella Valentina, Dona Lúcia, Ana Maria, Ana Paula e Ana Hermínia**. Essas forças alinhadas a **Derlan, Gênesis, Marquinho e Painho (Gerado Abilio de Farias)**, foram necessárias para os enfrentamentos das dificuldades durante esse período.

Aos professores e estudantes da **EREMEF Nossa Senhora Aparecida**, localizada no Núcleo de Moradores N4, em Petrolina/PE, por terem acreditado neste trabalho mesmo na despedida necessária no começo de 2024.

Igualmente agradeço a confiança da **Ten Cel PM Claudemar Pimenta Góes, Maj PM Tatiane Santos Matos**, **Cap PM Carlos Klayton Cordeiro Amando** e **Sgt PM Maiara Torres da Silva Araújo**, companheiros na missão institucional na PMBA e incentivadores de primeira grandeza no desenrolar desta pesquisa.

Não dispenso agradecer aos colegas de caminhada no PPGEcoH: **Albertina Marília Alves Guedes, Alessandro Meneses de Brito, Anilton da Silva Estevam, Antonio de Santana Padilha Neto, Edmilson Genuíno Santos Junior, Fabricio de Lima Freitas, Fátima Cristina da Silva Oliveira, Florisvaldo Cavalcanti dos Santos, Jandir Mendonça Nicácio, Lidiane Nunes Lima, Luciano Silva de Menezes, Maria Rosa Almeida Alves, Reginaldo da Silva Gomes, Sandra Valéria Silva Lins e Wesley Alves Silva.**

Também mui grandemente agradeço a **Marineuza Dias Lima** (Secretária do PPGEcoH) e **Jeanderson de Jesus Santos** (Auxiliar do PPGEcoH), pelo apoio necessário nesta caminhada.

Bem como a família da senhora **Alzira Coelho de Assis** (minha querida **irmã Alzira**) pelo apoio durante as longas jornadas em campo, contando histórias da Casa de Pedra, mostrando suas ruínas e dando-me abrigo em Dormentes/PE.

A **Universidade do Estado da Bahia (UNEB)** uma universidade pública pertencente ao povo baiano, e que mantém o **Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH)**, responsável por formar pessoas de diversas áreas na compreensão que tudo está na órbita do ser humano e a ecologia dos seres vivos.


QUILOMBOS
de Pernambuco

Na página anterior
Consolidação da Carta de Direitos Climático pelo povo do Quilombo Sítio Araçá e Jatobá II, em 25 de agosto de 2024.

Se a identidade de uma pessoa, de um grupo social não é algo fixo, se ela vai se construindo a partir de questões posta no dia a dia, inclusive a partir das subjetividades individuais e coletivas, é possível construir uma identidade positiva das pessoas negras ao invés de uma identidade negativa, fazendo com que esses sujeitos se vejam dentro do espaço que ela ocupa sem se constranger"

Givania Maria da Silva

RESUMO

Esta tese analisa o papel da educação escolar no Quilombo Sítio Araçá, localizado no município de Afrânio, Estado de Pernambuco, a partir de três eixos de discussão: a relação entre educação e memória histórica; a luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais da Comunidade; e a promoção da ecologia humana enquanto abordagem interdisciplinar. O estudo contextualiza o cenário local ao traçar a trajetória histórica da região, abordando a formação do Sudeste do Piauí, no século XVII, e do Sertão Pernambucano, no século XVIII, como forma de compreender o surgimento do território e os processos que conduziram à sua conformação atual. A pesquisa adotou uma abordagem mista, com ênfase etnográfica, permitindo uma imersão no *lócus* de análise por meio da observação participante. As atividades foram devidamente registradas, proporcionando subsídios para evidenciar aspectos consolidados do diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento e com a ecologia humana. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças locais e do núcleo político municipal, além de entrevistas estruturadas com moradores do Quilombo Sítio Araçá e com professores que atuam na escola da Comunidade. Foram realizadas também análise documental e bibliográfica, consulta em Arquivos Públicos nos Estados do Piauí e da Bahia, no acervo do Museu Pai Chico, e nas evidências do que sobrou da “Casa de Pedra”, sítio arqueológico que traz marcas da história local, que somados, serviram para embasar o referencial teórico. O estudo também considerou os marcos legais referentes à educação étnico-racial, além de utilizar instrumentos de análise discursiva para a compreensão das narrativas comunitárias, estando sua estrutura organizada em seis artigos. Os resultados indicam que a educação escolar no Quilombo Sítio Araçá, integrada à rede municipal de ensino de Afrânio/PE, tem apresentado avanços significativos, refletidos em indicadores quantitativos, como demonstram os resultados obtidos nas avaliações do SAEPE/SAEB. Contudo, observa-se que a implementação dos princípios orientadores da Educação Escolar Quilombola, estabelecidos pela Resolução nº 08/2012 do CNE/CEB, ainda enfrentam desafios significativos na sua prática. Destaca-se, sobretudo, a fragilidade na oferta de formação continuada específica para os docentes que atuam na referida Unidade de Ensino. Apesar de possuírem formação acadêmica e experiência no território, esses profissionais não tiveram acesso a processos formativos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), o que compromete a plena efetivação de práticas pedagógicas culturalmente contextualizadas e sensíveis às especificidades da comunidade quilombola. Como conclusão, evidencia o papel fundamental da educação como instrumento de resistência, de formação identitária e promoção da dignidade humana, destacando o apoio às melhorias educacionais, de modo a formar gerações cada vez mais conscientes de sua inserção na luta comunitária por políticas públicas destinadas aquele espaço do território Afraniense, reconhecendo-se como sujeitos de direitos e deveres, e plenos de cidadania, reafirmando a necessidade de um currículo escolar específico para a realidade quilombola, distinto daquele aplicado nas demais escolas municipais, contemplando as especificidades das DCNEEQ.

Palavras-Chave: Educação Escolar Quilombola, Ecologia Humana, Quilombo Sítio Araçá, Direitos Fundamentais, Memória.

ABSTRACT

This thesis analyzes the role of school education in the Sítio Araçá Quilombo, located in the municipality of Afrânio, State of Pernambuco, based on three lines of discussion: the relationship between education and historical memory; the struggle for the recognition of the Community's fundamental rights; and the promotion of human ecology as an interdisciplinary approach. The study contextualizes the local setting by tracing the historical trajectory of the region, addressing the formation of Southeast Piauí in the 17th century and the Pernambuco Sertão in the 18th century, as a way to understand the emergence of the territory and the processes that led to its current configuration. The research adopted a mixed approach, with an ethnographic emphasis, allowing immersion in the locus of analysis through participant observation. The activities were duly recorded, providing support to highlight consolidated aspects of the interdisciplinary dialogue with other areas of knowledge and with human ecology. Semi-structured interviews were conducted with local leaders and members of the municipal political core, as well as structured interviews with residents of the Sítio Araçá Quilombo and teachers working at the Community school. Documentary and bibliographic analyses were also carried out, along with consultations at Public Archives in the States of Piauí and Bahia, in the collection of the Pai Chico Museum, and in the remains of the "Casa de Pedra," an archaeological site bearing marks of local history. Altogether, these sources supported the theoretical framework. The study also considered the legal frameworks related to ethnic-racial education and employed discourse analysis tools to understand community narratives, with its structure organized into six articles. The results indicate that school education in the Sítio Araçá Quilombo, integrated into the municipal education network of Afrânio/PE, has shown significant advances, reflected in quantitative indicators, as demonstrated by the results obtained in SAEPE/SAEB evaluations. However, the implementation of the guiding principles of Quilombola School Education, established by Resolution No. 08/2012 of the CNE/CEB, still faces significant challenges in practice. Notably, there is a fragility in the provision of specific continuing education for the teachers working in the mentioned Teaching Unit. Although they possess academic training and experience in the territory, these professionals have not had access to training processes aligned with the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education (DCNEEQ), which compromises the full implementation of pedagogical practices that are culturally contextualized and sensitive to the specificities of the quilombola community. In conclusion, the study highlights the fundamental role of education as an instrument of resistance, identity formation, and the promotion of human dignity, emphasizing the need to support educational improvements aimed at forming generations increasingly aware of their role in the community struggle for public policies for that space in the Afrânio territory, recognizing themselves as subjects of rights and duties, and full citizenship, reaffirming the need for a school curriculum specific to the quilombola reality, distinct from that applied in other municipal schools, addressing the specificities of the DCNEEQ.

Keywords: Quilombola School Education, Human Ecology, Sítio Araçá, Fundamental Rights, Memory.

RESUMEN

Esta tesis analiza el papel de la educación escolar en el Quilombo Sítio Araçá, ubicado en el municipio de Afrânio, Estado de Pernambuco, a partir de tres ejes de discusión: la relación entre educación y memoria histórica; la lucha por el reconocimiento de los derechos fundamentales de la Comunidad; y la promoción de la ecología humana como enfoque interdisciplinario. El estudio contextualiza el escenario local al trazar la trayectoria histórica de la región, abordando la formación del Sureste de Piauí en el siglo XVII y del Sertón de Pernambuco en el siglo XVIII, como forma de comprender el surgimiento del territorio y los procesos que condujeron a su conformación actual. La investigación adoptó un enfoque mixto, con énfasis etnográfico, que permitió una inmersión en el lugar de análisis mediante la observación participante. Las actividades fueron debidamente registradas, proporcionando insumos para evidenciar aspectos consolidados del diálogo interdisciplinario con otras áreas del conocimiento y con la ecología humana. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con líderes locales y del núcleo político municipal, además de entrevistas estructuradas con habitantes del Quilombo Sítio Araçá y con docentes que trabajan en la escuela de la Comunidad. También se llevaron a cabo análisis documental y bibliográfico, consultas en Archivos Públicos de los estados de Piauí y Bahía, en la colección del Museo Pai Chico, y en las evidencias que quedaron de la “Casa de Piedra”, sitio arqueológico que conserva marcas de la historia local, que en conjunto sirvieron para fundamentar el marco teórico. El estudio también consideró los marcos legales referentes a la educación étnico-racial, además de utilizar herramientas de análisis del discurso para la comprensión de las narrativas comunitarias, estando su estructura organizada en seis artículos. Los resultados indican que la educación escolar en el Quilombo Sítio Araçá, integrada a la red municipal de enseñanza de Afrânio/PE, ha presentado avances significativos, reflejados en indicadores cuantitativos, como lo demuestran los resultados obtenidos en las evaluaciones SAEPE/SAEB. Sin embargo, se observa que la implementación de los principios orientadores de la Educación Escolar Quilombola, establecidos por la Resolución n.º 08/2012 del CNE/CEB, aún enfrenta desafíos significativos en su práctica. Se destaca, sobre todo, la fragilidad en la oferta de formación continua específica para los docentes que actúan en dicha Unidad Educativa. A pesar de contar con formación académica y experiencia en el territorio, estos profesionales no han tenido acceso a procesos formativos alineados con las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Escolar Quilombola (DCNEEQ), lo que compromete la plena efectividad de prácticas pedagógicas culturalmente contextualizadas y sensibles a las especificidades de la comunidad quilombola. Como conclusión, se evidencia el papel fundamental de la educación como instrumento de resistencia, formación identitaria y promoción de la dignidad humana, destacando el apoyo a las mejoras educativas, de modo que se formen generaciones cada vez más conscientes de su inserción en la lucha comunitaria por políticas públicas destinadas a ese espacio del territorio afrâniense, reconociéndose como sujetos de derechos y deberes, y plenos de ciudadanía, reafirmando la necesidad de un currículo escolar específico para la realidad quilombola, distinto del aplicado en las demás escuelas municipales, contemplando las especificidades de la DCNEEQ.

Palabras-clave: Educación Escolar Quilombola, Ecología Humana, Sítio Araçá, Derechos Fundamentales, Memoria.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CADUNICO	Cadastro Único
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
DCNEEQ	Diretrizes Curriculares Nacional de Educação Escolar Quilombola
DTCS III	Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais – Campus III
EQQ	Educação Escolar Quilombola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCP	Fundação Cultural Palmares
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRE	Gerência Regional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MinC	Ministério da Cultura
PNEERQ	Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola
SEEB	Secretaria de Educação do Ensino Básico
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEN	Teatro Experimental do Negro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Logomarca da Fundação Cultural Palmares (antes e depois de 2018) 34
Figura 2: Interação do sistema social humano com o ecossistema..... 38
Figura 3: Origem dos povos escravizados levados para o Brasil..... 48
Figura 4: Ruínas preservadas da Casa da Torre, pertencente à família Garcia D'Ávila, localizada no atual município de Mata de São João/BA..... 52
Figura 5: Dados do Censo demográfico de 1872..... 53
Figura 6: Pesquisa Geledés demonstrando o percentual de secretarias com área ou profissional responsável pelo ensino de história e cultura africana e afro-brasileira..... 57
Figura 7: Pesquisa Geledés demonstrando a realização de atividades pelas escolas apenas durante o mês ou semana do Dia da Consciência Negra..... 58
Figura 8: Roda de São Gonçalo no Quilombo Sítio Araçá com destaque para a dança a partir da imagem de sacra..... 63
Figura 9: Dois momentos festivos no Reisado de Lagoa Comprida: a entrada e a morte do Boi..... 66
Figura 10: O jaraguá entra na roda do Reisado de Lagoa Comprida que é puxada por populares ao som das cantigas que embala aquele folguedo popular..... 67
Figura 11: Localização no mapa da Mesorregião do São Francisco Pernambucano dos Quilombos de Afrânio/PE..... 81
Figura 12: Mapa conceitual do percurso metodológico..... 90
Figura 13: Estruturação da Tese..... 93
Figura 14: Configuração dos Resultados..... 269
Figura 15: Índices de Desenvolvimento Humano no município de Afrânio/PE 272
Figura 16: Cobertura da atenção primária a saúde no município de Afrânio/PE..... 273
Figura 17: Nascidos vivos por cor/raça no município de Afrânio/PE..... 274
Figura 18: Índices da educação do município de Afrânio/PE..... 275
Figura 19: Índices de equidade para os Anos Iniciais no município de Afrânio/PE..... 276

Figura 20: Índices de equidade para os Anos Finais no município de Afrânio/PE..... 277
Figura 21: Índices de equidade para o Ensino Médio no município de Afrânio/PE..... 278
Figura 22: Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos no município de Afrânio/PE..... 280
Figura 23: Evolução IDEB – Escola Municipal Agamenon Magalhães..... 281
Figura 24: IDEB 2023 – Escola Municipal Agamenon Magalhães..... 282
Figura 25: Evolução da Nota SAEB – Escola Municipal Agamenon Magalhães..... 283
Figura 26: Taxa de Aprovação da Escola Municipal Agamenon Magalhães.... 284
Figura 27: Reunião de Pais e Mestres na Escola Municipal Agamenon Magalhães..... 289
Figura 28: Padrão de Escola Rural na década de 1980..... 291
Figura 29: Padrão da Escola Municipal Agamenon Magalhães..... 292
Figura 30: Frente da Escola Municipal Agamenon Magalhães..... 292
Figura 31: Total de Respostas ao Questionário..... 310
Figura 32: Crianças da EMAM embarcando no Transporte Escolar..... 315

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Vitalina Brígida dos Santos (Samba de Roda do Sítio Boa Vista)... 64
Imagem 2: Figurantes no documentário “Samba de Roda do Quilombo Boa Vista” reunidos após a gravação, em abril de 2024..... 64
Imagem 3: Edna da Paixão Santos (Edna Quilombola) em plenária da CONAQ..... 84
Imagem 4: Edna da Paixão Santos e membro do Coletivo de Mulheres da CONAQ apresentando a Carta em Brasília/DF no Ministério da Saúde nos dias 26 e 27 de agosto de 2024, e entregando um exemplar ao então Ministro de Estado dos Direitos Humanos, professor Sílvio de Almeida..... 85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Constituição da Tese..... 269

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Participação em eventos nos Quilombos de Afrânio/PE..... 79

Quadro 2: Categorias das Perguntas aplicadas aos moradores..... 295

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percepção dos respondentes quanto a autoidentificação 295
Gráfico 2: Percentual dos respondentes quanto ao gênero..... 296
Gráfico 3: Escolaridade dos moradores respondentes ao questionário 297
Gráfico 4: Percentual dos respondentes quanto a religião ou credo que pratica..... 298
Gráfico 5: Percentual dos respondentes quanto ao estado civil..... 299
Gráfico 6: Percentual de filhos a partir das respostas do questionário. 300
Gráfico 7: Ocupação principal na ótica dos respondentes..... 301
Gráfico 8: Percentual de respondentes que recebem o benefício social Bolsa Família..... 303
Gráfico 9: A renda familiar na ótica dos entrevistados 304
Gráfico 10: Percepção dos respondentes quanto as decisões da Comunidade 305
Gráfico 11: Pesquisa do Instituto Geledés quanto as dificuldades enfrentadas pelas secretarias municipais de educação em efetivar políticas voltadas para a EEQ (2022) 309

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO..... 27

2 INTRODUÇÃO GERAL..... 31

3 PROPOSIÇÃO..... 41

4 REFERENCIAL TEÓRICO..... 42

4.1 A EUROPA ESCRAVOCRATA DOMINA OS OCEANOS..... 45

4.2 O PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL..... 48

4.3 A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS..... 52

4.4 O QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ COMO ESPAÇO DA PESQUISA..... 58

4.5 A ECOLOGIA HUMANA DO POVO DO ARAÇÁ: INTERCONEXÕES..... 59

4.6 A EDUCAÇÃO ESCOLAR: OBJETO DA PESQUISA..... 68

5 METODOLOGIA..... 73

5.1 PRENÚNCIO DE UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA..... 73

5.1.1 Etnográfica na pesquisa em educação..... 77

5.2 OLHAR ETNOGRÁFICO PARA O QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ..... 78

5.3 SUJEITOS DA PESQUISA..... 80

5.4 LÓCUS DA PESQUISA..... 81

5.5 LEVANTAMENTO DE DADOS..... 82

5.5.1 Observação Participante..... 86

5.5.2 Coleta de Dados: Entrevistas e Questionários..... 87

5.6 ANÁLISE DOS DADOS..... 88

5.7 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA..... 92

5.8 **PRIMEIRO ARTIGO**
INTERSEÇÃO ENTRE HISTÓRIA E SABERES TRADICIONAIS: Uma análise da Ecologa Humana no Quilombo Sítio Araçá. Publicado na Revista Cuadernos de Educación y Desarrollo, em 11 de novembro de 2024. Qualis CAPES A4. ISSN 1989-4155..... 100

SEGUNDO ARTIGO
5.9 **POVO DE QUILOMBO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988:** Um retrospecto da luta por justiça social numa Análise Discursiva. Publicado na Revista Contemporânea, em 30 de agosto de 2024. Qualis CAPES B1. ISSN 2447-0961..... 131

TERCEIRO ARTIGO
5.10 **POR UMA EDUCAÇÃO EFETIVAMENTE QUILOMBOLA:** Normas anteriores a Resolução CNE/CBE nº 8, sobre a temática Educação Étnico-racial numa perspectiva crítica. Publicado na Revista Delos, em 30 de setembro de 2024. Qualis CAPES B1. ISSN 1988-5245..... 154

QUARTO ARTIGO
5.11 **EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO:** Uma Revisão Sistemática sobre a produção de trabalhos acadêmicos na primeira década de existência da Resolução CNE/CBE nº 8, de 20 de novembro de 2012. Publicado na Revista Observatorio de La Economía Latinoamericana (OLEL), em 13 de setembro de 2024. Qualis CAPES A4. ISSN 1696-8352..... 177

QUINTO ARTIGO
5.12 **CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO:** A formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco pela força do bandeirante Domingos Afonso Sertão. Publicado na Revista Hispanoamericana de Historia de Las Ideais, em 01 de abril de 2024. Qualis CAPES A3. ISSN 1989-2659..... 192

SEXTO ARTIGO
5.13 **VALÉRIO COELHO RODRIGUES E OS SERTANISTAS DOS SECULOS XVIII E XIX NO SUDESTE DO PIUAÍ E SERTÃO DE PERNAMBUCO:** Memória, Escravidão e Apagamento Histórico. Publicado na Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales (CLCS) em 07 de novembro de 2024. Qualis CAPES A4. ISSN 1988-7833..... 225

6 DISCUSSÃO GERAL..... 267

6.1 CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO/PE.... 271

6.1.1 **Contexto Socioeducacional da Escola Municipal Agamenon Magalhães**..... 281

6.1.2 **A Educação Escolar Quilombola em Afrânio/PE**..... 285

6.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAÇÁ..... 293

6.3 O CURRÍCULO LOCAL E A RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 8/2012..... 307

CONCLUSÕES..... 321

REFERÊNCIAS..... 331

ANEXO 1: PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, PUBLICADO EM 26/09/2023..... 357

ANEXO 2: CARTA DE DIREITOS CLIMÁTICOS DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ..... 362

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 383

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ..... 386

APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES E DEMAIS SERVIDORES DA ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES – DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ..... 388

APÊNDICE D: ENTREVISTA COM O AGESTOR DA ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES – DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ 392

APÊNDICE E: ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AFRÂNIO/PE..... 395

APÊNDICE F: ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS DE AFRÂNIO/PE..... 398

APÊNDICE G: DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES – CAPÍTULO SEGUNDO..... 400

APÊNDICE H: DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA CONTEMPORÂNES – CAPÍTULO TERCEIRO..... 401

APÊNDICE I: DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA DELOS – CAPÍTULO QUARTO..... 402

APÊNDICE J: DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA – CAPÍTULO QUINTO..... 403

APÊNDICE L: DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO (CED) – CAPÍTULO SEXTO..... 404

APÊNDICE M: REGISTRO ICONOGRÁFICO DAS VISITAS DE CAMPO NO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ E NO SEU ENTORNO..... 405

1 APRESENTAÇÃO

“Educar é um ato social que não se restringe a uma sala de aula”
Bárbara Carine

Este trabalho de tese nasce de uma inquietação recorrente entre aqueles que se dedicam ao estudo de humanidades: o impulso de compreender a trajetória dos espaços sociais com os quais estabelece vínculo afetivo, profissional ou familiar, seja estes vínculos sazonais, da convivência cotidiana, da moradia ou de laços de pertencimento.

O desejo de compreender os caminhos do passado e do presente ultrapassam a mera curiosidade acadêmica, e se transforma em um compromisso ético com as narrativas silenciadas, com as memórias coletivas apagadas e com as lutas diárias nos espaços pesquisados, que como nos ensina o ativista e filósofo Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo – 1959/2023) em sua sabedoria ancestral, “atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro [...]”, complementando com outra inquietação pertinente: “como definir ou dimensionar o tempo? Onde começam e terminam o passado e o presente e onde começa o futuro?” (Santos, 2015, p. 108).

A inquietação sobre o passado/presente/futuro pontuado por Santos (2015) permanece mais atual de quando foi escrita, porque é desse presente que evocamos as memórias do passado e ajudamos a traçar os caminhos do futuro. Diante disso, quando se tem acesso, ainda que de forma fragmentada, a uma parte da narrativa histórica contada *in loco* pela população que a viveu e vivenciou as lutas sociais, e que ouviu as memórias passadas por gerações, é comum como reação inicial, a indignação. Indignação diante dos apagamentos históricos, das ausências nos registros oficiais, da negligência institucional quanto a melhoria de vida das populações, do racismo estrutural, da marginalização dos saberes e das existências. Em seguida, surge a necessidade quase compulsiva de dar visibilidade a essas histórias e memórias: apresentar os relatos, compartilhar as vozes, iluminar os sujeitos históricos que, embora ignorados por muito tempo, carregam em si a potência da cultural ancestral expressada pelo corpo, nas danças, na música e nos gestos. Cada ação com sua respectiva reação. Foi esse o cenário que conheci durante o processo de vivência no Quilombo Sítio Araçá, que está localizado no município de Afrânio/PE, e *lócus* desta pesquisa.

Cheguei ao município de Afrânio em fevereiro de 2002, convocado para tomar posse em um concurso público na prefeitura daquela cidade. No ano anterior tinha sido aprovado em outros quatro concursos públicos: dois na área de educação para a rede pública municipal de (Curaçá e Afrânio); um concurso na área de educação para rede pública estadual (Estado da Bahia); e um concurso para a área da Segurança Pública (no caso, Soldado da Polícia Militar da Bahia). Por uma questão financeira depois de quatro anos de faculdade, optei por tomar posse na primeira convocação. Embora o cargo fosse para atuação docente, fui designado para compor a equipe da Secretaria Municipal de Educação, com a responsabilidade de supervisionar o trabalho pedagógico realizado nas escolas da rede municipal.

Foi nesse período que tive a oportunidade de conhecer mais de perto as populações que habitam o interior daquele município. Naquela época (anos 2002 a 2006), o território onde está localizado o Quilombo Sítio Araçá era marcado pela presença de pelo menos seis escolas públicas multisseriadas, distribuídas nos sítios e povoados ao longo do seu perímetro[1], o que evidencia a densidade populacional e a importância sociocultural daquele espaço. Essas instituições de ensino funcionavam como centros de convivência comunitária (para reuniões associativas e festividades) e espaços de interação para crianças e adultos que moravam nas proximidades, algumas escolas com pouco e outras com muitos estudantes.

Em 2006 foi iniciado o processo de reconhecimento e certificação do Sítio Araçá como Comunidade Remanescente de Quilombo, o que ajudaria no fortalecimento da identidade histórica daquela população, bem como o contexto cultural e político ali presentes. Enquanto componente da Secretaria Municipal de Educação, acompanhei parte desse processo, meio distante pois não era minha atribuição, mas aquele tema era algo novo para todos nós, e a presença de antropólogos oriundos da Fundação Cultural Palmares. Logo tornou-se novidade no seio local, onde várias reuniões foram acontecendo, inclusive com representantes de outros territórios também em processo de reconhecimento, tendo como referência a Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas, que fica na área rural do município de Salgueiro/PE. Aquela Comunidade obteve seu reconhecimento e a certificação em 2004, e era a referência para os

[1] Escola Municipal José Vicente De Araújo (Sítio Pau D'arco); Escola Municipal Agamenon Magalhães (Sítio Araçá); Escola Municipal Temístocles Severo De Brito (Sítio Triunfo); Escola Municipal Afranio De Melo Franco (Sítio Vereda Da Serra); Escola Municipal José Miguel (Sítio Lagoa Comprida); e Escola Municipal Artur Costa e Silva (Sítio Lagoa Do Mato).

territórios do Sertão de Pernambuco quanto aos procedimentos para alcançar a certificação e o tão sonhado reconhecimento.

A memória desse período revelou em mim a necessidade e a curiosidade de conhecer a história daquele povo festivo, cujo processo contínuo de resistência e afirmação, levou ao reconhecimento formal por parte do Estado, dos vínculos com as raízes quilombolas. Foi durante as visitas de supervisão escolar que tive a oportunidade de conhecer Edna da Paixão Santos, uma jovem cuja trajetória de vida se entrelaça profundamente com a luta e a afirmação identitária do Quilombo Sítio Boa Vista, seu espaço de vivência e ancestralidade, que desde a adolescência assumiu o papel de liderança, destacando-se por sua consciência política, compromisso coletivo e dedicação às causas quilombolas. Sua atuação foi decisiva no processo de reconhecimento oficial do território enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo, sendo voz ativa em reuniões, articulações institucionais e mobilizações sociais.

Foi nesse período também que ouvi histórias reflexivas, como o fato do município de Afrânio/PE ter clubes sociais segregadores, um só para “pessoas brancas”, outro só para “pessoas de cor”. Esses clubes foram criados na década de 1960 e permaneceram em atividade até o início da década de 1980. Também ouvi as histórias das “difusoras”, um formato de rádio comunitária cujo alcance era apenas os locais onde estavam instalados seus alto-falantes, num tempo em que a energia elétrica ainda era privilégio dos espaços urbanos, e esses equipamentos se tornavam essenciais para a circulação de notícias.

Em 2020, durante a pandemia da COVID19, enquanto o mundo se fechava com receio da peste que assolava e dizimava famílias, que fez mais de 500 mil mortes só no Brasil, passamos a nos conectar mais, onde o virtual entrou em nossas vidas de forma permanente. Naquele momento a sala de aula da escola e da universidade passaram a ser a mesa da cozinha, o banquinho debaixo da árvore, as paradas nos restaurantes depois da entrega de alimentos (a uberização tornou mais plausível), as ideias iam fluindo e juntamente com o professor Gênesis Naum de Farias (professor da Universidade Estadual do Piauí/Campus São Raimundo Nonato), organizamos trabalhos com ensaios produzidos nesse período pelos alunos da UPE/Petrolina e da UESPI/São Raimundo Nonato.

Entre um encontro virtual e outro, nasceu a ideia da escrita de um ensaio para contarmos a trajetória do Quilombo Sítio Boa Vista, existente até então somente na

oralidade. A escrita foi fluindo, tanto pelas memórias de Edna da Paixão Santos (Edna Quilombola, como é conhecida no Quilombo Sítio Boa Vista), quanto pelas memórias de uma outra personalidade que foi inserida no grupo, a jovem Paula Regina Ferreira dos Santos (Paulinha Quilombola), liderança do Quilombo Sítio Araçá. Pelas quatro mãos nasceu o artigo "Educação e Interculturalidades na Comunidade Étnico-Quilombola de Boa Vista em Afrânio/PE: Um breve ensaio sobre os desafios da resistência"[2], e serviu como luz para os processos que viriam depois. A partir desse trabalho nasceu o projeto de pesquisa que deu origem ao projeto que hoje compõe os fundamentos dessa tese.

O ponto de partida para a construção do projeto de pesquisa foi o processo de nucleação das escolas multisseriadas no município de Afrânio, em Pernambuco. Essa reorganização educacional resultou no fechamento de diversas unidades de ensino, restando apenas a Escola Municipal Agamenon Magalhães em funcionamento para atender os estudantes do Quilombo Sítio Araçá e das comunidades vizinhas. Diante desse cenário, emergiu a necessidade de investigar os impactos dessa política educacional sobre as dinâmicas socioculturais do território quilombola. A pesquisa, então, se estruturou em torno da seguinte questão-problema: Qual a relação entre a educação escolar e a construção identitária da Comunidade de Remanescentes de Quilombos do Araçá?

Portanto, este trabalho constitui uma Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor. Após sua aprovação, propõe-se que esta pesquisa se torne uma ferramenta de apoio na luta por políticas públicas voltadas àquela população, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e para a efetivação de direitos fundamentais — objetivos que este trabalho se propõe, ainda que utopicamente, a alcançar.

[2] O artigo foi publicado na obra **Entre tantos, Ensaios – vol. 1, organizado pelo professor Phablo Freire**, e publicado pela Editora Senso (Belo Horizonte), em 2021.

2 INTRODUÇÃO GERAL

> “A Educação Escolar Quilombola (EEQ) tem por objetivo implementar nos sistemas de ensino práticas e conteúdos que trabalhem a realidade do povo quilombola, suas lutas e resistências pelo direito à terra, à cultura e aos saberes construídos”
>
> (**BRASIL, 2012**)

Pensar utopicamente a educação em uma comunidade quilombola leva à concepção de uma escola que desempenha papel crucial na promoção de uma educação antirracista, que fortalece e amplia a identidade quilombola da comunidade, e que resulta em um povo que luta por suas causas e reivindica melhorias para seu território.

É evidente que este é um pensamento utópico, porque uma escola assim fomenta no estudante um pensamento decolonial, libertando-o da lógica de um único mundo possível e lhe apresentando uma pluralidade de vozes e caminhos. Esse empoderamento, que resulta da educação no nosso pensar utópico, é essencial na defesa e no combate constante às práticas racistas que as comunidades de remanescentes de quilombos enfrentam cotidianamente para se manterem firmes nas suas crenças, culturas e formas de existência. No tecido multifacetado da sociedade, são nessas Comunidades que emergem testemunhos de resiliência e da interseção entre o homem e o meio ambiente, simbolizando a luta pela preservação cultural, ambiental, da memória e da história (um processo histórico que remonta aos mocambos e ascendeu a formação dos quilombos ao longo de mais de três séculos).

Entretanto, esse ideal difere da realidade, porque nem sempre a identidade de uma população está consolidada com sua história e com suas necessidades, porque a inserção de outras culturas, a forma eurocêntrica como os quilombos são vistos, a especulação imobiliária, a falta de expectativa de futuro, a falta de trabalho, o convívio com as estiagens constantes no Semiárido brasileiro, o currículo formal que não inclui os saberes e a memória local, tudo isso serve como lastro para o apagamento histórico e para o esquecimento da identidade quilombola, sendo uma forma de racismo, que segundo a professora Nilma Lino Gomes é insidioso e ambíguo. Para Gomes (2017, p. 51) “o Brasil construiu, historicamente, um tipo de racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade”.

A escola situada em uma Comunidade Quilombola precisa ouvir seus moradores e observar as práticas educativas que acontece no cotidiano social, seja na lida com a terra, com o meio-ambiente, com os recursos hídricos, com a cultura local ou com suas festividades. Nota-se que o currículo escolar está atrelado ao propósito da educação formal, porém não efetiva o sentimento de pertencimento.

Em muitas escolas nesses territórios, o currículo ainda pensa de forma eurocêntrica. Frequentemente, as práticas pedagógicas são rigidamente formais sem contextualização histórica ou adaptações para integrar os saberes locais. O mesmo conteúdo, o mesmo livro didático e a mesma metodologia aplicada nas escolas urbanas, por exemplo, são replicados nas escolas do quilombo, sem levar em consideração os contextos culturais e históricos acima mencionados. Neste sentido nos ensina o professor Josemar da Silva Martins, que a educação precisa olhar para o chão da escola e reconhecer-se nela pois “a educação não pode se dar ao luxo de ignorar o chão que pisa” (Martins, 2006, p. 45).

Talvez o professor, sobrecarregado com as demandas burocráticas do sistema educacional não perceba que seu papel social é o de facilitador do conhecimento. Sua função deve incluir a contextualização conteúdo/lugar, com a interdisciplinaridade, associando o conhecimento formal com o saber local, vivenciado diariamente pelo estudante em sua vida familiar e comunitária. Paulo Freire (2001) nos ensina que a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo; a escrita decorre da experiência do viver no mundo, de estar em contato com ele e de poder transformá-lo. Transformar o mundo significa, antes, transformar a aldeia em que vivemos, e isso passa pelo currículo escolar. Esse currículo precisa romper com o formalismo para incorporar outros saberes no cotidiano educacional, revisando o projeto político-pedagógico da escola e, consequentemente, as práticas de ensino em sala de aula.

O professor Roberto Sidnei Macedo (2007, p. 18) afirma que “a concepção de currículo expressa o desejo tecnocrata de uniformidade, de unicidade, [...]”. Já Moreira (2001, p. 43) observa que “o currículo é visto como território, em que ocorrem disputas culturais; em que se travam lutas entre diferentes significados do indivíduo, do mundo e da sociedade, no processo de formação de identidades”.

Pensar a educação em um espaço quilombola implica compreender a complexidade educacional, que se entrelaça com desafios históricos de apagamento e de marginalização. Tal contexto exige dos professores, além do conhecimento didático e de estarem abertos a ver e ouvir o outro sem contrapor com seus

preconceitos e suas certezas, deve também manter uma abordagem holística, que integre a realidade local, o conhecimento formal e a inserção da família do estudante no cotidiano escolar, pois esta tem muito a contribuir com a escola quando ela carrega expressa sua cultura, suas vivências e seus modos de existir. Isso possibilita unir a conservação ambiental, a luta por justiça social e o empoderamento cultural. As comunidades quilombolas, enraizadas em tradições culturais e religiosas, desenvolveram uma relação simbiótica com o ambiente e as ecologias de suas existências, resistindo à negação de direitos fundamentais ao longo dos séculos.

Em muitas comunidades quilombolas, práticas agrícolas e conhecimentos medicinais refletem a compreensão profunda da ecologia local. Nesses espaços, a conservação ambiental é essencial para a sobrevivência e a ressignificação diária da vida comunitária, que inclui o armazenamento de sementes crioulas, o cultivo em áreas de sequeiro no Semiárido brasileiro e a gestão de água em cisternas e barreiros, como forma de sobrevivência. Consiste também no respeito às parteiras, rezadeiras e curandeiras, que desempenharam, em tempos pretéritos, papel vital ao atender às necessidades locais, especialmente quando o poder público ignorava esses espaços e pouco ou quase nada fazia para melhorar as relações entre o homem e o espaço geográfico onde estes residem.

Devemos lembrar que, em um episódio repleto de racismo e soberba, o presidente da República Jair Messias Bolsonaro afirmou que ao visitar uma comunidade quilombola, o afrodescendente mais leve pesava sete arrobas, que eles "nem para procriador serviam mais"[3]. Vale ressaltar que essa fala foi direcionada a uma comunidade judaica em São Paulo. Aquele presidente ao ser eleito, em 2018, reduziu gradualmente as ações de reconhecimento, certificação e titulação de terras quilombolas[4], mandou excluir 27 (vinte e sete) nomes de ícones negros da memória histórica da Fundação Cultural Palmares, mudando inclusive a logomarca daquela Instituição por entender que a marca (um machado), era comparado ao machado de Xangô, uma referência ao orixá da cultura afro-brasileira (**Figura 1)**.

[3] O fato aconteceu em 11 de maio de 2017 segundo relatou a revista Carta Capital. **Ver em**: https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-repete-ofensa-que-fez-contra-negros-e-quilombolas-tu-pesa-mais-de-7-arrobas-ne/.

[4] O índice de certificação de terras quilombolas, em 2020, foi o menor registrado desde o início do processo de reconhecimento certificado desses territórios. **Ver em**: https://noticiapreta.com.br/certificacao-de-terras-quilombolas-e-a-menor-da-historia-revela-relatorio-da-abraji/.

Figura 1: Logomarca da Fundação Cultural Palmares (antes e depois de 2018)



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2025.

Como mencionado, quando o poder público falha em não reconhecer que um território quilombola é constituído por memória, cultura e ancestralidade, e que este apresenta carências sociais e demandas de direitos fundamentais, a população do território acaba perdendo suas raízes identitárias e isso gera migração, abandono da pequena propriedade e aumento da especulação imobiliária.

O Quilombo Sítio Araçá está inserido no contexto rural do município de Afrânio, Estado de Pernambuco, e como outras muitas comunidades, é cercado por problemas sociais como a falta de emprego, que tem levado parte de sua população a outros lugares em busca de oportunidades de trabalho, que garantam condições mínimas de dignidade, bem como mazelas sociais a exemplo do alcoolismo, como menciona-se no Capítulo 1 (Interseção entre História e Saberes Tradicionais: uma análise da Ecologia Humana no Quilombo Sítio Araçá).

No contexto do alcoolismo, ao longo da pesquisa de campo participei de dois velórios onde os óbitos chamaram a atenção pela causa comum: o consumo excessivo de bebida alcoólica. Os falecidos eram jovens do sexo masculino, com idades entre 30 e 35 anos, ainda em plena fase produtiva de suas vidas. Um era separado e deixou filho, o outro solteiro. Essa situação evidencia um quadro preocupante de vulnerabilidade social e de fragilização dos vínculos comunitários.

Para além de observar o contexto histórico, as memórias coletivas, e as mazelas sociais, o objetivo geral desta tese é “compreender as relações entre a educação escolar e a construção identitária da Comunidade de Remanescentes de Quilombo Sítio Araçá, à luz da memória histórica, dos direitos fundamentais e da ecologia humana”, percebendo o papel da escola nesse território”, e para responder a esse objetivo geral, foi preciso construir uma cadeia de outros cinco objetivos específicos, no intuito de responder à questão-problema, já mencionada.

O desafio em obter uma resposta conclusiva decorre da complexidade que envolve a construção de sentidos, a formação identitária e o próprio processo de reconhecimento jurídico e certificação. Esses elementos estão imersos em uma trajetória histórica marcada pelo apagamento da memória coletiva, pela erosão das tradições e por um distanciamento cultural que ultrapassa o campo do folclore. Soma-se a isso a negação ou o obscurecimento da negritude, o que faz com que parte significativa dessa população não se identifique nem como quilombola nem como negra, mas adote a autodefinição de “moreno”, como se observará nos resultados desta investigação.

A educação ofertada no Quilombo Sítio Araçá é o objeto desse estudo, que também se propôs investigar se a escola da comunidade estava assentada sob a ótica das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), instituída a partir da Resolução CNE/CBE nº 8, de 20 de novembro de 2012. Conforme Brasil (2012), a Educação Escolar Quilombola (EQQ) refere-se ao ensino ofertado nas instituições da Educação Básica, devendo estar firmemente ancorada nos saberes, valores e práticas das comunidades quilombolas. Essa modalidade de ensino deve se fundamentar e ser continuamente alimentada por elementos constitutivos da identidade coletiva quilombola, tais como: (a) a memória histórica e coletiva; (b) as línguas e expressões linguísticas reminiscentes; (c) os marcos civilizatórios próprios; (d) as práticas culturais tradicionais; (e) as tecnologias e modos de produção do trabalho; (f) os acervos e repertórios orais transmitidos entre gerações; (g) os festejos, costumes, tradições e demais manifestações que integram o patrimônio cultural dessas comunidades em todo o território nacional; e (h) a territorialidade, enquanto dimensão central da vida social e simbólica quilombola.

Para tanto, foi necessário revisitar a história do Brasil Colonial a partir do século XVII mencionando o papel dos primeiros bandeirantes que chegaram à região, uma confluência de três áreas geográficas: o Norte da Bahia, o Sertão de Pernambuco e o Sudeste do Piauí. Essa confluência formou o Sertão de Dentro e a Travessia Nova, que foi o caminho trilhado pelas Bandeiras e os sertanistas na povoação e estabelecimento dos currais de gado, bem como, na dizimação dos territórios indígenas existentes. Foi necessária a contextualização da memória histórica dessa região, em que encontramos muitas pesquisas em acervos dos Estados do Piauí e da Bahia, contudo, muito pouco que trata especificamente do espaço da pesquisa, o que

reforça a necessidade de construção de uma epistemologia que sirva como capital cultural para outros pesquisadores que abordarem o mesmo tema.

Foi imprescindível pontuar a formação da Sesmaria de Valério Coelho Rodrigues, de onde surgiram outras 16 (dezesseis) fazendas que originaram as primeiras vilas e cidades, resultando na formação do Vale do São Francisco, onde está situado o Quilombo Sítio Araçá. A construção de um capítulo específico para falar de Valério Coelho Rodrigues foi necessário porque, a partir dele e de seus descendentes, toda uma região vai surgir politicamente no cenário colonial brasileiro. Outra questão que este capítulo levanta é a presença do escravizado neste espaço geográfico, pois os históricos oficiais dos municípios que surgiram a partir do Sertão de Dentro, não se referem a essa presença, reforçando a ideia de apagamento histórico, porém as evidências e o levantamento bibliográfico confirmam a presença, inclusive, com as muitas comunidades de remanescentes que passaram a ser reconhecidas e certificadas.

Diante disso, este estudo está estruturado em três categorias que se articulam entre si: (1) memória histórica como afirmação da ancestralidade e do reconhecimento estatal; (2) educação escolar quilombola como direito fundamental da população quilombola; e (3) ecologia humana como base da relação dos seres humanos com seu ambiente.

A memória histórica, no contexto da população quilombola, tem papel central na preservação e afirmação da identidade cultural, porque são marcas das lutas históricas dos antepassados contra a escravidão, da resistência contra a dicotomia social que oprime o minifúndio como a falta de infraestrutura, capital para investimento, água para plantio e pecuária, e a luta por manter-se no espaço de residência sem a necessidade de migração, além da busca por autonomia e sobrevivência, com uma herança rica em valores, práticas e saberes ancestrais transmitidos de geração em geração. Ela não é apenas uma lembrança do passado, mas uma afirmação constante de sua identidade coletiva e uma ferramenta de resistência, assegurando a preservação de valores como a ancestralidade, a solidariedade e o respeito ao meio ambiente, sendo essencial para a luta pela justiça social e pelos direitos fundamentais. Para Halbwachs (1990, p. 96), a memória não tem alcance sobre os estados passados “senão em razão de que ela não os confunde entre si, nem com outros mais antigos ou mais recentes, isto é, ela toma seu ponto de apoio nas diferenças”.

A segunda categoria de análise, a educação como um direito fundamental, parte do princípio de que esse é um direito garantido constitucionalmente. Nesse sentido, as populações quilombolas têm o direito de ver sua história reconhecida e ensinada nas escolas da comunidade. Mais do que o simples acesso ao conhecimento formal, a educação deve promover a valorização e a transmissão dos saberes ancestrais, elementos essenciais da identidade quilombola.

No contexto da população quilombola, a educação vai além das disciplinas tradicionais; ela deve incluir o reconhecimento das tradições, das formas de conhecimentos e preservação ambiental, da sua história e dos valores culturais que fortalecem a comunidade. Esse direito é essencial para assegurar a cidadania plena, fortalecendo a autoestima e a identidade quilombola, e possibilitando que as gerações atuais e futuras participem ativamente na luta por seus direitos, pela preservação de seus territórios e pela continuidade de seus modos de vida tradicionais, e como bem aponta Silva (2016, 115) “a educação compreendida como um direito fundamental e instrumento de luta pela terra, saúde e moradia, que valoriza as sabedorias locais não escritas e nem lidas”.

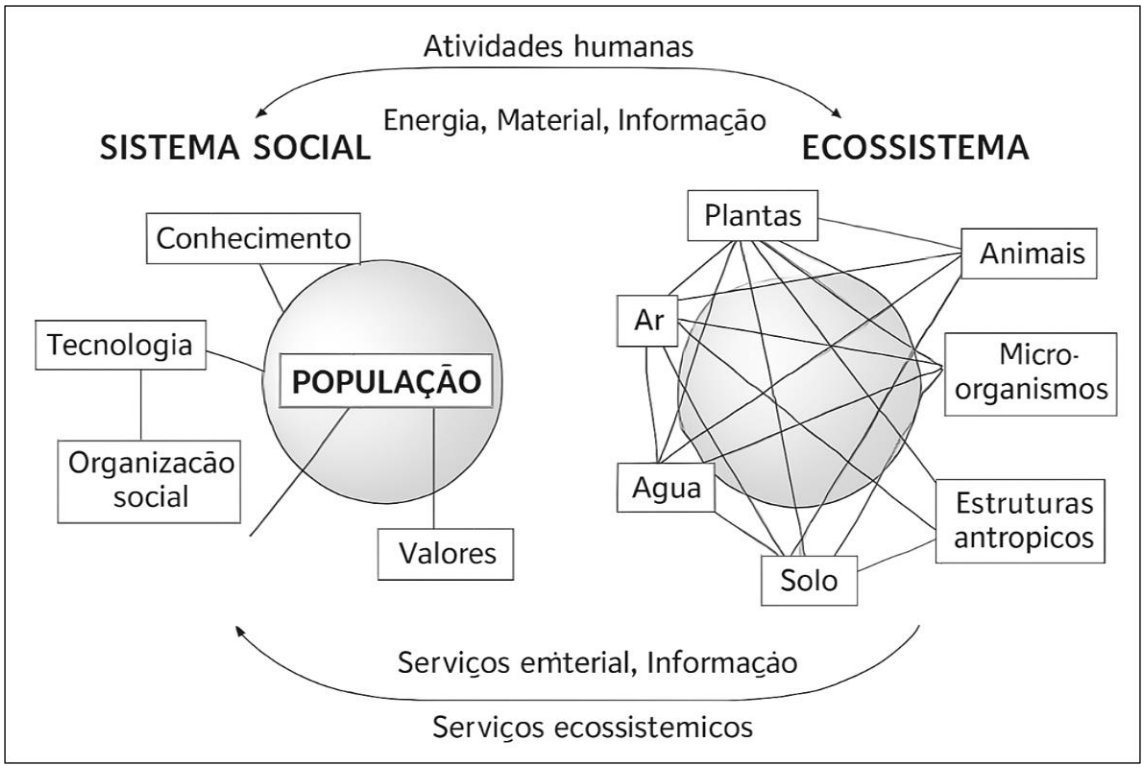
Para tanto é preciso compreender um modelo de Educação Escolar Quilombola (EEQ) que contemple organicamente as especificidades de cada Comunidade, e que os professores conheçam as legislações que tratam da temática étnico-racial no contexto da educação, bem como os programas governamentais que foram criados para o fortalecimento dessa educação, a exemplo da Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) e da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, definidas com a Resolução CNE/CEB nº 08/2012, ou a Lei Federal nº 12.711/2012, que garantiu que metade das vagas nas universidades e institutos federais fossem reservadas para alunos que vieram de escolas públicas.

A terceira categoria é a ecologia humana, que para os povos de quilombo possui uma relação profunda e interdependente, pois nas comunidades quilombolas se mantem uma ligação ancestral com o meio ambiente em que vivem, desenvolvendo práticas sustentáveis de uso e preservação dos recursos naturais. Para eles, a terra onde moram, plantam, criam seus animais e sustentam suas famílias, não é apenas um espaço de sobrevivência material, mas um espaço de vivências culturais, rituais e práticas de fortalecimento da identidade e a ancestralidade. Esse vínculo com a terra envolve um conhecimento detalhado dos ecossistemas locais, respeitando ciclos

naturais e garantindo o equilíbrio entre produção e preservação. Essa relação eco/humano, ao integrar cultura e ecologia, assegura tanto a sobrevivência das comunidades quanto a conservação ambiental, evidenciando a importância do território para a autonomia e o modo de vida quilombola.

Segundo Marten (2010), os seres humanos integram o ecossistema como parte do sistema de interações entre as dinâmicas sociais e os demais componentes ecológicos. O ecossistema formado pelos micro-organismos, animais, plantas, água, solo, ar e estruturas antrópicos (originados nas atividades humanas e que exercem influência sobre o meio ambiente, como por exemplo o desmatamento, a mineração, a construção de barragens); que por sua vez devolve a população humana existente no planeta, condições para sua vivência social, produção do conhecimento, de tecnologia, da concepção de valores, da organização social, da produção de energia, como ilustrado na **Figura 2**, abaixo:

Figura 2: Interação do sistema social humano com o ecossistema



Fonte: Marten, 2010 (adaptado).

O sistema social apontado na figura 2 exerce influência sobre os ecossistemas, os quais, por sua vez, condicionam a forma como os indivíduos percebem, processam e interpretam informações, moldando seus repertórios de ação e possibilidades de

resposta, pactuando que o comportamento socialmente aceitável molda as possibilidades, tanto as organizações sociais, concebidas como arranjos coletivos orientados por objetivos específicos, quanto as instituições sociais, entendidas como estruturas normativas e funcionais destinadas a atender demandas sociais amplas, desempenham papel fundamental na promoção de uma sociedade sustentável e resiliente, capaz de sustentar a vida humana em coexistência harmônica com a diversidade biológica dos ecossistemas.

Para Alvim et al. (2014, p. 34) “a ideia da sustentabilidade a partir de uma única espécie nos faz considerar que os padrões ecológicos do meio físico/natural apresentam estruturas e funções além de especificas, com certa regularidade”, confirmando assim o pensamento da professora Givânia Maria da Silva, quando aponta que:

> É a partir das próprias ciências que se observa os cruzamentos e intercruzamentos para compreender como a existência de outras dinâmicas e epistemologias podem dialogar com e sobre outros campos dos saberes produzidos pela humanidade/meio, sem desvalorizar ou mesmo apagar outras formas de gerarem conhecimentos (Silva, 2022. p. 4)

Portanto, esta pesquisa constitui-se também como um exercício político e epistemológico. Politicamente, busca colaborar para a desconstrução de paradigmas ainda presentes no imaginário social, os quais tendem a representar as comunidades tradicionais sob uma perspectiva anacrônica, como se estivessem cristalizadas em uma temporalidade do século XVI, desconsiderando as dinâmicas contemporâneas que permeiam seus cotidianos. Nessas comunidades, o debate acerca da dignidade social manifesta-se por meio da luta contínua pelos direitos fundamentais e pela efetivação da justiça social. Trata-se de territórios habitados por famílias cujas memórias e narrativas históricas permanecem sob permanente ameaça de silenciamento e apagamento, muitas vezes decorrentes da omissão e inércia das estruturas estatais. Ou seja, são lugares onde o "homem comum", aquele que habita as margens da história oficial, vive, sonha e constrói diariamente formas de existir e resistir, com sua comunidade e sua cultura. E epistemológico porque apresenta o contexto de uma população e pontua sua constituição histórica, partindo da compreensão científica, porém, sem deixar de colocar os pés no chão do terreiro do quilombo para compreender como as múltiplas formas de subsistência tem servido de resiliência para uma gente festiva e trabalhadora que vivem para construir uma

identidade coletiva, pois como nos ensina a professora Givânia Maria da Silva[5], “é possível construir conhecimentos científicos, considerando outras epistemologias, sem negar a autoridade e a história das ciências e da produção dos conhecimentos científicos” (Silva, 2022, p. 1), quer sejam as experiências seculares dos povos tradicionais que vão da culinária a medicina tradicional, formulando uma ecologia de saberes, como afirma Boaventura Souza Santos (2010), pois,

> A ecologia de saberes assenta na independência complexa entre os diferentes saberes que constituem o sistema aberto do conhecimento em processo constante da criação e renovação. O conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é autoconhecimento (Santos, 2010, p. 157).

Este trabalho contribui para o entendimento das práticas pedagógicas como veículos de resistência e perpetuação de uma história viva, essencial para a sustentabilidade cultural e a garantia de direitos, mas sem perder de vista que a história caminha no sentido do existir humano, que por sua vez é formatado por uma ecologia que fortalece sua vivência em comunidade.

[5] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPG-SOL), da Universidade de Brasília; Membro fundadora do Coletivo de Educação Quilombola da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) e Conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE), além de ser pernambucana e sertaneja de Salgueiro.

3 PROPOSIÇÃO

> “A escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos”
>
> **Paulo Freire**

A pesquisa foi realizada no Quilombo Sítio Araçá, localizado no município de Afrânio, Estado de Pernambuco, sento submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde recebeu autorização para ser execução por meio do Parecer nº 6.323.658, vinculado ao processo de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 73871123.0.0000.0057.

O objetivo primário da pesquisa era compreender as relações entre a educação escolar e a construção identitária da Comunidade de Remanescentes de Quilombo Sítio Araçá, à luz da memória histórica, dos direitos fundamentais e da ecologia humana, com o intuito de responder, na pesquisa empírica, à questão-problema levantada durante o processo de concepção do projeto.

O Quilombo Sítio Araçá preserva um legado cultural que atravessa gerações, constituindo-se como um importante patrimônio identitário. No entanto, esse legado tem sido continuamente ameaçado por processos de apagamento histórico, intensificados pela ausência de políticas públicas efetivas e pelo avanço de práticas que comprometem tanto a sustentabilidade ambiental quanto a manutenção do modo de vida tradicional quilombola.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

"A sociedade brasileira nasceu sob o signo do racismo e continua racista até agora"

Abdias do Nascimento

Este trabalho responde a questão-problema levantada durante a proposição de seu projeto inicial, que foi compreender qual a relação entre a educação escolar e a construção identitária da Comunidade de Remanescentes de Quilombos do Araçá. Na morfologia das palavras, não dá para explicar a educação de uma população tradicional (currículo, metodologia, didática desenvolvida em sala de aula, formação de professores, legislações aplicada a escola, financiamento escolar, avaliação externa) sem conhecer a história, as memórias, a ancestralidade e a cultura daquele povo, pois como diz Gilberto Freyre (2007), ao falar da cozinha nordestina e tecer analogia com os doces nela preparados, pois sem o açúcar não se compreende o homem do Nordeste.

Este trabalho fala de educação sim, aquela formalmente ofertada na rede pública de ensino, mas também fala de história, de cultura e fala de direito. Rememora a força de um povo, sem deixar de colocar o dedo na ferida do racismo estrutural/institucional que opera no seio da sociedade local e das políticas públicas que não efetiva condições de melhoria da qualidade de vida, quando, de forma indireta continua apagando da história local a existência de um povo que foi escravizado, que tem na sua genética marcas da diáspora, dos acoites dos capitães-do-mato, as dores das mulheres paridas que não puderem alimentar seus filhos, as incursões nas matas, as formações dos primeiros mocambos, e que nasceu de uma outra fuga, segundo a tradição, agora no século XIX, quando Canudos foi tomado por "cinco mil soldados que rugiam raivosamente", nas palavras de Cunha (2022, p. 612), mas que não se rendeu, sendo "expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, resistiu até o esgotamento completo [...] quando caíram os seus últimos defensores. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança".

A pesquisa fundamenta-se na compreensão do diálogo entre o *modus* de educação escolar (ofertada em uma comunidade quilombola no Sertão de Pernambuco), a memória histórica daquela gente, seus direitos fundamentais e a ecologia humana da relação do homem com a natureza.

A construção da base teórica buscou contextualizar três categorias de pesquisa com as especificidades da educação quilombola (e sua legislação pertinente), reconhecendo a importância de cada uma delas na afirmação identitária, na reivindicação de direitos, na reafirmação da luta por reconhecimento e na interação socioambiental, que caracteriza a ecologia humana, que transita numa simbiose com outras formas de existir, porém, como nos ensina o professor Juracy Marques (2014), ela é mais que interdisciplinar, é a-disciplinar, porque estuda os fenômenos humanos. E estudar fenômenos humanos é compreender que o ser humano é movido por vontades e desejos, e estes muitas vezes frustram aqueles, porque o desejo do humano (enquanto ser individual) por vezes transcende a vontade coletiva e leva os demais seres vivos a sofrer consequências desastrosas. Nesse quesito a questão climática é o exemplo, quando a ambição individual coloca um projeto coletivo em xeque, ou quando aquele ser cria para si armas de destruição em massa.

Esse debate foi bastante criticado por sua santidade o Papa Francisco, na encíclica "*Laudato si, sobre o cuidado da casa comum*", publicada em 2015. Naquela primeira carta, Francisco (2015, p. 32) afirma que o homem não está sozinho no mundo, que "tudo está estreitamente interligado no mundo", e ele repete esta oração outras onze vezes. Ou seja, o ser humano está conectado a todas as outras formas de vida que existe no planeta, e destruir a natureza é destruir o homem, e se eu destruo o homem eu destruo Deus, porque fomos criados a sua semelhança, logo, como nos ensina Marques (2012, p. 33) "a Ecologia é, portanto, o eco da fala de Deus, seu *logos*, a consequência do jogo de seus dados, materializada nos sentidos ilusórios do nosso desespero epistêmico por saber de onde viemos ou para onde vamos".

Francisco (2015, p. 38) aponta ainda que "a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade", e continua afirmando que "não podemos iludir-nos de sanar a nossa relação com a natureza e o meio ambiente, sem curar todas as relações humanas fundamentais" (*ibdem*).

Nesse diapasão, a pesquisa demonstrou que o Quilombo Sítio Araçá é um território quilombola ainda pouco estudado, e em contínuo processo de construção de sua identidade coletiva e individual, mesmo após dez anos do reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares. Essa identidade coletiva em formação reflete uma situação comum entre povos tradicionais, cujas trajetórias foram historicamente marcadas pela negação de direitos e pelo apagamento de suas

memórias, com o advento de novas formas de existência, em um contexto de constante luta por reconhecimento. Essa mesma ótica é vista nos quilombos vizinhos, tanto no Quilombo Sítio Lagoa Comprida (onde a cultura do Reisado é a marca maior de sua população) quanto no Quilombo Sítio Boa Vista (onde o Samba de Roda é o grito de resistência daquela população). Nas outras duas comunidades, a ofuscação das memórias foi mais contundente, onde poucas expressões são visíveis na coletividade.

A sobrevivência no quilombo ocorre dentro de uma lógica, onde o direito à memória e à presença territorial enfrenta a indiferença das políticas públicas locais. Esse cenário, no qual são negados até mesmo direitos básicos, evidencia o abandono de uma população que não tem acesso a coleta de lixo semanalmente, e carece da presença regular de uma equipe multidisciplinar na Unidade Básica de Saúde. A luta pela afirmação identitária do quilombo é, portanto, uma luta pelo direito à dignidade e pela visibilidade dentro do município, que permanece alheio às necessidades e à história desta comunidade. Por vezes essa afirmação poderá ser vista como algo panfletário, mas não é, aliás essa não foi a razão da pesquisa, contudo, não dar para o pesquisador em seu campo empírico não perceber a distopia existente entre um espaço e outro (e aqui estou falando de dois lugares em Afrânio: o povoado de Caboclo e o Sítio Araçá).

Neste contexto, fomos desafiados a revisitar e narrar os caminhos percorridos pelos moradores do Quilombo Sítio Araçá, traçando a jornada daqueles que vieram antes e que ajudaram a moldar a formação histórica do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco. A tarefa de registrar a trajetória de um povo tradicional é frequentemente delicada e complexa, marcada por desafios e nuances que carregam conflitos e incertezas. O lugar de fala das pessoas que vivem e convivem dentro dessas comunidades possui uma profundidade singular, distinta da perspectiva de quem apenas passa por esses espaços e tenta compreendê-los de fora para dentro.

Escrever sobre essa trajetória (histórica, jurídica e de educação) exige apoio e orientação didática. Cada etapa do percurso pedagógico da pesquisa representa a soma das contribuições e da sinergia de todos que, de alguma forma, colaboraram para a construção deste trabalho, desde os membros da associação local, os professores da Escola Municipal Agamenon Magalhães, que se dispuseram a participar das entrevistas e responder aos questionários, até moradores da comunidade que partilharam suas experiências durante a coleta de dados. Cada

contribuição se torna parte essencial do contexto e da narrativa, tecendo uma história coletiva que ultrapassa os anseios primariamente levantados para refletir a essência de uma comunidade inteira.

Nesse sentido, o referencial desta pesquisa fundamenta-se na compreensão da memória histórica, construída a partir de uma revisão de literatura para chegarmos aos tempos atuais, e tece comentários sobre a ideia de uma Educação Escolar Quilombola (EQQ) que está sendo implementada no seio daquele território, como um dos instrumentos de afirmação identitária e da promoção dos direitos fundamentais. A literatura sobre o tema destaca que a educação em territórios quilombolas não apenas fornece acesso ao conhecimento formal, mas também atua como meio de valorização dos saberes ancestrais, fortalecendo a identidade coletiva e o vínculo com o território (Gomes, 2005; Ribeiro, 2019).

Em diálogo com a história e as práticas culturais do Quilombo Sítio Araçá, esta pesquisa articulou as dimensões educacionais com as noções de ecologia humana, entendida como a relação interdependente entre a comunidade e seu ambiente natural e cultural, ressaltando como a territorialidade e o reconhecimento de direitos fundamentais se interconectam na construção de uma educação específica e diferenciada (Oliveira, 2009). Ela se propôs a construir um retrospecto histórico como alicerce para o debate sobre a educação escolar quilombola e os processos de consolidação da educação no seio da comunidade. Esse percurso histórico permite compreender os desafios educacionais enfrentados e o impacto da educação na afirmação identitária e no fortalecimento da autonomia local. Dessa forma, o espaço da pesquisa será delineado não apenas como um lugar físico, mas também como um símbolo de resistência cultural e ecológica.

4.1 A EUROPA ESCRAVOCRATA DOMINA OS OCEANOS

A palavra "escravo", de acordo com Cunha (1995), tem suas raízes no termo grego "eslavo", referindo-se às primeiras descrições das pessoas pertencentes aos povos eslavos, originários do leste europeu e subjugados pelos romanos no século IX d.C., ao trabalho forçado, sem garantias econômicas ou jurídicas. As práticas de escravização foram constantes na história do mundo antigo. Na antiguidade, os egípcios conquistavam seus inimigos de guerra e os empregavam na construção de obras estruturantes e monumentos em homenagem aos faraós. Além disso, esses

trabalhadores forçados fortaleciam as práticas agrícolas e consolidavam o poder dos faraós por gerações. De maneira semelhante, os romanos, durante o período do Império, também adotaram o sistema de escravidão, tornando-se o maior império de sua época.

Por ser uma prática que acompanhou a humanidade por séculos, os portugueses que chegaram ao Brasil em 1500 também se apropriaram dela, incorporando-a à realidade da Colônia e formalizando-a no sistema jurídico. O escravizado tornou-se, assim, uma mercadoria sem direitos e com muitas obrigações, afinal, possuir pessoas escravizadas era uma forma de consolidar poder social, político e econômico para aqueles que detinham esses indivíduos, adquiridos em mercados ou por herança, como afirma Schwarcz (2012). O proprietário detinha o direito de impor punições severas, incluindo a pena de morte (*jus vitae et necis*), e aplicar castigos físicos aos que desobedeciam a suas ordens. De acordo com Gomes (2019), em algumas sociedades, os escravizados podiam até ser oferecidos como sacrifício em rituais fúnebres, cerimônias religiosas e outras ocasiões especiais.

Nas Américas, a escravidão apresentou diferenças significativas em relação a outras regiões. No século XV, como destacado por Gomes (2019), países como Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda reconheceram a extraordinária lucratividade do comércio de pessoas escravizadas. Essa percepção incentivou as coroas a investir em condições que facilitassem esse comércio, como a criação da Escola de Sagres, fundada pelo infante D. Henrique no século XV, destinada a aprimorar estudos sobre rotas e instrumentos de navegação, permitindo expedições marítimas que estabelecessem contatos comerciais com líderes tribais, na costa africana.

Em pouco mais de um século, Portugal deixou de ser uma pequena faixa de terra à beira do Atlântico para se tornar o maior conquistador de rotas marítimas, contornando a Costa Africana e evitando as altas taxas cobradas pelos mercadores dos portos de Gênova e Veneza. Esse sucesso na navegação portuguesa deveu-se a uma combinação de fatores tecnológicos, econômicos, geográficos, políticos e culturais. O país desenvolveu a caravela, um navio mais leve, ágil e fácil de manobrar, ideal para explorações oceânicas. Esse tipo de embarcação permitia navegar contra ventos desfavoráveis e explorar costas desconhecidas, como demonstrou Bartolomeu Dias ao alcançar o Cabo das Tormentas em 1488. Essa passagem foi uma das realizações mais importantes da navegação, pois mostrou que os mares ao sul da África eram navegáveis, abrindo o caminho para o comércio direto com a Ásia e o

valioso comércio de especiarias. Esse feito levou o rei João II de Portugal a renomear o local como Cabo da Boa Esperança, vislumbrando a possibilidade de uma rota marítima até a Índia.

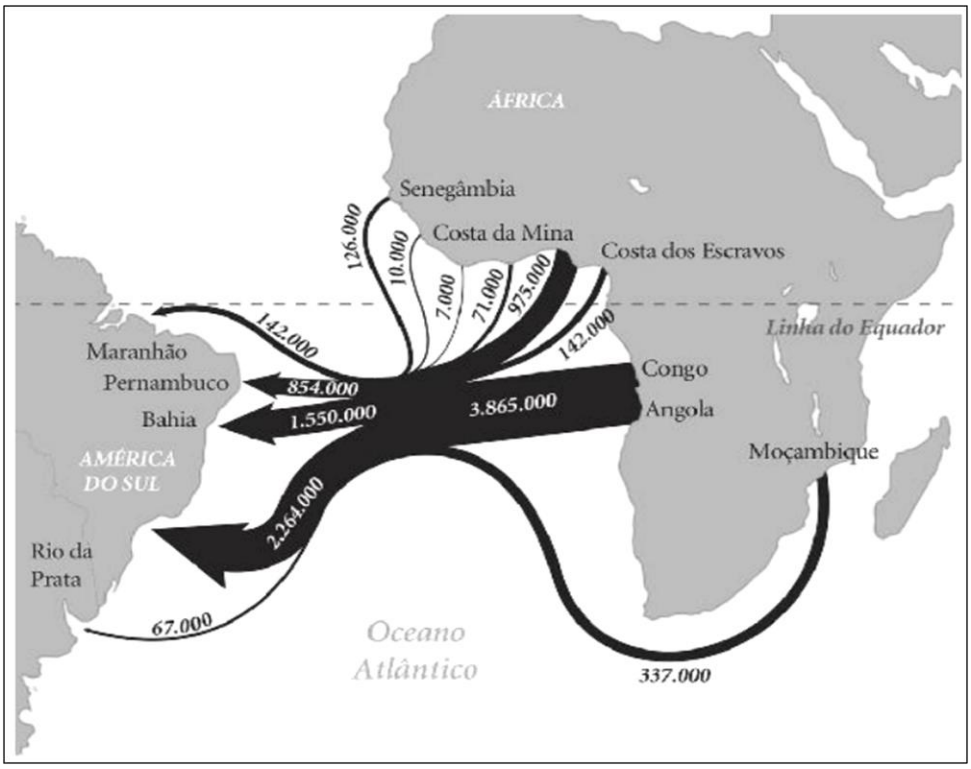
A criação da Escola de Sagres contribuiu para o aperfeiçoamento de instrumentos como o astrolábio, a bússola e o quadrante, aumentando a precisão da navegação. Também houve investimentos nos estudos da cartografia, resultando em mapas e cartas náuticas detalhadas que facilitaram a exploração de novas terras para além mar. Em 1498, a expedição liderada por Vasco da Gama seguiu a rota aberta por Bartolomeu Dias e alcançou a Índia, estabelecendo uma nova rota marítima e inaugurando uma era de prosperidade entre o comércio da Europa e da Ásia. Esse feito impulsionou a colonização portuguesa em diversas regiões da África e da Índia, como as Ilhas da Madeira, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Moçambique, além de facilitar o contato com lideranças locais e, consequentemente, o processo de escravização, segundo Gomes (2019).

O comércio com a África e a Ásia já trazia resultados positivos a partir de 1470, antes mesmo da chegada à Índia, quando os portugueses iniciaram a negociação de ouro com os Akan, na Costa do Marfim e em Gana. A relevância desse comércio na região levou o rei Dom João II a ordenar a construção da fortaleza de São Jorge da Mina em 1482. Em troca do ouro, os comerciantes ofereciam uma variedade de mercadorias, como facas, bacias, jarras de metal, contas de vidro e pessoas escravizadas, que desempenhavam papel crucial na abertura de florestas e nas atividades de mineração (Ramalho, 2015).

Silva (1998) destaca que o início da escravidão negra no mundo português remonta à captura dos Azenegues do Rio do Ouro em 1441, realizada por Antão Gonçalves e Nuno Tristão, que estavam a serviço do Infante Dom Henrique. A chegada às Índias e a “descoberta do Brasil”, em 1500, deu início ao período de crescimento econômico português, que durante 30 anos pouca interferência teve no Novo Mundo.

Em troca de vidas, os senhores de escravos recebiam desde seda chinesa até pólvora e canhões, negociando milhares de pessoas como demonstrado na **Figura 3**, a qual aponta a origem dos escravizados que foram enviados para o Brasil.

Figura 3: Origem dos povos escravizados levados para o Brasil



Fonte: Gomes (2019, p. 210)

Pela figura 3 podemos mencionar que para cada atividade econômica desenvolvida no Brasil, vinham escravizados de determinadas regiões africanas, sendo que a maioria dessa população são oriundos de Angola, Congo e Moçambique, e os principais destinos foi o Maranhão (142.000), Pernambuco (854.000) e Bahia (1.550.000).

4.2 O PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL

É de suma importância compreender que o processo de escravização no Brasil se configura como um dos maiores da história mundial, conforme enfatizado por Moura (2020). Esse processo perdurou por quase quatro séculos, abrangendo vastas áreas de um extenso subcontinente e mantendo sua estrutura em torno desse longo período. Além disso, é importante mencionar que os investimentos da Coroa Portuguesa em autorizar mercadores a comprar pessoa escravizada na Costa africana, conforme observado por Souza (2008), tinham dois objetivos primordiais. O primeiro visava suprir a crescente demanda por mão de obra, uma vez que a Igreja se opunha à escravização dos povos indígenas, e a produção de cana-de-açúcar se

tornara um dos principais sustentáculos da economia portuguesa. O segundo objetivo buscava o acesso às fontes de riqueza, particularmente o ouro, que anteriormente estava sob controle árabe e era comercializado por meio da rota do Saara.

Em todas as regiões do Brasil onde a escravidão foi praticada, não apenas testemunha-se a utilização desse tipo de mão-de-obra, como as fugas e estabelecimento de mocambos e quilombos ao longo da história. Os quilombos, que se originaram como refúgios para aqueles que conseguiram escapar dos maus-tratos e da interminável escravidão, serviam como espaços de resistência e usufruto de uma forma de liberdade, mesmo diante do temor causado pelos capitães-do-mato ou bandeirantes, que os perseguiam em busca de recompensas. A formação desses primeiros ajuntamentos tem suas origens registradas em 1575, de acordo com Gomes (2015), quando foi documentada a primeira fuga de uma pessoa escravizada e o surgimento do primeiro mocambo, localizado na Província da Bahia.

Reexaminar os acontecimentos do passado é essencial para compreender as dinâmicas do presente, pois nenhum evento é tão distante no tempo a ponto de não deixar vestígios para as gerações subsequentes. Durante os quase quatro séculos de escravidão no Brasil, inúmeras gerações nasceram em cativeiro, e muitos foram mortos pela fome, pelas doenças tropicais, pelas severas punições ou mesmo por suicídio, uma vez que o temor e a desesperança levavam ao desespero.

Aqueles que sobreviveram aos castigos e à escravidão viram nascer a Lei Áurea em 13 de maio de 1888, mas não como sujeitos conscientes de uma conquista ou da luta travada por outros homens para que este dia chegasse, antes, estavam alijados do entendimento pleno de sua condição social e mantidos sob um regime que os desumanizava. Muitos não puderam reconhecer naquele ato jurídico o real nascimento da liberdade. A abolição foi imposta sem qualquer planejamento governamental sobre o que fariam a partir de então, e logo após, em 1890, assistiram ao surgimento de um novo mecanismo de repressão: Um código que criminalizava a vadiagem e proibia a capoeira. Sem acesso ao trabalho digno, a terra ou políticas de inclusão, o povo negro liberto foi lançado à marginalidade, impedido de vivenciar o sentido profundo da liberdade que lhes fora negada por séculos.

A Lei de Terras de 1850, formalmente conhecida como Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, estabeleceu um novo regime de propriedade fundiária, regularizando a posse e a distribuição de terras no país e substituindo o antigo sistema de sesmarias. Nela, o imperador Dom Pedro II, estipulou que as terras públicas (terras

devolutas) só poderiam ser adquiridas mediante compra, sem mencionar os povos que viviam nos territórios que constituíam os quilombos. Aquela lei representou um marco formalista no contexto da exclusão dos negros escravizados e de seus descendentes do acesso à terra no Brasil.

Ao estabelecer que a aquisição de terras só poderia ocorrer por meio da compra, e não mais pela posse ou uso, a legislação em tela inviabilizou o direito fundiário das populações negras que, fugidas da escravidão, formavam comunidades em mocambos e quilombos. Esses territórios, construídos com resistência, trabalho coletivo e saberes tradicionais, passaram a ser considerados ilegais, o que facilitou a repressão e o esbulho fundiário promovido pelos grandes proprietários. Com isso, a Lei de Terras consolidou juridicamente o poder dos latifundiários e contribuiu para a criminalização e deslegitimação dos espaços de liberdade construídos pela população negra no interior do país.

A condição imposta pela Lei de 1850 foi a mesma que perdurou durante o sistema de Sesmarias, vigente desde o período colonial. A Coroa Portuguesa concedia grandes extensões de terra a particulares para cultivo de cana-de-açúcar e criação de gado, facilitando o surgimento de grandes latifúndios, a expulsão dos indígenas para outros territórios, e a criação de grandes conglomerados de terras nas mãos de poucos proprietários, que fortalecia seu poder econômico e político com a efetivação de jagunços (uma ideia de exército de proteção pessoal), dificultando a aquisição de terras por descendentes de escravizados, mesmo na condição de libertos (por aforamento), e excluindo aqueles sem condição econômica de adquirir terras (mesmo não sendo mais pessoa escravizada).

Essa exclusão contribuiu para a concentração fundiária nas mãos de grandes latifundiários e dificultou a formação de uma classe de pequenos proprietários rurais. No Semiárido brasileiro, onde as terras, para além do litoral, eram currais de gado, essa dinâmica ampliou ainda mais a desigualdade social, onde os escravizados tinham suas “almas” adocicadas pelos anos de escravidão (Gonçalves, 1997).

Gonçalves (1997, p. 18) afirma que “a Casa da Torre, por esse tempo (1646), dava início à ocupação das terras conquistadas no São Francisco com o estabelecimento de currais”; e acrescenta que, “o passo do boi seguia sempre o rastro dos destruidores de índios, consolidando a obra da conquista de terra com sua ocupação efetiva”.

A Casa da Torre, pertencente aos descendentes da família Garcia D’Ávila, obteve da Coroa Portuguesa a outorga de exploração de terras que iam de Salvador, então capital da Colônia, até o território onde está situado o Estado do Piauí, como menciona Gonçalves (1997). O governador de Pernambuco, André Vidal de Negreiros, concedeu ao Capitão Garcia D’Ávila as terras acima do rio São Francisco, começando das que estavam povoadas até a última aldeia dos gentios Moipiras, e concedendo-lhe a parte do norte até a serra chamada Paripe.

Simbolicamente a Casa da Torre, uma fortaleza localizada na região do litoral da Bahia, serviu como sede administrativa do maior latifúndio do Brasil colonial, pertencente à poderosa família Garcia D'Ávila. Originada a partir da figura do Mestre de Campo Garcia d´Ávila Pereira de Aragão, que chegou ao Brasil para servir ao seu primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, ele percebeu que poderia formatizar um grande império fundiário, e assim o fez, com Sesmaria que se estendia da Bahia até o Maranhão, controlando vastas porções de terras, gado e mão de obra escravizada.

Por meio de Sesmarias e alianças políticas com a Coroa portuguesa, a família Garcia D'Ávila se tornou protagonistas na interiorização da colonização e na repressão a populações indígenas e quilombolas, patrocinando entradas e bandeiras, sendo alguns bandeirantes lembrados na historiografia atual como Domingos Afonso Mafrense (e a conquista do Sudeste do Piauí e Sertão de Pernambuco, temática do capítulo 5 desta tese), Domingos Jorge Velho, Antônio Raposo Tavares, Bartolomeu Bueno da Veiga, Fernão Dias Pais, Jerônimo Leitão, Manuel Borba Gato e Valério Coelho Rodrigues (que formou no Sudeste do Piauí um conglomerado de 16 fazendas, cujos filhos e descendentes foram os responsáveis pela formação de municípios em Pernambuco, Piauí e Maranhão).

A Casa da Torre não foi apenas um símbolo de poder econômico e territorial, mas também de dominação social, consolidando um modelo de exploração baseado na violência, na escravidão e no monopólio da terra que marcaria profundamente a formação histórica do Brasil. Como demostrado na **Figura 4**, as ruínas sobreviveram ao tempo e hoje servem como espaço de visitação pública, estando localizado na Praia do Forte, em Salvador/BA.

Figura 4: Ruínas preservadas da Casa da Torre, pertencente à família Garcia D'Ávila, localizada no atual município de Mata de São João/BA



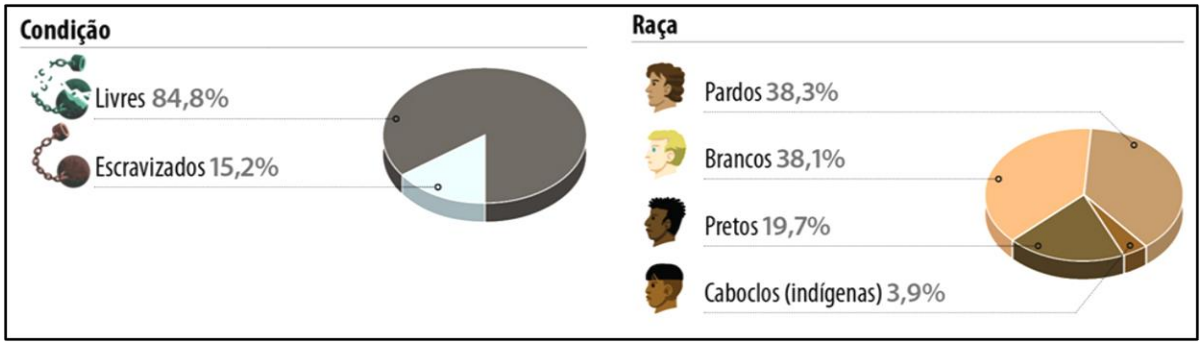
Fonte: O autor, 2019.

O poderio familiar da família Garcia D'Ávila foi imprescindível para a conquista do Sertão de Dentro, desde a exploração dos minerais pelos bandeirantes até a ocupação do território do São Francisco, com seus currais e povoamento, bem como pela ocupação de territórios até então protegidos e habitados por etnias indígenas, que fugiram cada vez mais para o interior das matas, deixando as margens do rio Opara para os currais e para o poder bélico dos bandeirantes.

4.3 A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Os escravizados que nasciam nas fazendas, pertencentes à segunda geração de escravizados nascidos no Brasil, passaram a integrar a população brasileira. Segundo dados do Censo Demográfico de 1872, essa população era composta por 58% (cinquenta e oito por cento) de negros/pardos, dos quais 15,2% (quinze vírgula dois por cento) ainda viviam em condição de escravidão, como mostrado na **Figura 5**, abaixo:

Figura 5: Dados do Censo demográfico de 1872



Fonte: Agência Senado Federal, em 26 de maio de 2024.

Nesse contexto, durante o processo de luta pela abolição da escravatura, a elite dominante percebeu que para cada europeu branco que chegava ao Brasil, desembarcavam também quatro africanos escravizados. Gomes (2019, p. 23) afirma que “o Brasil dos colonizadores europeus foi construído por negros, mas sempre sonhou ser um país branco”. Foi com esse pensamento que surgiram teorias eugênicas de branqueamento da população brasileira, elaboradas por intelectuais que promoviam a ideia de equilibrar o número de pessoas negras no Brasil. Uma das estratégias propostas foi o incentivo à imigração, quando o governo brasileiro fez propaganda do país na Europa, atraindo grandes contingentes de italianos, suecos, suíços, alemães, holandeses, ucranianos e outros.

Mesmo com as mazelas e apagamentos, o povo de quilombo foi resiliente e resistiu as investidas em contrário, e seus descendentes ocupam nos atuais cerca de 5.972 territórios identificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), onde um total de 196 comunidades quilombolas, já certificadas, e 14 territórios oficialmente delimitados, estão no Estado de Pernambuco, onde vivem cerca de 8.772 pessoas, conforme Censo 2022[6].

Até 1987, quando a Carta Maior estava sendo discutida, o papel dos intelectuais negros brasileiros como Abdias Nascimento[7], que foi o criador do Teatro Experimental do Negro (TEN), que revelou muitos atores negros como a consagrada atriz Ruth de Souza, e que posteriormente entrou na política para levar àquele campo a questão da negritude; e de Beatriz Nascimento, que entre as décadas de 1970 e 1990, direcionou sua atenção intelectual a pesquisa dos diversos quilombos, não

[6] Para acesso aos dados acesse o link: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/07/27/censo-2022-pernambuco-e-o-quinto-estado-do-brasil-com-maior-populacao-quilombola-com-78827-pessoas.ghtml.

[7] A vida e obra do intelectual Abdias Nascimento é contada no documentário “Abdias: raça e luta”, disponível em: https://youtu.be/imIuBZI7jyY.

apenas como espaços de resistência, mas como territórios vivos de produção de identidade[8]; tinha como relação questão da afirmação do negro da sociedade e no seio da academia. O papel do Movimento Negro Unificado (MNU) foi fundamental nas decisões da Constituinte, atuando como uma força articuladora na luta por reconhecimento e inclusão dos direitos da população negra no texto constitucional. A partir de uma mobilização intensa, o MNU pressionou parlamentares, promoveu debates públicos e entregou propostas que visavam combater o racismo estrutural e garantir políticas de igualdade racial. Entre suas principais reivindicações estavam o reconhecimento das comunidades quilombolas, a criminalização do racismo e a valorização da identidade e cultura afro-brasileira.

Embora nem todas as demandas tenham sido integralmente atendidas, sua atuação foi decisiva para a inclusão no texto final da Constituição da República Federativa do Brasil, do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à propriedade de suas terras. Essa conquista representou um marco histórico na constitucionalização dos direitos raciais no Brasil, assegurando-lhes a posse definitiva das terras que tradicionalmente ocupam. Esse reconhecimento constitucional não se restringiu apenas à dimensão física da terra, mas a valorização da cultura, dos modos de vida e da subjetividade dessas Comunidades. O território, para as Comunidades Quilombolas, é um espaço de identidade, onde se perpetuam tradições, reforçam-se laços comunitários e vivencia-se uma forma de existir que resiste às pressões externas e ao apagamento histórico.

A Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MinC) e criada em 22 de agosto de 1988 com a função de institucionalizar políticas voltadas para a população negra, e que tem a premissa de certificar as Comunidades Quilombolas a partir de um longo processo antropológico, diverge dos dados do IBGE (2023), reconhecendo a existência de 3.638 comunidades no território brasileiro, sendo que dessas, 2.961 já foram certificadas. Essa certificação só foi possível com a publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou o "procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" (Brasil, 2003).

[8] A vida e obra de Beatriz Nascimento é contada no documentário "Orí", disponível em: https://youtu.be/6VmPjhOTozI.

O processo nasce a partir da solicitação da Comunidade proponente, responsável por apresentar uma declaração de autoidentificação coletiva, acompanhada de documentos que comprovem a existência histórica, cultural e social do grupo. Após a certificação pela Fundação Palmares, o processo segue para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que é o órgão responsável pelo reconhecimento oficial do território quilombola, e realiza estudos antropológicos, históricos, fundiários e ambientais, a fim de delimitar, demarcar e titular o território tradicionalmente ocupado por essa população.

Nisso, com base nos apontamentos anteriores e na compreensão de que a história da escravidão no Brasil é uma narrativa complexa, profundamente enraizada no tecido social e econômico do país, observa-se que, por mais de três séculos, o Brasil foi o maior centro de escravidão nas Américas, recebendo mais de 4 milhões de pessoas oriundas do continente africano, forçadas a trabalhar em condições desumanas nas plantações de cana, de café, nas minas e em várias outras atividades econômicas ou não, nas áreas rurais e nas pequenas povoações que surgiam no Brasil Colônia. Isso deixou marcas indeléveis na sociedade brasileira, afetando não apenas as relações raciais, a cultura, a culinária, a economia e a política, mas também perpetuando o racismo estrutural que a sociedade enfrenta, e que não assume sua existência. Esse racismo se manifesta de várias formas, entre elas o apagamento da história de muitas comunidades, a negação da cultura e da identidade, e também na dificuldade de execução para acessar o crédito rural e outras políticas econômicas dos bancos oficiais.

Na educação, para além da Lei Federal nº 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio; outras legislações também foram implementadas como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER), através da Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, que aprovou o Parecer nº 03/2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE), como o objetivo de combater o racismo, valorizar a diversidade étnico-racial e promover uma educação que reconhecesse e respeitasse a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira.

Essa implementação, no entanto, enfrentou desafios significativos, como demonstraremos no capítulo 3 desta tese, quando trataremos da discussão das

normas e legislações que tratam da temática em cena. A falta de formação continuada de professores, a escassez de materiais didáticos específicos e o preconceito ainda presente em diversas instâncias escolares, foram alguns desses desafios. Apesar disso, as diretrizes constituem um instrumento fundamental para a construção de uma educação antirracista, plural e democrática, e contribuiu para que, em 2012, fosse divulgado as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (DNCEEQ), instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012.

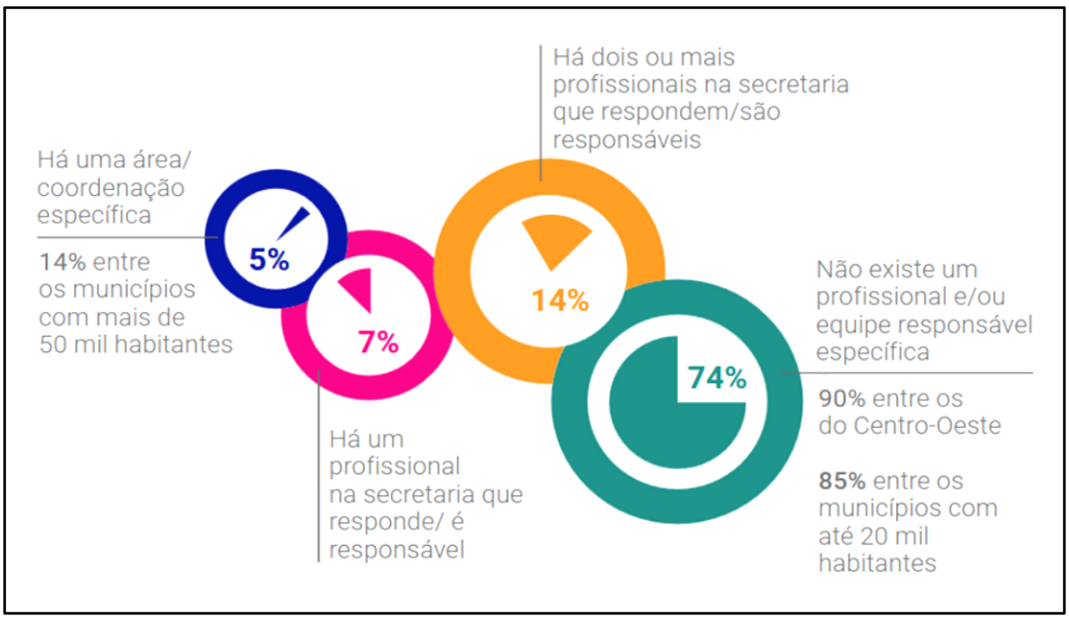
O estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, foi um avanço importante no reconhecimento dos direitos educacionais das Comunidades Quilombolas, mas como todas as normas anteriores, tem enfrentado inúmeros desafios nesse processo. Elas estabelecem orientações para uma educação específica, diferenciada, intercultural, respeitando a identidade étnico-racial, a territorialidade e os modos de vida quilombolas. No entanto, sua efetivação esbarra em dificuldades estruturais e institucionais, como a ausência de políticas públicas contínuas, a precariedade da infraestrutura escolar nas comunidades, a escassez de formação de professores para atuar com a pedagogia quilombola e a insuficiência de materiais didáticos que reflitam os saberes e a história dessas populações. Além disso, muitos sistemas de ensino (tanto municipal quanto estadual) ainda resistem em reconhecer a especificidade dessa modalidade de educação, o que compromete a consolidação de projetos pedagógicos construídos de forma coletiva e com protagonismo das próprias comunidades.

O Geledés (uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres) divulgou em seu portal na internet, uma pesquisa inédita sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 nos mais de cinco mil municípios brasileiros, querendo compreender como estava acontecendo a efetivação dessa legislação duas décadas após ser sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Os pesquisadores afirmaram que a ausência de apoio institucional é o principal desafio enfrentado pelas escolas, pois a temática em discussão não estava na pauta da maioria dos municípios, o que resultava na não efetivação em sala de aula, onde o debate deveria acontecer[9].

[9] Para conhecer a pesquisa na íntegra é preciso acessar o link: https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/.

Na referida pesquisa um gráfico chama atenção pois nele está contido que 74% (setenta e quatro por cento) das secretarias municipais de educação não tem em sua equipe pedagógico um profissional responsável pela temática do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Essa era a realidade de 85% (oitenta e cinco por cento) dos municípios com até 20 mil habitantes (que é o caso do *lócus* desta tese). Apenas 14% (catorze por cento) das secretarias municipais contam com dois ou mais profissionais responsáveis; enquanto 7% (sete por cento) possuem um único responsável; e somente 5% (cinco por cento) têm uma área ou coordenação específica (uma proporção que atinge apenas 14% nos municípios com mais de 50 mil habitantes), como demonstrado na **Figura 6**, abaixo:

Figura 6: Pesquisa Geledés demonstrando o percentual de secretarias com área ou profissional responsável pelo ensino de história e cultura africana e afro-brasileira



Fonte: Portal Geledés (2023)

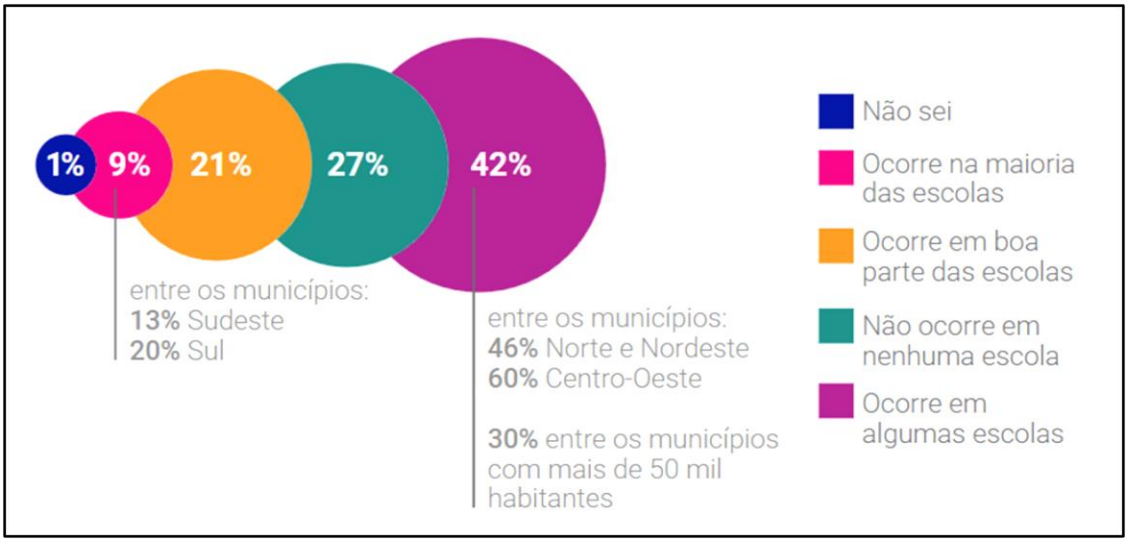
Esses números evidenciam uma baixa institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o que dificulta sua implementação efetiva e compromete o cumprimento da Lei nº 10.639/2003. A ausência de estruturas específicas demonstra a necessidade urgente de fortalecimento das políticas públicas educacionais voltadas à promoção da equidade racial e à valorização da história e cultura afro-brasileira nas redes de ensino.

Apesar dessas limitações, as diretrizes representam um instrumento essencial para a afirmação dos direitos quilombolas à educação e para o fortalecimento das práticas educativas enraizadas em suas realidades socioculturais, mas que abre o

debate sobre a necessidade de uma tomada de decisão local para uma questão de legislação, onde a efetivação precisa do apoio político, jurídico e institucional, por quem faz as políticas públicas nos municípios acontecer.

Uma outra questão levantada pelo Instituto Geledés (2023) diz respeito aos eventos com a temática étnico-racial nas escolas durante o mês de novembro, quando acontece as comemorações da consciência negra. Um total de 42% (quarenta e dois por cento) dos entrevistados disseram que realizam alguma atividade apenas neste período, como apresentado na **Figura 7**, abaixo:

Figura 7: Pesquisa Geledés demonstrando a realização de atividades pelas escolas apenas durante o mês ou semana do Dia da Consciência Negra



Fonte: Portal Geledés (2023)

No município de Afrânio/PE, apenas em 2023 aconteceu o reconhecimento da Escola Municipal Agamenon Magalhães como escola quilombola, a partir da documentação enviada ao Ministério da Educação (MEC) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que ainda não está totalmente legalizada no âmbito local (faltando a normatização nos órgãos regionais já que o município não tem sistema próprio de educação, necessitando de autorização do sistema estadual).

4.4 O QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ COMO ESPAÇO DA PESQUISA

De acordo com a Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (CEACQ), existem, em todo o estado de Pernambuco, 196 comunidades remanescentes de quilombos. No Sertão do São Francisco, onde

estão localizadas as Comunidades do Grande Araçá, são encontradas 14 (catorze) dessas Comunidades.

Conforme pesquisa do Centro Cultural Luís Freire, uma instituição sem fins lucrativos com sede em Olinda/PE, e um histórico significativo na promoção dos direitos humanos, essas comunidades quilombolas surgiram de três circunstâncias distintas: algumas já existiam, outras se formaram após a abolição da escravidão e algumas foram criadas a partir da fuga de escravizados. O Sertão do São Francisco destaca-se como a região onde essas comunidades quilombolas mais se concentram, tendo emergido, conforme registros de Centro (2008), dos movimentos migratórios do final do século XIX.

A Comunidade Quilombola do Araçá, situada em Afrânio/PE, faz parte de um conjunto de cinco comunidades distintas que se unem para formar o Grande Araçá: Sítio Araçá, Sítio Boa Vista, Sítio Baixa do Caldeirão, Sítio Lagoa Comprida e Sítio Pau D'Arco. Cada comunidade possui seu território, sua forma de interação com a terra, com o meio ambiente e manifestações distintas de sua cultura; no entanto, seus traços simbólicos são semelhantes, com homens e mulheres carregando as marcas desse processo de marginalização, apagamento histórico e negação do passado, em suas vivências diária.

Das cinco comunidades, três já foram certificadas: o Sítio Araçá, através do Processo nº 01420.003111/2014-01, certificado pela Portaria nº 104/2014, de 24/09/2014; o Sítio Boa Vista, através do Processo nº 01420.003114/2014-37, certificado pela Portaria nº 19/2015, de 02/02/2015; e o Sítio Baixa do Caldeirão, através do Processo nº 01420.000760/2009-85, certificado pela Portaria nº 185/2009, de 19/11/2009. As outras duas comunidades ainda estão em processo de reconhecimento e certificação.

4.5 A ECOLOGIA HUMANA DO POVO DO ARAÇÁ: INTERCONEXÕES

As cinco comunidades que formam o Grande Araçá têm entre si interconexões vitais para suas existências, e são essas relações que formam a ecologia humana de sua gente e de suas ancestralidades. Marques (2012) afirma que:

> Quando interpretamos e classificamos um determinado grupo humano ou seus sistemas culturais, encimentamos totens conceituais, definimos estruturas complexas, nomeamos suas coisas, suas conexões, rupturas vividas, descontinuidades experimentadas, efeitos sofridos, fenômenos

> soerguidos e ocultos, enfim, de tudo isso, abrimos as caixas dos nomes, das palavras que supomos compor ou decompor a vida (Marques, 2012, p. 11).

Sabe-se que a ecologia humana é um campo interdisciplinar que busca compreender as complexas interações entre os seres humanos e seu ambiente. Conforme Simonard (2017, p. 68) a termologia Ecologia Humana "foi criado por Robert Ezra Park e Ernest Burguess, na Universidade de Chicago nos anos 1920, que produziram alguns trabalhos fundamentais em ecologia humana".

Mendes Júnior (2017, p. 78) por sua vez, afirma que:

> A Escola de Chicago trabalhou com estudos urbanos, ecológicos e ambientais, relações raciais, conflitos sociais, imigração, estudos sócio comportamentais e revoluções. O mapeamento da própria cidade de Chicago foi o ponto de partida para a teoria dos anéis concêntricos e o zoneamento da cidade, estruturada entre o centro financeiro, comercial e administrativo e os subúrbios que, a partir da implantação de uma infraestrutura de deslocamento e mobilidade compatível, deveriam ser paulatinamente ocupados pela classe média e elite.

Esse campo reconhece que os seres humanos não são entidades separadas da natureza, mas sim parte integrante dela, influenciando e sendo influenciados em um ciclo constante de interdependência. Nesse contexto, o pensamento de Marques (2012) destaca que, mesmo ao pensar e fazer ciência, precisamos ouvir o que a natureza desses povos tem a nos ensinar. Ele chamou esse fenômeno de "ecologia da alma", pois a alma é o que fortalece o papel da coletividade.

No entanto, a ideia de uma Ecologia Humana produzida no Brasil contrapõe aquela produzida nos Estados Unidos da América, que era urbana e observava tão somente as relações no espaço da cidade de Chicago. Para Bomfim (2017, p. 103) "a Ecologia Humana produzida hoje no Brasil pouco tem a ver com a aquela propalada por Donald Pierson no início do século XX no Brasil, na Escola Livre de Sociologia na recém-criada Universidade de São Paulo", isso porque, continua Bomfim (2017) "ela é uma Ecologia do Campo, muito voltada para o estudo das comunidades tradicionais (índios; quilombolas; populações ribeirinhas; povos de terreiro; ciganos; comunidades de fundo de pasto; movimento dos sem-terra; povos atingidos por barragem e outros)". Ou seja, o projeto conceitual nasceu nos EUA na década de 1920, como menciona Simonard (2017), contudo, a essência de sua efetivação vai acontecer no Brasil, a partir de diferentes autores/pesquisadores que passaram a problematizar seu conceito com as múltiplas realidades existentes no território brasileiros, como os conflitos agrários, sanitários e de saúde pública, afirma Bomfim (2017).

Para a professora Maria José de Araújo Lima, precursora nessa discussão, o ser humano é um ser biossocial que somente pode ser compreendido quando observado in loco seu espaço de existência e sua forma de convivência com os demais seres vivos. Segundo ela, esse é o papel do ecologista humano: reconhecer na problemática local as interações com a natureza.

> O ecologista humano defronta-se com uma problemática complexa, ao ser forçado pela natureza de seus estudos ao conceber o homem como um animal ligado, por um lado, à teia da vida em condições idênticas aos demais seres vivos, e, por outro, ao sistema social como autor e ator. Idealizada nesses termos, a ecologia humana, além de utilizar os princípios da ecologia geral, necessita ampliar seu quadro teórico para dimensionar a ênfase holística implícita em toda sua ideia. (Lima, 1983, p. 20)

Para Alvim e Castelhanos (2017, p. 37) a Ecologia Humana "adota uma abordagem holística onde suas partes integram a um todo que se interrelaciona, o que significa que procura em cada um de seus fragmentos ou áreas, entender como parte de um único sistema complexo e interativo". Essa questão leva-nos a um dilema trazido ao debate por Bomfim (2017) estamos diante de uma ciência ou um paradigma? Ficamos com a explicação de Alvim e Castelhanos (2017, p. 36) quando concluem que estamos diante de uma "ciência eminentemente antropocêntrica, mas com uma perspectiva multissistêmica e interdependente ao seu entorno".

E por ser multissistêmica, podemos mencionar que a Ecologia Humana dos povos tradicionais está profundamente enraizada em uma relação simbiótica e respeitosa com o território que eles vivem e convivem, sempre baseada em saberes ancestrais, práticas sustentáveis e formas próprias de organização social. Esses povos (sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas), desenvolvem modos de vida que integram cultura, espiritualidade e natureza, reconhecendo o ambiente como um ser vivo e sagrado, não apenas como recurso a ser explorado. A terra, as águas, as florestas e os animais não são elementos externos, mas partes constitutivas de sua identidade e existência coletiva, como nos ensina Santos; Silva e Oliveira (2018). Ao reconhecer a ecologia humana dos povos tradicionais, amplia-se a compreensão sobre sustentabilidade e justiça socioambiental, destacando o papel desses grupos na conservação da biodiversidade e na resistência frente às ameaças do avanço do capital sobre seus territórios, que são espaços sagrados.

Marques (2012, p. 15) traz a seguinte indagação: "Numa etnia indígena, num quilombo, numa comunidade de pescadores, num grupo de ciganos, qual a função

das coletividades e das individualidades? Que lugar resta nos sistemas interpretativos a respeito dessas culturas para os processos de homogeneização e invisibilização?" As comunidades quilombolas do município de Afrânio/PE desempenham um papel fundamental na interação harmoniosa e sustentável entre seres humanos e o ambiente. Elas exercem o papel de espaço de promoção da interação social na construção coletiva, solidária e de resistência cultural. Nesses territórios, os laços comunitários são fortalecidos por práticas cotidianas baseadas na cooperação, na oralidade, no cuidado mútuo e na partilha dos saberes ancestrais, o que contribui para a formação de identidades coletivas e o fortalecimento do senso de pertencimento. A identidade ainda é um processo em construção, e isso se dá pelo apagamento histórico de suas memórias.

A interação social no Quilombo Sítio Araçá, pode ser vista por três ângulos: a participação ativa dos moradores nas discussões da associação; nas festas locais, principalmente quando a população retorna dos Projetos de Irrigação de Petrolina, e tem serestas no núcleo central do Quilombo[10]; e na questão religiosa, que apesar da forte presença das igrejas pentecostais na comunidade, não há registro de conflitos entre católico e evangélicos, antes, há respeito entre os dois grupos (únicos existentes no Quilombo), onde trataremos dessa questão com mais ênfase na Discussão Geral.

Dentre as manifestações culturais, três tradições populares estão presentes no cotidiano daquelas pessoas: a Roda de São Gonçalo, o Reisado e o Samba de Roda. Além dessas expressões ainda vivas, observa-se também a memória da banda de pífano, que outrora teve presença marcante nesses festejos.

As Rodas de São Gonçalo, são danças devocionais realizadas em forma de promessa, geralmente associadas à cura e à proteção espiritual, profundamente enraizadas no Nordeste do Brasil, onde é misturado música e devoção. As rodas geralmente ocorrem como forma de pagamento de uma promessa por graças alcançadas, sendo marcadas por cânticos religiosos ao som de viola, pandeiro e uma coreografia circular que simboliza união e fé. Elas foram incorporadas aos festejos religiosos ainda no Brasil Colônia, sendo uma homenagem a São Gonçalo do Amarante, que na ótica de Lima e Gomes (2009) é o patrono da fecundidade humana,

[10] Como mencionado no Primeiro Artigo, parte da população (principalmente a população masculina) desloca na madrugada da segunda-feira para trabalhar nos projetos irrigados de Petrolina/PE, retornando somente na sexta-feira à noite. Essa migração provisória esvazia o Quilombo Sítio Araçá durante a semana, ficando nele apenas crianças, mulheres e idosos, e resulta na dificuldade de consolidação de uma identidade efetiva, por falta de mobilidade.

dos violeiros, protetor das chuvas com trovoada e da cura de doenças. Para Silva e Amaral (2018, p. 27) “a popularidade de São Gonçalo, e da festa em sua homenagem, tomou dimensões inesperadas, se tornou nome de municípios espalhados por alguns estados do Nordeste, e suas imagens eram cultuadas em muitas casas e igrejas no interior nordestino”.

No Quilombo Sítio Araçá o folguedo popular é realizado como expressão da alegria de uma realização familiar, como a representação da (**figura 8**), abaixo, uma roda de São Gonçalo montada no terreiro da comunidade para expressar a gratidão pela construção da Carta de Direitos Climáticos, que apresentaremos adiante.

Figura 8: Roda de São Gonçalo no Quilombo Sítio Araçá com destaque para a dança a partir da imagem de sacra



Fonte: o autor, 2024.

No Quilombo Sítio Boa Vista, um dos territórios que forma o grande Araçá, o samba de roda se destaca como uma das mais significativas expressões culturais da Comunidade. Essa manifestação, marcada por música, dança e ancestralidade, carrega até os dias atuais os traços vivos deixados por sua principal precursora: a senhora Vitalina Brígida dos Santos, que apresentamos na **Imagem 1**. Foi ela quem, com sensibilidade e liderança, deu início à tradição ao reunir amigos, vizinhos e parentes para formar uma roda de samba no terreiro da casa de seus pais, Aniceto e Brígida. Mais do que um momento de festividade, esses encontros promovidos por Dona Vitalina constituíam um espaço de celebração da identidade quilombola e do fortalecimento dos laços comunitários, permanecendo até nossos dias pelas mãos de seu filho, sobrinhos e amigos.

Imagem 1: Vitalina Brígida dos Santos (Samba de Roda do Sítio Boa Vista)



Fonte: Edna dos Santos Paixão, 2024.

O Samba de Roda do Quilombo Sítio Boa Vista é um momento de devoção à vida em Comunidade, reunindo pessoas de todos os lugares para celebrar conquistas e desempenha papel fundamental na preservação da memória coletiva. Mais do que uma simples manifestação festiva, ele constitui um espaço de transmissão de saberes ancestrais, de valorização da oralidade e de fortalecimento dos vínculos comunitários, ao reunir diferentes gerações em torno da música, da dança e da tradição. Sua prática contribui para manter viva a herança ancestral, consolidando-se como um instrumento de educação popular, e deu origem a um documentário rodado nos meses de abril e maio de 2024, onde os familiares e amigos das comunidades remanescentes de quilombos de Afrânio foram prestigiar e participar das filmagens, que aconteceu no Quilombo Sítio Boa Vista, como mostrado na **Imagem 2**, abaixo:

Imagem 2: Figurantes no documentário “Samba de Roda do Quilombo Boa Vista” reunidos após a gravação, em abril de 2024.



Fonte: o autor, 2024.

A gravação do documentário foi um momento de reencontro, emoção e festividade, onde aquela população pode sentir toda energia renascida da história de vida da senhora Vitalina Brígida dos Santos sendo contada por suas parentelas. O documentário, patrocinado pela Lei Paulo Gustavo de Incentivo à Cultura (Lei Complementar nº 195/2022) está disponível na plataforma YouTube a partir do link:

https://youtu.be/Tajb_6PwM8U

A terceira manifestação cultural presente nos quilombos de Afrânio/PE trata-se do Reisado de Lagoa Comprida, que acontece no Sítio Lagoa Comprida, um dos territórios em processo de reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares, e que mantém a tradição do Reisado desde 1940, quando a senhora Petronila Clara de Souza (dona Petú), convidou suas irmãs Maria Clara de Souza, Madalena Clara de Souza e Margarida Clara de Souza, para preparar um ofertório festivo. Ela com 19 anos à época, pediu ao seu pai, o senhor Malaquias Máximo de Araújo para convidar os amigos, e assim nasceu a tradição daquela localidade, conforme menciona Silva (2010).

O Reisado, como manifestação cultural presente em diversos quilombos do Brasil, representa uma expressão simbólica de fé enraizada nas tradições populares do ciclo natalino, reunindo elementos do teatro, da música, da dança e da religiosidade, sendo praticado sobretudo entre os meses de dezembro e janeiro, em homenagem aos Reis Magos.

No Quilombo Sítio Lagoa Comprida os festejos não mais acontecem no período natalino, mas sim em fevereiro quando as chuvas de verão dão uma trégua. Isso porque a localidade de dificil acesso, é empecilho para o deslocamento pelas estradas com os volumes de chuvas. Naquele território quilombola, o reisado assume contornos próprios, incorporando cantos, ritmos e personagens que dialogam com a história local, com a espiritualidade afrodescendente e com a celebração da ancestralidade, a exemplo do Boi Mascarado. A entrada do Boi na roda é o clímax da apresentação, isso porque o boi é a representação da fartura, da mesa cheia, principalmente quando o ano é de muita chuva no Semiárido brasileiro.

Os participantes, todos mascarados, são chamados de “caretas”, e tem duas funções: fazer a alegria do público presente na “arena”; e representar o papel do

vaqueiro que precisa levar o boi para o matadouro, para com isso partilhar a fartura recebida (**Figura 9)**.

Figura 9: Dois momentos festivos no Reisado de Lagoa Comprida: a entrada e a morte do Boi



Fonte: o autor, 2025.

Mais do que uma festa, o reisado é uma prática pedagógica comunitária, onde se transmite valores, histórias e modos de vida, isso porque depois da morte do boi, que permanecesse no chão, “as cantadeiras narram a música da partilha feita pelos Caretas, que aguardam o momento de arrancar a sua língua. Embora narre a divisão das outras partes, somente a língua tem a sua dramatização (Silva, 2010, p. 54).

Com a língua do boi nas mãos, simbolicamente, os “Caretas” passam a vender aquela iguaria aos donos da casa, e com isso, arrecadam dinheiro para as bebidas. Esse ato, mesmo que simbólico, tem uma representatividade no fortalecendo dos laços sociais e a consciência étnico-racial. A última parte da festa é roda em volta dos “Caretas” que comemoram a venda da língua do boi, isso porque passa a ideia do recomeço e da renovação.

As cantadeiras começam a entoar o cântico da renascença e uma criança é levada a tocar no boi, que simbolicamente devolve a vida ao animal, este “ao renascer, retoma a brincadeira insinuando ameaças ao público e correndo atrás dos Caretas; em seguida despede-se do público, dando espaço para a figura do Jaraguá” (Silva, 2010, p. 57), como representado na **Figura 10**.

Figura 10: O jaraguá entra na roda do Reisado de Lagoa Comprida que é puxada por populares ao som das cantigas que embala aquele folguedo popular.



Fonte: Moisés Almeida, 2019.

O Reisado é também o processo de desmontagem da lapinha, que representa o nascimento do menino-Deus assim como fizeram os três reis magos, só que colocando a ancestralidade quilombola no seio da festa.

As interrelações das manifestações culturais expostas têm como parte de sua execução a ideia do corpo. Marques (2015, p. 71) afirma que “o corpo é a casa da alma, quiçá sua prisão, considerado um espaço intocável, parte do universo; nada deveria chegar à escuridão dos órgãos, no negro sagrado”. O corpo é, portanto, uma metáfora da existência humana. Foucault (2014), ao discutir a questão do corpo, examina as práticas disciplinares que se consolidaram a partir do século XVIII, visando à produção de um tipo específico de corpo: o corpo dócil. No entanto, ele explicita a ideia de exclusão dos corpos dos condenados e da ostentação dos suplícios.

Para além do corpo e da alma, uma comunidade quilombola tem, em sua essência, a capacidade humana de resiliência, de viver em harmonia com o ambiente e de encontrar soluções criativas e sustentáveis para desafios ambientais. A educação, que faz parte das ecologias dos seres humanos, está inserida nesse contexto. Ao reconhecer e valorizar o conhecimento e as experiências dessas Comunidades, também é fortalecido o sentimento de pertencimento, uma vez que um aspecto fundamental da ecologia humana é a relação de respeito e reciprocidade com o ambiente em que vivenciam suas memórias.

As comunidades quilombolas tem a natureza não apenas como um recurso a ser explorado, mas como um parceiro com o qual devem coexistir em equilíbrio. Como

afirmam Alvim e Castelhanos (2017, p. 37) “a Ecologia Humana é, sem dúvida, a mais democrática das áreas de estudo, pois escuta a todas as vozes que possam contribuir para o enriquecimento da pesquisa. Assim, não há como não dizer que ela é uma ciência, embora a discussão sobre se é ou não seja ainda persista”.

É no pensamento interdisciplinar que a educação nessas comunidades deve vivenciar um currículo diferenciado, lastreado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), resultado da luta dos movimentos sociais organizados e na luta coletiva. A professora Givânia Maria da Silva (2022) nos ensina, a partir do lema criado pelo Coletivo de Mulheres da CONAQ – “toda mulher é um quilombo”, que o quilombo é uma invenção negra e feminina e, portanto, “as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade mais equânime não se darão sem as mulheres, como vêm afirmando as mulheres negras ao redor do mundo” (Silva, 2022, p. 207). Isso porque são as mulheres quilombolas que estão no cotidiano de suas comunidades, pontuando as necessidades de educação, saúde, qualidade de vida, moradia digna, diversidade.

Pensar um quilombo é pensar nas mulheres que nele vivem e nas formas de se organizarem, complementa Silva (2022). Isso deve ter ênfase no pensar decolonial, conforme observa Walsh (2001), ou seja, numa perspectiva intercultural que valoriza a coletividade e os novos conhecimentos. Esse enfoque é capaz de preparar crianças, jovens e adultos para combater o racismo estrutural, por meio do conhecimento e da formação adquiridos em sala de aula, a partir da educação antirracista.

4.6 A EDUCAÇÃO ESCOLAR: OBJETO DA PESQUISA

Antes de contextualizar o objeto desta pesquisa, é preciso dizer que a educação escolar, enquanto concepção formativa, é um direito de todos e um dever do Estado e da família, conforme reza a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, que também menciona ser esta promovida e incentivada pela sociedade, cujo objetivo maior é o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para viver na coletividade, no pleno exercício da cidadania, além da qualificação para o mercado de trabalho. O artigo 206, dando continuidade ao propósito da educação formal, afirma que o ensino deverá ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência do estudante na escola.

A Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) seguiu o texto constitucional e no seu artigo 2º ratifica o artigo 205, da Carta Maior, constituindo assim os princípios da educação nacional:

> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, p. 10)

A referida legislação educacional aponta em seu primeiro artigo que a educação abrange os processos formativos, e que nascem no seio da família, na convivência humana, no mundo do trabalho, nos movimentos sociais, nas organizações civis, nas manifestações culturais e nas instituições de ensino. Ou seja, o fazer formativo não é uma tarefa própria da escola, antes, está contido em vários aspectos da vida cotidiana.

No entanto, a educação formal, com seu pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, contextualizada no respeito à liberdade e ao apreço à tolerância, bem como a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, somente é percebida pelo Estado, quando esta ocorre dentro do espaço escolar, visto que a uma instituição de ensino (pública ou privada), tem que valorizar as experiências extraescolar e ter consideração com a diversidade étnico-racial, garantindo o direito à aprendizagem ao longo da vida dos estudantes.

Ao inserir a valorização das experiências e da diversidade étnico-racial no bojo da legislação, percebe-se então que a proposta da educação nacional é reconhecer esses elementos como pilares fundamentais na formação integral do ser humano. O espaço escolar, enquanto lugar coletivo de construção de saberes, deve ser o garantidor do direito de cada indivíduo a ser respeitado em suas singularidades, promovendo uma reflexão contínua sobre a pluralidade que compõe a sociedade brasileira. Nesse sentido, torna-se essencial considerar as diferenças em todas as suas dimensões.

Por isso, os projetos político-pedagógicos e os regimentos escolares precisam incorporar, com autonomia e compromisso ético, o respeito às identidades pessoais e coletivas de professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar, valorizando também as vivências locais e o território em que a escola está inserida, pensando a educação como um espaço transformador a partir da realidade do estudante.

O formalismo da educação pública não pode engessar o currículo escolar desenvolvido nas escolas (sejam elas urbana ou rural), antes, precisa estar próximo da realidade dos estudantes e adequado as *expertises* de cada escola, de cada comunidade, evitando tornar-se aparelho ideológico e de alienação por parte do Estado (Althusser, 1992), além de evitar também a evasão escolar e o elevado índice de reprovação, presente na educação pública no pós-pandemia da COVID19.

A escola presente em uma comunidade tradicional não pode ser quilombola apenas no nome, precisa estar entranhado com os anseios da comunidade e com as vivências sociais, porque ela revela-se como um importante espaço de preservação da memória histórica e do fortalecimento da identidade coletiva. Ela precisa pensar seu formalismo como uma ação política, sendo parte de um mecanismo de liberdade e de afirmação da luta por direitos e pelo reconhecimento do território como lugar de cultura. No caso das Comunidades Quilombolas, essa dinâmica reforça-se na luta coletiva por direitos fundamentais e na valorização de suas identidades, sustentando a importância de uma educação que dialogue com os valores e as histórias da comunidade, tendo como parâmetro basilar o texto Constitucional (Arruti, 2003), contrapondo os propósitos de "desenvolvimento social" consolidados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que assentou sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicadores que distorcem da realidade de muitos países, criando faixas de produção de riqueza, índice de alfabetização das populações, índices de educação formal, melhoria da qualidade de vida da população, melhoria dos índices e natalidade e do bem-estar de uma população, especialmente das crianças, partindo do pressuposto dos países desenvolvidos, que na sua maioria assim tornaram-se explorando antigas colônias nas Américas, na África e na Oceania.

Martins (2006, p. 285) tece o seguinte comentário a partir desta questão:

> Se não é de agora que a educação é a "alavanca para o progresso", agora as fusões entre as premissas do desenvolvimento humano e os pilares do desenvolvimento sustentável, colocam novamente a educação como elemento transversal, que lida tanto com o desenvolvimento das capacidades humanas para produzir riqueza material (desenvolvimento econômico; poder de compra); como também deve produzir riqueza imaterial (conceitos, critérios, como os de prudência ecológica; produzir a capacidade de produzir e dispor de valores e de critérios éticos e de equidade, dentro de um determinado grupo humano, etc.)

Ou seja, não podemos estender uma régua e medir avanços e estagnações referentes a produção de riqueza, de conhecimento, de educação, tendo como base

os países que se desenvolveram a partir da usurpação de riquezas dessas antigas colônias, hoje países em que suas populações lutam por sobrevivência e produção de subsistências, é preciso avançar e correr atrás do desenvolvimento humano e econômico, sim, mas sem perder de vista a prudência ecológica, que somos parte de uma cadeia e que nossos descendentes precisam estar inseridos neste movimento, de divisão de riquezas e de melhoria dos índices sem esquecer o chão que pisa.

Esse movimento de reivindicação tem se consolidado com o avanço dos direitos humanos e da valorização da diversidade cultural, rompendo com a lógica histórica de assimilação que buscava homogeneizar culturas e desqualificar as tradições indígenas, negras e de povos não europeus e não brancos (Miranda, 2009). Nesse contexto, a resistência dos quilombolas e de outros povos tradicionais é uma resposta à marginalização histórica, enfatizando a preservação de saberes e práticas culturais como essenciais para a afirmação de seus direitos e para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Na educação, a luta dos movimentos quilombolas e negros tem se voltado para o reconhecimento pleno da diversidade de sujeitos históricos, vivências e culturas que compõem essas comunidades.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objeto de estudo a educação escolar ofertada pelo poder público municipal na única escola do Quilombo Sítio Araçá. Ela respondeu a questão-problema já mencionada (Qual a relação entre a educação escolar e a construção identitária da Comunidade de Remanescentes de Quilombos do Araçá?), e tendo como uma das linhas de investigação, compreender o papel dos diferentes agentes (professores, pais e a direção escolar), no cenário formativo dos quase 100 (cem) estudantes (com idades entre 7 e 12 anos), matriculados no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Ao longo da pesquisa empírica, histórias foram compartilhadas, vivências foram percebidas e festividades, tanto na escola quanto na comunidade, também serviu como espaço de observação. O currículo escolar e as práticas pedagógicas aplicadas em sala de aula a partir dos projetos escolares desenvolvidos, também foram analisados, onde a escola assume papel essencial no cenário formativo, não só como instituição de ensino, mas também como um elo que conecta os saberes locais e as experiências coletivas da comunidade, principalmente quando realiza eventos culturais, onde a presença dos pais (principalmente das mães), torna o evento didático e de aproximação com a realidade local.

No que tange o currículo escolar, mesmo sendo guiado pelo currículo ofertado pela Rede Pública Municipal de Educação, adaptações são realizadas para incluir conteúdos que reflitam as práticas culturais da Comunidade, como as festividades locais, por exemplo, rememorando o que Martins (2006) nos ensina quando afirma que currículo é como um caminho que nos dará a melhor direção, ou seja, “um lugar onde se deva chegar e, ao mesmo tempo, o caminha para alcança-lo, são paradoxalmente (mas também complementarmente)”, afirma (Martins, 2006, p. 218).

Ao investigar a interseção entre a memória histórica como afirmação da ancestralidade e do reconhecimento estatal; a educação escolar quilombola como direito fundamental da população quilombola; e a ecologia humana como base da relação dos seres humanos com seu ambiente, este trabalho busca contribuir para a reflexão sobre o papel da educação no fortalecimento da autonomia quilombola e na criação de caminhos que assegurem a proposta de uma educação formal, mas alinhada ao capital cultural de sua população e ao ambiente em que essa Comunidade está inserida, no Sertão Pernambucano.

5 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002), pesquisa é definida como procedimento racional que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos, e sabe-se que não existe pesquisa sem uma dúvida que a precede, uma inquietação que norteia o campo de visão do pesquisador, ou mesmo uma pergunta que lastreia os sentidos do seu existir. Nesse contexto, esta pesquisa respondeu a uma questão-problema levantada durante sua construção primaria, que nasceu de um olhar crítico sobre o objeto pesquisado, que buscou respostas no processo empírico, e que, lastreado por elementos do cotidiano coletivo, foi possível responde-la afirmativamente, como pode ser observado na Discussão Geral.

Este é um estudo de caso etnográfico, o qual operacionalizou as conexões necessárias para a análise e explicação dos registros observados através da ressignificação do tempo, pautando-se nos instrumentos técnicos de análise documental, na observação participante e nas entrevistas coletadas durante a pesquisa de campo (Ezpeleta e Rockwell, 1989). A etnografia, como método de pesquisa qualitativa, é amplamente utilizada nas ciências sociais por envolver a observação participante e a descrição detalhada de culturas e comunidades.

5.1 PRENÚNCIO DE UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA

Para Laplantine (2002), a etnografia propriamente dita só começou a existir quando o pesquisador percebeu que deveria ir a campo para realizar sua própria pesquisa, utilizando materiais necessários para captar as ações do ambiente, ouvindo e observando as culturas e as pessoas, e que a observação direta, parte integrante da investigação, se concentrava na compreensão das práticas, crenças, interações e comportamentos das pessoas em seus contextos naturais, por meio de uma imersão prolongada do pesquisador na comunidade estudada, e com isso, quebrando a ideia de divisão de tarefas.

> [...] ela põe fim à repartição de tarefas, até então habitualmente divididas entre observador (viajante, missionário, administrador) entregue ao papel subalterno de provedor de informações, e o pesquisador erudito, que tendo permanecido na metrópole, recebe, analisa e interpreta - atividade nobre! essas informações (Laplantine, 2002, p. 57).

Esta foi a ótica mensurada pelo antropólogo Franz Boas (1858-1942), que enfatizou a importância do trabalho de campo intensivo e prolongado. Boas (2004) acreditava que os antropólogos deveriam viver entre as pessoas que estudavam, aprendendo sua língua e participando de suas atividades cotidianas para entender suas culturas de forma mais completa e acurada. Ele mesmo relata que viveu um período entre os esquimós, e afirma que "o uso de máscaras é encontrado em vários povos... elas são usadas para enganar os espíritos [...] o mascarado encarna uma pessoa morta cuja memória deve ser relembrada" (Boas, 2004, p. 26).

A ideia da máscara é somente para dizer que uma ocorrência em determinado povo pode ter relação com outros, porém com significados distintos. Nasce, então, o propósito do relativismo cultural, para afirmar que as culturas devem ser entendidas e julgadas por seus próprios méritos e contextos, e não através dos valores e normas de outras culturas.

> Os fenômenos culturais são de tal complexidade, que me parece duvidoso que se possa encontrar qualquer lei cultural válida. As condições causais das ocorrências culturais repousam sempre na interação entre indivíduo e sociedade, e nenhum estudo classificatório das sociedades irá solucionar esse problema (Boas, 2004, p. 107).

Laplantine (2002, p. 74) afirma ser Franz Boas e Bronislaw Malinowski (1884-1942) os primeiros etnógrafos a efetivarem pesquisas prolongadas. Este foi o primeiro a experimentar de forma científica da etnografia, estudando de perto e de forma profunda outras populações, nas Ilhas Trobriand (entre 1914-1916), relatando suas observações na obra "*Os Argonautas do Pacífico Ocidental*", onde detalha o sistema comercial, chamado Kula, desenvolvido entre os nativos dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. No Brasil, um dos principais etnógrafos é o professor Darcy Ribeiro, que desenvolveu expedições no final da década de 1940 para estudar os índios Urubu-Kaapor na orla oriental da Floresta Amazônica (no Estado do Maranhão), e relatou tudo em seus "*Diários Índios: os Urubus-Kaapor*", conforme observa-se em (Ribeiro, 1996).

Esse tópico da pesquisa ganhou o título de "Prenúncio de uma pesquisa Etnográfica" porque nele apresentamos o prognóstico do método qualitativo aplicado na observação participante, além de conceitua o que seria uma etnografia, tipo de pesquisa desenvolvida entre o final do século XIX e início do século XX, a partir de pequenas comunidades isoladas culturalmente (civilizações exóticas), utilizando

instrumentos de coleta de dados a partir da observação do comportamento das pessoas, sem interagir com elas ou mesmo compreender e conhecer as interrelações existentes, segundo descreve Sousa e Barroso (2008).

Mattos e Castro (2011) afirmam que os precursores deste formato de pesquisa (Franz Boas e Bronislaw Malinowski), tinham concepções distintas sobre o mesmo ponto de vista, sendo que aquele operava a partir do historicismo cultural, defendendo o olhar para a cultura pesquisada partindo do próprio contexto histórico do espaço da pesquisa, dando ênfase a reconstrução da história local; e este partia do funcionalismo, operando pela observação participante na proposta que as instituições culturais tem função dentro da sociedade, contribuindo para seu pleno funcionamento.

Ainda menciona Mattos e Castro (2011, p. 28) que:

> Malinowski preconizou que, apenas por meio da observação participante, o pesquisador teria possibilidade de conhecer o outro em profundidade e superar os pressupostos evolutivos e o etnocentrismo (visão pelo qual o homem branco europeu letrado seria superior a todos quantos apresentassem diferentes constituições, tanto físicas quanto de formas de vida e de pensamento), sendo que a Etnografia deveria ser uma pesquisa intensiva, de longa duração, onde o etnógrafo precisaria viver no local, aprender a língua nativa e, sobretudo observar a vida cotidiana. O pesquisador deveria dar conta da totalidade da vida da tribo observada, a partir da constituição da sociedade, da vida real e o espírito.

Apesar de estarmos tratando primariamente da história do povo do Quilombo Sítio Araçá, o objeto de estudo desta pesquisa é a educação imbricada na escola daquele Quilombo, e, secundariamente, a história de sua formação. Isso posto, percebe-se uma diferença conceitual entre o pensamento etnográfico dos precursores quanto aos povos primitivos, sem contato civilizatório, e os povos tradicionais, como no *lócus* desta pesquisa. Isso porque Malinowski, pertencia a escola britânica de Antropologia, que por sua vez via no olhar etnográfico o recurso metodológico central no trabalho de campo dos pesquisadores das sociedades na África e na Ásia, conforme menciona (Silva e Silva, 2021). Já Franz Boas pertencia a escola norte-americana de antropologia, que tinha seus estudos voltados para os modos tradicionais das comunidades indígenas norte-americanas, e que para investiga-los, buscaram reconstruir os aspectos institucionais, que permitiam entender sua condição (de nativo) através da memória histórica, ainda segundo (Silva e Silva, 2021). Estamos falando de duas escolas importantes para a antropologia e para a etnografia, sendo a primeira com estudos na década de 1920 e a segunda, na década de 1960.

Somente no final da primeira década do século XXI, é que o olhar de Clifford Geertz, também da escola norte-americana de antropologia, vai desenvolver uma forma de interpretação das culturas, como um sistema simbólico, conforme descreve em sua obra *interpretação das culturas* (Geertz, 1989). Ou seja, nesta ótica, a interpretação das experiencias utiliza os relatos para compor um estilo padrão e com isso encontrar paralelos que darão uma explicação para aquele evento, conforme menciona em (Geertz, 2014).

A população residente nos Quilombos de Afrânio não está isolada das demais áreas daquele município, existe uma interligação com a sede do município e com outras localidades na região (a exemplo de Petrolina, Pau Ferro, Rajada e Dormentes, em Pernambuco; Queimada Nova, Acauã, Paulistana e Lagoa do Barro, no Piauí; Juazeiro e Casa Nova, na Bahia), isso a partir da migração sazonal para trabalhar nas fazendas e lotes de irrigação. Portanto, ao analisar o Quilombo Sítio Araçá, é imprescindível reconhecer que sua dinâmica sociocultural não se dá de forma isolada, mas em constante interação com outros grupos e contextos, sendo atravessada por múltiplas influências externas que contribuem para a constituição de suas práticas, saberes e identidades. Nesse contexto, o foco da pesquisa não deve se restringir à compreensão do pensamento etnográfico apenas sob a ótica de seus precursores, embora essa abordagem inicial sirva como ponto de partida para situar o leitor quanto aos objetivos e ao desenvolvimento metodológico do estudo. O principal direcionamento recai sobre uma reformulação da pesquisa participante, considerando que ela foi conduzida em uma Comunidade Quilombola situada no Sertão Pernambucano, o que demanda adaptações específicas ao contexto sociocultural investigado.

Para Matuk (2012, p. 6),

> Na perspectiva de Geertz o saber local designa a experiência interpretativa de um grupo social, que, por sua vez, é também interpretada pelo etnógrafo e demais cientistas das etnociências, com base nos resultados obtidos em campo. Para estes, as formas de saber são sempre ecumênicas, mas é importante ter consciência de que carregam influências de fora e processos variados de construção da realidade social, que nunca poderão ser plenamente resgatados e conhecidos.

Isso resulta entender que as experiências observadas na pesquisa de campo foram salutares para a compreensão da etimologia dos saberes diante deste campo disciplinar, e que absorve outros saberes em sua formatação.

5.1.1 Etnografia na pesquisa em educação

A escola num Quilombo não é um lugar isolado e que anda sozinho em sua forma de existir, é e deve ser um espaço de luta e por onde flui parte da história local de resistência, de cultura e revivência do patrimônio negro em sua essência. Quando acentuadas em seu currículo, as práticas cotidianas da população do quilombo possibilitam conhecer o cotidiano social dos sujeitos que ali vivem e que são estes, sujeitos de direitos e deveres, de ter a memória ancestral respeitada, e de viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preceitua os artigos 215, 216 e 225, da Carta de 1988.

A escola enquanto espaço de convivência tem a missão institucional ser o local formativo, sendo guiada pelos princípios elencados no artigo 3º da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional), cujo contexto deve possibilitar igualdade de condições para todos que acessarem a escola, e nela permanecer; a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; bem como, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e o respeito à liberdade e apreço à tolerância, entre outros.

A Lei Federal nº 10.639/2003, que criou o artigo 26-A na LDBEN (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional), determinou que nos espaços formativos (escolas públicas ou particulares), o ensino sobre história e cultura afro-brasileira, tornar-se-ia de cunho obrigatório, e essa determinação veio efetivar os princípios basilares já mencionados, dando condições para que não haja na escola nenhum tipo de segregação, partindo daí a necessidade, no contexto das Comunidades Quilombolas, de um educação escolar com as especificidades de cada território.

Para Gusmão e Souza (2012, p. 224),

> os bens materiais e imateriais que denomina repertórios culturais afrodescendentes, estão presentes na própria história das comunidades enquanto quilombos contemporâneos, no significado de suas festas, na forma como lidam com o trabalho, no sentido que atribuem à terra e na relação que estabelecem com ela; estão presentes também nas relações de parentesco existentes e valorizadas, nos rituais profanos e religiosos.

Esses repertórios culturais estão no cotidiano da comunidade e chegam à escola através dos estudantes e da participação da família no cotidiano escolar, devendo o currículo compreender que esta também é uma forma de educação, saindo

do preceito formalístico e tecnocrata “cujo uniforme está pronto a vestir de tamanho único”, conforme ensina (Macedo, 2008, p. 18).

5.2 OLHAR ETNOGRÁFICO PARA O QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

O caminhar pelo Quilombo Sítio Araçá e pelos territórios quilombolas reconhecidos (ou em fase de reconhecimento), no município de Afrânio/PE, se deu pela observação participante, que na concepção de Brandão e Streck (2006, p. 12) “deve ser compreendida com um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a oposição sujeito/objeto”. Uma observação participante, cingida do máximo de informações possíveis, para compreender e contextualizar historicamente dois momentos: o cotidiano da comunidade e sua formação histórica a partir dos seus moradores, e o olhar para dentro da educação formal ministrada na Escola Municipal Agamenon Magalhães.

Para tanto, o planejamento dos trabalhos foi formulado a partir do Caderno de Pesquisa, ferramenta metodológica que envolveu a organização sistemática de informações, as reflexões cotidianas e as descobertas relacionadas ao tema pesquisado. O caderno serviu para registrar sistematicamente todas as informações relevantes, incluindo notas de campo (contrapontos com outras regiões do mesmo município), observações deixadas por moradores, além dos dados brutos extraídos de *sites* oficiais, citações de fontes e *insights* pessoais nas viagens de pesquisa, além dos nomes das pessoas no momento das entrevistas.

No cotidiano da escola, observamos a prática dos professores, sem interferir na essência do trabalho intelectual daqueles profissionais, antes, consubstanciando a prática diária com o papel de cada sujeito.

O período da pesquisa empírica aconteceu entre julho de 2023 e julho de 2024, com visitas, entrevistas e permanência no cotidiano do território pesquisado, além da participação em eventos culturais na comunidade e na escola, visita ao Museu Pai Chico, visita a Casa de Pedra, visita a Secretaria de Educação do município e a sede da Associação de Remanescentes de Quilombo, bem como, observação *in loco* do cotidiano da população, como demostrados no **Quadro 1**, a seguir:

Quadro 1: Participação em eventos nos Quilombos de Afrânio/PE durante o processo de execução da pesquisa de campo

ORDEM	PERÍODO	EVENTO
1	JULHO/2023	Visita ao Quilombo Sítio Boa Vista para contactar a senhora Edna da Paixão Santos e ao Quilombo Sítio Araçá, para contactar a senhorita Paula Regina Ferreira dos Santos
2	AGOSTO/2023	Encaminhamento do Projeto de Pesquisa ao CEP/UNEB.
3	SETEMBRO/2023	Aprovação do Projeto de Pesquisa junto ao CEP/UNEB.
4	OUTUBRO/2023	Visita a Casa de Pedra, no sítio Água Preta, em Dormentes/PE.
5	NOVEMBRO/2023	Visita agendada a Secretaria Municipal de Educação de Afrânio/PE Visita a seda da Escola Municipal Agamenon Magalhães
6	DEZEMBRO/2023	Visita guiada ao Museu Pai Chico para conhecer seu acervo e o que poderia servir na construção da tese.
7	JANEIRO/2024	FÉRIAS
8	FEVEREIRO/2024	Visita ao Quilombo Sítio Lagoa Comprida para assistir ao Reisado
9	MARÇO/2024	Participação na reunião mensal da Associação Remanescente de Quilombo Sítio Araçá para apresentar a proposta do Projeto de Pesquisa
10	ABRIL/2024	Gravação do documentário “Samba de Roda do Quilombo Boa Vista”.
11	MAIO/2024	Construção da “Carta de Direitos Climáticos” do povo do Araçá, em parceria com o *The Climate Reality Project Brasil*[11].
12	JUNHO/2024	Pesquisa de campo no Museu Pai Chico. Entrevista com Liderança da Educação (SEEB) Pesquisa no Povoado de Caboclo e subida ao Mirante do Caboclo
13	JUNHO/2024	Pesquisa de campo no Museu Pai Chico Entrevista com Moradores do Quilombo Sítio Araçá Moagem no Sítio Croata (Quilombo Boa Vista)
14	JULHO/2024	Conversa Pedagógica na Escola Municipal Agamenon Magalhães Entrevista com Lideranças do Quilombo Sítio Araçá
15	AGOSTO/2024	Lançamento da Carta de Direitos Climáticos

Fonte: O autor, 2024.

[11] Para conhecer mais, ver: https://www.climaterealityproject.org.br/services-9.

O método da observação participante também teve como objetivo apontar como a cultura do povo quilombola do Araçá, que usa a oralidade como prática cotidiana, ajuda na educação formal das crianças da comunidade. Neste sentido, Brandão (1999, p. 41) nos ensina que “o ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica”. Ou seja, é preciso partir de uma realidade concreta da vida cotidiana dos agentes envolvidos e do *lócus* da pesquisa em suas diferentes dimensões e interações, entendendo que existe um compromisso político e ideológico com aquele espaço e com seus sujeitos, além do reconhecimento de que a atividade científica tem o mesmo caráter e segue o mesmo compromisso.

5.3 SUJEITOS DA PESQUISA

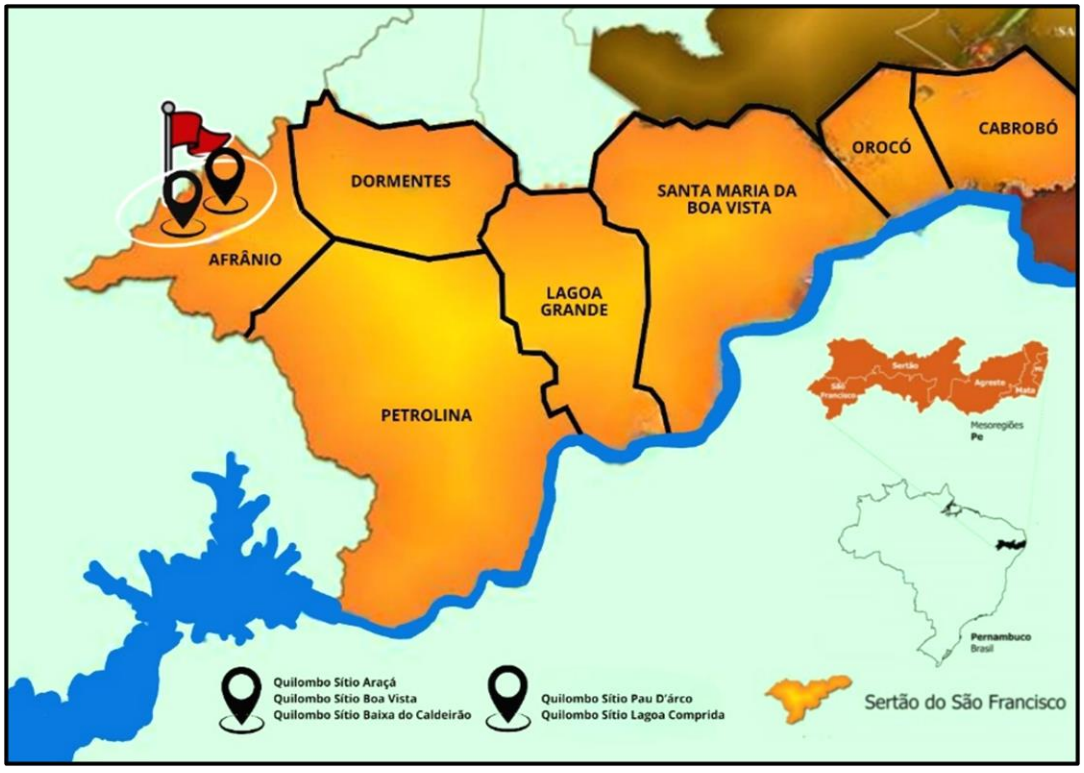
Os sujeitos da pesquisa são moradores do Quilombo Sítio Araçá, que vivem no território com suas famílias e participam ativamente do processo de autoidentificação e reconhecimento étnico. Inseridos em uma realidade marcada por múltiplas práticas de territorialização, eles enfrentam os desafios impostos por uma identidade historicamente negada ou estereotipada. Essa negação ainda se reflete tanto na ausência de políticas públicas efetivas para a Comunidade quanto na luta pelo direito de existir enquanto negros e quilombolas. As informações foram obtidas por meio de um questionário estruturado, no qual os participantes expressaram suas percepções sobre o cotidiano local e a educação ofertada naquele espaço comunitário, tendo aproximadamente 20% da população do território respondido ao instrumento da pesquisa.

No que tange à escola, os sujeitos eram agentes administrativos, o gestor escolar, a coordenadora pedagógica e os professores que atuam na Escola Municipal Agamenon Magalhães. Os entrevistados responderam a perguntas específicas relacionadas ao cotidiano de uma escola quilombola, abordando aspectos pedagógicos, administrativos e socioculturais. O roteiro das entrevistas, realizadas a partir de questionário estruturado, previamente elaborado com base nos objetivos da pesquisa, construídos e ajustados ao longo do trabalho de campo, demandou compreender a realidade local a partir da consonância com as demandas observadas na pesquisa empírica.

5.4 LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Quilombo Sítio Araçá, localizado no município de Afrânio/PE, sendo uma das comunidades que representam a resistência histórica e a sabedoria ancestral em meio a um cenário de transformações ecológicas e sociais, e que faz parte de um conjunto de cinco sítios em processo de reconhecimento e certificação como Comunidade Remanescente de Quilombo. O município pertence à mesorregião do São Francisco Pernambucano, que engloba municípios localizados no entorno do Rio São Francisco, caracterizados por clima Semiárido e economia voltada para a agropecuária, agricultura de sequeiro, e em alguns casos, atividades extrativistas, conforme mostrado na (**figura 11**), onde estão presentes também os municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Dormentes, Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Cabrobó, todos pertencentes a mesma mesorregião.

Figura 11: Localização no mapa da Mesorregião do São Francisco Pernambucano dos Quilombos de Afrânio/PE



Fonte: Adaptado pelo autor, 2024.

A condição de Comunidade Remanescente não era conhecida pela população do Araçá até o ano de 2006, quando, por intervenção de órgãos estaduais e federais, durante o processo de cadastramento para o Programa Bolsa Família, essa identidade

começou a ganhar força e visibilidade entre os moradores. Segundo Gomes (2017) o cadastramento do Governo Federal identificou um número expressivo de descendentes de pessoa escravizada na região, que ainda mantinham aspectos da cultura ancestral, estando distribuídos em cinco territórios. Dessa forma, foi instaurado processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, que deslocou equipe de antropólogos para discutir com a Comunidade e elaborar o processo de reconhecimento.

O Quilombo Sítio Araçá foi oficialmente reconhecido como Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares, por meio da Portaria nº 104, de 24 de setembro de 2014. Conforme já mencionado, essa comunidade integra um conjunto de cinco comunidades localizadas no município de Afrânio/PE que foram reconhecidas ou estão em processo de reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA como Comunidades Remanescentes de Quilombos. São elas: Sítio Araçá, Sítio Boa Vista, Sítio Baixa do Caldeirão, Sítio Lagoa Comprida e Sítio Pau D'Arco. A representatividade jurídica da comunidade é exercida pela Associação Remanescente de Quilombo Sítio Araçá, registrada sob o CNPJ nº 10.828.224/0001-40.

5.5 LEVANTAMENTO DE DADOS

A coleta de dados sobre a origem, o processo de reconhecimento e os aspectos territoriais e identitários, bem como a conjuntura social e política, constituiu elemento essencial para a compreensão do processo de existência histórica e social do Quilombo do Sítio Araçá. Isso porque o estudo das percepções dos sujeitos sobre sua identidade e seu envolvimento com os processos de territorialidade é igualmente relevante para entender a construção e manutenção de seu espaço de resistência e da ecologia humana criada a partir dessa relação entre os seres humanos e os ambientes que atravessam o existir pelos corpos (*habitat*) e pelo meio (ambiente). Nisso, foi preciso recorrer ao acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí, com uma vasta bibliografia sobre Domingos Afonso Mafrense e sobre a formação do Sudeste do Piauí, nos séculos XVI e XVII; bem como ao acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia, como fonte de pesquisa para conhecer aspectos da Casa da Torre, da família Garcia D'Ávila e da chegada de Tomé de Sousa a Salvador, em março de 1549.

A coleta de dados seguiu procedimentos metodológicos categorizados em dois tipos de questionários, o primeiro estruturado e aplicado durante as entrevistas com professores, coordenadores e populares; e o segundo, semiestruturados, aplicado a lideranças e gestores (tanto da escola quanto da Secretaria Municipal de Educação).

O levantamento bibliográfico e documental partiu de uma abordagem qualiquantitativa, na qual foram examinados documentos oficiais, livros de atas, livros de registros, certidões, inventários e livros de batismos, buscando subsidiar e responder as inquietações primárias. Além disso, foi construída uma revisão de literatura que fundamentou o conteúdo histórico, com o intuito de estabelecer uma linha do tempo e responder às questões de pesquisa.

O levantamento bibliográfico contextualizou os objetivos da pesquisa e suas pretensões, respeitando os sujeitos e os espaços em que se encontravam. De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 174), o levantamento documental é caracterizado pelo fato de que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias”, com o objetivo de levantar dados oficiais sobre a população em relação a aspectos como saúde, educação e moradia.

Entre os documentos analisados, estão o Currículo da Rede Municipal de Ensino, o Projeto Político-Pedagógico da escola, a Resolução CNE/CEB nº 8, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no cotidiano escolar, as Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, e o documento que formalizou a Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ).

A abordagem qualitativa da pesquisa, que se caracteriza pela reflexão a partir da ação e das interpretações conceituais, orientou seu desenvolvimento, buscando os significados atribuídos aos dados obtidos. Essa abordagem, segundo Creswell (2007, p. 34), “é aquela em que o investigador faz alegações de conhecimento com base principalmente em perspectivas construtivistas, ou seja, significados múltiplos das experiências individuais e significados sociais”, sendo elencada a partir da observação participante. Isso estabelece um diálogo entre a teoria (aquilo que é falado) e a prática (aquilo que é observado), dentro de uma perspectiva em que o olhar do pesquisador não deve influenciar os comportamentos e as relações interpessoais.

A pesquisa de campo permitiu compreender mais profundamente os eventos vivenciados pela comunidade, suas dificuldades sociais, a falta de políticas públicas

de melhoria da qualidade de vida dos moradores do Quilombo Sítio Araçá, e o entendimento sobre a necessidade de fortalecimento da identidade quilombola. É importante mencionarmos que a identidade da população quilombola, em sua maioria, está em um processo contínuo de construção, marcado por uma intensa resistência frente aos séculos de apagamento e ofuscação histórica promovidos por políticas coloniais, racistas e excludentes. Durante anos, narrativas oficiais silenciaram as experiências, os saberes e as formas próprias de organização social, relegando essas comunidades a uma invisibilidade forçada. A população dos Quilombos de Afrânio sofre esse apagamento histórico no seu cotidiano.

O fortalecimento da identidade quilombola emerge da memória coletiva, da oralidade, das festividades e da reapropriação dos territórios com suas tradições, e tem muito da força das mulheres locais, que estão reafirmando suas existências enquanto sujeitos históricos, e muitas seguem o exemplo de Edna da Paixão Santos (mostrada na **Imagem 3**), liderança do Quilombo Sítio Boa Vista e representante do Coletivo de Mulheres na CONAQ, que tem como lema “toda mulher é um Quilombo”.

Imagem 3: Edna da Paixão Santos (Edna Quilombola) em plenária da CONAQ



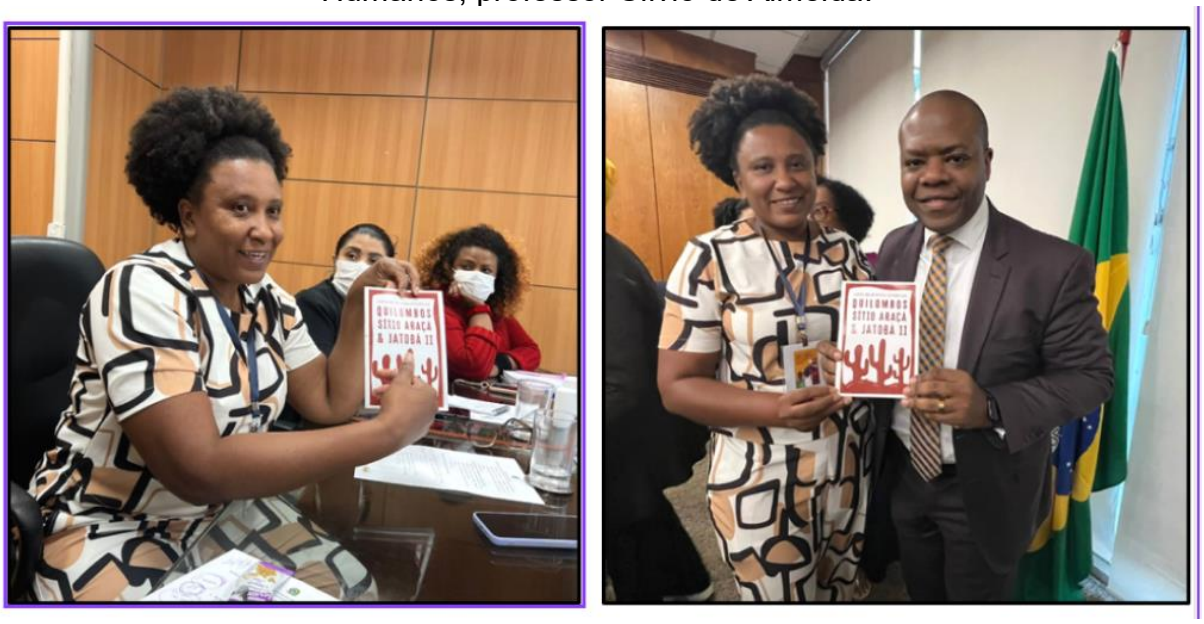
Fonte: Acervo pessoal de Edna da Paixão Santos, 2025.

Como liderança local, a senhora Edna da Paixão Santos tem se destacado como uma personalidade de grande relevância simbólica na luta por melhores condições de vida para sua comunidade. Por meio da força de sua voz feminina, tem mobilizado seus familiares e a população dos quilombos de Afrânio em um processo

contínuo de reconstrução identitária, cuja ação é também um ato político, pois desafia o esquecimento imposto e reivindica reconhecimento de direitos, de pertencimentos e de respeito aos modos de vida que resistem e se reinventam no presente.

Ela foi uma das vozes que levou a **Carta de Direitos Climáticos dos Quilombos Sítio Araçá e Jatobá II**, um documento de direitos sociais construído coletivamente no cenário das incertezas climáticas (Anexo 2) para outros espaços culturais e políticos, como podemos perceber nas imagens abaixo:

Imagem 4: Edna da Paixão Santos e membro do Coletivo de Mulheres da CONAQ apresentando a Carta em Brasília/DF no Ministério da Saúde nos dias 26 e 27 de agosto de 2024, e entregando um exemplar ao então Ministro de Estado dos Direitos Humanos, professor Sílvio de Almeida.



Fonte: Edna da Paixão Santos, 2024.

A atuação da liderança Edna da Paixão Santos corrobora a perspectiva defendida pela CONAQ ao evidenciar o protagonismo das mulheres na ocupação de espaços de liderança nos territórios quilombolas, reafirmando o que destaca Silva (2022, p. 201):

> o que se observa é a força que as mulheres têm imprimido para defender e permanecer em seus territórios. Portanto, a afirmação do Coletivo Nacional de Mulheres da CONAQ em suas manifestações reforça minha postulação de que os quilombos são invenção negra e feminina, ideia já defendida neste texto. Ou seja, uma invenção das mulheres da sua própria imagem e representação. É uma imagem feminina territorializada no seu pertencer, fazer e ser quilombola, no campo ou na cidade.

A força das mulheres quilombolas na CONAQ tem a expressão da pauta por garantir direitos fundamentais e sociais, além da luta pelo reconhecimento do território

e pela regularização fundiária, e acrescenta Silva (2022) ao pontuar o papel das mulheres nesta luta “as mulheres enquanto corpo dos/nos quilombos são fundamentais para a materialização do direito à terra/território ancestral [...] significa dizer que a terra/território tem importância singular para as(os) quilombolas, inclusive para garantir o acesso às demais políticas públicas”. E é essa força que tem sido importante, no caso do Quilombo Sítio Araçá para dirimir a ideia de “autonegação”, principalmente entre jovens e crianças, que não se sentem partícipes daquele território, como se isso fosse algo positivo.

O Quilombo Sítio Araçá vivencia uma negação histórica explicada a partir de Ricoeur (2017), Bento (2023) e Schwarcz (2024), quando observamos a ofuscação da sua memória, da identidade de sua população, e quando se cria uma ideia de que tudo que o “outro” faz é melhor, numa lógica que Pinheiro (2023) vai chamar de branqueamento das ideias, que é quando a colonização dá lugar à colonialidade, e se perpetua por gerações. Uma colonialidade que envolve em diversos aspectos.

Esse processo de embranquecimento, expresso nas formas de falar, vestir, caminhar e, sobretudo, na negação das próprias origens e no afastamento simbólico e físico do quilombo, foi historicamente naturalizado como resultado da ausência de uma identidade negra afirmada e valorizada, como aponta Schwarcz (2012). Trata-se de um fenômeno enraizado no passado, mas ainda presente, que atravessa gerações e se manifesta de maneira visível no cotidiano escolar, onde muitas crianças quilombolas negam sua negritude, preferindo se declarar “morenas”. Tal comportamento tem raízes profundas, remontando a um tempo em que aquela população era conhecida como os “**Nêgo do Araçá**”[12], conforme destacam Farias et al. (2021, p. 209), revelando as marcas persistentes do racismo estrutural e do silenciamento identitário.

5.5.1 Observação Participante

A observação participante foi a técnica central utilizada na coleta de dados. Segundo Brandão e Streck (2006, p. 25) “a pesquisa participante não cria, mas responde a desafios e incorpora-se em programas que colocam em prática novas

[12] Era assim que parte da população do município de Afrânio/PE, nas décadas de 1960 a 1980, tratavam a população do Araçá. Os autores Farias et al. (2023) descrevem como aquela população olhava para o Quilombo e como acontecia a interação entre o espaço rural e o espaço urbano, sendo que dois clubes socias foram criados, um só para negros e outro só para brancos, onde uma população não podia acessar o outro espaço.

alternativas de métodos ativos em educação". Apesar do período pesquisado der uma duração de um ano (como apresentado no Quadro 1), foi durante um período de cinco meses, que este pesquisador passou a interagir diretamente com os moradores do Quilombo do Sítio Araçá, participando das atividades diárias, como o manejo dos recursos naturais, das práticas agrícolas e pecuárias, das celebrações culturais e das dinâmicas sociais que envolveram a Associação Remanescente de Quilombo do Sítio Araçá.

Essa abordagem permitiu uma compreensão mais aprofundada das práticas ecológicas locais e de como os saberes tradicionais são incorporados ao cotidiano da comunidade. Foi um período fundamental para aprender a dinâmica interna do território e observar como as relações se desenvolvem em diferentes contextos, sendo feitos registros no Caderno de Pesquisa, onde foram incluídas descrições detalhadas das interações sociais, vivências no território, atividades de subsistência como a agricultura familiar de pequena escala e a pecuária da caprinovinocultura.

Os registros contínuos forneceram base sólida para a análise posterior e a identificação de padrões de comportamento e práticas ligadas à ecologia humana, visto que nesse processo foram utilizados outros instrumentos para coleta de dados que dizem respeito a comprovação das informações coletadas, como a pesquisa bibliográfica e documental, onde foi realizada revisão das principais obras e documentos relacionados ao contexto histórico da formação dos primeiros quilombos, da inserção do povo de quilombo na legislação brasileira, além da abordagem que trata das políticas públicas direcionadas às comunidades do entorno do Quilombo Sítio Araçá.

5.5.2 Coleta de Dados: Entrevistas e Questionários

Na execução da pesquisa foram coletados dados a partir de dois tipos de abordagem. Primeiro foi a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores e lideranças comunitárias. Essas entrevistas, conduzidas com base em um roteiro flexível, permitiram a exploração de temas como o manejo sustentável da terra, as práticas de transmissão de saberes entre gerações, o histórico de resistência, a questão da identidade quilombola e o reconhecimento oficial da comunidade. As entrevistas tiveram como objetivo captar a dimensão subjetiva e cultural do saber ecológico, investigando as narrativas sobre a relação com o ambiente natural, o uso

de recursos e as memórias relacionadas às transformações do território ao longo do tempo.

Todas as entrevistas foram gravadas, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes, foram transcritas para fins de análise, possibilitando um padrão flexível de condução das entrevistas, permitindo a adaptação conforme o andamento da conversa, sendo entrevistados também duas lideranças e uma educadora, que passaremos a chamá-las de "**Teresa de Benguela**" (liderança quilombola, com idade entre 40 e 45 anos, com formação superior em Pedagogia); "**Dandara**" (liderança quilombola, com idade entre 35 e 40 anos, com formação em ensino médio completo); e "**Carolina Maria de Jesus**" (professora da comunidade, com idade entre 45 e 50 anos, com formação superior em História). As entrevistas foram realizadas entre julho e agosto de 2024, a partir das visitas semanais feitas à comunidade.

O segundo tipo de abordagem foi a aplicação de questionário à população do Quilombo Sítio Araçá. Este questionário continha 10 (dez) questões estruturadas e de resposta objetiva, em consonância com o TCLE, onde os respondentes precisaram concordar com os termos para então responder às perguntas na sequência. O processo de coleta de dados aconteceu entre 20 de abril e 20 de agosto de 2024.

5.6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados ocorreu durante o processo de escrita, pontuando ideias e questionando ações, seguindo os elementos de análise do discurso. Conforme Orlandi (1999, p. 26), os elementos "[...] não estacionam na interpretação, trabalham seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação", ou seja, levam-se em conta os objetos simbólicos que produzem sentido e, a partir deles, realiza-se a análise do seu contexto. Nesse caso, a análise foi feita a partir do método de análise do discurso de Foucault (2009). De acordo com Foucault (2009), o discurso representa uma criação coletiva e histórica, portanto, anônima. Ele opera, em grande parte, de forma silenciosa, conferindo significado às nossas palavras e ações. Isso resulta em uma inversão do pensamento hermenêutico convencional, que atribui a origem do sentido à intencionalidade de um sujeito, seja ele individual ou coletivo.

> A produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um conjunto de procedimentos que têm por

> função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar-se de sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2009, p. 8).

Sobre a temática Foucault (2009) argumenta que o discurso, entendido como prática historicamente constituída e destituída de uma identidade fixa, é o que define tanto a posição dos sujeitos quanto os limites do que pode ser dito. Nesse sentido, o discurso não é apenas um conjunto de palavras, mas um campo de possibilidades e restrições, moldado por relações de poder e saber. Para o autor, trata-se de uma forma de existência transitória, destinada a desaparecer em determinados contextos, escapando ao nosso controle direto. Assim, o discurso só pode ser compreendido em sua plenitude por meio de uma análise que revele os sentidos subjacentes nas linguagens escritas e orais.

Essa análise não se limita a tais materiais linguísticos; ela pode também abranger manifestações não discursivas de visibilidade material. Um exemplo disso é evidenciado na investigação da forma arquitetônica de estruturas sociais, como o modelo do panóptico, explorado na obra Vigiar e Punir (Foucault, 2014).

A análise de dados inspirada em Foucault (2009) parte da compreensão de que o poder não se restringe a uma estrutura hierárquica centralizada, mas se manifesta de forma capilar, nas relações cotidianas e nos modos de governar. Em Afrânio/PE, essa dinâmica é evidente: os sujeitos que detêm lugar de fala no espaço social também ocupam posições estratégicas nas estruturas de poder, influenciando diretamente as decisões políticas locais. Em contrapartida, aqueles que permanecem à margem (fora dos espaços de visibilidade e escuta), têm suas histórias e memórias silenciadas de maneira sutil, mas sistemática, revelando os mecanismos de exclusão que operam no tecido social.

A análise dos dados teve como objetivo identificar padrões, conexões e relações significativas, a partir de um percurso metodológico pautado na observação atenta das práticas sociais no Quilombo Sítio Araçá, com foco em sua organização comunitária, e das dinâmicas educacionais vivenciadas na Escola Municipal Agamenon Magalhães. Esse processo investigativo possibilitou uma compreensão mais profunda e articulada das interações entre o contexto escolar e o cotidiano quilombola, evidenciando como os saberes, valores e experiências da comunidade influenciam, e são, por vezes, tensionados, nas práticas pedagógicas e institucionais.

O percurso metodológico adotado na pesquisa, evidenciando as principais abordagens e técnicas utilizadas, tanto na coleta quanto na análise dos dados, está

representado na **Figura 12**, onde é demonstrado o percurso, permitindo uma interpretação profunda e multifacetada do espaço pesquisado.

Figura 12: Mapa conceitual do percurso metodológico



Fonte: O autor, 2024.

Analisando a **Figura 12**, percebe-se que ela foi intencionalmente organizada em formato de ciclo interconectado, evidenciando a articulação entre diferentes métodos e estratégias de investigação. No centro da figura a termologia “Percurso Metodológico”, que demonstra ser ele o eixo integrador de todas as práticas adotadas, e ao redor desse núcleo, outros círculos em tamanho menor indicam a fluidez e a interdependência entre os componentes metodológicos utilizados, onde os elementos que o compõem estão distribuídos em torno do centro e significa: 1) Quilombo Sítio Araçá: é o lócus e base empírica da pesquisa, contextualizando o território, a cultura e as relações sociais da comunidade quilombola; 2) Observação Participante: estratégia da abordagem etnográfica, que permitiu acompanhar e registrar as práticas cotidianas da comunidade; 3) Ecologia Humana: abordagem teórica pluridisciplinar que permitiu analisar as interações entre os sujeitos e o ambiente, considerando as dimensões socioculturais e ecológicas existentes naquele espaço coletivo; 4) Método Qualitativo: diretriz geral da pesquisa, centrada na interpretação profunda dos

fenômenos sociais e culturais observados; 5) Entrevistas e Aplicação de Questionário: técnicas de coleta de dados que permitiram ouvir os sujeitos da pesquisa, registrando suas memórias, percepções e saberes no Caderno de Pesquisa; 6) Pesquisa Bibliográfica: etapa responsável por fundamentar teoricamente a investigação a partir da literatura acadêmica já produzida; 7) Pesquisa Documental: análise de fontes institucionais, registros históricos e documentos oficiais relevantes para o contexto quilombola; e 8) Etnografia: abordagem metodológica central, que orientou a imersão prolongada no campo e a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas.

A disposição circular e colorida dos elementos simboliza a dinamicidade e a complementaridade dos métodos, reforçando que o percurso metodológico é construído de forma integrada, com movimentos contínuos entre teoria, prática e análise. Essa representação também enfatiza a centralidade do contexto comunitário do Quilombo Sítio Araçá, na produção do conhecimento, respeitando os saberes locais e promovendo uma pesquisa comprometida com a realidade vivida pelos sujeitos investigados.

Cada uma dessas etapas e métodos está interligada para formar um percurso metodológico coeso, que busca uma visão integrada sobre a educação no Quilombo Sítio Araçá, relacionando as memórias históricas, os direitos fundamentais e as práticas de ecologia humana com o cotidiano educacional da comunidade. Como o conhecimento tradicional está articulado à conservação ambiental e à resiliência diante de desafios contínuos, a triangulação dos dados obtidos em diferentes fontes garantiu maior validade às interpretações, permitindo um retrato mais completo e complexo da relação entre a comunidade e seu território.

Para sua explicação final, utilizaremos a proposta da triangulação binária de dados, para que haja a “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (Minayo, 2012, p. 29). Ela possibilita maior envolvimento e compreensão dos aspectos da pesquisa, principalmente quando estamos tratando de pesquisa socioeducacional[13], ou seja, as entrevistas, os documentos e a observação participante.

[13] A triangulação binária compõe-se de uma série de outras atividades, mais no seu cerne, os resultados permeiam a análise documental, o estudo das entrevistas e a observação participante (**Ver**: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmmzo Afonso. **Etnografia da Prática Escolar**. – Campinas: Papirus, 1995.)

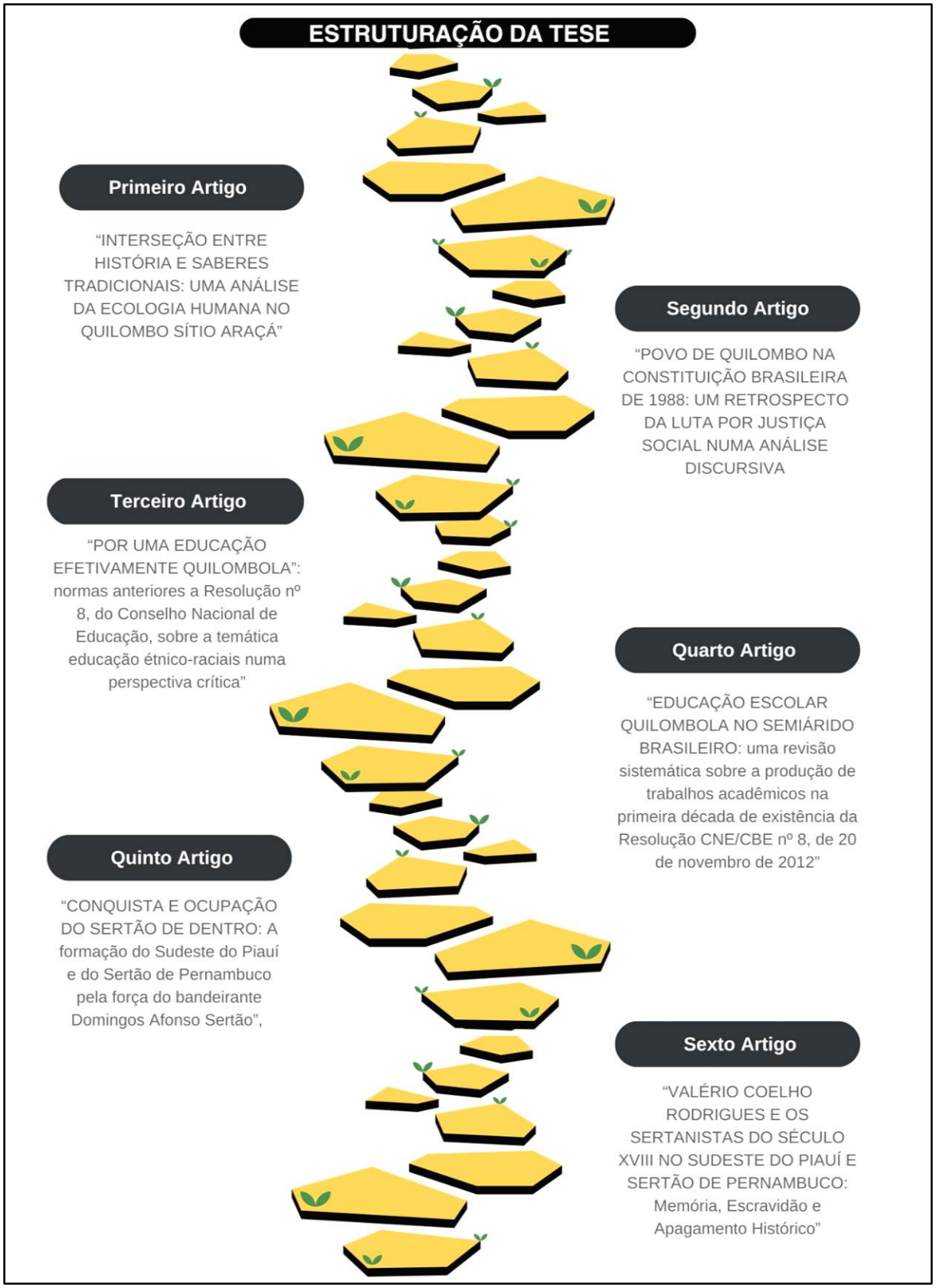
5.7 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

Conforme mencionado anteriormente, e para atender aos objetivos estabelecidos no projeto submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa, este trabalho foi estruturado em seis capítulos, seguindo um caminho de interconexão, formando um arcabouço teórico e prático que busca não apenas entender as questões enfrentadas ao longo da pesquisa, mas apontar questões e propor soluções que promovam a justiça social, a preservação da memória, e o fortalecimento da identidade cultural.

Os artigos que formam a tese têm uma interconexão diante das categorias analisadas no processo de pesquisa, quais sejam: memória histórica, direitos fundamentais e ecologia humana. O primeiro artigo trata do diálogo com a ecologia humana, pontuando as interconexões com a história e os saberes tradicionais, pautando o apagamento histórico e a negação de direitos aquela população. O segundo e o terceiro artigo destacam as legislações sobre a educação antirracista como direito fundamental. O quarto artigo aborda a Educação Escolar Quilombola, com uma revisão sistemática que menciona estudos sobre o tema no Semiárido brasileiro; e por fim, os dois últimos artigos exploram a memória histórica pontuando a chegada dos Bandeirantes a Capitania do Piauí, Pernambuco e Maranhão, nos séculos XVII e XVIII.

Na **Figura 13**, temos uma ideia da estruturação da tese no formato de um caminho cheio de pedras, justamente para mostrar que o ato de pesquisar é um caminhar não linear, antes, com muitas curvas que formam as dúvidas, os medos, os anseios, e a busca por respostas:

Figura 13: Estruturação da Tese



Fonte: O autor, 2025.

A estruturação do trabalho reflete um compromisso com a pesquisa que não apenas analisa, mas contribui com as vivências no Quilombo Sítio Araçá, pontuando o que foi observado ao longo do trabalho de campo, partindo daquilo que foi dito pelas lideranças e comunitários daquele território.

O primeiro artigo **"INTERSEÇÃO ENTRE HISTÓRIA E SABERES TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE DA ECOLOGIA HUMANA NO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ"**, foi publicado na Revista CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO (ISSN 1989-4155/Qualis A4), em 2024. Este artigo investiga a interseção entre a história e os saberes tradicionais, realizando uma análise da Ecologia Humana no Quilombo Sítio Araçá. A pesquisa busca compreender como os conhecimentos e as práticas culturais dessa comunidade influenciam suas relações com o entorno natural, ao mesmo tempo que se contextualiza no processo histórico de formação da região do Sertão do São Francisco. O objetivo central é explorar as formas pelas quais esses saberes sustentam a convivência entre os habitantes e seu ambiente, preservando ecossistemas e promovendo uma relação sustentável com os recursos naturais, especialmente diante das adversidades impostas pelas mudanças climáticas.

Para atingir esse objetivo, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa que incluiu a realização de entrevistas com moradores e lideranças locais, além de um trabalho de observação participante. Essa imersão nas práticas cotidianas da comunidade permitiu uma compreensão mais profunda das interações entre o conhecimento histórico-cultural e as dinâmicas sociais e ambientais do Quilombo Sítio Araçá. A análise dos dados coletados foi realizada sob a perspectiva histórica e da Ecologia Humana, visando entender como a tradição e a memória coletiva se manifestam nas interações com o Semiárido brasileiro.

Os resultados apontados no artigo revelam que os saberes dos mais velhos, transmitidos oralmente, desempenham papel central na preservação dos costumes e na manutenção da identidade local. Esses conhecimentos oferecem alternativas valiosas para enfrentar os desafios contemporâneos, como a adaptação às mudanças climáticas e a busca por práticas sustentáveis que respeitem o ambiente. Além disso, a pesquisa destacou o distanciamento do poder público municipal em relação às questões estruturais que afetam a comunidade, evidenciando a necessidade de maior engajamento e ações efetivas para apoiar o Quilombo Sítio Araçá.

Outro ponto relevante abordado no estudo foi a importância dos programas governamentais de transferência de renda, que têm um papel crucial na promoção da

dignidade e cidadania das famílias locais, além de contribuírem para a segurança alimentar e nutricional das crianças. A análise sugere que, embora essas iniciativas sejam benéficas, ainda há um longo caminho a percorrer para que as políticas públicas reconheçam e valorizem efetivamente os saberes e práticas locais, fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental no território do Quilombo Sítio Araçá.

O estudo ressalta a importância de integrar esses saberes no debate sobre sustentabilidade e na formulação de políticas públicas voltadas à conservação ambiental, propondo que o reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais sejam considerados como elementos essenciais na construção de um futuro mais justo e sustentável para as comunidades quilombolas e para o meio ambiente em que estão inseridas. Essa valorização não apenas enriquece o patrimônio cultural local, mas também fortalece a resiliência da comunidade diante de desafios socioambientais contemporâneos.

O segundo artigo **"POVO DE QUILOMBO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: UM RETROSPECTO DA LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL NUMA ANÁLISE DISCURSIVA",** foi publicado na REVISTA CONTEMPORÂNEA (ISSN 2447-0961/Qualis B1), em 2024. Este estudo teve como objetivo analisar os avanços proporcionados pela inclusão do artigo 68, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na Constituição Federal de 1988, que assegurou direitos fundamentais aos remanescentes de quilombos ao introduzir questões como a posse da terra, respeito à identidade cultural, subjetividade, memória ancestral e o direito à educação. Esse artigo criou uma base essencial para a efetivação e proposição de direitos sociais para as comunidades quilombolas. Nisso a pesquisa partiu do problema da invisibilidade social e jurídica que esses povos enfrentaram historicamente, destacando a importância do reconhecimento e da proteção social pelo Estado, enfatizando ainda o papel do discurso jurídico ao reconhecer formalmente os direitos dos povos de quilombos, o que reconfigura as relações desses grupos com a sociedade brasileira e promove a autonomia quilombola, estabelecendo condições para a efetivação de seus direitos.

De natureza qualitativa e de cunho documental, a pesquisa seguiu pela abordagem exploratória-descritiva e se orientou pela análise do discurso proposta por Foucault (2014), com o objetivo de compreender as relações de poder entre os sujeitos e suas práticas sociais, sobretudo diante dos sistemas disciplinares de

controle que historicamente moldaram as realidades das comunidades quilombolas, o que foi demonstrado com os resultados, que indicaram o papel da Constituição Federal de 1988 como um marco jurídico significativo na luta por direitos dos povos quilombolas, rompendo com paradigmas de exclusão e apagamento histórico e instituindo normas que estão promovendo a justiça social. Mas termina evidenciando a necessidade de um esforço contínuo para superar as barreiras históricas de discriminação e exclusão, reafirmando o compromisso com o combate à negação de direitos e com o reconhecimento efetivo da contribuição dos quilombolas à sociedade brasileira.

O terceiro artigo trata das normas anteriores a Resolução nº 8, do CNE/CBE, com o título: "**POR UMA EDUCAÇÃO EFETIVAMENTE QUILOMBOLA": normas anteriores a Resolução nº 8, do Conselho Nacional de Educação, sobre a temática educação étnico-raciais numa perspectiva crítica"**. Ele foi publicado na REVISTA DELOS (ISSN 1988-5245/Qualis B1), em 2024. O artigo examina as normas que abordam as questões étnico-raciais anteriores à Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, com o intuito de compreender a evolução normativa e seu impacto na concretização de uma educação escolar quilombola que valorize os conhecimentos ancestrais, a cultura, a identidade e as formas de convivência com o meio ambiente. A análise considera a historicidade de cada norma e os debates que refletem as subjetividades das comunidades quilombolas, uma população tradicional que enfrentou marginalização e invisibilidade ao longo do tempo.

A metodologia adotada neste artigo teve caráter descritivo e qualitativo, fundamentada em pesquisa documental e bibliográfica, embasada por autores como Ribeiro (2017), Rodrigues (2005), Bourdieu (1982), Silva (2005), Libâneo (2005) e Mignolo (2005). O estudo destacou a exclusão histórica enfrentada por essas comunidades e a escassez de políticas educacionais consistentes, ressaltando a necessidade de afirmação da identidade quilombola frente às pressões sociais e ao apagamento histórico persistente. Sua análise revela que, antes da resolução de 2012, as normas educacionais inseriam-se em um contexto de políticas públicas que não reconheciam as especificidades das comunidades quilombolas. Em geral, essas normas promoviam uma educação padronizada que ignorava a singularidade cultural e territorial, comprometendo o acesso a uma educação que respeitasse as tradições e experiências.

Como resultado, o artigo apontou que a construção da política nacional para a educação quilombola, consolidada nas Diretrizes Curriculares, foi um marco significativo, pois, pela primeira vez, estabeleceu diretrizes específicas que reconhecem e valorizam as particularidades das comunidades quilombolas. Contudo, o estudo enfatiza a necessidade de um monitoramento contínuo e da implementação efetiva dessas diretrizes para garantir que as escolas quilombolas ofereçam uma educação de qualidade, que respeite e promova os saberes tradicionais, a memória cultural e a formação integral de seus estudantes.

O quarto artigo é uma revisão sistemática com o título **"EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: uma revisão sistemática sobre a produção de trabalhos acadêmicos na primeira década de existência da Resolução CNE/CBE nº 8, de 20 de novembro de 2012"**, e foi publicado na REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA (ISSN 1696-8352/Qualis A4), em 2024. O objetivo do artigo é apresentar um panorama das produções acadêmicas sobre a Educação Escolar Quilombola no semiárido brasileiro, abrangendo o período de 2012 a 2022. Para isso, foram analisados artigos, dissertações e teses disponíveis em bases de dados eletrônicos, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Google Acadêmico* e a plataforma SciELO. A pesquisa foi orientada por quatro descritores inclusivos e quatro exclusivos, com o intuito de refinar a busca e capturar a diversidade temática da literatura existente.

A metodologia adotada consistiu em uma revisão sistemática baseada em metanálise, utilizando uma abordagem qualitativa de natureza descritiva. Essa abordagem permitiu traçar um panorama das produções acadêmicas ao longo dos dez anos da Resolução CNE/CBE nº 8, de 20 de novembro de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, focando especificamente no espaço territorial do semiárido brasileiro. A análise engloba aspectos históricos, pedagógicos e sociais, visando compreender não apenas a evolução das produções, mas também a contribuição dessas pesquisas para o desenvolvimento de políticas educacionais equitativas nas comunidades quilombolas.

Os resultados revelaram a existência de produções acadêmicas significativas sobre o tema, que mencionam diversas comunidades quilombolas no semiárido brasileiro. No entanto, observa-se que a quantidade de pesquisas realizadas ainda é insuficiente em relação ao número de quilombos e escolas quilombolas existentes

nessa região. Essa lacuna aponta para a necessidade de maior empenho e direcionamento por parte dos pesquisadores, especialmente na região Nordeste e no norte do estado de Minas Gerais.

Além disso, a carência de estudos pode ser um reflexo da marginalização histórica dessas comunidades e da falta de políticas educacionais robustas que garantam o reconhecimento de suas especificidades culturais. Portanto, é imperativo que haja um fortalecimento das pesquisas sobre Educação Escolar Quilombola, que não só amplie a produção acadêmica, mas também contribua efetivamente para a promoção de uma educação que valorize a identidade e os saberes ancestrais, garantindo assim um futuro mais equitativo e justo para os jovens quilombolas no semiárido brasileiro.

O quinto artigo **"CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO: A formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco pela força do bandeirante Domingos Afonso Sertão"**, foi publicado no número 61 da REVISTA HISPANOAMERICANA DE HISTÓRIA DE LAS IDEAS (ISSN 1989-2659/Qualis A2), em 2024. Ele resgata a história do povoamento do Sudeste do Piauí e da formação do Sertão pernambucano, ambos diretamente relacionados à expansão e conquista de terras promovidas pela Casa da Torre. Com o objetivo central de financiar bandeirantes para realizar incursões, enfrentar povos indígenas e conquistar o Sertão de Dentro, essa iniciativa se caracterizou pela combinação de captura de indígenas e colonização nos séculos XVI e XVII. O estudo examina o processo de expansão territorial, patrocinado pela família Garcia d'Ávila e conduzido pelo bandeirante Domingos Afonso Sertão (Mafrense), além da costa brasileira.

Para tanto, foi traçado um percurso histórico que inclui a chegada de Tomé de Souza à Bahia, o fortalecimento do poder dos bandeirantes, a concessão de Sesmarias e o avanço pela margem esquerda do rio São Francisco até o rio Paraíba. A pesquisa adotou a análise histórica como metodologia, uma abordagem sistemática que envolve a coleta, organização e avaliação crítica de dados sobre eventos passados. De natureza qualitativa e fundamentada em revisão bibliográfica e documental, esta análise permitiu compreender a formação dessa região do Brasil, destacando o impacto do colonialismo e da estrutura latifundiária na organização social. Esse processo resultou na dizimação de povos indígenas, na abertura de rotas para a expansão dos currais e na conquista das capitanias do Piauí e Maranhão.

O sexto e último artigo “**VALÉRIO COELHO RODRIGUES E OS SERTANISTAS DO SÉCULO XVIII NO SUDESTE DO PIAUÍ E SERTÃO DE PERNAMBUCO: Memória, Escravidão e Apagamento Histórico”**, foi publicado na REVISTA CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES (ISSN 1988-7833/Qualis A4), em 2024. De forma interdisciplinar e fundamentado na concepção de memória e esquecimento de Paul Ricoeur (2007), que ressalta a importância da memória para preservar e transmitir eventos ao longo do tempo, este trabalho é estruturado em quatro cenários históricos complementares.

Primeiramente, traça-se o perfil do capitão Valério Coelho Rodrigues, desde sua chegada ao Brasil até o estabelecimento de sua sesmaria. Em seguida, explora-se a formação do Sertão de Dentro, com foco nas Travessias (Velha e Nova), evidenciando como a interiorização dos tropeiros incentivou o surgimento de vilarejos que deram origem às principais cidades da região. O terceiro cenário centra-se na Fazenda Caboclo e na influência de seus descendentes no contexto político da época. Por fim, aborda-se a presença de escravizados trazidos para o trabalho na pecuária e a formação de quilombos, originados das fugas, que perduram até hoje.

Com um enfoque qualitativo, este artigo segue a linha histórica com investigação documental e revisão bibliográfica, fundamentando-se em autores como Gomes (2022), Hall (2016), Ricoeur (2007), Ribeiro (1995), Nunes (1975), Brandão (1999) e Freyre (2006). Como resultado, observou-se que as origens coloniais desempenharam um papel fundamental na exploração inicial do "Sertão de Dentro", refletindo-se no extermínio de populações indígenas, na utilização de mão de obra escravizada, na consolidação de grandes latifúndios e nas narrativas contemporâneas que, ao exaltar feitos dos colonizadores, silenciam as histórias dos outros agentes envolvidos na construção desse território.

PRIMEIRO ARTIGO

INTERSEÇÃO ENTRE HISTÓRIA E SABERES TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE DA ECOLOGIA HUMANA NO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ



Dança de Roda no Quilombo Sítio Boa Vista

INTERSEÇÃO ENTRE HISTÓRIA E SABERES TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE DA ECOLOGIA HUMANA NO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

Link para Acesso:
https://cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/issue/view/111

DOI: https://doi.org/10.55905/cuadv16n11-055

Publicado em 11 de novembro de 2024.

CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO
Europub European Publications
ISSN: 1989-4155

Qualis CAPES 2017-2020 - **A4**

Revisão Ortográfica
Ruth Danielli de Brito Farias

INTERSEÇÃO ENTRE HISTÓRIA E SABERES TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE DA ECOLOGIA HUMANA NO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

INTERSECTION BETWEEN HISTORY AND TRADITIONAL KNOWLEDGE: AN ANALYSIS OF HUMAN ECOLOGY IN THE SÍTIO ARAÇÁ QUILOMBO

NTERSECCIÓN ENTRE HISTORIA Y SABERES TRADICIONALES: UN ANÁLISIS DE LA ECOLOGÍA HUMANA EN EL QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

Enos André de Farias
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Endereço: Juazeiro, Bahia, Brasil
E-mail: enosfarias@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0004- 5044-1282.

Anna Christina Freire Barbosa
Doutora em Sociologia
Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Endereço: Juazeiro, Bahia, Brasil
E-mail: acbarbosa@uneb.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5307-0828.

Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Pós-Doutora em em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Instituição: Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)
Endereço: Petrolina, Pernambuco, Brasil
E-mail: cleciapacheco@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7621-0536.

RESUMO
Este artigo explora a interseção entre a história e os saberes tradicionais por meio de uma análise da Ecologia Humana no Quilombo Sítio Araçá, investigando como o conhecimento e as práticas culturais influenciam as relações locais, contextualizando-o com o processo histórico de formação da região do Sertão do São Francisco. O objetivo foi compreender as formas pelas quais esses saberes sustentam a convivência entre os habitantes e seu entorno natural, preservando ecossistemas e promovendo a relação sustentável com os recursos naturais, assim como com as adversidades causadas pelas mudanças climáticas. Para tanto, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa, com entrevistas realizadas com moradores e lideranças locais, e pela observação participante, que permitiu imersão nas práticas cotidianas que articulam o conhecimento histórico-cultural. A análise do material empírico foi realizada pela perspectiva histórica e da Ecologia Humana, buscando compreender como tradição e memória coletiva se manifestam na interação com

formas de convivência com o Semiárido brasileiro. Os resultados indicam que os saberes dos mais velhos, transmitidos oralmente, desempenham papel central na preservação dos costumes, oferecendo alternativas para enfrentar desafios contemporâneos de manutenção da identidade local. Também se percebeu o distanciamento do poder público municipal com questões estruturais da Comunidade, e a importância dos programas governamentais de transferência de renda, na promoção da dignidade e da cidadania das famílias, e da segurança alimentar e nutricional das crianças. O estudo ressalta a importância do reconhecimento e da valorização desses saberes no debate sobre sustentabilidade e políticas públicas voltadas à conservação ambiental no território quilombola Sítio Araçá.

Palavras-Chave: Memória Coletiva, Comunidade Tradicional, Identidade Quilombola, Políticas Públicas, Ecologia Humana.

ABSTRACT

This article explores the intersection between history and traditional knowledge through an analysis of human ecology in the Sítio Araçá Quilombo, investigating how knowledge and cultural practices influence local relationships, contextualizing with the historical process of formation in the Sertão do São Francisco region. The aim is to understand how these forms of knowledge support the coexistence between the inhabitants and their natural environment, preserving ecosystems and promoting a sustainable relationship with natural resources, as well as addressing the adversities caused by climate change. To achieve this, a qualitative methodological approach was used, including interviews with local residents and leaders, along with participant observation, which allowed for immersion in the everyday practices that intertwine historical and cultural knowledge. The analysis of the empirical material was conducted from a historical perspective and human ecology, seeking to understand how traditions and collective memory manifest in the interaction with ways of living in the Brazilian Semi-arid region. The results indicate that the knowledge of elders, transmitted orally, plays a central role in the preservation of customs, offering alternatives to face contemporary challenges in maintaining local identity. It was also observed a distancing of municipal public power from structural issues of the Community and the importance of government income transfer programs in promoting the dignity and citizenship of families, as well as the food and nutritional security of children. The study highlights the importance of recognizing and valuing this knowledge in the debate on sustainability and public policies aimed at environmental preservation in the Sítio Araçá Quilombo territory.

Keywords: Collective Memory, Traditional Community, Quilombola Identity, Public Policies, Human Ecology.

RESUMEN

Este artículo explora la intersección entre la historia y los saberes tradicionales a través de un análisis de la ecología humana en el Quilombo Sítio Araçá, investigando cómo el conocimiento y las prácticas culturales influyen en las relaciones locales, contextualizándolo con el proceso histórico de formación de la región del Sertão del São Francisco. El objetivo es comprender las formas en que estos saberes sustentan la convivencia entre los habitantes y su entorno natural, preservando los ecosistemas

y promoviendo la relación sostenible con los recursos naturales, así como enfrentando las adversidades causadas por los cambios climáticos. Para ello, se utilizó un enfoque metodológico cualitativo, con entrevistas realizadas a residentes y líderes locales, además de la observación participante, que permitió una inmersión en las prácticas cotidianas que articulan el conocimiento histórico-cultural. El análisis del material empírico se realizó desde la perspectiva histórica y de la ecología humana, buscando comprender cómo las tradiciones y la memoria colectiva se manifiestan en la interacción con las formas de convivencia en el Semiárido brasileño. Los resultados indican que los saberes de los mayores, transmitidos oralmente, desempeñan un papel central en la preservación de las costumbres, ofreciendo alternativas para enfrentar los desafíos contemporáneos de mantener la identidad local. También se percibe el distanciamiento del poder público municipal en cuestiones estructurales de la Comunidad, así como la importancia de los programas gubernamentales de transferencia de ingresos para la promoción de la dignidad y la ciudadanía de las familias, además de la seguridad alimentaria y nutricional de los niños. El estudio resalta la importancia del reconocimiento y la valorización de estos saberes en el debate sobre sostenibilidad y políticas públicas dirigidas a la preservación ambiental en el territorio quilombola de Sítio Araçá.

Palabras-clave: Memoria Colectiva, Comunidad Tradicional, Identidad Quilombola, Políticas Públicas, Ecología Humana.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre seres humanos e seu ambiente natural tem sido objeto de estudo nas várias formas de pesquisas científicas, pois esse diálogo interdisciplinar, centrado na Ecologia Humana, é relevante para a compreensão da existência humana e da manutenção de costumes e tradições, especialmente nas comunidades tradicionais, que mantêm estreita ligação com o território por meio de práticas e saberes ancestrais. No Brasil, as comunidades quilombolas são exemplos concretos de grupos que, ao longo dos séculos, construíram uma relação íntima e sustentável com o meio ambiente, criando formas próprias de manejo de recursos naturais, de conservação ambiental e de ressignificação da identidade e das múltiplas formas de manifestações culturais, segundo afirma Brandão (2023).

A compreensão dessas práticas oferece importantes contribuições para os debates contemporâneos sobre sustentabilidade, justiça ambiental e preservação da biodiversidade, pois, ao examinar a relação entre os povos tradicionais e seus espaços de convivência, percebe-se que eles mantêm o *habitat* com poucas modificações, com produção de alimentos da agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte (galinhas, bodes, cabras leiteiras e porcos) e, em alguns

casos, geração de renda com o artesanato e o excedente da produção, uma vez que os quintais produtivos estão presentes nesses espaços sociais.

Este trabalho tem como objetivo investigar as interseções entre história, memória coletiva e Ecologia Humana tendo como *lócus* a Comunidade de Remanescentes Quilombolas Sítio Araçá, enfatizando a valorização dos saberes daquela população e observando as formas de convivência, cultura, preservação e conservação do meio ambiente. É fato que ao longo do tempo, as comunidades quilombolas desenvolveram profundo entendimento dos ciclos naturais e elevada capacidade de adaptação às condições adversas do Semiárido nordestino, o que não foi diferente com o povo da comunidade em análise, o Quilombo Sítio Araçá. Esse conhecimento é resultado de uma longa história de interação com o território e de resistência a processos de opressão, ofuscamento identitário e exclusão social.

O Quilombo Sítio Araçá, localizado no município de Afrânio, em Pernambuco, é uma das cinco comunidades que formam o Grande Araçá, e que representa a resistência histórica e a sabedoria ancestral em meio a um cenário de transformações ecológicas e sociais. Originária de povos escravizados que buscaram liberdade e refúgio nas áreas rurais, teve sua formação no mesmo período em que outros quilombos na região também foram formados, como o Quilombo Tapuio, em Queimada Nova/PI; os quilombos Tanque de Cima, Sumidouro; Fazenda Nova e Macacos, em Lagoa do Barro/PI; o Quilombo Escondido, em Acauã/PI; e os Quilombos São Martins e Contente, em Paulistana/PI. O perímetro onde está localizado o território Araçá é um entroncamento dos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí.

Esses povoamentos remontam ao final do século XIX, quando os descendentes do bandeirante Valério Rodrigues Coelho assumiram o controle de parte das vilas, povoações e passagens de tropeiros no “Sertão de Dentro”, onde o rio São Francisco e o rio Piauí ofereciam condições naturais para a expansão pastoril, que já perdurava desde o século XVII com o advento de outro bandeirante, Domingos Afonso Mafrense, estava em paragens de tropeiros que seguiam tangendo o gado no rumo do litoral baiano, onde estava a capital da Colônia (Farias et al., 2024).

O Quilombo Sítio Araçá preserva um pouco das práticas culturais e saberes transmitidos de geração em geração, a exemplo da banda de pífano e do samba de roda, que são tocados e dançados em dias de festejos religiosos ou na concretização de conquistas, como em anos chuvosos. Além dos conhecimentos de práticas

agrícolas, o manejo da flora e fauna da caatinga e a utilização de recursos naturais de maneira sustentável e da medicina tradicional, eram constantes no seio daquela gente, de onde surgiram rezadeiras e parteiras em tempos remotos.

A importância do estudo da Ecologia Humana nessa comunidade quilombola reside na necessidade de reconhecer a riqueza e a profundidade dos saberes tradicionais como formas alternativas de organização social e ambiental. Nos últimos anos, o debate sobre mudanças climáticas e conservação ambiental tem focado, em grande parte, nas soluções tecnológicas e políticas institucionais, muitas vezes ignorando as estratégias desenvolvidas por povos tradicionais. Recentemente, o Quilombo Sítio Araçá construiu, de forma coletiva, uma carta de direitos climáticos na qual foram evidenciados os modos de vida tradicionais a partir do conhecimento intrínseco sobre convivência com a natureza e as necessidades locais, o que é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos impostos pela crise ambiental. O documento público servirá como instrumento político-jurídico para a transposição de discussões sobre questões envolvendo o território, como, por exemplo, a implantação de linhas de transmissão e geração de energia renovável (eólica).

Nesse sentido, busca-se não apenas documentar essas práticas, mas também analisar de que maneira esses saberes se entrelaçam com a identidade coletiva e contribuem para o fortalecimento dela no seio local. É importante mencionar que a discussão sobre sustentabilidade e a necessidade de mudanças na forma de exploração ambiental entrou na pauta dos governos na década de 1970, como fenômeno social, quando os primeiros relatórios científicos sobre o tema questionaram os limites do crescimento econômico em relação à capacidade dos ecossistemas de sustentá-lo, como explica Leff (2001). Parte dessa abordagem teve como lastro o surgimento do movimento ambientalista, apontado por Neder (2002), como necessário naquele momento da discussão política.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, com abordagem etnográfica, que possibilita uma imersão na realidade local. Essa abordagem permitiu observar de forma participativa as práticas culturais, sociais, ecológicas e políticas, além de identificar os desafios enfrentados no território. O espaço da observação é o Quilombo Sítio Araçá, reconhecido como comunidade remanescente de quilombo em 2014 pela

Fundação Cultural Palmares, a partir das provocações que começaram em 2006, após o cadastramento no Programa Bolsa Família (Gomes, 2017). O Quilombo Sítio Araçá é composto por 143 famílias, totalizando 445 habitantes (IBGE, 2024), e é representado pela Associação Remanescente de Quilombo Sítio de Araçá, com sede própria naquele território.

A coleta de dados foi essencial para entender o processo de construção social e histórica da Comunidade, onde foram explorados aspectos como a territorialidade e a identidade quilombola. A pesquisa de campo ajudou a responder questões sobre os eventos que moldam o território e a necessidade de fortalecimento de sua identidade, a qual foi observada como uma autonegação da condição de quilombola e de negro, em algumas falas e percepções, o que retrata a condição deixada pelo colonialismo e que perpassa a colonialidade do pensamento e das práticas, segundo pontuam Pinheiro e Rosa (2018).

A constituição desses olhares ocorreu durante cinco meses, de participação ativa no cotidiano do Quilombo Sítio Araçá, observando práticas ecológicas, culturais, sociais e políticas, como a construção da Carta de Direitos Climáticos. As interações foram registradas em um Caderno de Pesquisa, gerando uma base sólida para a análise. Esses registros foram complementados pela pesquisa bibliográfica e documental, e pelas entrevistas realizadas.

A pesquisa utilizou entrevistas semiestruturadas com moradores e lideranças para explorar a opinião deles sobre temas como sustentabilidade, transmissão de saberes, identidade quilombola e aspectos históricos. As entrevistas, realizadas entre julho e agosto de 2024, foram gravadas e transcritas, fornecendo dados valiosos sobre a relação da comunidade com o ambiente e as memórias sobre transformações territoriais. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de discurso[14], categorizando temas como sustentabilidade, conhecimento ancestral, territorialidade e resistência cultural. A triangulação dos dados assegurou maior validade às interpretações, proporcionando uma visão mais abrangente da relação da comunidade com o território.

A pesquisa também incluiu uma análise histórica, consultando documentos e registros orais para contextualizar a formação do quilombo e a resistência da comunidade. Essa análise contribuiu para compreender como o conhecimento

[14] Para compreender, a partir dos objetos simbólicos, produz sentido e observar suas significações.

tradicional está integrado à resiliência daquele território diante de desafios ecológicos e sociais.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 MEMÓRIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

A Ecologia Humana, enquanto campo de estudo que analisa as interações entre os seres humanos e seu ambiente natural (Begossi, 2002), oferece um arcabouço teórico robusto para interpretar as dinâmicas vividas no Quilombo Sítio Araçá. Diferentemente de abordagens que separam a natureza da cultura, ou da convivência com o meio ambiente, a Ecologia Humana propõe uma visão integrada e sistêmica, ou como diria Bomfim (2021), transdisciplinar, na qual as práticas culturais, econômicas, educacionais, políticas e sociais são profundamente influenciadas pelo ambiente em que estão inseridas. No contexto do Sítio Araçá, essa abordagem permite compreender como os saberes tradicionais moldam e são moldados pelo ecossistema local, caracterizado pelo ecossistema típico da caatinga e pelo semiárido brasileiro.

Neste sentido, ao aplicar o viés da Ecologia Humana à análise desta Comunidade Quilombola, torna-se evidente que o ambiente não é um simples pano de fundo para as atividades humanas, mas um elemento ativo nas relações sociais, culturais e econômicas. A história do Quilombo Sítio Araçá revela que os modos de vida e a organização social da comunidade são inseparáveis do território que eles ocupam. O manejo dos recursos naturais, como a coleta de plantas medicinais, a agricultura de subsistência e o uso da água de maneira racional, reflete uma relação íntima de adaptação e respeito ao ecossistema (Fraga; Marques, 2016).

Esses saberes, que foram sendo aprimorados ao longo de gerações, têm permitido à comunidade conviver com as limitações impostas pelo clima Semiárido, sem esgotar os recursos locais, mesmo convivendo com a escassez hídrica e a falta de condições para o armazenamento de água (cisternas e caixas d'água), por conta de políticas públicas mal geridas que não enxergam aquela Comunidade em sua dimensão humana.

Begossi (1993) destaca que, embora a ecologia seja comumente entendida como uma subárea da biologia voltada para o estudo das interações entre seres vivos e seus *habitats*, a Ecologia Humana não é vista como uma de suas ramificações. Na

verdade, ela amplia essa perspectiva ao examinar, especificamente, as interações entre os seres humanos e o meio ambiente em que convivem, destacando não apenas aspectos biológicos, mas culturais, sociais e econômicos. A Ecologia Humana é compreendida, na ótica de Alvim e Marques (2017), como um campo de abordagem multirreferencial que busca oferecer uma nova perspectiva sobre o humano mais plural, a partir da integração de diversas correntes teóricas. Ou seja, nenhum conhecimento é considerado mais ou menos importante, todos possuem sua relevância, e essa condição leva à formação de uma epistemologia dos fenômenos sociais.

Nesse contexto, ao analisar a forma como o povo do Quilombo Sítio Araçá convive com sua identidade e com sua cultura ancestral, é perceptível que há uma negação de sua condição. Essa ação levou, então, à busca por compreender o que esse silenciamento dentro de uma *conditio entis nigrum*, leva aquela população a não exigir ou lutar por direitos sociais coletivos, a exemplo das melhorias na infraestrutura do território, ou mesmo da implementação de políticas públicas na localidade. Sob a ótica da Ecologia Humana percebe-se que o processo de apagamento histórico e cultural daquele povo, bem como as interações e relações entre os indivíduos e os ambientes sustentáveis, se manifesta de forma significativa no contexto do convívio cotidiano e evidencia uma interdependência entre as pessoas e o ambiente natural, com profundas marcas na identidade coletiva.

Nesse sentido, ao entender a "relação do homem com o ambiente", a Ecologia Humana reconhece a complexidade das dinâmicas socioambientais, que envolvem tanto processos biológicos quanto relações sociais. Essa abordagem é crucial para compreender tanto as práticas de manejo sustentável dos territórios, quanto a relação destes com o mundo complexo para além da comunidade.

Alvim (2014) afirma que:

> A dinâmica da Ecologia Humana em sua base científica tenta, dentro das condições propostas, incorporar em si um pouco de cada área, sobretudo na tentativa de compreender, analisar e valorar não apenas o homem ou o entorno, mas ambos. Sua essência, na verdade, parte da construção de uma base filosófica sobre o sentido do espaço-tempo na formação do indivíduo e do coletivo (Alvim, 2014, p. 22).

A Ecologia Humana desafia a visão reducionista da ecologia biológica ao incorporar dimensões culturais e históricas, revelando que as práticas humanas não podem ser analisadas isoladamente dos sistemas ecológicos. Ela traz à tona a

importância de valorizar os saberes tradicionais, que se baseiam em gerações de observação e interação com a natureza, oferecendo lições valiosas para a construção de alternativas sustentáveis, e do confronto entre a existência e a negação desses espaços, nesse contraponto entre existir e ser negado.

O processo de negação da identidade quilombola não é um processo interno somente, ele perpassa gerações e é fruto do racismo estrutural que, em determinado momento da história, ofuscou aquela cultura em detrimento de outras existentes, afirmando-as como melhores ou até superiores. Para Hall (2015, p. 48), "as identidades não são algo com o qual nascemos, mas são construídas e transformadas no âmbito da representação". A Ecologia Humana é um convite à reflexão sobre o papel do ser humano como agente transformador e integrante do ecossistema, e não apenas como um observador externo.

E como entender essa negação histórica? A terceira lei de Newton, conhecida como lei da ação e reação, nos ensina que, para todas as forças de ação, surgem sempre forças de reação com intensidades iguais. Sendo invisibilizado um território e seu povo por anos e até séculos, qual seria, então, sua reação? No caso do povo do Araçá, esse silenciamento foi aceito e tem perdurado por muito tempo.

Campelo (2022, p. 32) destaca que "compreender os fatores que possibilitaram a ocupação das terras na comunidade do Sítio Araçá é crucial, pois essa localidade se diferencia das demais comunidades regionais, geralmente situadas às margens dos rios". O Quilombo Sítio Araçá está afastado dos grandes centros urbanos, incluindo o município de Afrânio/PE, e encontra-se em uma área de sequeiro, sem grandes barragens naturais ou barreiros, o que agrava a necessidade constante de abastecimento de água por meio de carros-pipa. O território está incrustado no limite de três Estados da Federação - Pernambuco, Bahia e Piauí -, que foram espaço de incursões de bandeirantes ao longo da formação do Sudeste do Piauí e Sertão de Pernambuco, entre os séculos XVII e XVIII.

A colonização da região do atual município de Afrânio/PE começou no final do século XVII, especificamente no ano de 1674, quando o bandeirante português Domingos Afonso Mafrense, saindo da Casa da Torre sob a proteção da família Garcia d’Ávila, seguiu avançando pelo Sertão de Dentro, abrindo novos caminhos para o povoamento da região dos rios São Francisco, Piauí e Canindé, dizimando populações inteiras de indígenas, ocupando suas fazendas com gado e criando aldeamentos. Furtado (2022, p. 21) afirma que, ao final do século XVII, “o Piauí era

tão somente sertão pernambucano, terras que se estendiam para além do rio São Francisco, habitadas por povos bárbaros, termo com que os portugueses se referiam aos nativos". Isso reflete a percepção dos colonizadores sobre a região, que era vista como um território periférico e de difícil acesso, dominado por populações indígenas e pouco integrado ao restante da Colônia, o que poderia facilitar a dominação espanhola ou de outras coroas europeias.

Domingos Afonso Mafrense representava a Casa da Torre, comandada pela família Garcia D'Ávila, que, por sua vez, era referendado pelo governador-geral Tomé de Souza, que, em 1548, desembarcou no Brasil nomeado como o primeiro governador-geral do Brasil (Abreu, 1998).

Na terceira década do século XVIII, quando a Colônia era governada por Vasco Fernandes César de Meneses, o primeiro Conde de Sabugosa, foi incentivada uma nova colonização das terras pertencentes à Coroa Portuguesa, com a distribuição de Sesmarias, incentivos à produção agrícola, especialmente da cana-de-açúcar e à criação das Entradas[15], que se tornaram um novo modelo de bandeirantismo. Elas desempenharam um papel significativo no processo de interiorização e no aumento da presença portuguesa no território.

Foi em 1730 que chegou ao Brasil o capitão Valério Rodrigues Coelho, beneficiado pelas ações do governador Vasco Fernandes César de Meneses, ao receber uma Sesmaria no sudeste do Piauí para criação bovina. A expansão de suas terras e a aquisição do direito de explorar os territórios, fizeram de Valério Coelho Rodrigues um dos homens mais fortes e destemidos de sua época.

Segundo Miranda (2020), seus currais prosperavam, assumindo a seguinte proporção:

> Os seus currais se espalhavam pelos vales dos rios Itaim e Canindé, na freguesia de Oeiras e Gurgueia, na freguesia de Jerumenha: segundo registros de 1762, no ribeira do Itaim, possuía a fazenda Terra Nova, com quatro léguas de comprido e légua e meia de largura, comprada a Thomé Rabelo de Sepúlveda, que a tinha descoberto e povoado; nas cabeceiras do Canindé, possuía a fazenda Carnaíbas (em cujo território fundou também a denominada Paulista), com seis léguas de comprido e duas de largura, que a tinha comprado a Bernardo Dantas de Araújo, cuja porção fora destacada da extensa fazenda Cachoeira, da qual este havia comprado a Manoel da Costa, que à mulher deste pertencia por falecimento de seu pai Miguel Soares, tendo antes sido da mãe deste, mulher que foi de Antônio Soares, que a descobriu

[15] Diferentemente das bandeiras, que eram expedições majoritariamente particulares organizadas pelos paulistas para capturar indígenas, escravizar ou encontrar ouro, as entradas eram autorizadas e supervisionadas pelo governo colonial e visavam principalmente à exploração de recursos naturais e ao reconhecimento geográfico do território.

> e povoou, tendo pago renda da mesma à Casa da Torre, até que entrando na posse o dito último vendedor, não mais a satisfez entrando em litígio com aquele feudo baiano, porque não teve receio de ser despejado como tiveram seus antecessores; também, na ribeira do Gurgueia, possuía uma fazenda chamada Tranqueira, com quatro léguas de comprido e uma de largo, de um e outro lado do dito rio; e assim mais possuía da parte dalém deste, em distância da casa da fazenda três léguas, pelo riacho das Pedras, uma pequena porção de terra, que tinha de largura menos de meia légua, nas partes em que mais largura tinha, e em outras partes era tão delimitada, que não podia dar utilidade alguma para a criação de gados; e da parte daquém do dito rio, na distância de quatro léguas da mesma casa da fazenda, possuía também uns currais junto ao riacho do Estreito, aproveitando-se da terra que havia por ele acima na dita distância, que tinha meia légua de largo em umas partes e em outras menos, a qual fazenda arrematou no juízo dos ausentes, por falecimento do padre Domingos da Costa, que também a tinha arrematado por morte de João Carvalho Ramos, que havia dela alcançado data, não confirmada, dando algumas em dote ou adiantamento da legítima, aos filhos (Miranda, 2020, p.11).

Quando contraiam matrimônio, os filhos recebiam uma fazenda como dote. Eram dezesseis filhos no total. Três dessas fazendas ficavam na área do atual território do município de Afrânio/PE: fazenda Cachoeira (atual Cachoeira do Roberto), e fazenda Caboclo (atual povoado Caboclo) e fazenda Inveja (onde hoje é a sede daquele município). A comercialização do gado acontecia nas paragens dos tropeiros para reabastecimento. A fazenda Caboclo era uma dessas paragens (Bacelar, 2006).

De acordo com Furtado (2022, p. 23), o gado que saía da vila da Mocha em direção à Bahia tinha um percurso que “consistia em seguir acompanhando sempre o curso do rio Piauí, até alcançar a última fazenda localizada em terras piauienses, a Tabuleiro Alto”. Dali, atravessavam a Serra Dois Irmãos e paravam para reabastecer na fazenda Caboclo, que pertencia a Inácio Rodrigues de Santana, neto do capitão Valério Rodrigues Coelho.

O gado era conduzido por tropas de vaqueiros, em sua maioria mamelucos e pessoas escravizadas (Gonçalves, 1997), onde a presença de pessoas escravizadas nos grandes latifúndios reforçava o poderio dos grandes latifundiários, pois, conforme afirmou Mott (1985, p. 79) “, a pecuária piauiense dependeu substancialmente da mão de obra escrava negra e mestiça".

No caminho do gado, após deixar a fazenda Caboclo, existiam duas outras paragens: a fazenda Cachoeira e a fazenda Inveja. A segunda era uma parada rápida, sem muita demora, porque estava distante pouco mais de 9km da fazenda Caboclo, era uma parada de poucos dias. A fazenda Inveja ganhou força no início do século XX com a chegada da linha férrea, que transformou a povoação e muda o cenário da região. Foi o gado que abriu a “Travessia Nova”, que ajudou a desenvolver a região e

que formou as primeiras vilas e povoados. No final do século XVIII já se tinha uma gama de pequenas povoações ao longo do caminho, desde Mocha, no Piauí até Vila Nova da Rainha (como era chamado o município de Senhor do Bomfim, na Bahia), segundo Furtado (2022).

A fazenda Cachoeira era parada obrigatória para tropeiros e caixeiros-viajantes, pois estava distante 45km da fazenda Caboclo e a quase 100km da *passagem do joazeiro*. Essa fazenda foi dada de presente a Roberto Ramos da Silva (conhecido como Roberto da Cachoeira) pelo seu pai Sr. João Jorge Afonso, que, era filho de Domingos Jorge Afonso e sobrinho de Julião Afonso Serra (irmão de Domingos Afonso Mafrense), que em 1817, mandou construir uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores, santa de sua devoção, contando com a ajuda do Frei Capuchinho Ângelo Maurício de Nisa (Pereira da Costa, 1985). Eles também mantinham escravos cuidando da pecuária e da agricultura, principalmente do algodão, que, no início do século XIX tornou-se a riqueza do Nordeste.

3.2 O QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

O Quilombo Sítio Araçá está localizado entre Afrânio/PE (antiga Fazenda Inveja) e Cachoeira do Roberto (antiga Fazenda Cachoeira), dentro das terras que pertenciam a Roberto Ramos da Silva. Sua origem remonta ao período em que o escravo alforriado Raimundo Martins começou a cultivar a terra e a construir sua moradia nas áreas ainda não exploradas pelo gado e pelo cultivo de algodão. Com o tempo, outros membros se uniram, construindo suas casas, e assim surgiu um pequeno mocambo.

Com a abolição da escravidão e a libertação dos escravizados que ainda permaneciam nas fazendas da região, muitos se estabeleceram naquela localidade, que logo se tornou um Quilombo, que cresceu em torno de uma grande árvore chamada Araçá, cujos frutos se assemelham aos da goiabeira. O povoado expandiu-se, dando origem a um conjunto de cinco quilombos, cada um com sua história, sua cultura e que se interligava por meio das festividades, religiosidade e formas de convivência. São eles: Sítio Araçá, Sítio Boa Vista, Sítio Baixa do Caldeirão, Sítio Lagoa Cumprida e Sítio Pau D'Arco. O Quilombo Sítio Araçá, devido à falta de reivindicação dos direitos legais sobre a terra, conforme estabelecido na Lei de Terras

de 1850[16], permaneceu sem regularização formal, tornando-se e fortalecendo-se, ao longo do tempo, como um território de remanescentes de quilombos.

O fato é que esse processo de territorialização anterior à Lei de Terras de 1850 foi marcado por práticas informais de ocupação e fixação no território, principalmente em áreas rurais. Antes da regulamentação legal, grande parte das terras era ocupada de forma espontânea, sem títulos formais, por pequenos agricultores, comunidades tradicionais e, muitas vezes, por antigos escravizados que buscavam garantir seu sustento após a alforria ou fugas. Esse processo de ocupação ocorria frequentemente em terras que não eram reivindicadas formalmente por seus donos, muitas vezes grandes proprietários que não as utilizavam de maneira efetiva, como foi o caso dos proprietários da fazenda Cachoeira.

Figura 1: Quilombo Sítio Araçá (atualmente)



Fonte: Google Earth, 2024

[16] Segundo a Agência Senado, em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades. Disponível em: https://encurtador.com.br/OkXLL.

Na **Figura 1**, podemos observar que a distribuição das casas no Quilombo Sítio Araçá apresenta uma formação dispersa e orgânica, refletindo a relação direta entre o modo de vida tradicional da comunidade, a forma de sua ocupação primária e o espaço que ela ocupa nos dias atuais. Ao contrário de um padrão urbanístico convencional, como ruas organizadas ou blocos estruturados, as construções foram erguidas de maneira a respeitar o relevo natural, os caminhos utilizados pelos moradores e as áreas de cultivo e os cercados para criação de animais. As casas variam em tamanho, formato e disposição, resultando em uma diversidade arquitetônica que dialoga com as dinâmicas familiares e a função social de cada espaço.

Essa configuração reflete também uma forma de apropriação do território que privilegia o coletivo, respeitando os vínculos históricos e culturais da comunidade com o ambiente em que vive.

Figura 2: Demonstração gráfica das moradias no Quilombo Sítio Araçá (2024)



Fonte: os autores, 2024

Para ilustrar essa realidade, a **Figura 2** apresenta uma representação do relevo do território do Quilombo Sítio Araçá, destacando a relação entre as construções e a geografia local. Na imagem, algumas casas foram destacadas com cores diferentes, permitindo uma visualização mais clara da disposição espacial e da distribuição das moradias. Esse recurso visual facilita a compreensão de como o relevo influencia a organização do espaço habitado, evidenciando que as casas foram construídas de maneira a se adaptarem às variações do terreno.

As cores também ajudam a identificar padrões de ocupação, que respeitam tanto as características naturais do solo quanto as necessidades sociais e culturais da comunidade. Observe que, no centro do território, há um espaço vazio, que poderia ser ocupado por uma infraestrutura coletiva (praça pública, por exemplo), mas que, até o momento não foi vista pelo poder público como prioridade.

Ainda tecendo observações sobre a formação do Quilombo Sítio Araçá, na memória oral relatada pelos moradores, o patriarca da comunidade era um escravo sobrevivente do Arraial de Belo Monte[17], seguidor de Antônio Conselheiro, que, com o final da guerra (em 1897) deslocou sertões adentro, passando pela cidade de Juazeiro/BA, precursora daquele conflito, atravessando o rio São Francisco por Petrolina/PE, recém-emancipada, e vindo homiziar-se nos tabuleiros do Araçá.

Campelo (2022, p. 36) relata que, para compreender o Araçá, é preciso voltar no tempo e entender o conflito de Canudos “isto porque a história da comunidade começa com a chegada de homens negros que fugiram da guerra de Canudos e se refugiaram nas matas procurando manter-se vivos”. Em contraponto, Gomes (2017, p. 128) analisa a memória relatada a partir do mito de origem, afirmando que as gerações vinculam “o surgimento da comunidade à participação de seus antepassados em eventos como a Guerra do Paraguai e em revoltas como a de Canudos e a de Pau-de-Colher”.

Percebe-se, evidenciando o mito de origem, que este exerce papel central no imaginário popular daquela comunidade, funcionando como narrativa fundadora que define as bases culturais e identitárias do grupo, como observa Otto (2006). No caso de muitas comunidades quilombolas, como o Sítio Araçá, os mitos de origem estão frequentemente ligados a histórias de resistência e fuga da escravidão, como bem

[17] Fundada em 1893 pelo beato Antônio Conselheiro e seus seguidores, quando ocuparam a fazenda Belo Monte, num terreno às margens do rio Vaza-Barris. O Arraial de Canudos chegou a ter uma população de 25 mil pessoas, que o consideravam como a “terra prometida”.

observou Gomes (2017), nas quais os antepassados enfrentaram adversidades para conquistar a liberdade em territórios remotos. Esses mitos reforçam uma visão ideológica de autodeterminação, coragem e resiliência, elementos fundamentais para a construção da identidade coletiva.

Na entrevista com "**Dandara**[18]" ela relata o que sempre ouviu nas reuniões sociais de sua família e da comunidade:

> A origem da comunidade remonta ao senhor Raimundo Martins, sobrevivente da Guerra de Canudos. Enquanto todos os outros combatentes foram mortos, ele conseguiu escapar e passou meses se escondendo nas matas, enfrentando fome, sede e a falta de um lugar para dormir. Após esse período de fuga, Raimundo chegou às proximidades da Fazenda Boa Vista, onde foi acolhido pelo proprietário da terra, um fazendeiro chamado Marcos. Durante o dia, Raimundo trabalhava na fazenda e, à noite, voltava para dormir sob a sombra de uma grande árvore conhecida como Araçá. Com o tempo, o local ficou conhecido como "Araçá" devido à árvore. Ali, Raimundo construiu uma cabana, onde passou a morar. Foi nesse contexto que ele conheceu Flauzina, com quem se casou, iniciando o povoamento da região. A união de Raimundo e Flauzina marcou o começo da junção das famílias Ferreira e Nunes. A história da formação da comunidade foi sendo transmitida oralmente de geração em geração. Meu avô falava muito sobre isso, depois minha mãe, e agora eu. De acordo com os relatos dos nossos antepassados, estamos na sexta geração dos descendentes de Raimundo Martins e Flauzina (Relato colhido em 25 de agosto de 2024).

Analisando a entrevista, podemos perceber que as palavras de "**Dandara**" têm conexões com outras falas da narrativa oral colhidas durante a pesquisa de campo, e têm relação com os apontamentos de Campelo (2022). Os narradores não apenas justificam a posse da terra e a permanência no território, como também legitimam as práticas culturais e ecológicas que preservam a conexão com o ambiente. A narrativa do mito de origem, portanto, não é apenas uma história sobre o passado, mas uma afirmação contínua de valores, modos de vida e direitos que moldam a luta por reconhecimento e sobrevivência em contextos contemporâneos. Podemos entender esse fenômeno pelo viés da interculturalidade.

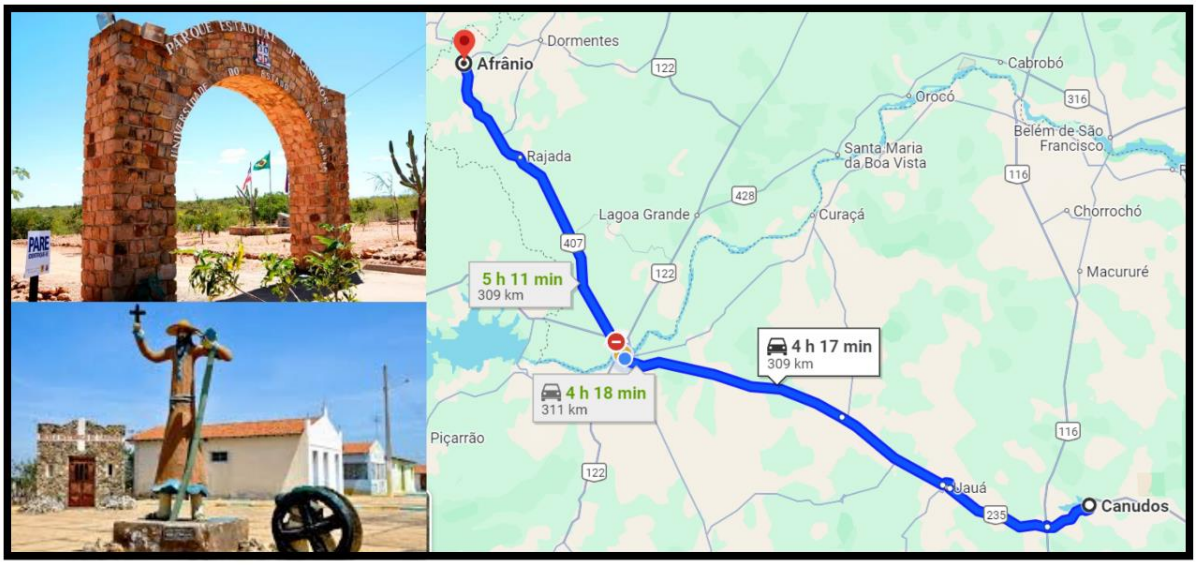
Pina (2022, p. 125) dirá que:

> A interculturalidade nos permite perceber que esta relação com a Ecologia Humana acontece por meio das interrelações com o mundo e o ser humano. É uma compreensão de humanidade em nós e nos outros, respeitando e acolhendo todas as pessoas na riqueza da sua diversidade.

[18] Nome fictício dada a uma entrevistada na localidade.

Uma outra questão diz respeito à distância que separa o Quilombo Sítio Araçá e o local do conflito messiânico entre conselheiristas e o Exército no final do século XIX. Observando a **figura 3** vamos perceber que a distância é de aproximadamente 309 km, o que, percorrido de carro, leva um tempo de aproximadamente 4 horas, dependendo do fator tempo e da condição da via.

Figura 3: distância entre Afrânio/PE e o Parque Estadual de Canudos/BA



Fonte: adaptação feita pelos autores, 2024.

Isso leva à compreensão de que Raimundo Martins, ao empreender fuga em meio ao cenário de guerra, com os caminhos vigiados pelos soldados do Exército e enfrentando a seca e as temperaturas escaldantes que assolavam a região, conforme destacado por Cunha (2022), além do clima seco e firme característico do mês de outubro (a guerra terminou em 5 de outubro de 1897), efetivou jornada que foi uma verdadeira *odisseia*, e que pode ter durado meses. Provavelmente seu objetivo era alcançar outros espaços de aquilombamentos, mas pela condição do local onde se abrigou, próximo do povoamento que se formava, e longe da sede da fazenda Cachoeira, seria o lugar ideal para começar seu cercado, plantar seu roçado e recomeçar sua vida. Ali por perto havia fazendas, por certo como pessoas recém-libertas da escravidão, com histórias distintas e formas de ajuntamento também distintos, como menciona Farias et al. (2021, p. 207) ao descrever a formação do Quilombo Sítio Boa Vista:

> A história da comunidade tem início ainda no final do século XIX, com a abolição da escravatura. Pessoas escravizadas na antiga fazenda Boa Vista, propriedade do fazendeiro Marcos Ferreira dos Santos, permaneceram na

> localidade na condição de pessoas livres. Nesse período, Aniceto Manoel dos Santos, filho de Manoel Alencar dos Santos e Maria dos Santos (escravos da Fazenda Boa Vista), e casado com Brígida Maria dos Santos, se junta ao irmão de Brígida, chamado Elesbão da Cruz, e, depois de muito trabalho, conseguem comprar terras do fundo de pasto da referida fazenda.

Outro aspecto importante, observado por Arruti (2006), diz respeito às pessoas que formaram os quilombos:

> Os quilombos não se referem a resíduos arqueológicos, não são isolados, nem sempre tem origem em insurreições. Não se definem pelo número de membros e não fazem uma apropriação individual da terra, mas são grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (Arruti, 2006, p. 316).

Nesse ínterim, Gomes (2017) afirma que as comunidades quilombolas de Afrânio/PE receberam sobreviventes do movimento messiânico de Pau-de-Colher. A autora afirma que "a comunidade se formou com a chegada à região de indivíduos que fugiram de Casa Nova, município baiano vizinho a Afrânio, sendo eles participantes do Movimento de Pau-de-Colher" (*idem*, p. 29).

O movimento Pau-de-Colher surgiu em 1934 e foi liderado pelo beato José Lourenço, que assumiu o papel de "novo messias" ao percorrer diversas comunidades desde o Araripe, pregando o fim do mundo e a necessidade de arrependimento. Ao longo de suas peregrinações, ele foi reunindo seguidores e outros beatos. Na fazenda Pau-de-Colher, pertencente a José Senhorinho, o grupo se estabeleceu, “adotando vestes escuras, que simbolizavam o luto pela morte de Padre Cícero e o desapego às coisas materiais”, conforme descrito por Leão (2020, p. 67).

Na perspectiva de Gomes (2017), o fim do conflito, marcado pelo massacre aos “caceteiros”, deixou um legado de injustiça e violência no Sertão baiano, e muitos conseguiram fugir pela caatinga, se deslocando para outros locais. Os lugares que estavam na rota eram o Quilombo Sítio Araçá, o Quilombo Sítio Boa Vista e o povoamento de Cachoeira do Roberto, que nessa época já tinha se tornado um povoado pertencente a Petrolina/PE (somente em 1963, com a emancipação de Afrânio/PE, passa a pertencer ao mesmo como povoado). No massacre promovido pela polícia pernambucana, comandada pelo então Capitão Optato Gueiros, o número de mortos na região e em seus arredores foi estimado entre quatrocentas pessoas e mil e quinhentas, segundo apontou Estrela (1998).

A tese de Gomes (2017) não prospera no contexto da formação do Quilombo, pelos fatos e acontecimentos narrados; no entanto, acredita-se que muitos dos sobreviventes se instalaram ou foram acolhidos nas proximidades dos territórios, e tornaram-se parte deles, buscando esquecer o passado e mantendo tradições religiosas com cultos ao Padre Cícero e novenas dedicadas a Nossa Senhora das Dores, que tem capela em sua devoção no povoado de Cachoeira do Roberto e é a padroeira da cidade do Crato, no Ceará, de onde surgiram os primeiros beatos que formaram o movimento Pau-de-Colher.

Aquela população vivenciou o silenciamento por décadas, e seus ecos reverberam nas memórias e nas práticas cotidianas da comunidade, marcando o processo histórico de marginalização e exclusão que perdura até os dias atuais. A negação de direitos, o apagamento de sua identidade quilombola e a ausência de políticas públicas efetivas são manifestações desse silenciamento, que não se restringe ao passado, mas se atualiza constantemente nas relações de poder que permeiam o território. Esse silêncio imposto, entretanto, é também um espaço de resistência, onde os saberes tradicionais e a cultura se tornam vozes potentes que ecoam na luta constante, são os ecos do silenciamento do Povo do Quilombo Sítio Araçá.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ECOS DO SILENCIMENTO DO POVO DO ARAÇÁ

O silenciamento reflete a invisibilidade das práticas e saberes daquele povo que, por gerações, desenvolveu uma relação de coexistência e manejo sustentável com a natureza, e que em muitas oportunidades, esse conhecimento chegou ao espaço urbano do município de Afrânio/PE, seja com as manifestações culturais, com os remédios caseiros, com a presença das parteiras ou dos rezadores, ou mesmo das mulheres e homens para realizarem serviços domésticos.

Segundo Farias et al. (2021, p. 209):

> Os “Nêgo do Araçá” eram mão de obra barata para a construção civil, para o serviço doméstico e para o trabalho na agricultura. A população das comunidades gostava muito de festas e também eram vistos como briguentos. Em Afrânio, existiam até a década de 1980 dois clubes sociais: um só para pessoas brancas e outro para pessoas negras. O Clube do Palmeira era o espaço para as pessoas negras

Essa situação dos espaços de festas é confirmada pela entrevistada "**Carolina de Jesus**[19]", em depoimento colhido no dia 20 de julho de 2024, quando afirma o seguinte:

> Nós tínhamos aqui em Afrânio dois clubes: O Clube Social Palmeira era o clube tido como dos morenos, das pessoas negras, onde tinha os forrós no final de semana. Seus tocadores eram o Pinta Silva, era sanfoneiro. O outro era o senhor Alvino, que hoje é em memória, ele era sanfoneiro também. O que tocava o zabumba era Avelino, e no Triângulo Abel. No clube social Guadalajara, né, com nome mexicano, era só voz de violão. Era frequentado pelas mocinhas, né, dizemos assim, brancas, e só tinha voz de violão. O único moreno que entrava lá era meu irmão, Isaías Maciel de Sousa, que ele tocava violão e cantava, fazia serenata, era o seresteiro da época, era ele, novinho, com seus 16 para 17 anos, ele já tocava. Aprendeu a tocar sozinho. ***E onde ficavam localizados esses clubes?*** Esse clube, o Guadalajara, ficava localizado ali onde hoje é o depósito da Lindomóveis, e o clube social Palmeira fica naquele terreno baldio que tem hoje de trás das casas ali do banco.

Perguntou-se na entrevista à "**Carolina de Jesus**" qual período da história em que esses acontecimentos se passaram, e ela respondeu que "foi embora de Afrânio em 26 de dezembro de 1974 e que nessa época e até o final da década de 1980 ainda existiam esses clubes". As datas apresentadas pela entrevistada são contundentes com a pesquisa realizada por Campelo (2022, p. 29) que escreveu que:

> Ainda na década dos anos 1980, quando existiam dois clubes de festas, um para os brancos e o outro para os negros, sendo proibida a presença de um grupo no espaço do outro, os negros eram proibidos de participar dos ambientes onde existia a presença dos brancos, no entanto, os brancos poderia participar dos locais onde havia a pessoas negras, se assim desejassem, o excluído era o negro.

Em pleno século XX, na região do Sertão do São Francisco, em Pernambuco, ouvimos relato de *apartheid*[20], quando aquele município tinha, em 1980, nada mais que 11.483 habitantes[21]. Ora, diante do histórico de dominação e da forma imperiosa com que essa dominação atravessou a história e a memória, foi fácil notar que, sistematicamente, e a partir de ações coletivas, a identidade da população dos Quilombos existentes em Afrânio/PE, foi sendo ofuscada e oprimida. Dizer-se negro

[19] Nome fictício dado a uma entrevistada da localidade.

[20] Nome dado ao regime de segregação racial que existiu na África do Sul por quase cinco décadas, estendendo-se de 1948 a 1994.

[21] Segundo a Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE). Ver em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=1330&Cod=3.

naquela sociedade era algo difícil, porque os estereótipos e os fenótipos estavam carregados de afirmações, e por que razão ocorreu a invisibilidade.

Mas será que essa realidade mudou? Embora os clubes sociais tenham desaparecido, a cidade ainda carrega suas marcas. Brancos e negros agora convivem socialmente, e muitos negros já alcançaram ascensão social, mas a simbologia se transformou ao longo do tempo. Há uma disparidade social visível entre dois espaços coletivos: um de memória histórica e outro de memória coletiva. Trata-se do povoado de Caboclo (memória histórica) e do Quilombo Sítio Araçá (memória coletiva). Seguindo o pensamento de Le Goff (2003), a memória coletiva, transmitida oralmente de geração em geração, sem comprovações escritas, é comum entre povos sem tradição escrita, o que se aplica ao Araçá. No entanto, aquela população não é mais analfabeta em sua totalidade.

Essa questão foi discutida por Halbwachs (1990), Pollak (1989) e Benjamin (1994), que descrevem a memória coletiva como um processo contínuo de construção e reelaboração do passado a partir do presente e do futuro. Halbwachs (1990) explorou as relações entre a memória individual e a coletividade, enfatizando os laços afetivos gerados por lembranças compartilhadas dentro do grupo. Pollak (1989), ao estudar sobreviventes de campos de concentração, introduziu o conceito de "memórias subterrâneas" para analisar os processos e os atores que influenciam a constituição e formalização da memória. Já Benjamin (1994) contribuiu com a figura do "narrador", essencial para o estudo da memória coletiva, especialmente em contextos etnográficos onde a transmissão oral de experiências pode ser realizada tanto por um interlocutor quanto pelo próprio pesquisador.

Sobre a memória histórica, Sá (2015, p. 14) assim menciona:

> As “memórias históricas” não advogam qualquer relação com a verdade histórica. Elas são concebidas como memórias, não como história. Esta – seja a dos historiadores ou a dos “mnemógrafos” – é tida como fonte básica da memória histórica, mas não dá conta exclusiva da sua determinação. De fato, há mais na memória histórica do que a história seria capaz de suprir, como o atesta a ilustração que se segue.

A memória histórica guarda fragmentos da verdade, narrada por elementos que viveram à época ou pelos relatos escritos, pintados, desenhados ou mesmo por objetos deixados como prova daquela existência, mas não é realmente a verdade na sua totalidade, porque ali reside um olhar para a verdade, somente. E é nessa questão que pontuamos as disparidades existentes em Afrânio/PE.

À margem direita da BR-407, para quem chega a partir de Petrolina/PE, encontra-se o povoado de Caboclo, outrora uma fazenda pertencente aos descendentes de Valério Coelho Rodrigues. Os casarios históricos do povoado foram restaurados e tombados como patrimônio material e histórico da população de Afrânio. Diversas obras estruturantes foram realizadas, incluindo a instalação de iluminação pública, o calçamento das ruas, a construção de um pátio de festas com pista de caminhada, uma praça de convivência com bancos de madeira e a imponente Igreja do Senhor do Bonfim, com seu altar em estilo gótico, conforme ilustrado na **Figura 4,** com imagens daquele povoado em agosto de 2024.

Figura 4: Povoado de Caboclo (2024)



Fonte: os autores, 2024.

Na margem esquerda da sede do município está o Quilombo Sítio Araçá, em contraste do que é visto em Caboclo. A infraestrutura básica é precária, não há iluminação pública, e as ruas carecem de calçamento, asfalto e demarcações.

As melhorias nas vias são realizadas pelos próprios moradores, que de tempos em tempos, constroem quebra-molas para reduzir a velocidade dos veículos. Contudo, o acesso é precário e quando chove o solo de massapê (barro) impede a passagem de carros e motos, isolando a comunidade, no que tange à urgência e emergência. Essa disparidade social é marcada pela falta de condições sociais e que reflete na forma de como os moradores do Quilombo Sítio Araçá se identificam com

sua ancestralidade. Eles sentem-se diminuídos ou “folclorizados”, nas palavras de **Tereza de Benguela**[22] que narra:

> A gente é muito folclorizado, no sentido folclórico de você ser uma liderança. Ah, quando precisa ter uma pessoa negra para falar, ela está ali. Ou então, quando é o 20 de novembro, a gente é muito assediado para estar em todos os lugares. É como se a gente tivesse que se dividir. É como se nós, liderança, ou comunidades quilombolas, existissem apenas no 20 de novembro. E a gente está aqui há mais de 500 anos nesse continente.

No dia 31 de maio de 2024, a rede social da Prefeitura do Município de Afrânio divulgou um vídeo institucional[23] sobre as obras realizadas no período de 08 anos (entre 2017 e 2024), como mostrado na **Figura 5.**

Figura 5: Vídeo Promocional da Prefeitura de Afrânio (2024)



Fonte: adaptado pelos autores, 2024.

Nele, apenas duas obras foram citadas como efetivadas na comunidade do Sítio Araçá e na área adjacente: uma praça no Barreirinho e um campo *society* no Araçá. Considerando aqui que o Barreirinho faz parte do Araçá, essas são as únicas intervenções em 8 anos; excluindo a obra no Barreirinho, restará apenas uma obra, que foi entregue às vésperas da eleição de 2024.

O contraste em relação ao povoado de Caboclo é evidente. A Igreja Católica da comunidade, dedicada a São Francisco, permanece inacabada e com suas paredes ainda expostas no tijolo cru. Não há festividades com atrativos turísticos, como no réveillon e nos festejos religiosos; nem espaços de convivência coletiva onde crianças

[22] Nome fictício dado a uma entrevistada da localidade.

[23] Ver em: https://encurtador.com.br/tiskg.

e idosos possam se reunir, caminhar ou brincar em um parquinho. Na **Figura 6** temos o cenário local do Quilombo Sítio Araçá em agosto de 2024.

Figura 6: Quilombo Sítio Araçá (2024)



Fonte: os autores, 2024.

O Quilombo Sítio Araçá enfrenta a ausência dessas infraestruturas, e sofre com dois problemas sérios: o primeiro, que aflige uma diversidade de comunidades tradicionais em todo o país, é o alcoolismo. Durante a pesquisa dois óbitos foram observados, e os dois pela condição do abuso de bebida alcoólica. Um detalhe importante é que os falecidos eram jovens com 30 e 35 anos, em plena idade produtiva; o segundo problema é o êxodo de sua população adulta, que precisa se deslocar para outras cidades, a exemplo de Petrolina/PE, para ter a dignidade do trabalho garantido.

Mais recentemente, com o advento da chamada energia limpa, o consórcio de empresas que administram o Parque Eólico Lagoa do Barro, no Piauí, está em processo de ampliação de sua rede elétrica. O Quilombo Sítio Araçá, antecipando o debate e mergulhado na ressignificação de seus valores, construiu coletivamente em um processo de escuta da comunidade, uma Carta de Direitos Climáticos.

4.2 CARTA DE DIREITOS CLIMÁTICOS

A construção da Carta de Direitos Climáticos foi um processo que se desenrolou ao longo de cinco meses, envolvendo reuniões, oficinas e consultas populares. Cada etapa foi marcada pela busca de consenso e pela valorização dos saberes tradicionais, que foram incorporados ao documento como elementos essenciais para a adaptação às mudanças climáticas. Os principais temas abordados na Carta incluem a conservação dos recursos hídricos, a proteção da biodiversidade local e o direito à participação da comunidade nos processos de tomada de decisão sobre políticas ambientais, a exemplo da instalação energias renováveis através da instalação de torres eólicas. Além disso, a Carta enfatiza a importância da educação ambiental como ferramenta para sensibilizar a comunidade, emponderando-a na busca por soluções sustentáveis.

Esse processo de construção coletiva, ao envolver diretamente os membros da comunidade, fortaleceu os laços sociais e promoveu uma maior conscientização sobre os desafios ambientais. A **Carta de Direitos Climáticos do Quilombo Sítio Araçá** não é apenas um documento, mas um símbolo da capacidade da comunidade de se organizar, resistir e lutar por seus direitos em um mundo em transformação. Mesmo sendo vítima de descaso político, a comunidade resiste, elaborando a Carta de Direitos Climáticos e a encaminhando a diversos organismos sociais e políticos (**grifos do autor**).

Portanto, a pesquisa revelou uma profunda conexão entre os modos de vida da comunidade quilombola do Sítio Araçá e o ambiente natural que a circunda, já que o estudo foi centrado em observar suas práticas culturais, organização social e relações ecológicas estabelecidas pelos moradores dessa comunidade, com ênfase na interação histórica com o território e na preservação dos saberes tradicionais. A história do Quilombo Sítio Araçá está intrinsecamente ligada à luta pela posse e uso da terra, pela relação ancestral com o território; contudo, observa-se que há necessidade de apropriação da ideia de identidade coletiva para que haja o fortalecimento do sentimento de pertencimento à terra.

A construção coletiva da história da comunidade envolve memórias transmitidas oralmente, que garantem a preservação de tradições e práticas socioculturais. Analisando o Quilombo Sítio Araçá pela ótica da ecologia humana, compreendeu-se que a organização social da comunidade está profundamente

influenciada pela interdependência com o meio ambiente, onde as práticas de cooperação refletem uma lógica de reciprocidade e cuidado coletivo, que se estende ao manejo dos recursos naturais. Apesar da riqueza cultural e ecológica, a comunidade enfrenta desafios relacionados à pressão fundiária, à falta de políticas públicas eficazes e à vulnerabilidade diante das mudanças climáticas.

A pesquisa identificou que a luta pela preservação dos saberes tradicionais está diretamente relacionada à resistência contra as forças externas que ameaçam o território e a identidade quilombola. Nesse contexto, a organização comunitária e a articulação com movimentos sociais têm sido estratégias fundamentais para garantir a continuidade dessas práticas.

O processo de reconhecimento como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares e a titulação do território são fatores cruciais na manutenção dos modos de vida tradicionais e na proteção do meio ambiente. No entanto, a pesquisa destacou que há uma lacuna entre o reconhecimento formal e a implementação de políticas públicas que apoiem efetivamente a autonomia da comunidade e a gestão sustentável dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção da memória coletiva, das narrativas orais e da ancestralidade fortalece as relações com o território, haja vista que a terra não é considerada apenas como um recurso econômico, mas como um elemento essencial da existência quilombola. Essa perspectiva histórica traz uma dimensão simbólica à luta contemporânea por direitos territoriais e reforça a importância de políticas públicas que reconheçam e protejam esses vínculos históricos. Contudo, o estudo também evidenciou que, apesar dos avanços em termos de reconhecimento, a comunidade quilombola Sítio Araçá ainda enfrenta desafios significativos.

As mudanças climáticas, em particular, representam um risco crescente para a agricultura tradicional e a disponibilidade de recursos naturais essenciais para a comunidade, com a escassez hídrica e a falta de mananciais ou mesmo a limpeza dos barreiros e açudes existentes nas adjacências daquele espaço. A ausência de políticas públicas integradas que apoiem diretamente a autonomia e a gestão sustentável dos territórios quilombolas também foi destacada como um ponto de fragilidade.

Por fim, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de políticas públicas que garantam a sobrevivência de sua população, com infraestrutura básica no território, construção de espaços coletivos, limpeza e recolhimento do lixo residencial produzido, assim como o acesso a água potável e condições de melhoria genética dos pequenos rebanhos e da produção local, para subsistência. Não menos que isso, é necessário que haja o incentivo e a valorização da história, da cultura e da preservação da identidade quilombola de Araçá, fazendo parte da memória viva dos povos e de suas ancestralidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal, 1998.

ALVIM, Ronaldo Gomes. Bases da Ecologia Humana. In.: ALVIM, Ronaldo Gomes. BADIRU, Ajibola Isau. MARQUES, Juracy. **Ecologia Humana: uma visão global**. Feira de Santana- BA. UEFS, 2014.

ALVIM, Ronaldo Gomes. MARQUES, Juracy. **Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

BACELAR, Aline Galdino. Patrimônio Cultural de Caboclo: Diretrizes para intervenções no aglomerado urbano no sertão de Pernambuco. **Monografia**, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Revista Interciência**. Caracas. v. 18, n. 3, p. 121-132, 2002. Disponível em: http://www.interciencia.org/v18_03/art01/. Acesso em: 05 out. 2024.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana: Um Enfoque das Relações Homem-Ambiente. **INTERCIÊNCIA** nº 18. 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/516464/mod_folder/content/0/Begossi%201993.pdf. Acesso em: 30 set. 2044.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. **História e Epistemologia da Ecologia Humana**. Salvador: Editora Mente Aberta, 2021.

BRANDÃO. Maria Aparecida Ventura. ANDRADE, Wbaneide Martins. SANTOS, Carlos Alberto Batista. Tessituras da Cultura, Memória e Identidade de Comunidades Quilombolas no Semiárido Nordestino. **Revista Inter saberes, Vol. 18**, 2023. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2494. Acesso em: 03 out. 2024.

CAMPELO, Rumana Mendes. Os Direitos Constitucionais: um estudo da comunidade quilombola do Sítio Araçá em Afrânio/PE. **Dissertação**. Mestrado em Extensão Rural. PPGExR/UNIVASF, 2022.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Editora Ubu, 2022.

ESTRELA, Raimundo. **Pau de Colher, um pequeno Canudos: conotações políticas e ideológicas**. 2ª ed. rev. Salvador: Assembleia Legislativa, 1998.

FARIAS, Enos André de. BARBOSA, Anna Christina Freire. PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa. CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO: A formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco pela força do bandeirante Domingos Afonso Sertão. **Revista Hispanoamericana de História de Las Ideas,** Número 61, 2024. Disponível em: https://www.revistalarazonhistorica.com/61-2/. Acesso em: 28 set. 2024.

FARIAS, Enos André de Farias. SANTOS, Edna da Paixão. FARIAS, Gênesis Naum de. DOS SANTOS, Paula Regina Ferreira. Educação e Interculturalidades na Comunidade Étnico-quilombola de Boa Vista em Afrânio/PE: um breve ensaio sobre os desafios da resistência**.** In: FREIRE, Phablo. **Entre tantos, Ensaios – vol. 1.** Belo Horizonte: Editora Senso, 2021.

FRAGA, Jairton. MARQUES, Juracy. (org). **Ecologia Humana e Agroecologia**. Paulo Afonso: Editora SABEH, 2016.

FURTADO, Maria Betânia Guerra Negreiros. **Os jesuítas no sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos (1711-1760).** Teresina: EDUFPI, 2022.

GOMES, Romana de Fátima Macedo. Vozes no silêncio: um estudo sobre identidade e memória de quilombo na perspectiva do letramento (Sítio Boa Vista – Afrânio/PE). **Dissertação**. Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. PPGESA/UNEB, 2017.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/afranio/historico. Acesso em 28 set. 2024

LEÃO, Aroldo Ferreira. **Pau-de-Colher: contextos e sentenças.** Recife: Editora Bagaço, 2020.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

MOTT, Luiz. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: **Piauí Colonial: População, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses Notáveis**. Coleção Centenário nº 137. Teresina: APL, 2020. Disponível em: https://www.portalentretextos.com.br/post/valerio-coelho-rodrigues. Acesso em: 25 set. 2024.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise socioambiental. Estado & sociedade civil no Brasil (1982- 1998)**. São Paulo: Annablume, 2002.

OTTO, Walter Friedrich. **Teofania: o espírito da religião dos gregos antigos**. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2006.

PINA, Maria de Fátima Bela. Interculturalidade e Multiculturalismo no Contexto da Educação Inclusiva: Desafios da Formação Docente. **Revista Ecologias Humanas Vol. 8 nº 9**, 2022. Disponível em: https://www.sabeh.org.br/book/revista-ecologias-humanas-vol-8-no-9-2022/?grid_referrer=2581. Acesso em: 05 out. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares; ROSA Katemari (orgs.). **Descolonizando Saberes: A Lei 10.639/2003 no Ensino de Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989

SÁ, Celso Pereira de. Entre a História e a Memória, o estudo psicossocial das memórias históricas. **CADERNOS DE PESQUISA v.45 n.156 p.260-274 abr./jun. 2015.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/mCGZLKY755dq8FdrLBfVC7c/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Nos%20termos%20de%20uma%20%E2%80%9Cpsicologia,a%20se%20tornar%20%E2%80%9Chist%C3%B3ricos%E2%80%9D. Acesso em: 30 set. 2024.

SEGUNDO ARTIGO

POVO DE QUILOMBO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: UM RETROSPECTO DA LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL NUMA ANÁLISE DISCURSIVA



Pintura digital dos moradores do Quilombo Sítio Araçá

POVO DE QUILOMBO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: UM RETROSPECTO DA LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL NUMA ANÁLISE DISCURSIVA

Link de Acesso:
https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/5575

DOI: https://doi.org/10.56083/RCV4N8-169

Publicado em 30 de agosto de 2024.

REVISTA CONTEMPORÂNEA

e-ISSN 2447-0961

Qualis CAPES 2017-2020: B1

Qualis CAPES 2017-2020 - **B1**

Revisão Ortográfica
Ruth Danielli de Brito Farias

POVO DE QUILOMBO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: UM RETROSPECTO DA LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL NUMA ANÁLISE DISCURSIVA

QUILOMBOLA COMMUNITIES IN THE BRAZILIAN CONSTITUTION OF 1988: A RETROSPECTIVE OF THE STRUGGLE FOR SOCIAL JUSTICE IN A DISCURSIVE ANALYSIS

PUEBLOS DE QUILOMBO EN LA CONSTITUCIÓN BRASILEÑA DE 1988: UN RETROSPECTO DE LA LUCHA POR LA JUSTICIA SOCIAL EN UN ANÁLISIS DISCURSIVO

Enos André de Farias[24]
Anna Christina Freire Barbosa[25]
Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco[26]

RESUMO
Este estudo tem como objetivo identificar as mudanças decorrentes do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que consagrou direitos fundamentais aos remanescentes de quilombos no ordenamento jurídico brasileiro a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, introduzindo o debate acerca da posse da terra, do respeito à identidade, à cultura, à subjetividade e à memória ancestral, bases para a efetivação e proposição de uma Educação Escolar Quilombola. Nisso, o trabalho parte da problemática da invisibilidade social e jurídica enfrentada pelos povos quilombolas, ressaltando a necessidade de reconhecimento e proteção social pelo Estado brasileiro. A pesquisa buscou entender como o discurso constitucional de 1988, ao reconhecer os direitos dos quilombolas, reconfigura a relação desses povos com a sociedade em geral. Seu objetivo é analisar o discurso jurídico, identificando as mudanças significativas em relação ao tratamento dos direitos dos quilombolas. A investigação se concentra em como a Constituição, através de seus dispositivos, promove a valorização cultural, a autonomia desses

[24] Doutorando em Ecologia Humana (PPGECOH), com Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (UNEB), Licenciatura em História (UPE) e Bacharelado em Direito (FACAPE). O mesmo possui Especialização em Direito Administrativo (UCAM); Especialização em Gestão Pública Municipal (UNIVASF) e Especialização em Metodologia do Ensino de História (FACINTER/IBPEX). ORCID: https://orcid.org/0009-0004- 5044-1282

[25] Licenciada em Ciências Sociais, Especialista em Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais pela UFPE, Mestre em Economia pela UFC, Mestre em Sociologia pela UFPE, Doutora em Ciências Sociais pela UFRN, atua como Professora Adjunta na Universidade do Estado da Bahia e na Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina/PE. Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5307-0828.

[26] Pós-doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF). Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNIVASF). Doutora em Educação (UCSF - Argentina). Mestre em Ciências da Educação (UI/Lisboa). Mestre em Tecnologia Ambiental pelo Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP). Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental (Universidade Estácio Sá/SP). Licenciada em Geografia (UPE). Bacharelanda em Geografia (UNESA). Docente efetiva do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7621-0536

povos, e cria condições para a efetivação de direitos como de uma educação escolar quilombola, que consagre os conhecimentos ancestrais e as manifestações culturais de cada território. A pesquisa configura-se como exploratória-descritiva de natureza qualitativa e de cunho documental, norteada pela análise do discurso foucaultiana, para entender como as relações de poder e as práticas sociais influenciam a realidade e os sistemas disciplinares de controle. Como resultado pode-se aferir que a Constituição de 1988 implementou avanços jurídicos para os povos quilombolas, quebrando paradigmas e criando novos marcos legais para a justiça social, mas destaca a necessidade de um esforço contínuo para a real implementação dos direitos quilombolas, a fim de superarem as barreiras históricas de discriminação e exclusão.

Palavras-Chave: Povos Quilombolas, Constituição Federal, Direito, Análise do Discurso.

ABSTRACT

This study aims to identify the changes brought about by Article 68 of the Transitional Constitutional Provisions Act (ADCT), which enshrined fundamental rights for the descendants of quilombos in Brazilian law following the promulgation of the Federal Constitution of 1988. It introduced the debate on land ownership, respect for identity, culture, subjectivity, and ancestral memory, which are the foundations for the implementation and proposition of Quilombola School Education. The study begins with the issue of the social and legal invisibility faced by quilombola communities, emphasizing the need for recognition and social protection by the Brazilian State. The research sought to understand how the constitutional discourse of 1988, by recognizing the rights of quilombolas, reconfigures the relationship of these communities with society at large. Its objective is to analyze the legal discourse, identifying significant changes in the treatment of quilombola rights. The investigation focuses on how the Constitution, through its provisions, promotes cultural appreciation, autonomy for these communities, and creates conditions for the realization of rights, such as Quilombola School Education, which honors the ancestral knowledge and cultural expressions of each territory. The research is exploratory-descriptive in nature, qualitative, and documentary-based, guided by Foucaultian discourse analysis to understand how power relations and social practices influence reality and disciplinary systems of control. The results indicate that the 1988 Constitution implemented legal advancements for quilombola communities, breaking.

Keywords: Quilombola Peoples, Federal Constitution, Law, Discourse Analysis.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo identificar los cambios introducidos por el artículo 68 de los Actos de Disposiciones Constitucionales Transitorias (ADCT), que consagró derechos fundamentales para los descendientes de quilombos en el ordenamiento jurídico brasileño a partir de la promulgación de la Constitución Federal de 1988. Este artículo introdujo el debate sobre la posesión de la tierra, el respeto a la identidad, la cultura, la subjetividad y la memoria ancestral, que son las bases para la implementación y la proposición de una Educación Escolar Quilombola. El estudio parte de la problemática de la invisibilidad social y jurídica que enfrentan las comunidades quilombolas, destacando la necesidad de reconocimiento y protección

social por parte del Estado brasileño. La investigación buscó entender cómo el discurso constitucional de 1988, al reconocer los derechos de los quilombolas, reconfigura la relación de estas comunidades con la sociedad en general. Su objetivo es analizar el discurso jurídico, identificando los cambios significativos en el tratamiento de los derechos de los quilombolas. La investigación se centra en cómo la Constitución, a través de sus disposiciones, promueve la valoración cultural, la autonomía de estas comunidades y crea condiciones para la realización de derechos, como la Educación Escolar Quilombola, que consagre los conocimientos ancestrales y las expresiones culturales de cada territorio. La investigación es de naturaleza exploratoria-descriptiva, cualitativa y de carácter documental, guiada por el análisis del discurso foucaultiano, para entender cómo las relaciones de poder y las prácticas sociales influyen en la realidad y en los sistemas disciplinarios de control. Los resultados indican que la Constitución de 1988 implementó avances jurídicos para las comunidades quilombolas, rompiendo paradigmas y creando nuevos marcos legales para la justicia social, pero también subraya la necesidad de un esfuerzo continuo para asegurar la plena implementación de los derechos quilombolas, con el fin de superar las barreras históricas de discriminación y exclusión.

PALABRAS-CLAVE: Pueblos Quilombolas, Constitución Federal, Derecho, Análisis del Discurso.

1 INTRODUÇÃO

A presença de populações quilombolas no Brasil, vivendo em territórios onde realizam atividades essenciais à sua subsistência, onde cultuam formas de convivência, de cultura e identidade coletiva, provoca muitas vezes ações incoerentes em defensores de um tipo de desenvolvimento capitalista, segregando-os à direitos básicos. A luta por reconhecimento e por afirmação de direitos fundamentais, fez emergir nessa população novas demandas, como, por exemplo, o direito à educação, mas não uma educação com o olhar europocêntrico**,** e sim, com olhares para a história e a resiliência daquelas comunidades.

Além da marginalização social, essas populações historicamente tiveram seu direito de se expressar com a língua falada ou com a cultura corpórea, de professar sua religião, ou mesmo de ter direito ao chão onde construíram suas casas, sistematicamente negados. Como resultado, há uma escassez de registros sobre suas perspectivas e experiências do passado. O apagamento histórico e a negação de seus valores são latentes em muitas comunidades. A maioria das narrativas que os retratam e que perduraram ao longo do tempo foi criada por aqueles que detinham poder sobre eles, distorcendo suas vozes e histórias.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo na proteção dos direitos fundamentais dos povos quilombolas no Brasil, o que tornou aquele documento conhecido como "Carta Cidadã". Ela trouxe avanços notáveis na inclusão e no reconhecimento de diversos grupos sociais historicamente marginalizados, incluindo as comunidades quilombolas. Mas essa negação anterior à 1988 levanta as seguintes inquietações: a) qual o sentido jurídico de colocar a população quilombola no texto constitucional? b) por que os discursos até então omitia a existência de direitos por parte dos povos de quilombo? c) como o Estado Brasileiro cumpriria o texto constitucional?

De acordo com Conceição (2015), a luta desses povos sempre foi marcada por formas de organização muitas vezes segregadas pelo Estado brasileiro. Com suas demandas específicas, essa segregação excluiu a população quilombola do processo de integração e interação social. Cem anos após a assinatura da Lei Áurea, o reconhecimento de direitos começou a surgir a partir de 1988, com os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Direitos como o acesso à educação, promovidos por meio das históricas reivindicações dos movimentos sociais quilombolas, passaram a fazer parte das demandas cotidianas. Essas reivindicações se concentraram na busca pelo reconhecimento, especialmente no contexto da diversidade de sujeitos históricos, vivências e culturas. Como bem apontaram Cruz e Rodrigues (2017, p. 167), "por isso, os modos como eles são vistos e como sua história é contada e ensinada, tornaram-se a pauta principal de reivindicação no campo da educação".

A Constituição de 1988 tornou-se um marco na garantia de direitos e no reconhecimento territorial da população quilombola, ao assegurar a propriedade dessas terras através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que afirma:

> Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (Brasil, 1998)

Posteriormente, o Decreto Federal nº 4.887/2003 veio para regulamentar os procedimentos para a “Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos”.

Neste sentido, é preciso destacar, que a luta e o reconhecimento são dois fatores essenciais para a igualdade de direitos.

Por exemplo, o termo “quilombo” somente passou a significar lugar de pessoas com ancestralidade de remanescente quilombolas a partir do texto constitucional que declarou expressamente no artigo 68 da ADCT já mencionado. Essa ressalva é necessária e pontual pois antes de 1988, a simbologia do quilombo estava envolvida com a resistência do Quilombo dos Palmares e a saga de Zumbi, sua maior liderança. O Quilombo dos Palmares sempre foi bastante citado nas universidades e em textos de autores que pesquisam a temática, mas não tinha uma significação jurídica eficiente para gerar direitos ou mesmo perspectiva de direito. É o texto da lei que ressignificará a termologia da palavra e tornará o remanescente de escravizados sujeitos de história e de direitos. O reconhecimento estatal de que aqueles que nas terras residem e trabalham, em tese, são os proprietários delas, fomentou assim um olhar positivo e, portanto, legitimou o processo de reconhecimento e legitimação de uma luta histórica dos movimentos sociais.

Neste sentido, a socióloga Sheila Brasileiro (2020) afirma:

> à semelhança dos processos de reconhecimento e legitimação oficial de povos e terras indígenas, antropólogos e juristas passaram a se deparar, na identificação e legitimação das comunidades negras rurais como remanescentes de quilombos, com certas ambiguidades teórico-metodológicas, presentes, na literatura referente ao tema, principalmente quando se tratou de precisar os contextos sócio históricos nos quais tais grupos se constituíram e se consolidaram enquanto unidades discretas. (Brasileiro, 2000, p. 325).

Gomes (2015) é cético ao observar que os quilombos se tornaram símbolos étnicos de uma jornada épica contra o racismo, pela valorização da cultura local e pela demarcação de terras. Ele destaca que foi a militância negra organizada e com objetivos claros que assumiu o protagonismo, levando esse debate para diferentes espaços, especialmente para a política, e transformando os quilombos em espaços de resistência.

A luta pela demarcação territorial envolve múltiplas dimensões, abarcando tanto a garantia da terra como um espaço coletivo e livre dos impedimentos impostos por grileiros e atravessadores, quanto a obtenção do título de propriedade. Essa luta é fundamental para assegurar a segurança e a soberania das comunidades sobre suas terras. Além disso, a luta pela demarcação territorial está intrinsecamente ligada à demanda por infraestrutura básica. Isso inclui a construção de escolas, que são

essenciais para a educação e o desenvolvimento das novas gerações; postos de saúde, que garantem o atendimento médico necessário para a comunidade; e espaços de convivência, que são vitais para a manutenção das tradições culturais e o fortalecimento dos laços comunitários.

Esses esforços são parte de uma reivindicação mais ampla por direitos e dignidade, visando proporcionar às comunidades não apenas a posse da terra, mas também as condições necessárias para um desenvolvimento sustentável e autônomo. Portanto, não se limita à questão fundiária, mas engloba uma série de necessidades básicas que são essenciais para o bem-estar e o progresso das comunidades envolvidas. Para Pereira et al. (2012, p.49),

> A reatualização das lutas da população negra excluída, isto é, as possibilidades da conquista de título de suas terras ocupadas, acesso a infraestrutura básica, além de inclusão a outras políticas públicas, como a promoção da saúde, educação, dentre outras.

Ao tornar a questão como bandeira de luta, onde os quilombos foram utilizados como afirmação do paradigma da etnicidade, da cultura e da raça negra, desde sua história até a memória, fez nascer na década de 1980 os debates constitucionais e a criação do Centro Cultural Palmares, posteriormente Fundação Cultural Palmares, que é o espaço público de certificação e reconhecimento de áreas de quilombo. Segundo Gomes (2015, p.128) passou a “potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura”.

Evidente afirmar que entre os múltiplos direitos, a ideia de uma educação para o povo de quilombo é algo necessário para a ressignificação do olhar para a comunidade, para a história, para as lutas e enfrentamentos dos vários tipos de discriminação que se sobrepõem sobre o povo de quilombo, e que se torna um leque de envolvimento nas relações familiares, nas relações com o trabalho e com produção, com a religião e com as vivências sociais. Sendo pertinente, como menciona Ferreira e Castilho (2014), “que ocorra e esteja presente nos espaços escolares e nas discussões e assembleias das organizações de representação”, desenvolvendo-se para além da sala de aula. Quebra, no sentido estrito da palavra, o pensar colonialista, que segundo Mignolo (2017, p. 24) é aquele que rompe a lógica da modernidade capitalista de um mundo único, abrindo-se para outras possibilidades.

A Educação Escolar Quilombola (EEQ) pensa na relação entre o homem e o meio ambiente, dando sentido a valores ligados tanto à solidariedade quanto à

afetividade e às múltiplas formas e condições materiais de existência das famílias quilombolas, dando sentido ao conceito de etnodesenvolvimento pensado, pelo antropólogo alemão Rodolfo Stavenhagen (1984), que afirma ser esta:

> uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses. (Stavenhagem, 1984, p. 57).

Partindo da discussão sobre desenvolvimento local, manutenção das tradições culturais e populares, e do respeito às diferenças e garantia do cumprimento das premissas constitucionais, os movimentos sociais por décadas lutaram para ver concretizada a ideia de uma educação de qualidade e sensível à valorização da diversidade étnica. Nisso, surgiu com a proposta da Educação Escolar Quilombola (EEQ), sendo este um modelo de ensino para os territórios que se autoidentificam como remanescentes de quilombos, quebrando o olhar abissal para a educação.

Mignolo (2017) afirma que um dos eixos do pensamento decolonial é o estudo da colonialidade do poder, do ser e do saber. Isso se deve ao fato de que esses são espaços de dominação, uma vez que as relações coloniais vão além da atuação colonialista, abrangendo também as esferas política e econômica. Nesse sentido, ainda pontuando a ideia de uma educação que configure os sentidos e os seres que residem em uma Comunidade Quilombola, é da interação social na escola que a identidade quilombola é reafirmada coletivamente, principalmente quando a escola abraça a ideia e configura seu currículo. O constituinte originário tratou dessa temática e o artigo 210 da Carta de 1988, deixando claro que nos conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental deveria estar assegurado o respeito aos valores culturais e artísticos, tanto nacionais quanto regionais.

Assim evidencia o artigo 210:

> Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
>
> § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
>
> § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (Brasil, 1988).

Ou seja, a educação escolar que deve estar presente nas comunidades quilombolas tem que levar em conta o respeito à multiplicidade de conhecimentos, à diversidade, à cultura, a identidade local, e deve inserir os conhecimentos locais na essência da sala de aula, haja vista que a educação precisa refletir sobre as práticas e os valores cultuados pelos povos tradicionais. Esse olhar para dentro da escola que reconhece a multiplicidade de conhecimento é pontuado por Hooks (2020), quando analisa na obra "*Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade",* de forma crítica, a prática pedagógica tradicional, ressaltando a necessidade do fazer educativo a partir do olhar do sujeito social, referenciando assim o educador brasileiro Paulo Freire (1967).

Para Hooks (2020, p. 26), "a obra de Freire afirmava que a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento como se este fosse uma plantação em que todos temos de trabalhar". Partindo dessa observação, veremos que Freire (1967) insistia em afirmar que tinha como anseio ver realizado no Brasil um tipo de educação que apoiasse o aluno na construção do seu ideário social:

> uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. (Freire, 1967, p. 56)

Foi pensando nessa engrenagem que movimenta a discussão e o debate sobre a educação em territórios quilombolas que nasceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, em 2012, como forma de fortalecer e reconhecer a identidade local, a memória ancestral e a cultura de um povo (BRASIL, 2012).

No entanto, a efetivação de direitos não é um processo linear. Mesmo constando no texto promulgado em 1988, assim como a educação, outros direitos também são muitas vezes são negados aos povos quilombolas. Este trabalho propõe uma análise crítica do discurso da Constituição de 1988, focalizando como a ressignificação dos direitos dos quilombolas se traduz na prática. Examina-se o impacto das disposições constitucionais na relação entre os quilombolas e o Estado brasileiro, bem como as implicações para a preservação de sua identidade cultural e territorial. A pesquisa busca entender como a legislação não apenas reconhece, mas também molda a realidade dos povos quilombolas, abordando desafios e avanços na concretização de seus direitos.

2 OS POVOS DE QUILOMBOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que nasceram junto com a Constituição Federal de 1988 servindo como parâmetro disciplinar no momento da transição entre a Constituição Federal de 1969 e a de 1988, trouxeram para o ordenamento jurídico brasileiro uma minoria social étnica esquecida e vulnerabilizada pela insegurança com as terras, que por gerações foram ocupadas. Trata-se da população residente nas comunidades quilombolas.

O artigo 68 do ADCT anunciou, entre outras coisas, o reconhecimento de direitos fundiários e a garantia à propriedade das terras ocupadas por gerações. Para sua efetivação, em 22 de agosto de 1988 foi criada a Fundação Cultural Palmares, cuja missão inicial seria a promoção e preservação dos valores culturais, históricos e econômicos, oriundos da influência negra na formação do povo brasileiro e que a partir do Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, no parágrafo 4º, do artigo 3º, reservou a competência para emitir certidão reconhecendo a população de determinado território como sendo de remanescentes quilombolas e, com isso, detentores de direitos fundamentais, principalmente quanto ao direito à titulação da área onde a comunidade está inserida.

O Decreto Federal nº 4.887 permitiu ainda, que as comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares pleiteassem junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), organismo estatal que executa estudos e a reforma agrária, a titulação definitiva da terra, a partir de um processo antropológico e da contínua sucessão por parte das gerações vindouras quanto aos direitos logrados. Ou seja, o processo que tramita junto ao INCRA deve vir acompanhado da certidão emitida pela Fundação Palmares com o reconhecimento daquele espaço como sendo de remanescentes de quilombos.

Esse reconhecimento serviu como parâmetro para que políticas públicas chegassem aos espaços rurais e coibissem a violência promovida por grileiros. A Constituição de 1988 também assegurou a todos os brasileiros, incluindo os quilombolas, uma série de direitos fundamentais, como os direitos à igualdade, à dignidade humana, e à liberdade cultural. Esses direitos são fundamentais para a preservação e valorização das culturas e tradições quilombolas. Sob a égide do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, vemos no parágrafo 2º do artigo 2º, a definição de terras quilombolas, como sendo:

> Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
>
> [...]
>
> § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. (Brasil, 2003, p. 1).

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, serviu para regulamentar 15 anos depois, o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, como tratou o art. 68 do ADCT, em comento, e fomentar o reordenamento da trajetória histórica da formação do território nacional. Isso porque, apesar dos avanços jurídicos, as comunidades quilombolas enfrentam desafios significativos, como a regularização fundiária, o acesso a serviços básicos, e a proteção contra a discriminação e a violência. A implementação efetiva dos direitos reconhecidos na Constituição de 1988 é um processo contínuo que requer vigilância constante e apoio político e social.

A formação do território brasileiro, com suas relações sociais e de poder, tem no reconhecimento e na valorização das múltiplas formas de uso, manejo e controle coletivo da terra, as muitas maneiras de manifestação cultural da população.

A preservação da identidade étnico-cultural do povo de quilombo, com o reconhecimento e a certificação, garante dignidade, como preceitua o inciso III do artigo 1º da Constituição Federal de 1988, cujo prenúncio está no rol dos fundamentos da República Federativa do Brasil. A dignidade dos povos de quilombos foi pensada pelos constituintes originários como primícias para adequação da legislação vindoura àquele momento político do desenho da Constituição, para adequação do ordenamento jurídico depois de 21 anos de ditadura militar e de opressão aos direitos dos excluídos, sendo implementado na Carta de 1988 depois de uma grande mobilização por parte do Movimento Negro que atuou nos bastidores da Assembleia Constituinte em 1987. Almeida (2008, p.25), ao tratar a questão fundiária no Brasil e na Amazônia, assim descreve o momento político-jurídico:

> Nas duas últimas décadas estamos assistindo em todo o País, e notadamente na Amazônia, ao advento de novos padrões de relação política no campo e na cidade. Os movimentos sociais no campo, que desde 1970 vem se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo

> nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais uma de suas expressões maiores conhecem, desde 1988-89, certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de auto definição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e de encaminhar demandas aos poderes públicos.

Para Almeida (2008) não foi a vontade do legislador somente, mas o papel das organizações sociais e a pressão que as populações do campo fizeram para que os direitos fundamentais fossem erigidos na Carta de 1988. O direito à moradia e o reconhecimento das terras onde viveram fugitivos de senzalas, negros livres ou alforriados, ou mesmo aqueles ajuntamentos que nasceram pós 13 de maio de 1888, como forma de sobrevivência, não deu de imediato o direito fundiário, que ainda luta para que o Estado brasileiro possa reconhecer, certificar e construir políticas públicas. Sobre essa questão, afirma que:

> O fato dos legisladores terem incorporado a expressão "populações tradicionais" na legislação competente e do governo tê-la adotado na definição das funções dos aparatos burocrático-administrativos, tendo inclusive criado, em 1992, o Conselho Nacional de Populações Tradicionais, no âmbito do IBAMA, não significa exatamente um acatamento absoluto das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais, não significando, portanto, uma resolução dos conflitos e tensões em torno daquelas formas intrínsecas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais, que abrangem extensas áreas principalmente na região amazônica, no semiárido nordestino e no planalto meridional do País. (Almeida, 2008, p. 26).

A questão fundiária no Brasil é um tema extremamente delicado para a sociedade ainda nos dias de hoje. Os conflitos no campo já ceifaram a vida de muitos trabalhadores e sindicalistas, a exemplo do Massacre de Eldorado do Carajás[27], do sindicalista e seringueiro Chico Mendes e da freira americana Dorothy Stang.

Segundo a Agência Câmara de Notícias[28], em 2021 foram registrados 35 assassinatos em conflitos no campo, um aumento de 75% em relação a 2020, quando foram registrados 20 assassinatos, sendo esses anos de reclusão por causa da pandemia da Covid-19.

Para Lucena (2014),

> a leitura do art. 68, ADCT, deve ser feita sob a ótica do neoconstitucionalismo, ou seja, desse novo momento constitucional vivenciado pela sociedade

[27] quando em abril de 1996, uma ação desastrosa da Polícia Militar do Estado do Pará culminou com a morte de vinte e quatro trabalhadores oriundos do Movimento Sem Terra, acampados em uma fazenda da região.

[28] Ver em: https://www.camara.leg.br/noticias/877088-assassinatos-no-campo-subiram-75-em-2021-denuncia-pastoral-da-terra/.

> jurídica brasileira, em que se buscam técnicas dogmaticamente consistentes e utilizáveis na prática jurídica que tenham o condão de transformar as disposições constitucionais em realidade, é a busca incessante de transformação do teórico em concreto.

Por neoconstitucionalismo podemos entender como sendo o olhar para o direito constitucional a partir do conjunto de direitos fundamentais inseridos no arpejo jurídico de um país, transformando aquele em instrumento de legitimação, deixando o Estado de ser legalista para tornar-se constitucionalista. Essas mudanças já são visíveis nas constituições de países da América do Sul, como Equador, que mudou sua constituição em 2008, e Bolívia que seguiu o mesmo caminho em 2009, sendo esses dois países, com populações indígenas por anos excluídas das decisões prioritárias.

Segundo Duarte e Pozzolo (2006, p.77), o termo neoconstitucionalismo foi mencionado pela primeira vez em uma conferência em 1993 na cidade de Buenos Aires, quando a pesquisadora italiana Suzanna Pozzolo usou o termo para “denominar um certo modo antijuspositivista de aproximar o direito”.

Para Baldi (2011, p.10), são características do neoconstitucionalimo para a América Latina:

> a) substituição da continuidade constitucional pela ruptura com o sistema anterior, com fortalecimento, no âmbito simbólico, da dimensão política da Constituição;
> b) capacidade inovadora dos textos, buscando a integração nacional e uma nova institucionalidade;
> c) fundamentação baseada em princípios, em detrimento de regras;
> d) extensão do próprio texto constitucional, em decorrência tanto do passado constitucional, quanto da complexidade dos temas, mas veiculada em linguagem acessível;
> e) proibição de que os poderes constituídos disponham da capacidade de reforma constitucional por si mesmos e, pois, um maior grau de rigidez, dependente de novo processo constituinte;
> f) busca de instrumentos que recomponham a relação entre soberania e governo, com a democracia participativa como complemento do sistema representativo;
> g) uma extensiva carta de direitos, com incorporação de tratados internacionais e integração de setores marginalizados;
> h) a passagem de um predomínio do controle difuso de constitucionalismo pelo controle concentrado, incluindo-se fórmulas mistas;
> i) um novo modelo de “constituições econômicas”, simultâneo a um forte compro- misso de integração latino-americana de cunho não meramente econômico.

A ruptura com o sistema constitucional tradicional, conforme menciona Baldi (2010), dentro do diâmetro político, tende a criar conflitos principalmente entre a classe dominante, detentora do poder econômico e cheia de privilégios sociais.

Para Alves (2012, p.139):

> é possível afirmar que neoconstitucionalismo surge como forma de explicar o direito posto dentro do novo paradigma: o Estado democrático. Como demonstrado, há diversas teorias acerca desse modo de pensar o direito; apesar das peculiaridades de cada teoria, pode-se identificar alguns pontos comuns, como: reconhecimento da materialidade e reforço da ideia de supremacia da Constituição; necessidade de positivação, implementação e garantia de direitos fundamentais; existência de princípios e regras na ordem jurídica e na Constituição; e importância da interpretação da Constituição.

O pensamento de Alves (2012) aponta para o estado democrático como sendo este um paradigma, termo concebido primariamente por Thomas Kuhn (2013, p.53), que considerava como paradigma “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Nisso nasce uma questão: sendo a democracia um paradigma, ela pode ser superada?

Alves (2012, p. 142) explica que o neoconstitucionalismo “é uma resposta plural, uma tentativa de efetivar respeito e garantia de pluralidade, participação popular e democracia nos países que o vêm adotando”. Ou seja, não é uma imposição, mas sim uma vontade popular. Um paradigma em processo de transição.

Para Lênio Streck (2009), o neoconstitucionalismo é um novo momento para o direito constitucional. É um movimento que tem promovido rupturas com o Estado liberal, e que está mais avançado em outros países latino-americanos.

O fato é que o artigo 68 do ADCT, jogou luz no ordenamento jurídico brasileiro para a existência de comunidades de remanescentes quilombolas, detentoras de direitos fundamentais e sociais. Sua população é constituída de sujeitos de direitos, atores culturais e sociais da sua história e que esse processo, mesmo encontrando conflitos de interesses políticos, muitas vezes partidário**,** ou mesmo a inércia do Estado, vem ampliando seu papel social. Parte pela pressão dos movimentos sociais e parte pelo efetivo do dever enquanto instituição legítima para a certificação e do processo de reconhecimento e titularização da posse da terra.

Conforme dados extraídos do site da Fundação Cultural Palmares[29], até o dia 15 de março de 2023 um total de 2.899 (duas mil oitocentos e noventa e nove) comunidades quilombolas tinham sido certificadas em todo o Brasil.

[29] A Fundação Cultural Palmares, conforme menciona o art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, tem a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. **Ver**: https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola.

A conjuntura política consolidada pelo artigo 68 no ADCT e a ressonância jurídica do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, foram contestados no Supremo Tribunal Federal (STF) que assume o controle concentrado de protetor da Constituição Federal, julgando fatos que contrapõe o texto constitucional diante de norma em abstrato.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3.239) teve como relator o Ministro Cézar Peluso**,** e redatora a Ministra Rosa Weber, foi proposto pelo Partido Democrata (DEM), o qual questionou a edição do Decreto 4.887/2003 pelo Poder Executivo, elencando quatro fundamento para a impugnação do referido decreto, que na ótica do partido, ia de encontro a Constituição Federal já que o decreto regulamentou o "procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias", sendo portanto inconstitucional.

Nesse julgamento o que chamou muito atenção foi o fato do relator evocar a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais, datado de 27 de junho de 1989, e recepcionado/aprovado pelo Decreto Legislativo nº 143/2002, sendo ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004 que consagrou a "consciência da própria identidade" como critério para determinar grupos tradicionais, sejam indígenas ou tribais (povos de quilombos), onde nenhum Estado tem o direito de negar a identidade de um desses povos.

A segunda Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4.269) teve como relator o Ministro Edson Fachin e foi proposta pelo Ministério Público Federal, que questionou a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Pelo acórdão publicado em fevereiro de 2019 o STF julgou parcialmente procedente a ação, determinando que o Governo Federal não pode regularizar áreas de terceiros sobre terras quilombolas e de outras comunidades tradicionais, como extrativistas e ribeirinhos.

Podemos mencionar como avanços e conquistas, para além do artigo 68 do ADCT, no tocante ao conjunto de discussões no ordenamento jurídico brasileiro, a Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, conhecida como "*Lei Caó*", que criminalizou o racismo bem como a Lei Federal n° 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida

como “Lei das Cotas”, que passou a garantir reserva de vagas nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio para pessoas pretas autodeclaradas pardas e indígenas, bem como a sanção da Lei Federal nº 14.532 de 12 de janeiro de 2023 que equiparou a prática de injúria racial a modalidade de crime de racismo modificando portanto a Lei Federal nº 7.716/1989 e o artigo 140, do Código Penal Brasileiro.

Ainda nesse diapasão, a pesquisadora Rumana Mendes Campelo, em dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em 23 de fevereiro de 2022, ao tecer comentários sobre as conquistas dos povos quilombolas ao longo de décadas, construiu uma linha do tempo com as principais conquistas e acontecimentos entre 1985, quando o governo José Sarney convocou a Assembleia Nacional Constituinte, até 2016, quando o governo Dilma Rousseff inseriu a população quilombola no processo de reforma agrária, afirmando categoricamente que as lutas dos povos de quilombos sempre foram pautadas na luta por reconhecimento de direitos.

A primeira conquista foi o direito a existir, seguido pelo direito a falar; a ter a escritura pública da terra que seus antepassados pisaram; a lutar contra o racismo estrutural latente nos espaços sociais; e pela necessidade de uma educação que lembrasse dos feitos de seus ancestrais, para que no futuro não se repita as condições de escravidão do passado. Todas essas lutas foram pautadas na coletividade, nas assembleias da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), que tem liderado um excelente debate em todo o país.

Foi pela pauta construtiva e pelo debate efetivo que em 2024, pela primeira vez na história recente do país, uma liderança das suas lideranças foi eleita para ocupar assento no Conselho Nacional de Educação (CNE), no caso a professora Givânia Maria da Silva, oriunda da Comunidade Conceição das Crioulas em Salgueiro/PE, nomeada para integrar a Câmara de Educação Básica pelos próximos quatro anos. Sua nomeação representa um passo importante para ampliar a representação e a diversidade no órgão, além de fortalecer a busca por alternativas democráticas para garantir uma educação de qualidade para as comunidades quilombolas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 RESSIGNIFICAÇÃO DE DIREITOS PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO

A denominação análise de discurso foi sistematiza por um dos fundadores da Escola Francesa, Michel Pêcheux (2015), como sendo a linguagem ideológica materializada a partir da linguagem manifestada nos processos de poder e seus significados. Foucault (2014), por sua vez, afirma que o discurso controla os sujeitos e é uma prática regular e reguladora das relações de poder. Nisso, partindo da premissa que o reconhecimento dos direitos dos povos de quilombos na Constituição Federal de 1988 nasceu da luta dos movimentos sociais e representou mudança significativa nas narrativas, isso porque o reconhecimento institucional e legislativo por parte do Brasil, foi, em si, um ato de poder que legitimou e institucionalizou o debate sobre a identidade e os direitos fundamentais desses grupos sociais, desafiando a negação históricas que os marginalizavam e os excluíam, podemos observar esse processo a partir da análise de discurso.

Segundo Orlandi (2015, p. 24) “a análise de discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico”. Para Foucault (2014), um discurso pode ser concebido como uma rede de signos que se conecta a outros discursos, formando um sistema aberto. Esse sistema não apenas registra, mas também reproduz e estabelece os valores de uma determinada sociedade, até perpetuando-os.

> Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, pp. 8-9)

O discurso é produzido e materializado em ações, ou seja, o discurso sobre os direitos dos povos quilombolas em um período de redemocratização e do pensar para dentro de um conjunto de direitos fundamentais, onde os legisladores constituintes, debateram por 20 meses em um Congresso Nacional que foi palco de intensas discussões, para chegarem ao texto final da Constituição. Afirma Moura (2021, p. 21) que os senhores de escravos “criaram uma estratégia de dominação, que se cristalizou no racismo, ao afirmarem que os escravos, por serem negros, eram

inferiores, e, por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados". Foucault (2014) observa que onde há poder, há resistência.

Neste contexto, a inclusão dos direitos quilombolas na Constituição Federal de 1988 é um exemplo de como grupos oprimidos podem utilizar o discurso legal e institucional para, a partir da luta e da consolidação de movimentos reivindicativos, resistir e reconfigurar o campo de poder a seu favor. Para Foucault (2008, p. X) "O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente". A terra, para os quilombolas, não é apenas um espaço físico, mas um elemento central de identidade, cultura e subjetividade, é um espaço de poder. É no centro do território onde se encontra a sede da associação de moradores que as decisões coletivas são retiradas, e são nesses espaços que as manifestações culturais também são apresentadas. O reconhecimento constitucional das terras quilombolas reforça a ligação intrínseca entre território e a identidade cultural.

Entende-se que o reconhecimento é também uma forma de validar e preservar os saberes e práticas culturais dos quilombolas, desafiando o monopólio do conhecimento eurocêntrico e colonial que predominou por séculos, e influenciou a cultura e a educação brasileira, que em muitos momentos virou as costas para os ensinamentos ancestrais e as práticas educativas dos territórios, em um discurso didático de apagamento histórico e negação. Através do discurso jurídico e institucional, os povos quilombolas conseguiram conquistar um espaço legítimo dentro do Estado brasileiro, desafiando e transformando as estruturas de poder que historicamente os marginalizaram.

Entretanto, essa conquista não marcou o fim da luta. O Estado brasileiro teve que desenvolver novos mecanismos para garantir a efetivação dos direitos reconhecidos. Isso envolveu a criação de políticas públicas específicas e a implementação de medidas que assegurassem a real proteção e promoção dos direitos dos quilombolas, evidenciando a contínua tensão entre reconhecimento formal e prática efetiva. Assim, a análise do discurso envolto no processo histórico nos permite ver sua complexidade, que é marcado tanto por avanços quanto por desafios persistentes. Pensar o reconhecimento dos direitos dos quilombolas a partir da análise do discurso foucaultiano é compreender que a inclusão desses direitos na Constituição de 1988 não foi uma jornada simples e fácil, antes, revela a complexidade das relações de poder, resistência e identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se propôs analisar a inserção dos povos quilombolas no texto final da Constituição de 1988, quando foi inserido o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), pensado para disciplinar a transição entre a Carta de 1969 e a Carta de 1988.

No estudo, foi constatado que a análise dos povos quilombolas destacou a importância de uma abordagem que reconheça as dinâmicas históricas e culturais que moldaram a luta por direitos no Brasil. Isso se deve ao fato de que muitas Comunidades ainda permanecem à margem desses direitos, sem o devido reconhecimento como espaços de cultura, identidade, memória e ancestralidade, além de enfrentarem dificuldades no acesso a políticas públicas. O Estado brasileiro que recepcionou as demandas levadas aos constituintes originários, construiu o caminho jurídico para o reconhecimento e a certificação, entretanto, barreiras burocráticas surgiram e elas tem dificultado a efetivação de direitos, mesmo depois de 1988.

A pesquisa observou que uma das conquistas recentes da população remanescente de quilombo foi a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, onde foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, implementando uma legislação no qual a escola, situada em um quilombo, precisa reconhecer que o espaço da educação passa pela memória e pelas manifestações culturais locais, e que estas precisam estar no currículo e no cotidiano dos estudantes, como forma de fortalecimento da identidade. Demonstrou ainda que a ressignificação de direitos é um processo contínuo e necessário para a concretização da justiça social.

A ressignificação dos direitos quilombolas na Constituição de 1988 não foi somente uma vitória jurídica, haja vista que alguns desses direitos permaneceram apenas no texto constitucional, mas sim, um processo contínuo de construção social que tem exigido vigilância constante e participação ativa dos movimentos sociais, a exemplo da CONAQ, na discussão e da luta pela efetivação de direitos.

A partir do método de análise do discurso buscou-se entender as estruturas de poder manifestadas nessa construção ideológica, partindo do pensamento de Foucault (2008 e 2014), que revela como diferentes atores (Estado, Movimentos Sociais e as Comunidades), negociam e reinterpretam direitos, e influenciam o

alcance e a efetividade das políticas públicas. Nisso, a pesquisa buscou dialogar com os aspectos da realidade da norma jurídica maior, pensando para além do contexto em questão, e reforçando a importância do debate na luta por direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.ª ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192p.

ALVES, Marina Vitório. Neoconstitucionalismo e Novo Constitucionalismo Latino-Americano: Características e Distinções. **Rev. SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34, p. 133-145, ago. 2012. Disponível em: https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/363-1431-1-pb.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

BALDI, César Augusto. Novo constitucionalismo latino-americano. **Estado de Direito.** nº 32, Porto Alegre, nov. 2011. Disponível em: https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/363-1431-1-pb.pdf. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos?tipo=DEC&numero=4887&ano=2003&ato=d43MTVE5EeRpWTf21. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília: MEC, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 3.239**. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASILEIRO, Sheila. **Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba**: notas sobre uma comunidade negra rural no oeste baiano. Afro-Ásia, Salvador (UFBA), nº 23, p. 325-337, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20989/13590. Acesso em: 25 mar. 2023.

CAMPELO, Rumana Mendes. **Os Direitos Constitucionais: um estudo da comunidade quilombola do Sítio Araçá em Afrânio/PE.** Dissertação. PPGExR/UNIVASF, 2022.

CONCEIÇÃO, Lucineide Inácio de. **Educação Escolar Quilombola: um olhar sobre a implementação das diretrizes da educação quilombola e suas implicações no currículo da E.M.E.F Firmo Santino da Silva**, 2015. Disponível em: http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12178. Acesso em: 25 mar. 2023.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da, RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Educação em Comunidades Remanescentes de Quilombos: Implicações Políticas e Curriculares. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan/abr, 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/9954. Acesso em: 25 mar. 2023.

DUARTE, Écio Oto Ramos; POZZOLO, Susanna. **Neoconstitucionalismo e positivismo jurídico: As faces da Teoria do Direito em tempos de interpretação moral da Constituição**. 2 ed. São Paulo: Landy, 2010.

FERREIRA, Augusta Eulália; CASTILHO, Suely Dulce. Reflexões sobre a Educação Escolar Quilombola. **Revista de Pesquisa e Políticas Públicas**, Edição nº.03, agosto, 2014. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14561/12872. Acesso em: 25 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ª ed. São Paulo Martins Fontes, 2020.

LUCENA, Danielle Cabral de. **A proteção conferida pelo Art. 68, ADCT, às comunidades remanescentes de quilombos**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/42618/a-protecao-

conferida-pelo-art-68-adct-as-comunidades-remanescentes-de-quilombos. Acesso em: 06 abr. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 32, nº 94, tradução de Marcos de Oliveira, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf. Acesso em 20 mai. 2023.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed. Teresina: 89EdUESPI, 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. SERRANO, Gisela de Amorim. PORTO, Amélia Pereira Batista. **Quilombolas e quilombos: história do povo quilombola**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 7ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 13. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2013.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. 1984. **Anuário Antropológico UNB**. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6327/7704. Acesso em: 26 mar. 2023.

STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica, Neoconstitucionalismo e "o Problema da Discricionariedade dos Juízes. **Anima**: Revista Eletrônica do Curso de Direito da OPET. Curitiba, 2009. Disponível em: https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima1/artigo_Lenio_Luiz_Streck_hermeneutica.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

TERCEIRO ARTIGO

POR UMA EDUCAÇÃO EFETIVAMENTE QUILOMBOLA: Normas anteriores a Resolução nº 8, do Conselho Nacional de Educação, sobre a temática educação étnico-raciais numa perspectiva crítica



Pintura digital dos moradores Quilombo Sítio Araçá

POR UMA EDUCAÇÃO EFETIVAMENTE QUILOMBOLA: Normas anteriores a Resolução nº 8, do Conselho Nacional de Educação, sobre a temática educação étnico-raciais numa perspectiva crítica

Link para Acesso:
https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/2025

DOI: https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n59-043

Publicado em 30 de setembro de 2024

REVISTA DELOS

Qualis CAPES 2017-2020 - **B1**

Revisão Ortográfica
Ruth Danielli de Brito Farias

“POR UMA EDUCAÇÃO EFETIVAMENTE QUILOMBOLA”: normas anteriores a Resolução nº 8, do Conselho Nacional de Educação, sobre a temática educação étnico-raciais numa perspectiva crítica

“POR UMA EDUCAÇÃO EFETIVAMENTE QUILOMBOLA”: normas anteriores a Resolução nº 8, do Conselho Nacional de Educação, sobre a temática educação étnico-raciais numa perspectiva crítica

"POR UNA EDUCACIÓN EFECTIVAMENTE QUILOMBOLA": normas anteriores a la Resolución nº 8 del Consejo Nacional de Educación sobre la temática de la educación étnico-racial desde una perspectiva crítica

Enos André de Farias
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Endereço: Juazeiro, Bahia, Brasil
E-mail: enosfarias@gmail.com

Anna Christina Freire Barbosa
Doutorado em Sociologia
Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Endereço: Juazeiro, Bahia, Brasil
E-mail: acbarbosa@uneb.br

Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Pós-doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Instituição: Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)
Endereço: Petrolina, Pernambuco, Brasil
E-mail: cleciapacheco@gmail.com

RESUMO
Este artigo examina as normas que refletem as questões étnico-raciais anteriores à Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, buscando compreender a evolução normativa e como elas influenciaram na concretização de uma educação escolar quilombola, para valorizar os conhecimentos ancestrais, a cultura, a identidade e as formas de convivência com o meio ambiente. Nele é observado a historicidade de cada norma e o debate envolto das subjetividades dessa população tradicional. O processo metodológico configurou-se como descritiva de cunho qualitativo, lastreada pela pesquisa documental e bibliográfica, embasada em autores como Ribeiro (2017), Rodrigues (2005), Bourdieu (1982), Silva (2005), Libâneo (2005) e Mignolo (2005). O estudo destaca a marginalização histórica dessas Comunidades e a falta de políticas educacionais consistentes, considerando a necessidade de

afirmação da identidade local diante da pressão social e do apagamento histórico latente. Afirma que as normas anteriores, em geral, se inseriam em um contexto de políticas públicas educacionais sem a efetivação de uma política educacional quilombola, não reconhecendo, com isso, a singularidade desses territórios. Como resultado, o estudo revela que o processo de construção da política nacional para a educação quilombola, retratada pelas Diretrizes Curriculares, representou um marco importante na educação escolar quilombola, pois, pela primeira vez, estabeleceu diretrizes específicas que reconheceram e valorizaram as singularidades dessas Comunidades. No entanto, evidencia a necessidade de contínuo monitoramento e implementação para garantir o acesso a uma educação de qualidade que respeite suas tradições e conhecimentos, sem esquecer o processo formativo.

Palavras-Chave: Educação Escolar Quilombola, Direito, Povos Tradicionais, História.

ABSTRACT

This article examines the norms that reflect ethnic-racial issues prior to CNE/CEB Resolution nº 8, of November 20, 2012, seeking to understand the normative evolution and how they influenced the implementation of a quilombola school education, to value ancestral knowledge , culture, identity and ways of coexisting with the environment. It observes the historicity of each norm and the debate surrounding the subjectivities of this traditional population. The methodological process was configured as descriptive of a qualitative nature, supported by documentary and bibliographical research, based on authors such as Ribeiro (2017), Rodrigues (2005), Bourdieu (1982), Silva (2005), Libâneo (2005) and Mignolo (2005). The study highlights the historical marginalization of these Communities and the lack of consistent educational policies, considering the need to affirm local identity in the face of social pressure and latent historical erasure. It states that the previous norms, in general, were inserted in a context of public educational policies without the implementation of a quilombola educational policy, thus not recognizing the uniqueness of these territories. As a result, the study reveals that the process of constructing the national policy for quilombola education, portrayed by the Curricular Guidelines, represented an important milestone in quilombola school education, as, for the first time, it established specific guidelines that recognized and valued the singularities of these Communities. . However, it highlights the need for continuous monitoring and implementation to guarantee access to quality education that respects traditions and knowledge, without forgetting the training process.

Keywords: Quilombola School Education, Law, Traditional Peoples, History.

RESUMEN

Este artículo examina las normas que reflejan cuestiones étnico-raciales anteriores a la Resolución CNE/CEB nº 8, de 20 de noviembre de 2012, buscando comprender la evolución normativa y cómo influyeron en la implementación de una educación escolar quilombola, para valorar los conocimientos y la cultura ancestrales. , identidad y formas de convivencia con el entorno. Observa la historicidad de cada norma y el debate en torno a las subjetividades de esta población tradicional. El proceso metodológico se configuró como descriptivo de carácter cualitativo, apoyado en una investigación documental y bibliográfica, basada en autores como Ribeiro (2017), Rodrigues (2005), Bourdieu (1982), Silva (2005), Libâneo (2005) y Mignolo. (2005). El

estudio destaca la marginación histórica de estas Comunidades y la falta de políticas educativas consistentes, considerando la necesidad de afirmar la identidad local frente a la presión social y el borrado histórico latente. Afirma que las normas anteriores, en general, se insertaron en un contexto de políticas educativas públicas sin la implementación de una política educativa quilombola, no reconociendo así la singularidad de estos territorios. Como resultado, el estudio revela que el proceso de construcción de la política nacional para la educación quilombola, retratado por las Directrices Curriculares, representó un hito importante en la educación escolar quilombola, ya que, por primera vez, estableció directrices específicas que reconocían y valoraban la singularidades de estas Comunidades. Sin embargo, destaca la necesidad de un seguimiento e implementación continuos para garantizar el acceso a una educación de calidad que respete las tradiciones y los conocimientos, sin olvidar el proceso de formación.

Palabras-clave: Educación Escolar Quilombola, Derecho, Pueblos Tradicionales, História.

1 INTRODUÇÃO

A luta para incluir o Povo de Quilombo no texto constitucional partiu do Movimento Negro, que, na base dos Estados e municípios, começou a organizar assembleias para construir um documento que seria entregue aos Constituintes Originários. O marco público e político para a comunidade remanescente de quilombos foi inserido na Constituição Federal de 1988, na qual o Estado brasileiro admitiu a existência de tal grupo nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que em seu artigo 68 declara: **“**aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Entretanto, somente 15 anos depois, com a publicação do Decreto Federal nº 4.878, foi regulamentado o processo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas, sendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como o órgão competente para efetivar essa ação. Nesse sentido, para efetivar a identificação, passou a ser preciso uma avaliação conjunta das indicações da própria comunidade com estudos técnicos e científicos, incluindo relatório antropológico, afirmando a caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade (Brasil, 2003).

A partir dos desdobramentos do reconhecimento territorial, as lutas das comunidades quilombolas teriam novas bandeiras de hasteadas, como políticas de

ensino voltadas à educação quilombola, mesmo com as políticas públicas adotadas no âmbito federal, já que o ensino de base é de responsabilidade dos estados e municípios (Santos et al., 2019), respaldados no texto constitucional. Na promulgação da Carta de 1988 os movimentos sociais organizados passaram a cobrar do Estado brasileiro políticas de inclusão, de saúde e de educação bem como, passaram a reivindicar que a identidade cultural da população de quilombo estivesse no currículo da educação básica, uma reivindicação legítima que tem ressonância na forma como o currículo escolar é reproduzido no chão da escola.

Rodrigues (2005, p. 255) afirma que nem todas as propostas levantadas pelo Movimento Negro Unificado (MNU) foram aceitas pelos Constituintes originários, e que o documento final "sinalizou a necessidade de que o currículo refletisse a pluralidade racial brasileira, mas retirou as propostas de obrigatoriedade do estudo da cultura e história da África", o que efetivamente viria com a mudança do currículo escolar, realidade ainda distante de ser consolidada. Para Libâneo (2005, p. 362), o currículo escolar "é um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade para a formação dos alunos, é tudo o que se espera que seja aprendido e ensinado na escola". Para Silva (2005), o currículo é uma narrativa que traz subentendida uma trama sobre o mundo social, seus atores e personagens que são cruzadas pela linha do poder. Mas como ensinar a cultura ancestral se o currículo que é executado na escola é engessado pelo olhar eurocêntrico? Seria este um conhecimento subjetivo?

Conhecimento subjetivo é aquele que varia do ponto de vista pessoal, individual, que não é fundado no objeto, mas condicionado por sentimentos e afirmações arbitrárias do sujeito. A subjetividade não é apenas o sujeito, mas a possibilidade de compreender o que é fundamental, tudo que acontece ao nosso redor, estabelecendo relações de convívio social e, consequentemente humano. Neste contexto, Castoriadis (1982) estrutura os aspectos da subjetividade e relaciona ao conceito de imaginário. Para ele, a subjetividade possui três características fundamentais: a linguagem, a reflexividade e a vontade (ou capacidade deliberada). Segundo as próprias palavras de Castoriadis, o sujeito pode pensar em absolutamente tudo ao mesmo tempo, mas fará escolhas, dependendo de sua vontade, sobre o que irá destinar sua energia reflexiva.

> Esse sujeito, a subjetividade humana, é caracterizado pela reflexividade (que não se deve confundir com o simples "pensamento") e pela vontade ou capacidade de ação deliberada, no sentido forte desse termo. (Castoriadis, 1982, p. 207).

Logo, não se abre mão dos conhecimentos prévios que já estão internalizados no indivíduo, mas é no coletivo que se constroem as reflexões e a revalidação dos saberes individuais, além do aprofundamento da tradição, do conhecimento e da cultura.

O sociólogo Pierre Bourdieu, na obra "A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino", afirma que a escola legitima as hierarquias que reproduzem as desigualdades sociais. Na obra em tela, Bourdieu discute a chamada "violência simbólica", como categoria teórica, e questiona os sistemas de ensino.

> é preciso pois se perguntar se a liberdade que é deixada ao sistema de ensino de fazer com que se prevaleçam suas próprias exigências e suas próprias hierarquias, em detrimento por exemplo das exigências mais patentes do sistema econômico, não será contrapartida dos serviços ocultos que ele presta a certas classes dissimulando a seleção social sob as aparências da seleção técnica e legitimando a reprodução das hierarquias sociais pela transmutação das hierarquias sociais em hierarquias escolares (Bourdieu, 1982, p. 163)

Essa liberdade do sistema de ensino apontada por Bourdieu (1982) acaba por produzir um sistema de ensino hierarquizado e comprometido em responder às inquietações para além da escola. É um sistema que precisa demonstrar em números sua efetividade, daí a corrida pelas melhores notas nas avaliações internas e externas dos sistemas de avaliação, seja o SAEB[30] ou o PISA[31], e que Bourdieu (1982, p. 162) afirma de forma cético que "seria necessário reconhecer no sistema de ensino a autonomia que ele reivindica e consegue manter face às exigências externas, a fim de compreender as características de funcionamento que ele retém de sua função própria", o que, como salientado, nem sempre ocorre por causa das influências e da necessidade de dar respostas positivas aos analistas econômicos.

A conclusão primária é que nenhuma legislação ou política pública para a população escolar negra nasceu fora da luta dos movimentos sociais, porque as

---

[30] O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 1990, sendo um conjunto de avaliações externas aplicadas em larga escala em todas as escolas públicas brasileiras, permitindo assim realizar um diagnóstico preciso da educação básica e de fatores que interferem no desempenho do estudante por região, cidade e escola. O resultado da avaliação diagnóstica aplicada aos professores e a gestão, juntamente o desempenho dos estudantes na avaliação, são juntados as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas pelo Censo Escolar enviado pelas escolas, e com isso é gerado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

[31] Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, desenvolvido pela UNESCO e realizado a cada três anos, visa alimentar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de informações e dados de desenvolvimento social e econômico dos países, oferecendo informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade esta que em um país desenvolvido seria o término da chamada escolaridade básica, vinculando dados e atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola.

mudanças implementadas pelo Estado brasileiro, desde antes de 1988, nem sempre são afirmativas, mas sim propositivas, num entendimento colonialista que propõe no papel, porém não efetiva na prática, exigindo mais ações e mais lutas por parte dos movimentos sociais para a efetivação de direitos conquistados pela luta coletiva.

Mignolo (2005, p. 75) lembra que “o pensamento decolonial parte do entendimento de que colonialidade e modernidade são pensadas como faces de um mesmo processo”, e que suas existências podem ser compreendidas em diferentes dimensões. Ou seja, o fiel cumprimento é uma lógica racional que não delega provimento, antes, torna-se quase que sugestiva apenas. A educação é um espaço de luta e de disputa de poder, isso é fato. Mas esse espaço também deve ser ocupado como um processo de compreensão, esclarecimento e de superação das desigualdades e das ideologias, como bem observa Ribeiro (2017, p. 49) “o currículo da educação básica é um território colonizado, e esse deve superar ideologias, servindo como mecanismos de resistência e emancipação”. A escola forma para a vida no sentido *stricto*, provocando no estudante o conhecimento básico nas linguagens, nas humanidades, nas ciências exatas, biológicas, físicas e na prática esportiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), sancionada como Lei Federal nº 9.349/96, enfatiza o princípio da educação para a cidadania, ampliando e incorporando o princípio da educação das relações étnico-raciais, advindas das Leis nº 10.693/2003 e 11.645/2008, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio, tanto na rede pública quanto privada. A partir dessa quebra de paradigma, o olhar para a história dos escravizados e de seus remanescentes, passou a incorporar o chão da escola, assim como o reconhecimento das especificidades culturais e históricas dessa gente.

É fato que as Comunidades Remanescentes de Quilombos durante parte de sua existência sofreram com o apagamento histórico e com a negação da identidade e da cultura local. A ressignificação do termo "quilombo", presente na Constituição de 1988, surgiu como uma fagulha de esperança tanto no processo de regularização das terras reconhecidas como quilombolas e das comunidades que se distanciavam da definição clássica, tradicionalmente associada à fuga e oposição ao regime escravocrata, quanto no processo de luta por direitos sociais aqui definidos entre outros como o acesso à educação. Os quilombos, enquanto espaço de acolhimento,

desempenharam papel fundamental na história do Brasil Colônia, evidenciando a ativa contribuição da população negra para a formação histórica e cultural do país.

As identidades construídas a partir das lutas travadas nos campos da cultura, da religião e da economia rural, refletem a resistência e a persistência dessas comunidades em fortalecer seu papel social na dinâmica econômica e cultural da sociedade. Essas batalhas estão na base dos movimentos reivindicatórios que perduram até hoje, demandando do Estado e da sociedade civil maior visibilidade e reconhecimento para as populações quilombolas, como afirmar Moura (2020).

Para obtermos uma visão mais aprofundada, é fundamental observar que os estudos sobre quilombos foram incorporados ao discurso intelectual a partir da década de 1930, onde o foco das pesquisas era evidentemente o Quilombo de Palmares referendado pelos seus líderes. Desse período destacam-se autores como Edison Carneiro, Roger Bastide, Clóvis Moura e Décio Freitas, conforme afirma Ratts (2006). Eles trataram a temática como um fenômeno do passado.

Contudo, a partir da década seguinte, o contexto brasileiro passou a reconhecer o quilombo sob uma nova perspectiva, onde os intelectuais da época repensaram o conceito de quilombo como um símbolo de resistência política e cultural dos negros brasileiros. Fizeram parte dessa mudança autores como Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Joel Rufino dos Santos, também segundo Ratts (2006). Esse novo enfoque resgata a relevância dos quilombos na contemporaneidade, destacando suas lutas e reivindicações contínuas por direitos e reconhecimento.

A conjuntura acima explica a demora em inserir a temática na educação básica e, portanto, a demora em criar mecanismos normativos para a efetivação de uma educação escolar quilombola ou mesmo para que o ensino da cultura e da história dessa gente fosse melhor compreendida nas escolas brasileiras. O currículo continuou europocêntrico e o racismo estrutural cada vez mais acirrado, mesmo com constantes denúncias feita pelo movimento negro, pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e pelos diversos setores da sociedade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, em seu artigo 26, segundo Brasil (1996), afirma que:

> Art. 26 Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Mesmo a legislação apontando para a exigência de um currículo que caracterizasse as questões regionais e locais da sociedade, as mudanças somente iniciaram sua efetivação com a Lei Federal nº 10.639/2023, que inseriu na LBDEN o artigo 26-A, e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino sobre as relações étnico-raciais. Segundo o Parecer CNE nº 03/2004, todo o sistema de ensino deverá garantir o "registro da história não contada dos negros brasileiros, como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais" (Brasil, 2003, p. 9).

No entanto, é preciso compreender que, no contexto da elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, sua efetivação dentro de uma amplitude democrática de diálogos aconteceu a partir de 2011, quando foram realizados seminários nacionais e regionais, audiências públicas no Maranhão, na Bahia e em Brasília. Todo esse movimento objetivava construir as bases necessárias para o desenvolvimento das Diretrizes. Nos encontros eram abordadas questões cruciais para a gestão pública da Educação Quilombola, incluindo processos de avaliação escolar, alimentação, transporte, infraestrutura das escolas, condições de trabalho dos professores, métodos de ensino e aprendizagem, processos didático-pedagógicos e financiamento (Brasil, 2011).

Observa-se claramente que nada foi por um acaso ou aconteceu porque aqueles que detém o poder midiático a partir do discurso da branquitude masculinizada queria, antes, é um processo lento e difícil. A questão étnico-racial e a formação da identidade quilombola tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, abrangendo aspectos como a cultura e a constituição da população, além da ideia de nação, como menciona Schwarcz (2012), caracterizada pela tentativa de promover o branqueamento da população brasileira, restrição do acesso à terra, com a promulgação da Lei de Terras em 1850, pela a imigração europeia, que compreendeu a exclusão social do negro em diversos setores da sociedade (do campo a cidade), e também a exclusão nos espaços acadêmico, econômico, político e religioso, especialmente nos anos que seguiram à abolição.

Para melhor compreensão das normas pertinentes à Educação Escolar Quilombola, dividimo-las em três tipos de categorias de análise: normas para a Educação Básica; normas para a Educação das Relações Étnico-raciais; e normas para a Educação Escolar Quilombola.

2 NORMAS PERTINENTES À EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1 LEI FEDERAL Nº 10.639/2003

O plano de ação global da Organização da Nações Unidas chamado de Agenda 2030 (2015), reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações. O quarto objetivo dessa agenda é promover “Educação de Qualidade”, que é assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, tendo como meta garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes, até 2030.

O Brasil vem há muito tempo buscando essa educação de qualidade não somente para as comunidades tradicionais, mas para todas as escolas do país. Em 2003, após intensa negociação entre os movimentos sociais e o Ministério da Educação, foi sancionada a Lei Federal nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Esta lei nasceu para atender reivindicações das entidades que percebiam a falta dessa discussão na base curricular nacional. Outro ponto pertinente era o fato de não haver, nos livros didáticos, conteúdos para além daqueles que já constam nos eixos temáticos, voltados para a questão da história e da cultura dos povos remanescentes de quilombos.

Para Gonçalves e Silva (2019) “a população negra ficou por muito tempo excluída da instituição educacional, bem como sua história e cultura”, e a reparação desse distanciamento não seria algo fácil ou simples. Nunes (2014) observa que:

> A inclusão da lei 10639/03 no currículo escolar é uma presença que tende a “negociar” espaços hegemonicamente ocupados por conteúdos que reforçam sistemas de representações acerca da negritude e das relações histórico-sociais entre Brasil e África. São negociações que desembocam em um jogo em que sentidos e significados estão em disputa. Tal negociação constitui, no entanto, um jogo desigual, marcado por relações assimétricas de poder, pois as instâncias que constroem esse jogo têm distintas posições de legitimidade”. (Nunes, 2014, p. 92)

Passados vinte e um anos da data de sua aprovação no Congresso Nacional, observamos avanços no tocante ao cenário educacional, principalmente no tocante às políticas públicas implementadas, como a aquisição de obras literárias para compor o acervo das bibliotecas das escolas, da inserção de conteúdos e projetos didáticos no cotidiano da sala de aula.

2.2 LEI FEDERAL Nº 11.645/2008

A Lei Federal nº 11.645 /2008, novamente alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), para acrescentar no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática indígena juntamente com a história e cultura afro-brasileira. Para Silva (2017).

> Ela resulta de uma demanda social dos povos indígenas na busca pelo reconhecimento e respeito às sociodiversidades étnicas que permeia as formas de ser e viver das 305 etnias indígenas atualmente reconhecidas no Brasil, quando as escolas no país em grande parte ignoram essas informações. Nesse sentido, buscamos evidenciar o percurso histórico e os contextos políticos nos quais estar inserida a sua formulação e homologação, como também discutir as possibilidades de efetivação dessa legislação. Considerando ainda que a citada Lei se soma a um significativo aparato legal tanto internacional quanto brasileiro, que, ao longo dos séculos XX e XXI, vem orientando práticas escolares sobre o ensino da temática indígena. (Silva, 2017, p. 225).

Vale salientar, ponderando as observações feitas por Silva (2017), que o parágrafo 4º do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.396/1996), afirma que "**o** ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia", e essa questão tem sido de grande relevância para a compreensão do papel dos povos tradicionais na construção e formação da identidade nacional.

As escolas públicas e privadas passaram a discutir em sua matriz curricular a inserção desse conteúdo, reforçando a importância de abordar a contribuição dos povos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira, além de valorizar suas lutas, tradições e culturas. A lei visa combater o preconceito e promover uma educação inclusiva e plural, incentivando o respeito à diversidade étnico-racial no ambiente escolar.

2.3 PARECER Nº 07/2010 – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010, pelo Conselho Nacional de Educação, contribuiu para efetivar as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB) propostas pelo Ministério da Educação, que seriam implementadas pelos sistemas de ensino e pelas escolas. A partir das DCNGEB, a Educação Escolar Quilombola tornou-se modalidade de ensino.

> Como já referido, na oferta de cada etapa pode corresponder uma ou mais modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância. (Brasil, 2010, p. 35)

O parecer do CNE respondia à Resolução CNE/CEB nº 2/98, que as delimita como conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica, para instruir os sistemas de ensino e as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

2.4 RESOLUÇÃO Nº 04/2010 – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

De fato, a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, tendo como fundamento o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, que fora homologado pelo Ministério da Educação e publicado no Diário Oficial da União em 9 de julho de 2010. Conforme é observado, a Educação Escolar Quilombola torna-se uma realidade didática e legal, constando na Seção VII, artigo 41, como apontado abaixo:

> Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural. (Brasil, 2010, p. 35)

Como mencionado no artigo 41, a Educação Escolar Quilombola requer pedagogia própria, respeito às especificidades étnico-cultural das comunidades e formação específica de seu quadro docente.

2.5 RESOLUÇÃO Nº 07/2010 – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, justificando para tanto que os estudantes estavam entrando mais cedo na escola e, portanto, sendo o Ensino Fundamental o momento da alfabetização, da tomada de conhecimento, bem como um direito público subjetivo (dever do Estado e da família), com matrícula obrigatória e gratuita no ensino público, passaria então a ser organizada em anos (1º ao 9º) e não mais em séries (1ª a 8ª), sendo que o primeiro ano seria o ano de alfabetização da criança com seis anos de idade. Conforme Brasil (2010), os efeitos da Resolução CNE/CEB nº 7 aplicam-se a todas as modalidades do Ensino Fundamental previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como à Educação do Campo, à Educação Escolar Indígena e à Educação Escolar Quilombola. Brasil (2010, p.10), o artigo 39 da Resolução CNE/CEB nº 7 assim está escrito:

> Art. 39 A Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola são, respectivamente, oferecidas em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas e, para essas populações, estão assegurados direitos específicos na Constituição Federal que lhes permitem valorizar e preservar as suas culturas e reafirmar o seu pertencimento étnico.
>
> § 1º As escolas indígenas, atendendo a normas e ordenamentos jurídicos próprios e a Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, terão ensino intercultural e bilíngue, com vistas à afirmação e à manutenção da diversidade étnica e linguística, assegurarão a participação da comunidade no seu modelo de edificação, organização e gestão, e deverão contar com materiais didáticos produzidos de acordo com o contexto cultural de cada povo (Parecer CNE/CEB nº 14/99 e Resolução CNE/CEB nº 3/99).
>
> § 2º O detalhamento da Educação Escolar Quilombola deverá ser definido pelo Conselho Nacional de Educação por meio de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas.

Nele é nítido o apontamento que, por mais que a Educação Escolar Quilombola conste, seu detalhamento seria definido ainda pelo Conselho Nacional de Educação, o que viria ocorrer dois anos depois com a Resolução CEB/CNE nº 8/2012.

3 NORMAS PERTINENTES Á EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

3.1 RESOLUÇÃO Nº 01/2004 – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Em 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE), com fundamentação no Parecer CNE/CP nº 03/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministério da Educação, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ele está contido na Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, afirma que a demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, bem como o respeito a ancestralidade e a história de seu povo, volta-se para a questão do reconhecimento de justiça.

> Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como a valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas (BRASIL, 2004, p. 3-4).

É neste contexto que os fundamentos para que a Educação Escolar Quilombola, enquanto modalidade de ensino na Educação Básica, são. Ela está estruturada dentro do espaço escolar, na comunidade quilombola, e sua pedagogia deve ser pautada na valorização da cultura ancestral, sempre respeitando os fundamentos legais e os princípios da diversidade cultural, que segundo Oliveira e Martins (2014, p. 189), “é uma educação diferenciada em que considera as especificidades, por ser uma modalidade que se instrumentaliza face ao movimento emancipatório”.

Já o Parecer nº 2/2007 – Conselho Nacional de Educação, aprovado em 31 de janeiro de 2007, pontuou a abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nele é importante observarmos a seguinte questão:

> Mesmo que a existência de problemas prático-concretos, em alguns casos, possa dificultar o cumprimento integral das determinações das Diretrizes – dentre eles, salvo as louváveis exceções conhecidas, a ainda escassa produção e distribuição de material didático diversificado, de qualidade e adequado aos níveis de ensino, assim como a insuficiente atenção oficial

> dada ao necessário processo de formação de professores com conteúdo específicos e metodologias apropriadas aos objetivos preconizados pelas Diretrizes – não se pode transigir com qualquer evidência de descaso ou negligência no seu cumprimento, nem tampouco tolerar a inoperância diante de qualquer obstáculo ou dificuldade. (Brasil, 2007, p. 2)

O Parecer nº 2/2007 – Conselho Nacional de Educação, é claro em dizer que, independentemente das circunstâncias, da falta de formação específica ou mesmo da insuficiência oficial, não se pode deixar negligenciar seu fiel cumprimento.

3.2 CONVENÇÃO Nº 169, DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reuniu-se em Genebra, no dia 7 de junho de 1989, onde aprovou a Convenção nº 169, que estabeleceu que os direitos indígenas devem ser protegidos e efetivados, levando em consideração suas culturas, formas de vida e convivência social, tradições e costumes. A Convenção foi recepcionada e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, passando a vigorar a partir de 25 de julho de 2003, está em vigência no Brasil pelo Decreto no 10.088 de 05 de novembro de 2009.

Qual a importância então da ratificação dessa Convenção? Ela obriga os governos a proteger os valores culturais e religiosos desses povos. O artigo 3º da Convenção nº 169 assim afirma: “Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos”. Ou seja, toda legislação e normatização que diz respeito a essa população precisa estar calcada nos arcabouços jurídicos dela, e quando os direitos dessa população não são respeitados, cabe a eles reclamarem partindo dos pressupostos nela inseridos, como exemplo temos o julgamento do Caso da Raposa Serra do Sol[32].

[32] Ação popular ajuizada pelo Senador Augusto Affonso Botelho Neto em face da União, pleiteando a declaração de nulidade da Portaria nº 534/2005 do Ministério da Justiça, homologada pelo Presidente da República em 15 de abril de 2005, em que foram definidos os limites da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, tendo como relator o Ministro do STF Carlos Brito. Ver: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/pet3388ma.pdf.

4 NORMAS PERTINENTES À EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

4.1 RESOLUÇÃO Nº 8/2012 – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A escolarização quilombola é um tema recente e relevante, pois está diretamente relacionado à construção da história social brasileira, de um passado marcado pela escravização, pelo apagamento da memória, pelo racismo institucional e estrutural, sendo o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e cultural nesse momento da história, algo imprescindível para a população negra ou parda. Ter uma educação voltada para compreensão do lugar de fala da população remanescente de quilombo, é sem dúvida, um avanço histórico sem precedentes.

A Resolução CEB/CNE nº 8/2012, vem justamente pontuar essas questões. O Parecer CNE/CEB nº 16/2012, que acompanha Resolução CEB/CNE nº 8/2012 pontua que foi instituída uma comissão de quilombolas para assessorar o Conselho Nacional de Educação na construção da referida Resolução, formada por oito integrantes, sendo quatro indicados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidade Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), uma pesquisadora da Educação Escolar Quilombola, uma representante da SECADI/MEC; e uma representante da SEPPIR/PR, além do representante da Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB/MEC) e outro da Fundação Cultural Palmares, como aponta (BRASIL, 2012, p. 3).

Pelo contexto acima, podemos observar que são pesquisadoras e pesquisadores que estão nos espaços de remanescentes de quilombos, vivendo e experenciando as experiências para além do Ministério da Educação. Aponta o Parecer CNE/CEB nº 16/2012 que diversas audiências públicas aconteceram nos municípios e estados, destacando “a audiência realizada em Vitória, ES, no dia 29 de março de 2012, por meio da parceria entre a comissão quilombola e a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo”. (BRASIL, 2012, p. 4).

Para Arruti (2017, p. 109) “a Educação Escolar Quilombola é um objeto em construção”, e que sua conceituação como modalidade de ensino é destinada às escolas nos territórios de quilombos. Vale compreender que a escolarização quilombola em seu contexto, busca compreender na prática, aspectos da cultura e dos valores dos povos quilombolas por meio da construção de novos pensamentos e dispositivos diferenciados.

Tomando como base nesse entendimento, pode-se entender que o objetivo desta subcategoria de educação é na verdade, implementar pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, compreendendo seus entornos e seu comprometimento, diante da ressignificação da luta histórica desse povo. A Resolução CNE/CEB nº 8/2012, objetiva nortear os sistemas de ensino para que eles possam implementar a Educação Escolar Quilombola nas escolas dos espaços de remanescentes de quilombo, em seu entorno, levando também um diálogo intercultural e políticas públicas que venham ressignificar a existência daquela população nos espaços históricos de resistência e resiliência.

A Educação Escolar Quilombola, como modalidade de ensino já é uma ressignificação da ideia de escola que temos, com seus princípios e fundamentos, no entanto, ela passa a ser orientada por uma pedagogia própria que respeita as singularidades do povo, dos estudantes e dos profissionais que nela atuam, haja vista que ela se destina a um grupo específico, protagonistas de suas histórias e destinos. Ela fortalece a identidade, a memória e a cultura da população de remanescentes de quilombos, respeitando os saberes locais e valorizando o diálogo, como ensinou Freire (2017, p. 114):

> o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue.

A Educação Escolar Quilombola foi um marco transformador das políticas públicas educacionais implementadas, por ser diferenciada e fortalecer a partir da pedagogia implantada, a cultura quilombola. Ela surge como uma resposta às desigualdades históricas enfrentadas por essas comunidades, tanto no acesso à educação quanto na valorização de sua cultura, buscando proporcionar um ensino que considere as especificidades e necessidades das crianças e jovens quilombolas, respeitando sua história, tradições, língua e conhecimentos locais.

Nisso, a educação se torna um espaço de emancipação, no qual os educandos são incentivados a assumir a responsabilidade por sua própria formação e a se reconhecerem como sujeitos capazes de pensar, agir e transformar a sociedade, ou

como diria Veiga (2002, p.68), “toda a relação com a realidade social mais ampla que, em última instância, influencia a escola e por ela é influenciada”.

Mas sua efetivação não é algo automático, antes, é um processo de luta consistente diante das inúmeras formas de efetivação, ou mesmo do desconhecimento de sua existência por parte dos sistemas de educação, principalmente dos sistemas municipais. Sua constituição só se efetiva quando todos os organismos assumem a responsabilidade em sua efetividade, das lideranças locais as lideranças institucionais, o debate precisa ser constante, e a Educação Escolar Quilombola representa importante movimento de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e consciente de sua diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a Educação Escolar Quilombola, conquista social das Comunidades de Remanescente de Quilombos a partir da publicação da Resolução CNE/CEB nº 8/2012, não começou em 2012 com a norma em discussão, muito menos com a entrada em vigor da Lei Federal nº 10.639/2003, que passou a debater com mais eficiência a história e a cultura afro-brasileira na sala de aula, haja vista que passou a reconhecer, legitimar e discutir os saberes africanos e sua relação com os saberes locais. A luta do povo de quilombo é histórica e as normas e legislações que avançam de forma sistemática muitas vezes não alcança os objetivos esperados.

É preciso descolonizar o currículo da educação brasileira, que mesmo com o advento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645 /2008, efetivamente ainda está preso ao pensamento europocêntrico, voltando seus ensinamentos para além-mar, exaltando o conquistador como herói, construindo narrativas sem reconhecer o conhecimento e a cultura local, sem contar as histórias das mulheres que levavam em seus cabelos sementes para iniciar o plantio nos primeiros mocambos; sem permitir a transculturalidade, na qual as semelhanças interculturais são efetivadas, e onde os saberes, sejam eles científicos e do senso comum, possibilitam o conhecimento do coexistir em igualdade de condições para além do pensamento abissal. É preciso formar bem o professor que vai lecionar em uma escola quilombola. Ele precisa compreender que a cor da pele é uma marca e que é preciso demonstrar a criança negra que aquela marca é a sua força para superar o racismo. É preciso encorajar as crianças da Comunidade de Remanescentes de Quilombos para assumir sua

identidade e crescer lutando pela melhoria de vida e por ações propositivas para o território.

A formação dos professores que atuam na Educação Escolar Quilombola torna-se um ponto fundamental para o sucesso dessa abordagem educacional, porque capacitados para trabalhar com a diversidade cultural, tornam-se verdadeiros defensores comprometidos em promover uma educação que respeite e valorize a identidade quilombola, como afirma Catherine Walsh (2013, p. 27), é preciso pensar numa pluralidade de formas de ensinar, sempre problematizando o conhecimento "como práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver". A multiplicidade de normas é também a luz do farol na escuridão do mar, porque nem todas as redes de educação conseguem formar professores, capacita-los e inserir no seu cotidiano a necessidade do diálogo inter/trans/multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, Normas e Números: uma introdução a educação escolar quilombola. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, jan./abr, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319283620_CONCEITOS_NORMAS_E_NUM EROS_UMA_INTRODUCAO_A_EDUCACAO_ESCOLAR_QUILOMBOLA. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. 2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 mar 2023.

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, v. 134, n. 248, Seção I, p. 27.834-27.841.

BRASIL. **Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras. Diversidade e equidade: pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente**. UNICEF, Brasília, DF, [2003]. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03_1.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. **Lei Federal n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei Federal n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 07/2010, aprovado em 7 de abril de 2010**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola**. Brasília, DF: CNE, 2011.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 03/2004, aprovado em 10 de março de 2004**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mai. 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR. Acesso 08 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso 08 abr. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 05 de junho de 2012**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 nov. 2012.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud; ver. Téc. Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da cultura moderna; v.52).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GONÇALVES, Sheila Cristina. SILVA, Priscila Aleixo da. As dificuldades da implantação da Lei 10.639/2003 e algumas de suas Implicações. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 28 (2019). Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17447. Acesso em: 08 abr 2023.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala – quilombos, insurreição, guerrilhas**. 6ª ed. Porto Alegre: Fundação Maurício Grabois, 2020.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação Escolar Quilombola e Lei 10.639/03: cartografias territoriais e curriculares. 2014. **Revista Identidade**, São Leopoldo, v.19 n.2 – jul/dez. Disponível em: Educação Escolar Quilombola e Lei 10639/03: cartografias territoriais e curriculares | Nunes | identidade! (est.com.br). Acesso em: 06 abr 2023.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus, MARTINS, Rosemary. Educação Escola Quilombola: Currículo e cultura afirmando negras identidades. **Revista de Pós-graduação em educação**. 2014. UNISUL, Tubarão, V.8, nº. 13, p.189-200, Jan/Jun, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos (et.al). **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. Cortez. São Paulo, 2005.

ONU. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

RATTS, Alecsandro J. P. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RIBEIRO, Débora. Decolonizar a educação é possível? **Revista Identidade**. São Leopoldo, v. 22 n. 1, p. 42-56. jan.-jul. 2017. Disponível em: http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2985/2878. Acesso em 16 mai. 2023.

SANTOS, Edmilson Santos. VELLOSO, Tatiana Ribeiro. NACIF, Paulo Gabriel Soledade. SILVA, Givania. Oferta de Escolas de Educação Escolar Quilombola no Nordeste Brasileiro. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e81346, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-623681346. Acesso em 14 mai. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SILVA, Maria da Penha. A Lei nº 11.645/2008 e o lugar dos povos indígenas no currículo do Curso de História da UFPE. **Revista de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**. UFPE, Recife, v.3 nº 1, p. 224/241, 2017.

RODRIGUES, Tatiane Consentino. Embates e contribuições do movimento negro à política educacional nas décadas de 1980 e 1990. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; PINTO, Regina Pahim. (orgs). **Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Professor: Tecnólogo do ensino ou agente social? In: VEIGA, I. P. A. e AMARAL, A. L. (orgs). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002. p. 13-46. (coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

WALSH, Catherine. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminhos. In: WASH, Catherine (org). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. TOMO I. Quito: Abya Yala, 2013.

QUARTO ARTIGO

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: uma revisão sistemática sobre a produção de trabalhos acadêmicos na primeira década de existência da Resolução CNE/CBE nº 8, de 20 de novembro de 2012



Retrato de Caboclo - Otoniel Fernandes

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: uma revisão sistemática sobre a produção de trabalhos acadêmicos na primeira década de existência da Resolução CNE/CBE nº 8, de 20 de novembro de 2012

Link para Acesso
https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/6673

DOI: https://doi.org/10.55905/oelv22n9-086

Publicado em 13 de setembro de 2024.

REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA

ISSN 1696-8352
revista@observatoriolatinoamericano.com

Qualis CAPES 2017-2020 - **A4**

Revisão Ortográfica
Ruth Danielli de Brito Farias

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: uma revisão sistemática sobre a produção de trabalhos acadêmicos na primeira década de existência da Resolução CNE/CBE nº 8, de 20 de novembro de 2012

QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID: a systematic review on the production of academic works in the first decade of the existence of Resolution CNE/CBE nº 8, of November 20, 2012

LA EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA EN EL SEMIÁRIDO BRASILEÑO: una revisión sistemática sobre la producción de trabajos académicos en la primera década de existencia de la Resolución CNE/CBE nº 8, de 20 de noviembre de 2012

Enos André de Farias
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Endereço: Avenida Edgar Chastinet, S/nº, São Geraldo, Juazeiro -BA, CEP: 48900-000. E-mail: enosfarias@gmail.com

Anna Christina Freire Barbosa
Doutora em Sociologia
Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Endereço: Avenida Edgar Chastinet, s/nº, São Geraldo, Juazeiro -BA, CEP: 48900-000. E-mail: acbarbosa@uneb.br

Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Pós-Doutora em em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Instituição: Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)
Endereço: Rua Maria Luzia de Araújo Gomes Cabral, 791, João de Deus, Petrolina-PE, CEP: 56316-686. E-mail: cleciapacheco@gmail.com

RESUMO
O objetivo deste artigo é apresentar as produções acadêmicas no Brasil sobre a Educação Escolar Quilombola no Semiárido brasileiro, no período entre 2012 e 2022, em bases de dados eletrônicos de artigos, dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e SciELO. Foram delimitados quatro descritores inclusivos e quatro exclusivos. A metodologia utilizada consistiu em revisão sistemática a partir de metanálise, com uma abordagem qualiqualitativa de natureza descritiva, permitindo traçar um panorama das produções acadêmicas ao longo dos dez anos primeiros anos da Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que definiu as diretrizes nacionais para aquela modalidade de educação, delimitando o espaço territorial do Semiárido brasileiro. A análise abrange aspectos históricos, pedagógicos e sociais,

buscando conhece-las e entender o fluxo dos trabalhos e a contribuição dos mesmos para as políticas educacionais equitativas nas comunidades quilombolas. Os resultados mostram produções acadêmicas significativas, que tratam da temática e que citam diversas comunidades quilombolas existentes no Semiárido brasileiro, contudo, percebe-se que efetivamente a quantidade de pesquisas ainda é insuficiente em comparação com o número de quilombos e escolas quilombolas existentes nesse espaço territorial brasileiro, o que requer mais empenho e melhoria e norteamento por parte dos pesquisadores do nordeste e norte do estado de Minas Gerais.

Palavras-Chave: Educação Escolar Quilombola, Cultura, Identidade, Semiárido.

ABSTRACT

The objective of this article is to present academic productions in Brazil on Quilombola School Education in the Brazilian Semi-Arid region, from 2012 to 2022, using electronic databases of articles, dissertations, and theses from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), Google Scholar, and SciELO. Four inclusive and four exclusive descriptors were defined. The methodology used consisted of a systematic review based on meta-analysis, with a qualitative descriptive approach, allowing for an overview of the academic productions during the first ten years of CNE/CEB Resolution No. 8, dated November 20, 2012, which established national guidelines for that educational modality, delineating the territorial space of the Brazilian Semi-Arid region. The analysis covers historical, pedagogical, and social aspects, aiming to understand and analyze the flow of the works and their contribution to equitable educational policies in Quilombola communities. The results show significant academic productions that address the theme and mention several Quilombola communities in the Brazilian Semi-Arid region. However, it is noted that the number of studies is still insufficient compared to the number of quilombos and Quilombola schools in this territorial space in Brazil, requiring more effort and improvement in guidance from researchers in the Northeast and Northern Minas Gerais.

Keywords: Quilombola School Education, Culture, Identity, Brazilian Semi-arid.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar las producciones académicas en Brasil sobre la Educación Escolar Quilombola en la región Semiárida brasileña, desde 2012 hasta 2022, utilizando bases de datos electrónicas de artículos, disertaciones y tesis de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES), Google Académico y SciELO. Se definieron cuatro descriptores inclusivos y cuatro exclusivos. La metodología utilizada consistió en una revisión sistemática basada en el metaanálisis, con un enfoque cualitativo-descriptivo, que permitió obtener una visión general de las producciones académicas durante los primeros diez años de la Resolución CNE/CEB N.º 8, del 20 de noviembre de 2012, que estableció directrices nacionales para esa modalidad educativa, delineando el espacio territorial de la región semiárida brasileña. El análisis abarca aspectos históricos, pedagógicos y sociales, con el objetivo de comprender y analizar el flujo de los trabajos y su contribución a políticas educativas equitativas en comunidades Quilombolas. Los resultados muestran producciones académicas significativas que abordan el tema y mencionan

varias comunidades Quilombolas en la región semiárida brasileña. Sin embargo, se observa que el número de estudios sigue siendo insuficiente en comparación con el número de quilombos y escuelas Quilombolas en este espacio territorial de Brasil, lo que requiere más esfuerzo y mejora en la orientación de los investigadores en el Nordeste y el Norte de Minas Gerais.

Palabras-clave: Educación Escolar Quilombola, Cultura, Identidad, Semiárido brasileño.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas no Brasil representam grupos formados por descendentes de africanos escravizados, que ao longo dos séculos e partindo de todas as mazelas sociais e apagamento histórico sofridos, desenvolveram uma identidade cultural envolta com aspectos de resiliência e resistência. Nesse contexto, pensar a escola e o currículo desenvolvido nessas comunidades é pensar que a educação ofertada deve estar em sintonia com os anseios históricos e ancestrais daqueles que fazem a escola avançar. A ideia de uma Educação Escolar Quilombola emerge como um campo de estudo fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades e para o reconhecimento das especificidades culturais desses povos.

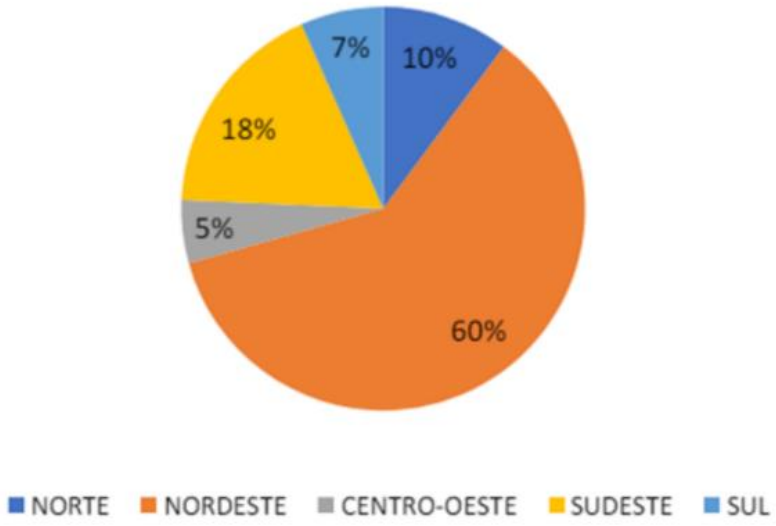
A partir da Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, servindo como lastro norteador de políticas públicas voltadas para essa modalidade de educação, considerando entre outras legislações existentes, preceitos da Lei Federal nº 9.394/96, que definiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira e indígena, tornando o currículo dessas escolas mais dialógico, onde os saberes da comunidade são levados em consideração na efetivação do ensino, observando a memória coletiva, as línguas remanescentes, as práticas culturais, as tecnologias e as múltiplas formas de produção do trabalho, além dos acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e outros elementos que compõem o patrimônio cultural e a territorialidade das comunidades quilombolas (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, a educação escolar nas comunidades quilombolas precisam estar enraizadas com um pensamento decolonial que efetive a ideia de uma educação libertadora, como ensina Freire (2017), onde o educador torna-se problematizador da ação educativa. O professor na sua prática cotidiana “refaz constantemente, seu ato

cognoscente, na cognoscitividade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também" (Freire, 2017, p. 97). Esse pensar Freireano tem relação com a ideia de educação bancária e que, mesmo no século XXI e com toda tecnologia disponível, ainda é uma realidade. A prática decolonial, conforme propõe Walsh (2017), busca uma pedagogia decolonial que desafia a epistemologia eurocêntrica dominante e promove a construção de conhecimentos a partir das realidades e das lutas dos povos marginalizados. Ela enfatiza a importância de uma educação que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade cultural e epistemológica, promovendo assim uma verdadeira interculturalidade.

Nesse contexto, o estudo proposto delimitou-se ao Semiárido Brasileiro, região que abrange os nove estados da região Nordeste, o norte de Minas Gerais e seis municípios do Espírito Santo. Segundo (Brasil, 2017), a região ocupa 12% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes, divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%), sendo, portanto, um dos semiáridos mais povoados do mundo, além de ser uma região rica culturalmente, com um bioma próprio (a Caatinga) e uma economia pujante. A região destacar-se pela elevada concentração de registros de comunidades remanescentes de quilombos (**Gráfico 1**), com representatividade superior a 60% no âmbito nacional.

Gráfico 1: Certidões emitidas por região brasileira[33]



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2024.

[33] Dados disponíveis para consulta em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola.

No Semiárido brasileiro encontram-se 2.817 comunidades remanescentes que oficialmente se autodeclaram quilombolas, desse total 2.230 já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. O destaque é para o estado da Bahia, como demonstrado no (**Quadro 1**), onde das 859 comunidades existentes, um total de 698 já foram certificadas, ou seja, um total de mais de 81,25%, percentual menor apenas que o número de comunidades já certificadas no estado do Rio Grande do Norte, com todas as suas 38 comunidades certificadas.

Quadro 1: Comunidade Remanescentes de Quilombos por Estado, 2024.

Estados	Comunidade Remanescentes de Quilombos (Certificadas)	Comunidade Remanescentes de Quilombos (Comunidade)
ALAGOAS	76	77
BAHIA	698	859
CEARÁ	61	62
MARANHÃO	627	890
MINAS GERAIS	400	494
PARAÍBA	43	47
PERNAMBUCO	157	203
PIAUÍ	98	103
RIO GRANDE DO NORTE	38	38
SERGIPE	32	44
TOTAL	2230	2817

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2024.

Nisso, o objetiva-se apresentar o fluxo de estudos publicados no Brasil entre 2012 e 2022, utilizando bases de dados eletrônicas de artigos, dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e SciELO, sendo o espaço geográfico delimitado para a região semiárida do Brasil, a partir de quatro descritores: "educação escolar quilombola", "cultura", "identidade" e "Semiárido brasileiro".

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo consiste em uma revisão sistemática de natureza qualiquantitativa sobre Educação Escolar Quilombola na região do Semiárido Brasileiro, sendo executado entre os meses de março e maio de 2024, com o objetivo de conhecer as produções acadêmicas sobre a temática e assessorar no desenvolvimento de uma pesquisa de doutorado em fase de construção ideológica.

No desenvolvimento dos critérios de elegibilidades foram definidos quatro descritores: Educação Escolar Quilombola, Semiárido brasileiro, Cultura e Identidade. O primeiro por ser o tema central da pesquisa de doutorado acima mencionada; o segundo, pelo fato daquela pesquisa estar sendo realizada nesse território brasileiro, com suas expertises e formas de vivências e convivências; o terceiro e quarto descritor, pelo fato da existência nas comunidades remanescentes de quilombos de uma cultura viva que faz parte da identidade do seu povo, não existindo identidade sem as manifestações culturais na música, na dança, na religiosidade, no manejo com o bioma Caatinga, sem as formas de convivência com o Semiárido brasileiro.

Para levantamento dos dados nas plataformas abertas, alguns parâmetros foram necessários: a) somente seria aceitos artigos, monografias, dissertações e teses, isso porque almejamos conhecer as produções acadêmicas consolidadas; b) o período delimitado foi 2012 a 2022, ou seja, uma década após a publicação da Resolução CNE/CEB nº 08/2012 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; c) As publicações deveriam ter acesso aberto e gratuito. Como critérios de exclusão foram apontados *abstracts*, anais de congresso e resumos simples ou expandidos. Também foi levado em consideração e foram incluídos estudos resultantes capítulos de livro indexados disponíveis em meios digitais *online* que abordam o tema Educação Escolar Quilombola no Semiárido brasileiro, disponíveis nas três plataformas de pesquisa.

O levantamento dos trabalhos foi realizado nas plataformas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Google Acadêmico e no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

A triagem das pesquisas foi realizada de forma independente pelos revisores, começando pela leitura dos títulos e resumos. Em seguida, foi feita a leitura completa dos manuscritos identificados para a seleção final dos artigos incluídos nesta revisão. Em todas as fases do processo de busca e seleção, quaisquer divergências foram resolvidas por meio de discussões entre os revisores. A compilação dos dados foi realizada utilizando uma planilha, na qual foram incluídas as seguintes informações: descritor de busca, autoria/ano, local da publicação e total de estudos elegíveis.

Nas bases de pesquisa, as palavras "educação escolar quilombola" e "semiárido brasileiro" foram inseridas no campo de busca paulatinamente, sendo inseridos sistematicamente outras palavras como “cultura”, “identidade”, utilizando o operador booleano **OR** e **AND** entre elas. Foi inserida também as palavras “abstract”,

“resumo expandido”, “resumo simples”, “revisão” e “anais de congresso”, utilizando o operador booleano **NOT** entre elas. Foi inserido os descritores “tese”, “dissertação” e “artigo”, utilizando o operador booleano **OR** entre elas. Nos filtros de pesquisa das plataformas foram considerados somente os resultados referentes as publicações entre os anos de 2012 e 2022, no idioma português.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

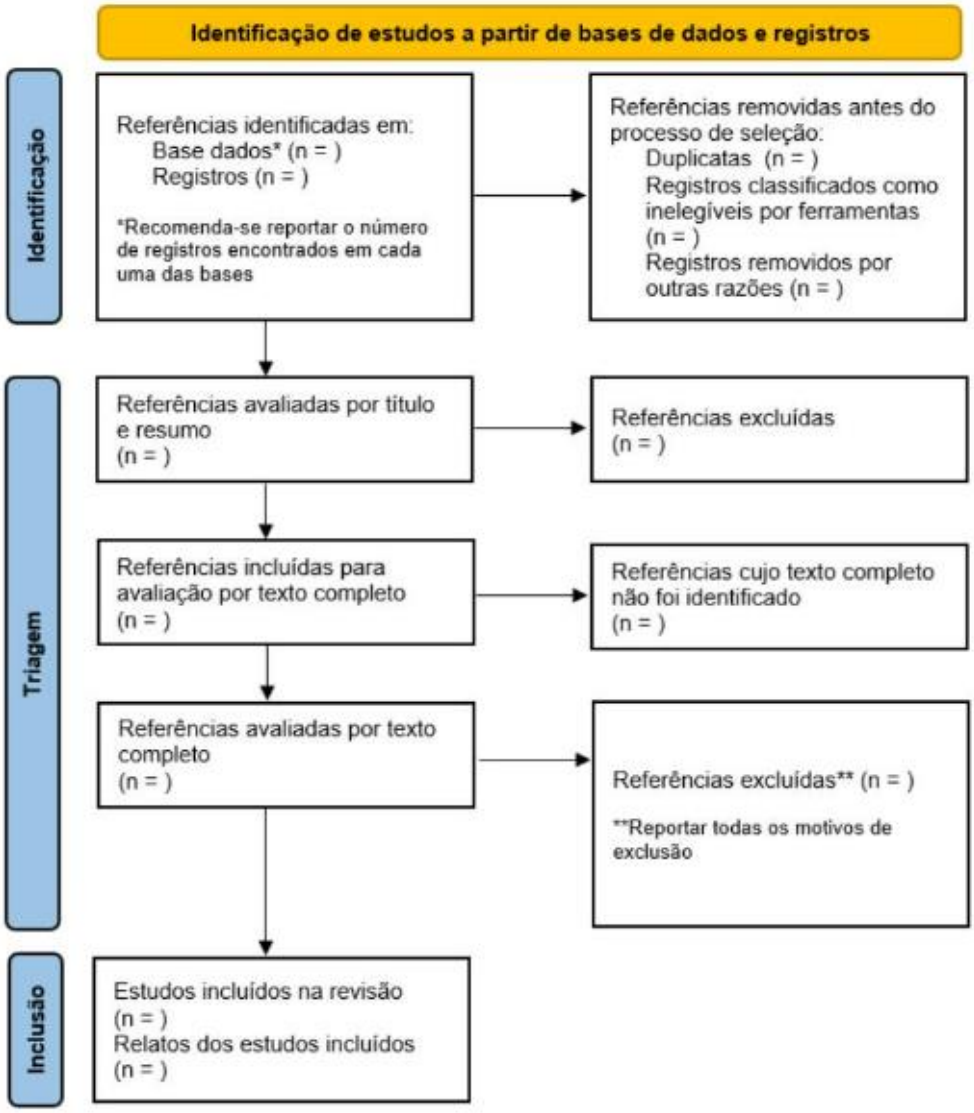
3.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS

Seguindo a inserção de descritores, nessa etapa inicial, para conhecer e delimitar o estudo de forma que cumpra seus objetivos, verificou-se um grande número de resultados relacionados ao tema pesquisado ao ser inserido as palavras “educação escolar quilombola”, observou-se um quantitativo de 39.800 conjuntos de referências disponíveis somente na plataforma Google Acadêmico.

Diante disso, antes de continuar na inserção dos descritores, dois formulários foram analisados para escolher aquele que melhor orientaria os trabalhos de levantamento de dados, o primeiro foi o *Critical Appraisal Skills Programme* (CASP), que segundo Nicácio et al. (2023, p. 8) “o formulário da *Critical Appraisal Skills Programme* (CASP) é composto por 10 itens, que permitem classificar os artigos em categorias A (baixo risco de viés) e B (moderado risco de viés), de acordo com a estrutura metodológica”.

Contudo, optou-se pelo Protocolo Prisma 2020, pelo fato do mesmo poder “ser usado para revisões sistemáticas originais, atualizações de revisões sistemáticas, ou aquelas que são continuamente atualizadas, conhecidas como revisões sistemáticas vivas” (Marcondes, Da Silva, 2023, p. 6), ou seja, fornece orientações detalhadas para ajudar pesquisadores a relatar revisões sistemáticas e meta-análises de maneira completa e transparente a partir de um “*checklist*” contendo 27 itens, além de um diagrama de fluxograma para representar o processo de seleção dos estudos, como apontado na (figura 1) a partir de modelo disponibilizado por (Marcondes, Da Silva, 2023).

Figura 1: Modelo de Fluxograma PRISMA 2020



Fonte: Marcondes; Da Silva, 2023.

O processo contínuo, à medida que o descritor (critérios de elegibilidade já definidos) era pesquisado, outros termos foram adicionados ou alterados na palavra-chave utilizando sempre o operador Booleano, como já explicado. Observou-se então que ao inserir no campo de pesquisa as palavras “educação escolar quilombola **AND** semiárido brasileiro” retornaram um total de 9.180 trabalhos. Na terceira inserção de descritores os termos foram “educação escolar quilombola” **AND** “semiárido brasileiro” **OR** “identidade” **OR** “cultura” **NOT** “resumo simples” **NOT** “resumo expandido” **NOT** “abstract” **NOT** “anais de congresso” **NOT** “revisão”, já inseridos os critérios de exclusão, sendo encontrados 43 trabalhos disponíveis.

Na quarta pesquisa a inclusão dos descritores “teses”, “dissertações” e “artigos” teve um retorno de 40 trabalhos disponíveis. No entanto, ainda faltava uma última análise: o ano da publicação, pois sua delimitação seria entre 2012 e 2022. O retorno foi de 18 trabalhos, que passaram a ser analisados sistematicamente pelos revisores, para permitir uma triagem para além dos critérios mencionados e afirmar categoricamente que os mesmos cumpriam os descritores estabelecidos, como apresentados na (Quadro 2), abaixo:

Quadro 2: Trabalhos Sistematizados no Google Acadêmico a partir de descritores

ORDEM	TÍTULO	AUTOR/ANO	LOCAL DA PUBLICAÇÃO	TIPO DE PESQUISA
01	Impacto do programa bolsa família na luta fundiária da comunidade quilombola da Caiana dos Crioulos: um estudo sobre cidadania	SILVA, 2015	UERJ	TESE
02	Educação em Química no Brasil: o que nos revelam os anais dos Encontros Nacionais de Ensino de Química (1982-2010)?	ALEXANDRINO, 2019	USP	TESE
03	Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE	SILVA, 2019	UFPE	TESE
04	Ciências da vida e da natureza: proposta de ensino para as classes multisseriadas	SILVA, 2016	UFMG	DISSERTAÇÃO
05	A tradicionalidade do miriti versus a contemporaneidade do açaí, no município de Abaetetuba, Pará: eis a questão?	ROCHA, 2021	UFRA	DISSERTAÇÃO
06	Cadeia produtiva da apicultura em uma cidade do Vale do Sabugy	ARAÚJO, 2022	UFCG	DISSERTAÇÃO
07	História cultura turismo e desenvolvimento em Juazeiro–BA	GIUDICE, 2015	UNIFACS	ARTIGO
08	Formação superior em agroecologia e educação do campo: práticas sociais que transbordam áreas de conhecimento	GOMES, 2014	UFV	DISSERTAÇÃO
09	Assalto poético no CEJA Lia Campos: um ensino de história aliado à arte, contra a violência e sua naturalização	SILVA, 2022	UFRN	DISSERTAÇÃO
10	Migração nordestina no Brasil varguista: diferentes olhares sobre a trajetória dos retirantes	COELHO, 2012	PUC/RS	TESE
11	Políticas públicas para a agricultura familiar: o PNAE na região do Alto Tietê-SP	REIS, 2016	USP	TESE
12	Contribuições do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Superior: uma avaliação da capacidade	BUENO, 2020	UFC	DISSERTAÇÃO

	do auxílio moradia em garantir a permanência...			
13	Margaridas em luta: a questão de gênero e a luta pela terra no assentamento PDS Osvaldo de Oliveira em Macaé/RJ	VAZ, 2017	UFF	MONOGRAFIA
14	Samambaias e Licófitas de Veredas em Quirinópolis, Goiás, Brasil	REZENDE, 2014	REVISTA	ARTIGO
15	Trabalho familiar e fruticultura no perímetro irrigado de Livramento do Brumado-BA	SAMPAIO, 2013	UFS	ARTIGO
16	Por um Brasil agroecológico: uma análise da construção política do discurso	BITTENCOURT, 2019	UFRRJ	DISSERTAÇÃO
17	Dinâmica da paisagem na microbacia hidrográfica do Rio Mojuí, Oeste do Estado do Pará	SILVA, 2013	UNESP	DISSERTAÇÃO
18	As Políticas de finanças solidárias e as experiências de bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs): um estudo sobre o Banco Comunitário de Matarandiba …	SOUZA, 2019	UFBA	TESE

Fonte: Os autores, 2024.

Dentre os artigos sistematizados pelo protocolo PRISMA, passou-se então a analisar os títulos e os resumos, como critério de exclusão, o que resultou na classificação de apenas 05 trabalhos no Google Acadêmico. Esse mesmo procedimento, utilizando os mesmos descritores e provocando a mesma inserção no espaço de buscas, resultou um total de 02 trabalho na plataforma Scielo.

Quadro 3: Trabalhos Sistematizados na Scielo a partir de descritores

ORDEM	TÍTULO	AUTOR/ANO	LOCAL DA PUBLICAÇÃO	TIPO DE PESQUISA
01	Educação para as relações étnico-raciais: um ensaio sobre alteridades subalternizadas nas ciências físicas	BRITO E ALHO, 2022	REVISTA ONLINE	ARTIGO
02	educação escolar quilombola em debate	MOURA, SOARES E SOARES, 2022	REVISTA ONLINE	ARTIGO

Fonte: Os autores, 2024.

A partir da pesquisa na plataforma CAPES, utilizando os descritores já mencionados e toda a sistematização do mesmo, o resultado final foi apenas 01 trabalho, conforme (Quadro 4):

Quadro 4: Trabalhos Sistematizados na CAPES a partir de descritores

ORDEM	TÍTULO	AUTOR/ANO	LOCAL DA PUBLICAÇÃO	TIPO DE PESQUISA
01	Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino	CUSTÓDIO E FOSTER, 2019.	REVISTA ONLINE	ARTIGO

Fonte: Os autores, 2024.

Importante mencionar que analisando manualmente cada trabalho separados através do operador Booleano, pelo menos 25 deles discutiam outros assuntos no contexto das comunidades quilombolas, restando apenas 08 trabalhos elegíveis, depois da inserção do período especificado entre 2012 e 2022.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa de doutorado que será assessorada pelos dados coletados nesta revisão sistemática, trata do estudo sobre a Educação Escolar Quilombola em uma Comunidade Remanescente de Quilombo no Sertão de Pernambuco. Para não restringir demais o campo de busca da pesquisa, a mesma teve como leque todo o Semiárido brasileiro que, como já demonstrado na (Planilha 1) é composto por todos os estados da região Nordeste, pelo norte do Estado de Minas Gerais e ainda alcança seis municípios do Estado do Espírito Santo.

Nesse sentindo, após o levantamento das informações necessárias, o estudo seguiu pelo caminho metodológico da análise e interpretação dos dados a partir do Iramuteq, um *software* gratuito desenvolvido por Pierre Ratinaud em 2009, na França, ancorado no *software* estatístico R e programado em Python, o que permite realizar análises estatísticas complexas de textos e questionários, segundo Camargo & Justo (2013), pois ele é amplamente utilizado em pesquisas qualitativas devido à sua capacidade de processar grandes volumes de dados textuais de forma eficiente, oferecendo diferentes formas de análise, como classificação hierárquica descendente (CHD), análise de similitude, nuvem de palavras e análise de especificidades.

No Brasil, ainda segundo Camargo & Justo (2013), o uso do *software* IRaMuTeQ começou a se popularizar, especialmente nas áreas de ciências sociais e saúde, pois passou a ser empregado para analisar dados de entrevistas, documentos e outras fontes textuais, facilitando a identificação de padrões e tendências nos dados,

contribuindo para a produção de resultados mais robustos e confiáveis em pesquisas qualitativas.

Para a análise textual da pesquisa, foi utilizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Nesse método, os segmentos de texto são classificados com base em seus respectivos vocabulários, geralmente consistindo em cerca de três linhas cada. A variação no tamanho desses segmentos depende da transcrição realizada pelo pesquisador e do tamanho do corpus, que é o conjunto de textos a ser analisado. Esses segmentos são então distribuídos de acordo com a frequência das formas reduzidas presentes no texto.

Como as instruções do *software* explica, a realização da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) envolve três etapas: a preparação e codificação do texto inicial, a classificação hierárquica descendente por meio do processamento dos dados e a interpretação das classes resultantes. Preparar o texto inicial na pesquisa qualitativa implicou na junção dos resumos dos trabalhos em um só arquivo, para compor o corpus de análise.

É fato que a recomendação é de pelo menos 20 textos, no entanto, apresentamos nossas credenciais a partir dos trabalhos coletados nas plataformas acadêmicas, num total de 08 trabalho. Assim, os mesmos foram organizados em um único arquivo, gerando 08 Unidades de Contexto Inicial (UCI). Cada UCI foi separada por uma linha de comando, contendo apenas uma variável (n), numerada conforme o participante (**** n_1, **** n_2, até **** n_8).

O arquivo foi salvo como um documento de texto utilizando a codificação de caracteres no padrão UTF-8 (*Unicode Transformation Format de 8 bits*), em bloco de nota. Em seguida, foi realizada revisão completa do arquivo, incluindo a correção de erros de digitação e pontuação, a padronização das siglas e a união de palavras compostas, entre outros ajustes necessários para obter as possibilidades de respostas que almejávamos.

A partir do corpus, os segmentos de texto em cada classe foram identificados por meio das palavras estatisticamente significativas, permitindo a realização da análise qualitativa dos dados. O processamento do corpus levou 15 segundos, classificando 835 Unidades de Contexto Elementar (UCE), das quais 584 foram aproveitadas, correspondendo a 71,06% do total, o que é considerado bom.

4 RESULTADOS

A necessidade de compreender quais e quantas pesquisas estão sendo ou foram realizadas sobre determinado tema, é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho de todo pesquisador comprometido em demonstrar fidelidade no conjunto de dados apresentados em sua pesquisa. No contexto desse trabalho, a temática central é a Educação Escolar Quilombola (EQQ), imbricada na região Semiárida brasileira.

É salutar dizer que somente com o advento da Constituição Federal de 1988 a população remanescente de quilombos teve acesso ao mínimo necessário para sua dignidade: o direito a existir; e somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de novembro de 1996, outros marcos para o reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas passaram a ter validade no Brasil, isso porque a implementação das políticas públicas de educação ainda enfrenta barreiras estruturais em vários aspectos, como a falta de recursos e o racismo econômico, que impera diante da discriminação racial oculta em muitos municípios. Isso porque um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas quilombolas é justamente a precariedade da infraestrutura.

Muitas escolas carecem de recursos básicos, como materiais didáticos, transporte escolar, instalações adequadas e formação continuada para seu corpo docente. Esse déficit afeta diretamente a qualidade do ensino e a motivação dos estudantes e compromete o trabalho dos professores e demais servidores que trabalham nessas escolas. A formação de professores para atuar em comunidades quilombolas requer uma abordagem específica que considere a diversidade cultural e histórica desses grupos, que desenvolvam práticas inclusivas e que conduza o conhecimento para além da sala de aula, para o fortalecimento da identidade quilombola.

Mesmo completando 12 anos de existência, a legislação que trata a Educação Escolar Quilombola ainda é recente, pela ótica das suas realizações. Mas que os esforços dos movimentos sociais estão surtindo efeitos, quando as comunidades passaram a questionar os poderes públicos constituídos com suas exigências e necessidades.

Como mencionados nos Quadros 2, 3 e 4, temos um conjunto de trabalhos que a partir da inserção dos descritores Educação Escolar Quilombola, Semiárido

Brasileiro, Cultura e Identidade, excluindo temas como Abstract, resumo expandido, resumo simples, anais de congresso, foram se firmando. No quadro 5 temos uma visão sumarizada dos resultados das pesquisas:

Quadro 5: Sumarização dos Resultados

DESCRITORES	RESULTADOS
Educação Escolar Quilombola **AND** Semiárido Brasileiro **AND** Cultura **AND** Identidade **NOT** Abstract **NOT** resumo expandido **NOT** resumo simples **NOT** anais de congresso **OR** teses **OR** dissertações **OR** artigos	Analisar a importância da Apicultura na dimensão social, cultural e ecológica, no interior paraibano e discorrer sobre os benefícios da Apicultura aos apicultores na Região do Sabugy.
	A presente tese analisa como o Programa Bolsa Família vem impactando a luta fundiária da Comunidade Quilombola de Caiana dos Crioulos, observando como isto tem afetado a construção e desenvolvimento da cidadania desta comunidade.
	aponta caminhos de uma formação para as Relações Étnico-Raciais, permitida por meio das ações de extensão, que tem não só possibilitado aos estudantes do Centro de Formação de Professores a permanência qualificada nesse espaço de formação superior, como também possibilitado o acesso a discussões necessárias à formação sociopolítica e profissional, como raça e diversidade nos espaços acadêmicos.
	A Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo faz parte de uma trajetória histórica, de lutas coletivas por direitos básicos para os povos do campo, porém essa trajetória poderia ser mais evidenciada nas disciplinas introdutórias do curso.
	Este estudo investigou as opressões, desigualdades e resistências entre jovens de diferentes contextos, a partir da intersecção de gênero, raça-etnia, classe, geração, sexualidade e território. Participaram jovens de ambos os sexos de 15 a 29 anos, de duas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, localizadas na área rural de Garanhuns.
	Um dos grandes desafios da educação antirracista no Brasil é ser pensada e executada em áreas que se colocam à margem da discussão étnico-racial. O presente ensaio traz reflexões sobre como a educação para as relações étnico-raciais pode ajudar a problematizar as noções de desenvolvimento e progresso.
	objetivo mapear e analisar a produção acadêmica sobre educação escolar quilombola, no período de 2009 a 2019.
	objetivo analisar materiais didáticos de Educação Escolar Quilombola da Educação Básica, produzidos especificamente por diferentes sistemas de ensino estaduais no país, confrontando-os com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Fonte: Os autores, 2024.

Pensar nas concepções dos trabalhos sumarizados acima é observar que os mesmos, mesmo pontuando questões diferentes, tem relação com a temática mencionada justamente pelo fato do contexto que cerca as ideias da Educação Escolar Quilombola, e analisar os conteúdos de cada texto é pontuar as ideias que os

cercam. Bardin (2011) ensina que a análise de conteúdo consiste em uma técnica metodológica que pode ser aplicada a diversos discursos e a todas as formas de comunicação, independentemente da natureza de seu suporte.

Nesse contexto, pensar a Educação Escolar Quilombola é pensar que ela está inserida em um quilombo, com sua cultura, sua identidade, suas formas de existência, dificuldades e necessidades. A apicultura, contexto do artigo 1, é parte da forma de geração de renda de várias comunidades quilombolas na região Nordeste, que muitas vezes sobrevive somente com os ganhos do programa de distribuição de renda do Governo Federal, Bolsa Família, citado no artigo 2.

Apontar os caminhos de uma formação para as relações étnico-raciais, como menciona o artigo 3, é pensar no papel do professor e sua formação continuada, como aponta o artigo 4, que também insere a escola, não como espaço físico pois ele lá já está, mas como espaço de debate, de contextualização, de discussão de direitos e de criação de ideias, porque como menciona o artigo 5, as opressões, as desigualdades e a resistência, para além do gênero, está embricada no gene dessa população desde quando saíram de África.

O artigo 4, quando trata da licenciatura interdisciplinar em educação do campo pode ser interpretado como qualquer outra licenciatura ou mesmo outras formações, haja vista que muitos residentes em quilombos não têm acesso a educação superior e quando tem, nem sempre consegue voltar para sua comunidade com o conhecimento adquirido e valorizado, por uma gama de situações, incluindo questões da política local. Daí como formar jovens e crianças para combater o racismo estrutural a partir de uma educação antirracista, como afirma o artigo 6, dentro dessa distância entre a escola e a comunidade?

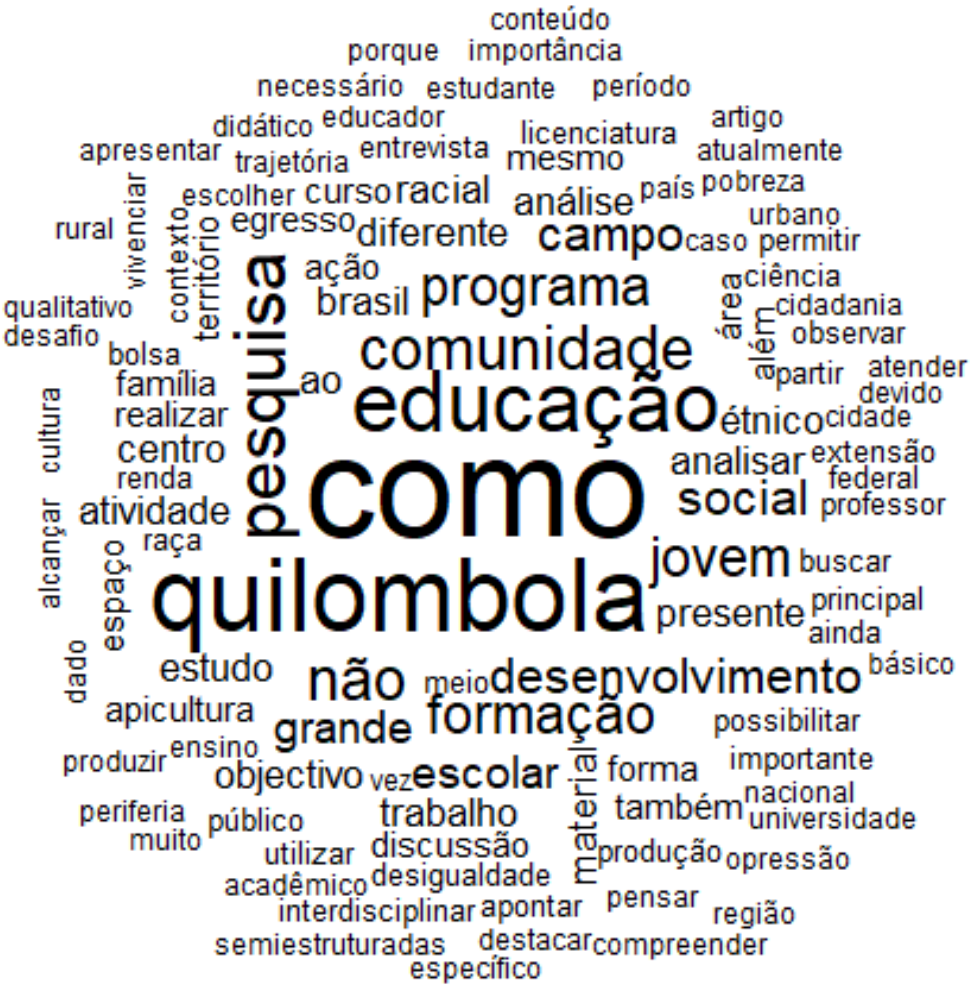
Os dois últimos artigos tratam, respectivamente, das produções sobre EQQ entre 2009 e 2019 e os materiais didáticos dessa modalidade de ensino, confrontando-os com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Ou seja, é preciso descolonizar o currículo da escola quilombola.

A educação decolonial, como proposta por Catherine Walsh (2017) e outros teóricos, busca desmantelar as narrativas e estruturas de poder coloniais que persistem na educação formal e informal. Os autores desse movimento, além de severas críticas às epistemologias ocidentais dominantes, apontam para a valorização dos conhecimentos e práticas dos povos tradicionais.

Walsh (2017) propõe metodologias pedagógicas que são colaborativas e participativas, envolvendo diretamente as comunidades na construção do currículo e na definição dos objetivos educacionais. Ela enfatiza a importância de criar espaços de aprendizagem que sejam inclusivos e que promovam a justiça social e a igualdade, ou seja, que vivenciam as interculturas dando vozes e perspectivas aqueles que por séculos foram objetivados e apagados da história.

O *software* Iramuteq, ao analisar textualmente os artigos cria uma ideia de "nuvem de palavras", que é uma ferramenta visual que ajuda a identificar rapidamente as palavras mais frequentes em um corpus textual. Este método é particularmente útil em análises qualitativas, pois permite uma visualização intuitiva da importância relativa das palavras, baseada na frequência com que aparecem no texto analisado, conforme observamos na figura 2:

Figura 2: Nuvem de Palavra a partir da análise do *software* Iramuteq



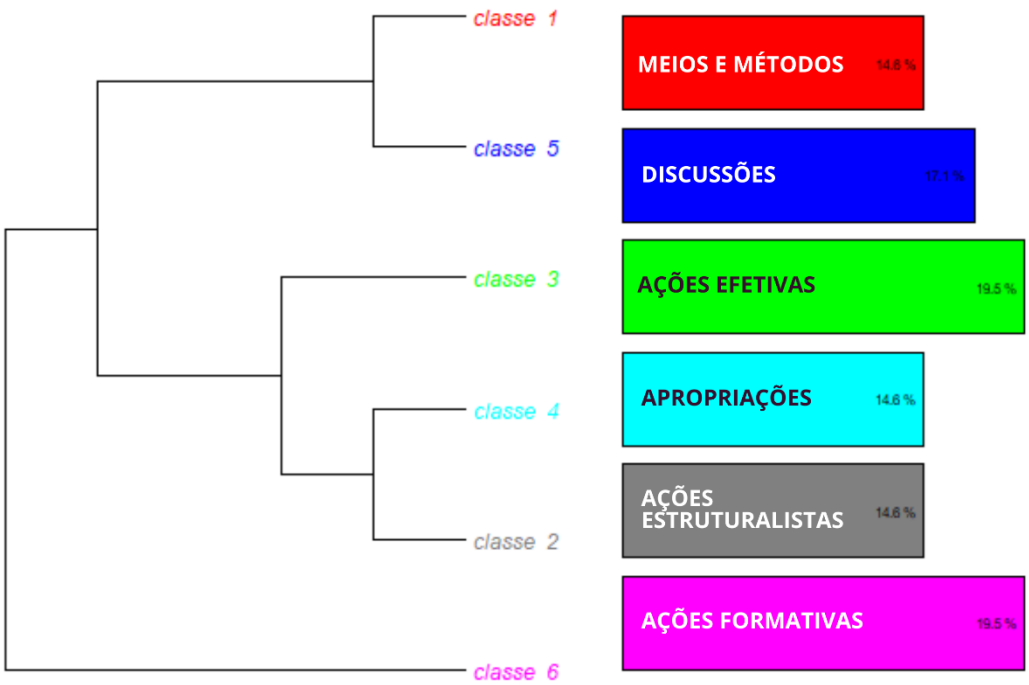
Fonte: Os autores, 2024.

Na representação da “nuvem de palavras” mostrada na (figura 2) a frequência de palavras é apresentada pela quantidade de vezes que ela aparece nos textos, mas não fornece contexto, o que pode ser necessário para uma interpretação mais profunda.

Ou seja, a precisão da nuvem depende da qualidade e limpeza do corpus textual. Nisso, analisando a figura 2 podemos dizer que as palavras quilombola, educação e pesquisa, estão latentes, o que resulta mencionar que é o caminho para criarmos uma consciência social da importância de uma Educação Escolar Quilombola.

Na figura 3 podemos compreender a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) a partir de seis classes, que renomeamos a partir do significado das mesmas para nossa compreensão. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) é uma técnica fundamental utilizada no Iramuteq para analisar e classificar textos qualitativos. O processo começa com a segmentação do corpus em Unidades de Contexto Elementar (UCE), que são pequenas partes do texto (geralmente frases ou grupos de frases) que serão analisadas individualmente.

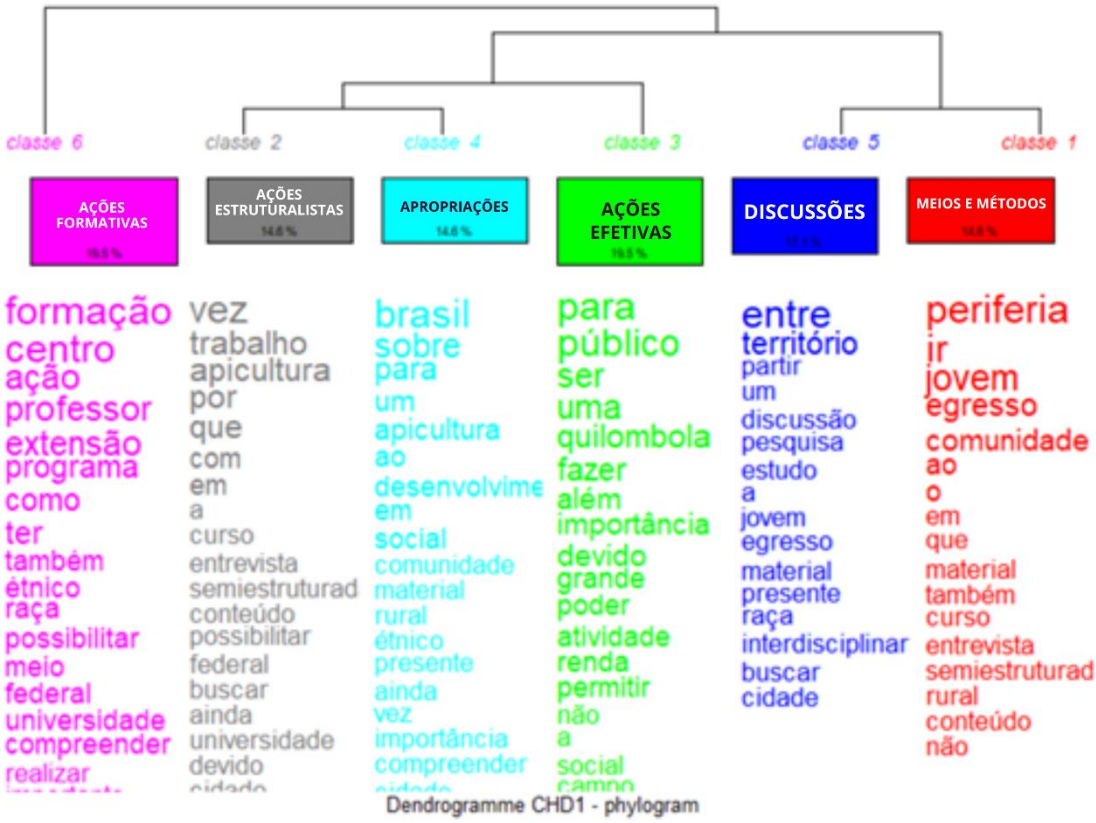
Figura 3: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) a partir da análise do *software* Iramuteq – formato diagrama



Fonte: Os autores, 2024.

As Unidades de Contexto Elementar (UCE) são agrupadas em classes baseadas na similaridade de seus vocabulários. No caso da figura 3 podemos compreender que foram palavras conforme Camargo & Justo (2013), para obter segmentos de textos sincrônicos. Na **figura 4** apresentamos essas palavras numa ótica diferente, para melhor compreensão do leitor, onde cada classe resultante é interpretada com base nas palavras e Unidades de Contexto Elementar (UCE) que a compõem. Esse processo ajuda a revelar temas e padrões no corpus, facilitando a compreensão do conteúdo textual em profundidade.

Figura 4: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) a partir da análise do *software* Iramuteq – formato phylogram



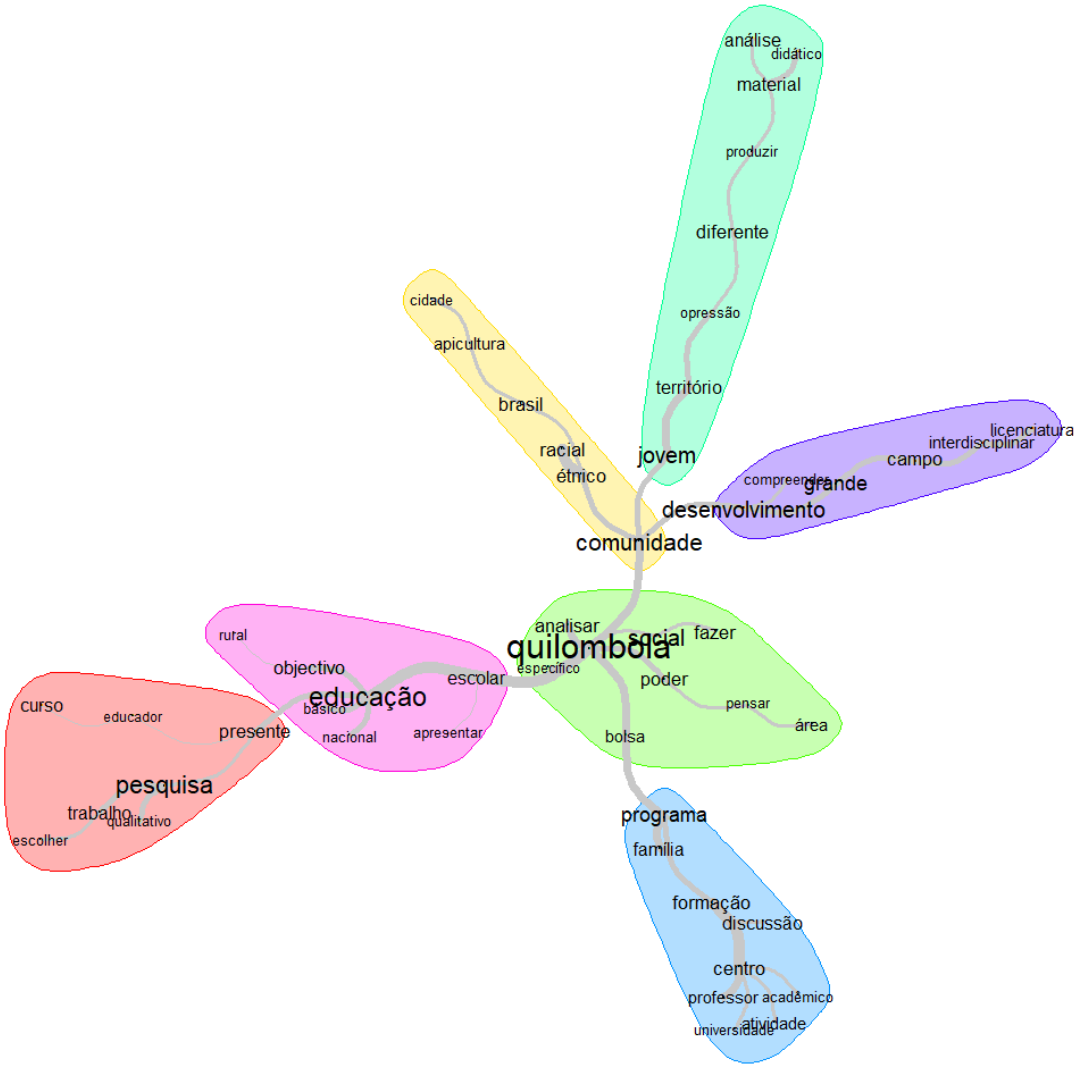
Fonte: Os autores, 2024.

Numa análise do conteúdo de cada Unidade mencionado, observando o que ensina Bardin (2011), que define a mesma em três etapas essenciais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, incluindo aqui inferência e interpretação. Presume que na pré-análise, os pesquisadores podem realizar uma contextualização histórica e social das comunidades quilombolas, identificar as

questões políticas, culturais e socioeconômicas que influenciam sua educação e estabelecer os objetivos da análise.

No caso da fase de exploração, os pesquisadores examinam os documentos e as fontes, identificando temas recorrentes, palavras-chave e padrões de discurso. Isso pode incluir a análise de políticas públicas educacionais, práticas pedagógicas locais, representações de identidade cultural e resistência quilombola, para então, na fase três ou resultados, compreender os significados subjacentes aos discursos, relacionar os achados com teorias educacionais relevantes e destacar as implicações para a prática educativa nas comunidades quilombolas. Ou simplesmente, tratar os resultados.

Figura 5: Análise de Similitude a partir do *software* Iramuteq – formato comunidade



Fonte: Os autores, 2024.

A partir das palavras que norteiam os trabalhos acadêmicos a partir da coleta de dados, pode-se aplicar a análise de conteúdo por se tratar de estudo sobre a educação escolar quilombola. Nisso, é fundamental compreender as especificidades, desafios e potenciais desse contexto educacional, porque mesmo uma década depois de serem definidas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola ainda não tiveram sua efetivação total, e sim, percebe-se que é um debate amplo, com uma abordagem metodológica ampla, e que não resulta numa execução sumária, permitindo interpretações distantes das realidades das comunidades quilombolas. As palavras são carregadas de símbolos, por isso a Figura 5 está no formato colorido.

Notemos que na análise de similitude quando dividida por cores, o *software* Iramuteq atribui cores diferentes às palavras com base na frequência e na proximidade semântica. Palavras semelhantes ou que ocorrem juntas com frequência tendem a ter cores semelhantes, o que facilita a identificação de padrões e temas dentro do corpus textual.

O formato de comunidade, por sua vez, agrupa palavras ou termos semelhantes em comunidades. Essas comunidades representam conjuntos de palavras que têm uma forte associação entre si, indicando temas, tópicos ou conceitos subjacentes ao texto. Essa abordagem ajuda a identificar agrupamentos naturais de palavras que compartilham significado ou contexto semântico.

Juntas, essas abordagens permitem uma análise mais profunda da estrutura e do conteúdo dos textos, revelando padrões, tendências e relações entre os elementos textuais. Isso pode ser útil em diversas áreas, como pesquisa acadêmica, análise de mídia, estudos de opinião, entre outros. O destaque é para a palavra quilombola, que aparece 20 vezes. Essa frequência de palavras é seguida por “educação”, com 16 ocorrências; “comunidade”, com 11 ocorrências; “desenvolvimento” com 8 ocorrências; e “campo” com 8 ocorrências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção desta revisão sistemática revelou a complexidade e a importância da Educação Escolar Quilombola, enquanto campo de estudo, pois embora existam 2.817 comunidades no Semiárido brasileiro, sendo 2.230 certificadas, são poucos os estudos já desenvolvidos ou em desenvolvimento nesses espaços. É

fato que uma revisão sistemática pode fornecer síntese do estado do conhecimento em determinado campo, a partir das quais ajudará na condução de novas pesquisas com sínteses abrangentes na identificação de uma lacuna ou problema metodológico em pesquisas primárias. Nesse caso, os desafios observados estão no bojo do Semiárido brasileiro, região rica em cultura e em desenvolvimento econômico, porém com desigualdades sociais e falta de perspectivas em diversas áreas do seu território, principalmente naquelas afastas dos grandes centros ou mesmo com necessidades básicas, a exemplo da água.

Durante a escrita desta revisão sistemática, foi possível categorizar estudos que abordam as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas, além da questão educacional, com a discussão sobre as relações étnico-racial, e de geração de renda. Esses estudos objetivavam, entre outros conteúdos, explorar caminhos para a elaboração de um currículo específico para as escolas quilombolas orientados pela perspectiva decolonial trazendo para o chão da escola, aspectos da cultura local. A intenção, pelo olhar do pesquisador, é fortalecer de forma criativa e plural a identidade dos povos remanescentes de quilombos como bem preceitua a Lei Federal nº 10.639/2003 e a Lei Federal nº 11.645/2008, que contrapõe à tradição etnocêntrica europeia dominante.

No levantamento dos dados optamos pelo Protocolo PRISMA 2020, para garantir a qualidade e a reprodutibilidade dos trabalhos revisados, promovendo maior confiança nos achados apresentados. Além disso, o uso consistente do PRISMA facilitará a avaliação crítica das revisões por parte de outros pesquisadores e contribui para a integridade da literatura científica.

O uso do *software* IRAMUTEQ como um recurso metodológico para auxiliar no tratamento dos dados, a partir de elementos de inclusão e exclusão, no caso, as dissertações, artigos e teses defendidas ou publicadas entre 2012 e 2022 e disponíveis nos bancos de dados do Google Acadêmico, CAPES e Scielo, plataformas importantes no desenvolvimento da pesquisa no Brasil, gerou a formação de outras análises que requerem, para a temática exposta, ações efetivas, estruturalistas e formativas, além da necessidade de ampliação das discussões por meios e métodos cabíveis no entorno a execução de uma Educação Escolar Quilombola de fato que fortaleça o sentido de ser dos povos remanescentes de quilombos, visto que o software transformou dados qualitativos em quantitativos e melhorou a compreensão visual dos textos.

REFERÊNCIAS

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em: 18 maio. 2024.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. Nova Delimitação do Semiárido. SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), pg. 1-63. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/delimitacao-do-semiarido. Acesso em: 18 maio. 2024.

CAMARGO, Brígido Vizeu. JUSTO, Ana Maria. (2013). **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas em Psicologia, 21(2), 513-518. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2013000200016&script=sci_abstract. Acesso em: 22 maio. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

NICÁCIO, Jandir Mendonça. FARIAS, Enos André de. DA SILVA, Regivaldo José. POMPEU, Ana Cristina Chagas. DE ALMEIDA, Gabriela Macêdo Aretakis. NETO, Miguel Santana de Almeida. ALMEIDA, Carolina Alves Collier de. BARBOSA, Anna Christina Freire. **Uso da Aloe Vera em comunidades Quilombolas no Nordeste Brasileiro: uma revisão sistemática com metanálise**. REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA, Curitiba, v.21, n.9, p. 13473-13494. 2023. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1241/100. Acesso em: 20 maio. 2024.

MARCONDES, Renato.; DA SILVA, Sílvio Luiz Rutz. **O protocolo Prisma 2020 como uma possibilidade de roteiro para revisão sistemática em ensino de**

ciências. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. l.], v. 18, n. 39, p. 1–19, 2023. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1894. Acesso em: 20 maio. 2024.

WALSH, Catherine. **Pedagogias de coloniais: práticas insurgentes de resistir, (re) existir e (re) viver. (Tomo 2)**. Quito: Abya-Yala, 2017.

QUINTO ARTIGO

CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO: A formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco pela força do bandeirante Domingos Afonso Sertão



Óleo sobre tela "A partida dos bandeirantes", de Clóvis Graciano.

CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO: A formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco pela força do bandeirante Domingos Afonso Sertão

https://www.revistalarazonhistorica.com/61-2/

Publicado em 01 de abril de 2024

LA RAZÓN HISTÓRICA
Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas
ISSN 1989-2659
Número 61, Año 2024, páginas 28-47
www.revistalarazonhistorica.com

Qualis CAPES 2017-2020 - **A3**

Revisão Ortográfica
Ruth Danielli de Brito Farias

CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO:
A formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco pela força do bandeirante Domingos Afonso Sertão

CONQUISTA Y OCUPACIÓN DEL SERTÓN DE DENTRO:
La formación del Sureste de Piauí y del Sertón de Pernambuco por la fuerza del bandeirante Domingos Afonso Sertón.

CONQUEST AND OCCUPATION OF THE "SERTÃO DE DENTRO":
The formation of Southeast Piauí and the Sertão de Pernambuco by the force of the bandeirante Domingos Afonso Sertão

Enos André de Farias[34]
Anna Christina Freire Barbosa[35]
Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco[36]
Leonardo Diego Lins[37]

RESUMO
O povoamento do Sudeste piauiense e do Sertão pernambucano possui relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa da Torre, cujo principal objetivo era financiar bandeirantes para empreender entradas, combater indígenas e conquistar o Sertão de dentro, um misto de apresadores de indígenas e

[34] Doutorando em Ecologia Humana (PPGECOH), com Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (UNEB), Licenciatura em História (UPE) e Bacharelado em Direito (FACAPE). ORCID https://orcid.org/0009-0004-5044-1282. E-mail: andredefarias@hotmail.com

[35] Doutora em Ciências Sociais (UFRN), com Mestrado em Economia (UFC) e Mestrado em Sociologia (UFPE). Licenciada em Ciências Sociais (UFPE), Especialista em Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais (UFPE). Atua como Professora Adjunta na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na Faculdade de Petrolina (FACAPE), além de Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNIVASF) e no Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECOH/UNEB). ORCID https://orcid.org/0000-0001-5307-0828. E-mail: acbarbosa@uneb.br

[36] Pós-doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF). Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNIVASF). Doutora em Educação (UCSF/Argentina). Mestre em Ciências da Educação (UI/Lisboa/Portugal). Mestre em Tecnologia Ambiental pelo Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP). Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental (Universidade Estácio Sá/SP). Licenciada em Geografia (UPE). Bacharelanda em Geografia (UNESA). Docente efetiva do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) no Colegiado de Tecnologia de Alimentos. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH). ORCID https://orcid.org/0000-0002-7621-0536. E-mail: cleciapacheco@gmail.com

[37] Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, área de concentração em Ensino de Física pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pós-graduação em Ensino de Matemática pela Faculdade Integrada de Vitória de Santo Antão (FAINTIVISA), Licenciatura em Física pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Licenciatura em Matemática (FACIG). Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando no Departamento de Tecnologias e Ciências Sociais (DTCS/Campus III). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECOH/UNEB). Pesquisador Institucional do Centro de Pesquisas em Etnicidade, Movimentos Sociais e Educação (OPARÁ). Professor da Licenciatura Intercultural Indígena - LICEEI, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia e Engenharia Agronômica. ORCID https://orcid.org/0000-0002-7072-0930. E-mail: leodlins@hotmail.com

conquistadores nos séculos XVI e XVII. O presente estudo analisa o processo de expansão, financiada pelo Garcia d'Ávila e executada pelo bandeirante Domingos Afonso Sertão (Mafrense) para além da costa brasileira. Para tanto, empreendeu-se a elaboração do percurso histórico, constituído pela chegada de Tomé de Souza a Bahia, o fortalecimento do poderio bandeirante, a doação das sesmarias e a efetivação dos avanços sobre a margem esquerda do rio São Francisco até o rio Paraíba. A pesquisa teve como procedimento de investigação a análise histórica, definida por ser uma abordagem sistemática que envolve a coleta, organização e avaliação crítica de dados relacionados a eventos passados. De caráter qualitativo, consubstanciado por revisão bibliográfica e documental, resultando na efetiva compreensão da formação dessa parte do território brasileiro, cujo entendimento da organização social, do colonialismo e da existência de grandes latifúndios, resultou no extermínio de indígenas, criação dos caminhos para a expansão dos currais e conquista da capitania do Piauí e Maranhão.

Palavras-Chave: Sertão de Dentro. História. Bandeirantes. Expansão Territorial.

RESUMEN

El poblamiento del Sudeste de Piauí y del Sertão de Pernambuco tiene una relación directa con la expansión y conquista de tierras emprendida por la Casa da Torre, cuyo principal objetivo era financiar a los bandeirantes para realizar entradas, combatir a los indígenas y conquistar el Sertão desde dentro. una mezcla de pueblos que se apoderaron de indígenas y conquistadores en los siglos XVI y XVII. El presente estudio analiza el proceso de expansión, financiado por García d'Ávila y llevado a cabo por el bandeirante Domingos Afonso Sertão (Mafrense) más allá de las costas brasileñas. Para ello, se emprendió la elaboración de la ruta histórica, consistente en la llegada de Tomé de Souza a Bahía, el fortalecimiento del poder bandeirante, la donación de sesmarias y la implementación de avances en la margen izquierda del río São Francisco para el río Paraíba. El procedimiento de investigación utilizó el análisis histórico, definido como un enfoque sistemático que involucra la recolección, organización y evaluación crítica de datos relacionados con eventos pasados. De carácter cualitativo, fundamentado en revisión bibliográfica y documental, resultando en una comprensión efectiva de la formación de esta parte del territorio brasileño, cuya comprensión de la organización social, el colonialismo y la existencia de grandes latifundios, resultó en el exterminio de los pueblos indígenas, la creación de caminos para la ampliación de los corrales y la conquista de la capitanía de Piauí y Maranhão.

Palabras-clave: Sertão de Dentro. História. Bandeirantes. Expansión Territorial.

ABSTRACT

The settlement of the Southeast of Piauí and the hinterland of Pernambuco is directly related to the expansion and land conquest carried out by Casa da Torre, whose main objective was to finance explorers to undertake expeditions, combat indigenous peoples, and conquer the Hinterland, a mixture of indigenous captors and conquerors in the 16th and 17th centuries. This study analyzes the expansion process, financed by Garcia d'Ávila and executed by the explorer Domingos Afonso Sertão (Mafrense) beyond the Brazilian coast. To do so, a historical trajectory was elaborated, consisting of Tomé de Souza's arrival in Bahia, the strengthening of the explorer's power, the

donation of sesmarias (land grants), and the realization of advances on the left bank of the São Francisco River up to the Paraíba River. The research procedure involved historical analysis, defined as a systematic approach involving the collection, organization, and critical evaluation of data related to past events. Qualitative in nature, it was substantiated by bibliographical and documentary review, resulting in a comprehensive understanding of the formation of this part of Brazilian territory, where the understanding of social organization, colonialism, and the existence of large estates led to the extermination of indigenous peoples, the creation of paths for cattle ranch expansion, and the conquest of the captaincy of Piauí and Maranhão.

Keywords: Hinterland. History. Explorers. Territorial Expansion.

1 INTRODUÇÃO

A historiografia do bandeirismo paulista constitui um campo de estudo dedicado a um dos períodos mais significativos da história do Brasil colonial, caracterizado pelo movimento de exploração, expansão territorial e busca por riquezas minerais nos séculos XVI e XVIII, período marcado pelo protagonismo dos exploradores e desbravadores atuantes no Sudeste do Piauí e no Sertão de Pernambuco, contrastando com povos indígenas que viviam na região, conforme afirma Santos (2009). Nesse sentido, pesquisas têm emergido, resgatando a história desses povos e reconstruindo suas narrativas a partir das perspectivas de seus descendentes (Santos, 2009), onde a produção historiográfica sobre o bandeirismo paulista floresceu especialmente na primeira metade do século XX, com a publicação de diversos estudos sobre o tema.

A região do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco, dada sua localização estratégica no interior do país e sua proximidade com rios navegáveis, foram frequentemente alvo de expedições em busca de riquezas, expansão territorial para a instalação de currais, e tentativa de escravização indígenas. Durante a expansão para o “Sertão de Dentro”[38], termo cunhado pelo Frei Martinho de Nantes para descrever o território além da região litorânea, situado entre as capitanias de Pernambuco e Bahia, os colonizadores portugueses buscavam ampliar suas fronteiras ademais áreas costeiras já colonizadas.

[38] Segundo Nantes (1979), a região denominada “sertão de dentro ou serão de rodelas”, segundo o Frei Martinho de Nantes, um dos pioneiros missionários na catequização dos indígenas cariris nas áreas adjacentes do rio São Francisco, se estendia entre o rio Carinhanha e a foz do rio Moxotó, e a partir dele se originaram as vilas nas capitanias da Bahia (Urubu), de Pernambuco (Barra e Pilão Arcado) e do Piauí (Mocha, Paranaguá e Jerumenha).

O avanço da agricultura canavieira na área litorânea, resultou em uma quase monopolização das terras para a produção de açúcar, tornou-se essencial explorar outras áreas para desenvolver atividades que complementassem as operações dos engenhos. Isso envolvia a produção de alimentos agrícolas, carne, lenha, couro, animais de tração e transporte. Essa situação incentivou a expansão territorial fora dos limites das unidades de produção açucareira, seguindo o curso do rio São Francisco, acima dos limites da Capitania de Pernambuco e Bahia.

Pelas mãos de Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, são introduzidos, em 1533, os primeiros rebanhos de gado oriundos da ilha de Cabo Verde (SILVA et al., 2012). A pecuária, que emergiu como a atividade subsidiária mais significativa dos engenhos e sua dependência, como frisou Furtado (1983), se destacou como impulsionador do movimento de ocupação de extensas áreas do território brasileiro, daquele “Sertão de Dentro”.

Para essas regiões distantes das áreas canavieiras, a pecuária assumiu um caráter itinerante, caracterizado por exigir investimentos de capital e pessoal relativamente baixos, com a expectativa de lucros eventuais. Adicionalmente, extensas áreas de terra disponíveis fora da região litorânea ofereciam pastagens de excelente qualidade, sendo ainda mais incentivador o conhecimento sobre a existência de minas de ouro e diamante na região.

Com a transferência do poder administrativo para o Brasil, em 1549, Tomé de Souza, nomeado Governador-Geral, determina a construção de uma cidade cercada por muralhas na Baia de Todos os Santos, consolidando Salvador como a primeira capital do Brasil Colônia, fortificada ao longo de sua costa para defesa contra invasores (Fonseca, 1971).

Para Bonfim (2016):

> A cidade de Salvador foi construída próxima à antiga Vila do Pereira, erguida por Coutinho anos antes, tornando-se a sede do Governo Geral do Brasil. O regimento de Tomé de Sousa prescrevia que a mesma devia ter a característica de cidade-fortaleza. Esse documento também indicava que a Coroa visava atender aos apelos dos donatários por ajuda frente às suas dificuldades, assim como ter maior controle sobre o território da América portuguesa (Bonfim, 2016, p. 40).

Sendo uma cidade-fortaleza, foram construídos fortes para defesa no caso de invasão pelo mar, de um lado o forte de São Marcelo, na outra ponta, o forte de Monte Serrat. Ao redor da mesma uma grande muralha para prevenção contra ataques indígenas “cujas armas eram a flecha e o tacape, [...] que, por sua vez, deveriam ser

também fortificadas à moda medieval, na forma de torres ou casas fortes, como recomendava o próprio D. João III", assim pontuou (Fonseca, 1971, p. 54).

Dentre os nobres que chegaram à Corte de Tomé de Souza, o português Garcia d'Ávila foi designado para ocupar o cargo de almoxarife dos armazéns reais. Cabia a ele a responsabilidade pelo abastecimento do palácio do governador e das obras em andamento.

> Garcia d'Ávila chega à Bahia com Tomé de Souza e logo é encarregado de almoxarife da fazenda del-Rei. Logo cedo entrou em contacto com os habitantes da terra, abarganhando anzóis e tesouras, espelhos e foices, com palha e farinha. Começa aqui a boa amizade do velho Garcia d'Ávila com os gentios estranhos (Fonseca, 1971, p.59).

De fato, Garcia d'Ávila mantinha contato com uma ampla gama de pessoas naquela cidade, desde os mais simples até os mais nobres que serviam ao governador. É nesse contexto que, em 1551, ele inicia a construção da Casa da Torre, uma imponente edificação conhecida por sua localização estratégica, e situada no topo de uma serra, onde foi concebida para oferecer proteção contra possíveis invasões, contando com uma torre que permitia a observação de grande parte dos arredores. Uma casa com planta baixa que referenciava os solares lusitanos, com varandas e muitos cômodos, citados por Freyre (2003).

Com a missão de empreender em nome da Coroa Portuguesa, onde seu castelo, cujas ruínas permanece na Praia do Forte, município de Mata de São João/BA[39], tinha a função de servir como residência e centro de controle para a administração das vastas terras da região, que compreendiam plantações, engenhos de açúcar e outros empreendimentos, recebendo grandes áreas de sesmaria da Coroa Portuguesa, para explorar, e a construção só foi concluída pelos descendentes dos Garcia d'Ávila.

A Casa da Torre servia como residência, casa forte e posto de vigilância da baia de todos os santos. Era de seu alpendre que tropas de bandeirantes seguiam para explorar o "Sertão de Dentro", criar currais e proceder com a "domesticação" e escravização indígenas. Fonseca (1971, p. 57) observa que a Casa da Torre "vai ligar-se ao sonho das minas de prata de Belchior Dias Moréia através Francisco Dias d'Ávila, que é encarregado de descobrir as minas de ouro e mais metais pelos sertões da Bahia". Mas, será na pecuária bovina o acento máximo daquela extensa família,

[39] A Casa da Torre é um importante ponto turístico na região, aberta à visitação pública, onde os turistas podem explorar seus cômodos, admirar a arquitetura histórica e desfrutar das vistas panorâmicas oferecidas pela torre.

cuja ação de desbravamento dos sertões, será reforçado pela contratação de bandeirantes renomados como Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, que ganhou a alcunha de “sertão”, inserindo-o ao seu nome, pelas muitas incursões realizadas no interior do Brasil, tornando-o povoador da região do rio Piauí, segundo (Leite, 1945). Domingos Afonso Sertão teve papel primordial na ocupação dos “sertões de dentro”, sendo contemplado com Sesmarias que tornaram-se grandes conglomerados de fazendas.

No período colonial, durante o século XVII, o sistema de Sesmarias foi implantado pela Coroa Portuguesa como forma de distribuir terras e incentivar a colonização. A partir de 1571, teve início o que ficou conhecido como expansão punitiva contra povos indígenas, cujas entradas seguiam diferentes trajetos, sendo a margem esquerda do rio São Francisco, aquela que é objeto desse estudo. Uma das principais características desse tipo de expansão foi a imposição de sistemas legais estritos e frequentemente arbitrários, muitas vezes resultando em punições severas, como a escravização, a tortura e até mesmo a execução de líderes indígenas ou de membros de comunidades inteiras. O objetivo era a penetração dos currais.

A expansão dos currais para o Sudeste do Piauí e o Sertão de Pernambuco estava intimamente ligada à atividade pecuária, e “como os currais situavam-se sempre distantes uns dos outros, os contatos estabelecidos entre si, ou ocorriam ao acaso, ou se desenvolviam por força da exigência da labuta no campo aberto”, observou Gonçalves (2004, p.15). Além disso, havia a necessidade de implementar os espaços conquistados com mão-de-obra nas diversas formas de trabalhos, para tanto, o papel do vaqueiro foi fundamental.

Segundo Gonçalves (2004),

> os primeiros vaqueiros foram recrutados no litoral entre mestiços, portugueses pobres e índios “mansos” e posteriormente, na própria região, entre os índios domesticados nas missões e habitantes da margem do rio que se colocavam sob o jugo de algum fazendeiro (Gonçalves, 2004, p. 15)

As extensas áreas das Sesmarias eram destinadas à criação de grandes rebanhos de gado, com estruturas projetadas para abrigar, manejar e comercializar o gado de forma mais eficiente. No entanto, era preciso “vencer” os silvícolas, conquistar o território, ocupá-lo, e colonizá-lo, partindo de Salvador até as bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, cenário para um território que seria formado durante os séculos seguintes. A questão tratada nesta pesquisa analisa as interconexões do processo de

expansão financiada pela Casa da Torre e executada pelo bandeirante Domingos Afonso Sertão (Mafrense), que vai desaguar na formação e povoação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco.

2 METODOLOGIA

Conforme Gil (2002), pesquisa é um processo racional que tem como finalidade oferecer soluções para questões propostas. A pesquisa, de fato, não pode existir sem uma dúvida, uma inquietação ou uma pergunta. A pergunta norteadora deste trabalho tem como lastro contextualizar as interconexões que existe entre o processo de escravização brasileiro, a formação dos quilombos no sertão pernambucano e Sudeste piauiense, a partir das Sesmarias de Domingos Afonso Sertão.

A abordagem seguiu pelo procedimento metodológico na perspectiva histórica, de caráter qualitativa, a partir da revisão bibliográfica e investigação documental. A abordagem qualitativa se baseou na reflexão e na interpretação conceitual do estudo. A pesquisa bibliográfica envolveu a exploração de documentos físicos, como livros, artigos, dissertações e teses de pesquisa, bem como a análise de categorias teóricas que foram previamente abordadas por outros acadêmicos e devidamente documentadas (Severino, 2018). A investigação documental, definida como "qualquer material escrito ou não, que funciona como evidência, criado no momento em que o evento ou fenômeno ocorre, ou posteriormente [...]" conforme aponta (Gonçalves, 2005, p.60), foi referendado na pesquisa a partir do olhar para mapas e documentos históricos.

Quanto a análise dos dados e seus resultados, os mesmos ocorreram pelo prisma da pesquisa histórica, que é um processo multifacetado que envolve a investigação, análise e interpretação de eventos, pessoas e fenômenos do passado. Para Certeau (1982, p. 66) ela está inserida em um contexto socioeconômico, político e cultural específico, que se desenvolve dentro de um ambiente determinado por suas próprias características, como uma profissão liberal, uma posição de observação ou de ensino, ou ainda uma categoria de intelectuais. Ou seja, a pesquisa historiográfica está sujeita a exigências particulares, associadas a privilégios e enraizadas em uma especificidade contextual.

Pelo olhar decolonial, na medida que aprofundamos o pensamento em Quijano (2005), veremos que o colonialismo, que está sendo tratado neste trabalho, emergiu

como um instrumento de exploração promovido pelo domínio do capitalismo, o qual precisava consolidar seu papel no final da Idade Média, mas que promoveu desigualdades, a supremacia eurocêntrica sobre outros povos, resultando na configuração de várias modalidades de interação sociorraciais, reforçando sua efetivação, transcendendo as fronteiras políticas e geográficas, e influenciando o controle das mentalidades e da estrutura social, numa perspectiva de subalternidade, nas periferias dos grandes centros ou mesmo em espaços distantes da Europa (Mata, 2014).

A conquista e ocupação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco é um processo de dizimação de muitas tribos indígenas, de imposição de poder e força, por parte da expansão empreendida e promovida pela Casa da Torre, e seus descendentes, que estabeleceram junto a Coroa Portuguesa, um propósito de efetivar a interiorização da colônia, capturando indígenas, criando povoações e implementando a pecuária, dentro de um “sertão de dentro”, em uma época que a política colonial portuguesa, estava marcada pela criação de currais no interior e pelo crescimento da produção de açúcar, no litoral.

3 DESENVOLVIMENTO

Conforme mencionado, este estudo trata da conquista do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco, pelos representantes da Casa da Torre e sob o comando de Domingos Afonso Sertão, responsável pela expansão da pecuária no “sertão de dentro”, durante o período colonial. A ocupação desses territórios se tornou possível pela conexão dos mesmos com o rio São Francisco.

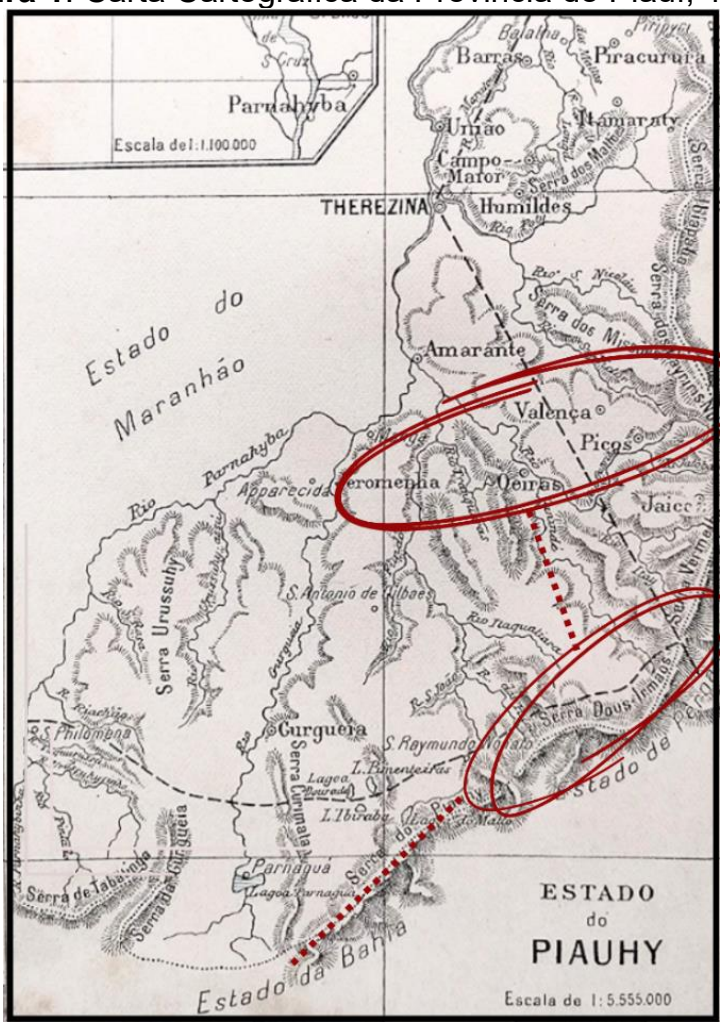
Gonçalves (1997, p. 18), afirma que “a Casa da Torre, por esse tempo (1646), dava início à ocupação das terras conquistadas no São Francisco com o estabelecimento de currais”, afirmando ainda que “o passo do boi seguia sempre o rastro dos destruidores de índios e consolidava a obra da conquista de terra com sua ocupação efetiva”. A Casa da Torre, comanda pela família Garcia D’Ávila conseguiu da Coroa Portuguesa outorga de exploração de terras desde Salvador, a época capital da colônia, passando pela margem esquerda do rio São Francisco, até o território onde está situado o Estado do Piauí, escravizando povos indígenas, fixando mamelucos como seus vaqueiros e expandido os braços da Coroa para o sertão de dentro (Calmon, 1958).

Segundo Gonçalves (1997) observa:

> O Governo de Pernambuco, André Vidal de Negreiros, deu ao Capitão Garcia d'Ávila, as terras pelo rio de São Francisco acima, começando das que estão povoadas até dar na última aldeia dos gentios Moipiras[40], concedendo-lhes para a parte do norte até a serra chamada Paripe, ficando-lhe essa de dentro com outro tanto de largo abaixo e acima, quando tiverem de comprimento pelo dito rio de São Francisco, tomando por peão as terras que ficam junto do mesmo rio da banda desta capitania fronteiras do rio Salitre que descobriu o Capitão Francisco Dias d'Àvila e fica da parte da Bahia (Gonçalves, 1997, p. 18)

Observa-se na Carta Cartográfica da Provincia do Piauí (Fig. 1), datado de 1870, que o Sudeste do Piauí e o Sertão de Pernambuco foi conquistado pela Bahia e Pernambuco, onde os bandeirantes construíram suas moradias, criaram seus currais, fortaleceram seus poderios políticos e militares, sempre avançando para dentro do território, onde implantaram das primeiras vilas.

Figura 1: Carta Cartográfica da Provincia do Piauí, 1870.



Fonte: http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/

[40] Aldeamento Moipiras refere-se aos municípios de Floresta e Tacaratu, no Estado de Pernambuco.

Pelos traçados inseridos no mapa, é fácil observar a Serra dos Dois Irmãos, que serve como divisa entre Pernambuco e Piauí, e o avançar depois da serra, para Picos, Valença e Oeiras. É importante lembrar que para chegar a última Sesmaria era necessário passar por caminhos que serviriam posteriormente para deslocamento de tropas e interiorização do gado para pastoreio. Esse caminho de tropeiros deu origem a "*passagem do joazeiro*", no território pernambucano, local para descanso das tropas de vaqueiros que tangiam os bois com destino ao litoral, de onde também "encontravam-se duas estradas do Piauí, que costumam chamar de Travessia Nova, as quais se dirigiam para as nascentes do Canindé e, por ele abaixo, a Oeiras, ora se aproximando, ora se afastando do rio São Francisco" (Oliveira, 2007).

Esse poderio familiar foi imprescindível para a conquista do Sertão de dentro, desde a exploração dos minerais pelos bandeirantes até a ocupação do território do São Francisco, com seus currais e povoamento, bem como, pela ocupação de territórios até então protegidos e ocupados por etnias de povos indígenas, que fugiram cada vez mais para dentro das matas, deixando as margens dos rios, livres para implantação dos currais, livres para os bois e para a colonização. Dentre os sertanistas responsáveis por conduzir as expedições colonizadoras, destacam-se Domingos Afonso Sertão, também conhecido como Domingos Afonso Mafrense, seu irmão Julião Afonso Serra, e Francisco Dias D'Ávila, representante da Casa da Torre dos Garcia D'ávila, como os principais beneficiários de Sesmarias distribuídas pela Coroa Portuguesa, possuindo extensas áreas de terra e grandes rebanhos de gado bovino e equino no Sudeste colonial da província do Piauí.

O desfecho desse processo, marcado pela violência contra as populações indígenas, pela inserção dos escravizados oriundos de África, que nesses espaços viviam ou fora inserido, resultou no esvaziamento das comunidades nativas, na criação de currais pelos fazendeiros provenientes de São Paulo, Bahia e Pernambuco, culminando, no estabelecimento da Capitania de São José do Piauí, posteriormente.

A partir do final do século XVII, consolidou-se no Piauí uma economia voltada para a pecuária, configurando uma sociedade rural e descentralizada, fundamentada no uso da mão de obra escrava, iniciado pela força e destemor do Capitão Domingos Afonso Sertão.

3.1 O sistema das Sesmarias

Antes mesmo da descoberta do Brasil, em Portugal, já se debatia uma maneira de distribuir terras para promover uma ocupação agrícola eficaz. Isso era motivado pela crescente negligência dos agricultores, que gradualmente abandonavam suas atividades no campo, transformando suas propriedades em meros símbolos de poder, sem tirar proveito da terra, que se tornava inutilizada em vastas áreas abandonadas (Sodero, 1975), assim como aconteceu com os donatários das Capitanias que nem sequer vieram conhece-las quando da sua implementação na Colônia.

O rei de Portugal criou o sistema de Sesmarias depois da expulsão dos árabes, em um processo que teve início no século XI e foi finalizado no século XV. Uma Sesmaria tinha, em média, cerca de 6.500m^2, ou uma légua quadrada, em tamanhos atualizados. Essa medida era aplicada em Portugal e posteriormente estendida às terras ultramarinas, incluindo o Brasil. Muitas dessas terras estavam sob a autoridade da Ordem de Cristo, sendo obrigadas a pagar o dízimo para apoiar a propagação da fé (Sodero, 1975).

A distribuição de terras teve como fundamento a legislação de D. Fernando I, promulgada em 1375, e continuou a ser praticada nos reinados seguintes de Filipe, Manuel e Afonso. Segundo a legislação, diante do declínio das práticas agrícolas na nação, caberia a Coroa tomar medidas que restaurasse a forma de efetivação da ocupação do território (Sodero, 1975). O processo de distribuição de Sesmarias também buscava diminuir o êxodo de trabalhadores do campo para a cidade, “contra o latifúndio, pelo esbulho do proprietário que por incúria ou falta de meios, deixasse inaproveitadas as terras aráveis” afirmam (Freyre, 2003, p. 291).

> D. Fernando I promulgou em 26 de junho de 1375 uma lei que foi rotulada como "rigorosa e incisiva". Essa legislação obrigava os proprietários de terras a cultivarem suas propriedades, sob a ameaça de transferi-las para aqueles dispostos a cultivá-las, caso não cumprissem com tal obrigação (Sodero, 1975, p. 153).

É fato que a Coroa sozinha não tinha poderes para consolidar seu domínio, até pela geopolítica da época e pela concorrência com o reino de Castela (Espanha), de tal sorte que consequentemente, ela precisava reconhecer e permitir a existência do particularismo na propriedade, o qual refletia as tensões decorrentes do crescimento econômico e das situações de prosperidade nas terras da América portuguesa.

Para Mota (2012, p. 32):

> Se, para a Coroa portuguesa, a política territorial de concessão de sesmarias representava a valorização econômica e política da conquista ultramarina, reforçando a ideia de império, na periferia do sistema, a relação tradicional entre o rei e seus vassalos foi constantemente redimensionada (ou negociada), em relação ao problema da jurisdição da propriedade.

As tensões provocadas pela Lei das Sesmarias tinham um sentido: evitar que a fome retornasse a Portugal, como em 1315 e 1316, que poucas colheitas foram tiradas do campo, e uma parcela considerável da população sucumbiu pela fome. A verdade é que a chegada dos portugueses ao Brasil e o início da colonização de fato, em 1530, levou a necessidade de constituição de um formato de organização que colonizasse o território, ocupando suas divisas, expulsando os estrangeiros indesejados, e extraindo riquezas para a Metrópole. Portugal viveria seus templos gloriosos com os esbulhos levados do Brasil. Como forma de organização, primeiro foi pensando na divisão do território em Capitanias Hereditárias. Essa divisão administrativa foi proposta em 1534 pelo monarca D. João III, no entanto, só prevaleceu por poucos anos. Das 14 capitanias apenas duas prosperaram: Pernambuco (Duarte Coelho) e São Vicente (Martim Afonso de Souza), as demais fracassaram.

Aos donatários das Capitanias eram entregues *Cartas de Doação*, que representava um instrumento da Coroa Portuguesa através do qual era concedida terras que deveria prosperar sem a ajuda financeira da Coroa.

> Para constituir um senhorio, o rei (doador), presentando a Coroa, e um particular (donatário) firmavam um contrato de doação, em cujos instrumentos, as cartas de doação, eram estabelecidas as suas regras específicas, indicando a região onde o poder seria exercido, o regime de tempo da doação (Cabral, 2015, p. 73)

Os donatários tinham a responsabilidade de investir ou atrair investimentos, estabelecendo toda a infraestrutura necessária para promover o desenvolvimento e a segurança de sua capitania. Além disso, eram encarregados de atrair colonos para habitar sua área, distribuindo terras (por meio de sesmarias) e coletando impostos daqueles que decidissem estabelecer residência nesses territórios. Em 1548, com o fracasso da divisão administrativa da colônia em Capitanias e com o enfraquecimento das rotas para as Índias, além de impedir que outros países da Europa se apropriem das terras brasileiras, a coroa portuguesa implementou o sistema de Governo Geral. Fausto (2013) observa que o encerramento do entreposto comercial dos portugueses em Flandres e as derrotas militares ocorridas no Marrocos contribuíram para a

compreensão da urgência em transformar o Brasil em um território mais lucrativo para Portugal, e isso só aconteceria se de fato houvesse o desenvolvimento da Colônia.

Entre as funções do Governador Geral estava a autorização para distribuição de Sesmaria entre os fiéis capitães da Coroa, para que eles ocupassem e prosperasse as terras da colônia. Mota (2012, p. 34) vai dizer que:

> As sesmarias eram concedidas, na América portuguesa, com cláusulas específicas para melhor direcionar o processo mercantil agroexportador, estabelecendo os limites da ocupação territorial, as formas e os meios de produção e os impostos devidos aos cofres públicos (consubstanciados como dízimo ao Mestrado de Cristo ou como foro cobrado pelo Estado a partir da Carta Régia de 27 de dezembro de 1695. Este foro foi reiterado pela Provisão de 20 de janeiro de 1699). Com uma carta de sesmaria em mãos, alguns súditos conseguiam reforçar o seu poder sobre seus adversários políticos frente à influência da elite local.

Um exemplo desse poderio reforçado vem da Casa da Torre de Garcia D'ávila, que por 10 gerações dominaram o cenário da colonização portuguesa no nordeste brasileiro, e que até hoje as ruínas do antigo castelo construído sobre a colina de Tatuapara, permanecem desfraldando a história do Brasil.

3.2 Bandeirante Domingos Afonso Sertão

Na obra "devassamento do Piauí", escrita por Barbosa Lima Sobrinho em 1946, encontramos a afirmação que os bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, onde o primeiro entraria para a história como o responsável pela destruição do Quilombo dos Palmares; e o segundo é considerado o "conquistador do Piauí", ambos com a benção dos herdeiros da Casa da Torre, principalmente Francisco Dias D'ávila. A ordem era avançar sobre o território do Rio São Francisco, ficando a cargo de Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, seu irmão, a entrada no "sertão de dentro" pelo lado noroeste do médio São Francisco, que viria ser o atual estado do Piauí.

> a conquista do Piauí foi obra de Domingos Afonso Mafrense e Domingos Jorge Velho. O primeiro, que era português, possuía uma fazenda de gado, o Sobrado, da outra parte do Rio São Francisco, distrito de Pernambuco, na entrada da travessia que vai para o Piauí. Reunindo tropa disposta para as pelejas contra o gentio, ele entrou pelas terras piauienses. (Sobrinho, 1946, p. 46).

A fazenda Santana do Sobrado, localizada de forma estratégia numa ponta do rio São Francisco, nas proximidades de onde hoje é o município de Sento Sé, na

Bahia, era de propriedade do bandeirante Domingos Afonso Sertão, e ficava a meio caminho do Piauí, na fronteira do Sertão baiano, em uma área que engloba hoje municípios como Juazeiro, Sobradinho, Petrolina, Casa Nova. Mafrense era detentor de outras trinta fazendas, que alcançava uma parcela do Piauí, como os espaços territoriais dos atuais municípios de Queimada Nova até São Raimundo Nonato, Oeiras e São João do Piauí. Era de Sobrado que saiam os ataques e os enfrentamentos contra os indígenas, que sufocados pelas perseguições, cada vez mais adentravam ao território (Nunes, 2014).

Considerado um ser impiedoso, desfrutava da confiança inabalável dos representantes da Casa da Torre, que uniram forças para enfrentar os povos *tapuias,* tribos indígenas da região de São Francisco da Barra do Rio Salitre, episódios que ficaria registrado como os "conflitos nas margens do Rio São Francisco". Segundo Costa (1974), essa forma de ataque é observada por Nunes (2014) que assim retrata:

> No verão de 1671, deixou para trás sua fazenda Sobrado e, liderando uma tropa geralmente composta por 150 homens, partiu do vale do rio São Francisco em direção ao oeste, eventualmente alcançando a cumeada da serra, que recebeu o nome de Dois Irmãos em homenagem aos dois conquistadores. A partir dali, dirigiu-se às nascentes do rio Piauí, traçando um caminho pelo qual mais tarde ficaria conhecido como "caminho velho", e nomeando a nova terra conquistada após o rio que serviu como rota. Durante essa bem-sucedida jornada, enfrentou numerosas nações indígenas e teve um encontro com o paulista Domingos Jorge Velho, que já há nove anos estava envolvido na captura de indígenas (Nunes, 2014, p. 274)

Esse avançar para dentro do território chamou atenção do capitão-mor Francisco Dias d'Ávila, herdeiro da Casa da Torre, que lhe concede, em 9 de julho de 1674, a patente de capitão de infantaria da tropa, seguida por outras condecorações como cavaleiro professo da Ordem de Cristo; provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; capitão de regimento; corporações religiosas, inclusive à Companhia de Santo Inácio de Loiola, além de tornar-se vereador do Senado da Câmara de Salvador (NUNES, 2014). Em 1676, os irmãos Domingos Afonso e Julião Afonso Serra avançam na conquista do Piauí, combatendo e exterminando os indígenas da *Gurgueia*, que viviam depois do rio Grande (Parnaíba), partindo para a missão a partir da foz do rio Salitre. Segundo Santos (2010, p. 70):

> uma segunda ação militar contra os mesmos gurgueia, que resultou, em 1º. de junho de 1676, na degola de 400 homens e redução à escravidão de mulheres e crianças. O local desse morticínio ficaria a seis ou sete dias de viagem da foz do rio Salitre, ainda longedo rio Gurgueia, mas já próximo dos afluentes do Canindé, especialmente o Piauí. é provável que, como da primeira vez, tenham os expedicionários ultrapassado o divisor de águas

> entre o São Francisco e o Parnaíba. Quatro meses depois, Francisco Dias de Ávila, seu irmão Bernardo Pereira Gago e os irmãos Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra recebem as primeiras sesmarias na região, localizadas nas margens do rio Gurgueia.

A conquista da *Gurgueia* consolidou o poderio de Domingos Afonso Sertão (Mafrense), lhe rendendo, como prêmio, grande quantidade de Sesmarias no território do Piauí já conquistado, ampliando seu patrimônio já notável.

Para Mott (2010), em 1674, Domingos Afonso Sertão conquistou praticamente metade do território do Piauí, que eram administradas por vaqueiros de sua confiança, mesmo quando voltou para a Bahia.

Segundo Furtado (2019, p. 50):

> No ano de 1676, Domingos Afonso, junto a seu irmão Julião Afonso e os irmãos d'Ávila – Francisco Dias d'Ávila e Bernardo Pereira Gago – receberam mais sesmarias, agora dez léguas de terras em quadro para cada, como recompensa pela guerra travada contra a tribo dos índios gurgueias no Piauí. A carta de sesmaria mostra quão generosa foi a recompensa pela batalha. Os sertanistas solicitaram as sesmarias ao governador da capitania de Pernambuco do período, D. Pedro de Almeida, já que as terras requeridas estavam localizadas às margens do rio Gurgueia no sertão piauiense e, portanto, eram parte, no período, da capitania pernambucana.

Sua primeira propriedade nessa área foi a Fazenda Poção de São Miguel, que ficava no vale do rio Canindé, e ele acabou adquirindo mais trinta e nove fazendas subsequentemente. Essa forma de distribuição de terras feita pela Coroa Portuguesa, que implementou no Brasil o mesmo sistema de concessão de terras que era utilizado desde 1375 em Portugal, realizando apenas algumas modificações devido à vastidão do território e à distância entre a Colônia e a Metrópole, favoreceu o surgimento de grandes latifúndios improdutivos (Spix; Martius, 1976, p. 372).

Para Neves (2005) além das concessões ilimitadas de terras, em diferentes momentos e locais, eram concedidos privilégios aos senhores de terras, facilitando-lhes a incorporação de territórios intermediários e adjacentes. No final do século XVII, a freguesia de Mocha[41] foi estabelecida nas terras anteriormente pertencentes a Domingos Afonso Mafrense. Em 1697, estimativas populacionais do padre Miguel de Carvalho indicavam a presença de 129 (cento e vinte e nove) fazendas de gado e 438 (quatrocentos e trinta e oito) colonos no Piauí. Nesse período, como afirma Mott

[41] Na região denominada "Mocha", nome originado de um riacho local, desenvolveu-se uma comunidade com uma capela afiliada à freguesia de Cabrobó, pertencente à Diocese de Pernambuco. Em 1696, a comunidade foi elevada ao status de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, e posteriormente, em 1712, foi promovida à condição de vila, adotando o nome de Mocha. Apenas em 1762, durante a implementação do aparato político-administrativo, a vila de Mocha foi promovida à categoria de cidade e designada como a capital da Capitania, recebendo o nome de Oeiras.

(1985), aproximadamente metade da população era composta por indivíduos livres, enquanto a outra metade era formada por escravizados, tanto indígenas quanto africanos. A população era predominantemente masculina, o que contribuiu para a mistura étnica evidente nas décadas subsequentes.

Em 1717, conste em Oliveira (2009), que Mocha foi elevada à categoria de vila e, no ano seguinte, tornou-se a sede administrativa da Capitania do Piauí. Esse momento marcou a formal criação da capitania, sob a jurisdição do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará. Mocha será de suma importância para aquela Capitania, vindo posteriormente, ser chamada de Oeiras, e tornar-se a primeira capital da Provincia do Piauí. Após o falecimento de Domingos Afonso Sertão, em 1711, sem herdeiros reconhecidos, a administração de suas diversas fazendas no Piauí foi deixada em testamento aos padres do Colégio dos Jesuítas da Bahia, da Companhia de Jesus.

Furtado (2019, p. 67) afirma que,

> Por não reconhecer ser possuidor de herdeiros, ao morrer em 1711, na cidade do Salvador, declarou herdeira de seus bens sua alma e incumbiu aos jesuítas do Colégio da Bahia a administração das fazendas de gado que possuía no Piauí. A forma encontrada para que as propriedades não fossem negociadas foi constituir com elas uma capela, deixando especificado como gostaria que fosse administrado o capital fruto dos bens. Com esta ação, o conquistador português levou os jesuítas, que antes só transitavam pelo Piauí em passagem, a residirem em terras da Capitania pelos próximos 50 anos, só deixando aqueles sertões por ocasião da expulsão da Ordem em 1759. Foram somente as fazendas de Domingos Afonso a razão da permanência dos jesuítas no Piauí.

A expulsão dos Jesuítas em 1759, a partir de conflitos de interesse entre o Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus, que para além das disputas de poder político e econômico, também inseria no cenário, disputas ideológicas, haja vista que o Marquês de Pombal via nos jesuítas uma força política que desestabilizava o poderio real, que conseguiu convencer o rei Dom José I a assinar um decreto de expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses.

As terras deixadas no testamento de Domingos Afonso Sertão, para a Companhia de Jesus, voltaram para a Coroa Portuguesa e fez surgir no cenário local outros nomes que passaram a ocupar, como beneficiário e em nome do rei de Portugal, a concessão das Sesmarias.

O Capitão Valério Coelho Rodrigues, adquiriu extensa área territorial e se estabeleceu em uma das fazendas localizada no Sudeste da província, de nome

Paulista, efetivando o novo cenário para a região, que passou a ser ocupado também por escravizados fugitivos dos engenhos ou fazendas, para formar quilombos neste espaço do “sertão de dentro”, onde “o fato de muito negro ter deixado o litoral ou a zona açucareira para ir se aquilombar no sertão”, como mencionou Freyre (2003, p. 108), fez nascer os primórdios das comunidades quilombolas dessa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a formação colonial brasileira, é necessário analisar as estratégias políticas e os interesses da Coroa Portuguesa, que direcionava suas ações para as elites políticas locais e para os governos provinciais, durante seus processo de expansão marítima. Nesse contexto, o presente estudo analisou a conquista e ocupação do Sertão de Dentro, destacando a formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco através das Sesmarias doadas ao bandeirante Domingos Afonso Sertão.

Ao longo da pesquisa, pôde-se perceber a complexidade e a riqueza histórica desse processo, revelando uma intricada teia de relações políticas, econômicas e sociais que moldaram essa região ao longo dos séculos. Como evidenciado, a dinâmica da conquista do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco, esteve intimamente ligada às disputas de poder e a necessidade de alcançar novos espaços para criação de gado e “domesticação” dos que ocorriam no período imediatamente anterior. A nomeação de governos provisórios já prenunciava os embates por influência e controle interno na província.

A conquista e o extermínio de diversos povos indígenas, foi obra dos descendentes de Garcia D´ávila, da Casa da Torre, que delegou a Domingos Afonso Sertão essa incumbencia. Por sua vez, Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, seu irmão, adentraram as nascentes do rio Piauí em 1674. Dois anos depois as primeiras sesmarias de terras que beneficiaram os mencionados, juntamente com Francisco Dias d’Ávila e Bernardo Pereira Gago, foram concedidas pela Coroa Portuguesa. Cada sesmeiro recebeu um total de 10 léguas (Nunes, 1975), através do governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida, quando do combate da Gurgueia.

A figura de Domingos Afonso Sertão emerge como um elemento central nesse contexto, representando não apenas um indivíduo em busca de poder e prestígio,

mas também um agente catalisador das transformações que ocorreriam naquelas terras áridas e desafiadoras. Suas Sesmarias não apenas delinearam os limites territoriais, mas também foram responsáveis pela introdução de práticas agrícolas, sistemas de produção e relações sociais que moldaram o tecido socioeconômico da região.

Nunes (1975) afirma ainda que após regressar à Bahia, onde mantinha sua residência, Domingos Afonso Sertão (Mafrense) deixou aproximadamente 30 fazendas de gado sob a administração de vaqueiros em quem confiava, e que, como mencionado, ao falecer e não deixar herdeiros, em 1711, foi revelado que ele havia estabelecido em testamento a doação de todas as terras e rebanhos que possuía no Piauí, com a finalidade de serem administrados pelo reitor do Colégio Jesuita da Bahia. Era uma prática comum entre os homens da época, deixar volumosa parte da herança para a Igreja, como forma de diminuir suas penas e pecados, no leito de morte.

A Companhia de Jesus, que assumiu por testamento diversas fazendas deixadas por Domingos Afonso Sertão, antes de serem expulsos do Brasil, inauguraram o Seminário do Rio Parnaíba no Piauí, situado em Oeiras e liderado pelo padre Francisco Ribeiro, em 1749, que segundo (Nunes, 1975) foi dedicado a Santa Úrsula, considerado o primeiro estabelecimento de ensino secundário, com ensino de gramática e humanidade daquela província.

A expulsão dos Jesuitas fez eclodir uma disputa pelo espólio deixado por Domingos Afonso Sertão, entre outros tantos capitães ligados à Coroa Portuguesa. É crucial reconhecer que a história dessas regiões não se resume apenas à narrativa dos colonizadores e sesmeiros, mas também inclui as vozes e experiências daqueles que foram marginalizados e oprimidos.

Portanto, qualquer análise sobre a formação do Sudeste do Piauí e do sertão de Pernambuco deve ser sensível às perspectivas e contribuições das comunidades tradicionais, buscando promover uma compreensão mais holística e inclusiva desse processo histórico.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Alexandre Gonçalves do. **As Capitanias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu: administração, direito de propriedade e poder na América Portuguesa (1530-1630).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. UFBA, 2016. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23324/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Alexandre%20Gon%C3%A7alves%20do%20Bonfim.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

CABRAL, Gustavo César Machado. **Os senhorios na América Portuguesa**. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53385/1/2015_art_gcmcabral_senhorios.pdf. Acesso em: 14 mar 2024.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí [1909]**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013.

FONSECA, Fernando L. **A Tôrre de Garcia D'Ávila**. UNIVERSITAS: Revista de Cultura da UFBA, nº 8/9. 53/71, agosto, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala.** 51ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FURTADO, Maria Betânia Guerra Negreiros. **Os Jesuítas no Sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos (1711-1760).** Tese de Doutorado. UFBA, 2019. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_revisada.pdf. Acesso em: 18.out.2023.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Até onde a memória alcança: um estudo sobre Caatingueiros e Beiradeiros do Submédio do Vale do Rio São Francisco.** Dissertação. UFPE. 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9903/1/arquivo9389_1. Acesso em: 04 Mar. 2024.

GONÇALVES. Esmeraldo Lopes. **Opara – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco.** Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997**.**

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália / Instituto Nacional do Livro, 1945.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: descontruindo genealogias eurocêntricas**.** **Civita**, Porto Alegre, n. 1, vol. 14, p. 27/42, 2014.

MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na américa portuguesa. **SÆCULUM - Revista de História**. João Pessoa, jan./jun. 2012.

MOTT, Luiz. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: **Piauí Colonial: População, economia e sociedade. Teresina:** Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: APL FUNDAC, DETRAN, 2010.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma missão no rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

NUNES, Odilon. **Estudos de História do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí**. 2.ª Edição. Coleção Centenário 8. p. 274. Teresina: APL, 2014.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiro; ASSIS, Nívia Paula Dias de. Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – século XVIII. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, **Anais**. Fortaleza: UFCE, 2009.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2007. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFPE_802cece8883067437c5b73913127018c. Acesso em 15 fev. 2024.

SPIX, Johann Baptist Von. MARTIUS, Carl Friedrich Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. In. LANDER Edigardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 22.out.2023.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734**. São Paulo: Edusp, 2009.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Devassamento do Piauí.** São Paulo: Brasilianas, 1946.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, Marcelo Correa da.; BOAVENTURA, Vanda Maria.; FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares. **História do povoamento bovino no Brasil Central**. Revista UFG, ano XIII, n.13, p.34-41, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267811402_HISTORIA_DO_POVOAMENTO_BOVINO_NO_BRASIL_CENTRAL. Acesso em: 25 fev. 2013.

SODERO, Fernando Pereira. **O Módulo Rural e seus Agrário e Imobiliário**. Implicações Jurídicas. LTr, 1975.

SEXTO ARTIGO

VALÉRIO COELHO RODRIGUES E OS SERTANISTAS DOS SÉCULOS XVIII E XIX NO SUDESTE DO PIAUÍ E SERTÃO DE PERNAMBUCO: Memória, Escravidão e Apagamento Histórico



Paisagem criadar a partir do ChatGPT retratando o Sudeste do Piauí no final do século XVIII

VALÉRIO COELHO RODRIGUES E OS SERTANISTAS DOS SÉCULOS XVIII E XIX NO SUDESTE DO PIAUÍ E SERTÃO DE PERNAMBUCO: Memória, Escravidão e Apagamento Histórico

Link para Acesso:
https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/12481

https://doi.org/10.55905/revconv.17n.12-085

Publicado em 07 de novembro de 2024

REVISTA CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

ISSN 1988-7833
editor@revistacontribuciones.com

Qualis CAPES 2017-2020 - **A4**

Revisão Ortográfica
Ruth Danielli de Brito Farias

VALÉRIO COELHO RODRIGUES E OS SERTANISTAS DO SÉCULO XVIII NO SUDESTE DO PIAUÍ E SERTÃO DE PERNAMBUCO: Memória, Escravidão e Apagamento Histórico

Enos André de Farias
Doutorando em Ecologia Humana (PPGECOH), com Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (UNEB), Licenciatura em História (UPE) e Bacharelado em Direito (FACAPE).

Anna Christina Freire Barbosa
Doutora em Ciências Sociais (UFRN), com Mestrado em Economia (UFC) e Mestrado em Sociologia (UFPE). Licenciada em Ciências Sociais (UFPE), Especialista em Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais (UFPE). Atua como Professora Adjunta na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na Faculdade de Petrolina (FACAPE).

Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Pós-doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF), Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNIVASF). Doutora em Educação (UCSF/Argentina). Mestre em Ciências da Educação (UI/Lisboa/Portugal).

RESUMO
De forma interdisciplinar, e tomando como referência a concepção de memória e esquecimento de Paul Ricoeur (2007), que destaca o papel fundamental da memória na preservação de eventos lembrados e transmitidos ao longo do tempo, o presente trabalho está dividido em quatro cenários históricos que se completam: num primeiro momento, é traçado o perfil do Capitão Valério Coelho Rodrigues, desde sua chegada ao Brasil até o estabelecimento de sua sesmaria. No segundo momento, é abordada a formação do Sertão de Dentro a partir das Travessias (Velha e Nova), explorando como a interiorização dos tropeiros contribuiu para o surgimento de pequenos vilarejos que eventualmente se tornaram as principais cidades da região. O terceiro cenário se concentra na Fazenda Caboclo e na influência dos seus descendentes no contexto político da época. E por fim, trata dos escravizados que foram trazidos para trabalhar na pecuária, e que, a partir das fugas, formaram quilombos que sobrevivem até nossos dias. Esta é uma pesquisa histórica, de caráter qualitativo, com investigação documental e revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Gomes (2022), Hall (2016), Ricoeur (2007), Ribeiro (1995), Nunes (1975), Brandão (1999) e Freyre (2006). Como resultado, observou-se que as origens da herança colonial, enquanto desempenharam um papel crucial na exploração inicial do "sertão de dentro", também se manifestaram no extermínio das populações indígenas, na utilização de escravizados, na consolidação de grandes latifúndios e nas narrativas contemporâneas que celebram seus antepassados enquanto obscurecem as histórias dos outros agentes envolvidos na construção desse território.

Palavras-Chave: História. Sertão de Dentro. Valério Coelho Rodrigues. Memória.

ABSTRACT
In an interdisciplinary approach, and drawing on Paul Ricoeur's (2007) concept of memory and forgetting, which highlights the fundamental role of memory in preserving events remembered and transmitted over time, this work is divided into four interrelated historical scenarios. First, it outlines the profile of Captain Valério Coelho Rodrigues, from his arrival in Brazil to the establishment of his land grant. The second part discusses the formation of the Sertão de Dentro through the Old and New Crossings, exploring how the movement of drovers into the interior contributed to the emergence of small villages that eventually became the main cities in the region. The third scenario focuses on Fazenda Caboclo and the influence of its descendants in the political context of the time. Finally, it addresses the enslaved people who were brought to work in cattle ranching and, through their escapes, formed quilombos that survive to this day. This is a historical research study of a qualitative nature, with documentary investigation and literature review, grounded in authors such as Gomes (2022), Hall (2016), Ricoeur (2007), Ribeiro (1995), Nunes (1975), Brandão (1999), and Freyre (2006). The findings reveal that while the origins of colonial heritage played a crucial role in the initial exploration of the "sertão de dentro," they also manifested in the extermination of indigenous populations, the use of enslaved labor, the consolidation of large estates, and contemporary narratives that celebrate their ancestors while obscuring the histories of other agents involved in the construction of this territory.

Keywords: History. Sertão de Dentro. Valério Coelho Rodrigues. Memory.

RESUMEN
De forma interdisciplinaria, y tomando como referencia la concepción de memoria y olvido de Paul Ricoeur (2007), que destaca el papel fundamental de la memoria en la preservación de eventos recordados y transmitidos a lo largo del tiempo, el presente trabajo está dividido en cuatro escenarios históricos que se complementan. En primer lugar, se traza el perfil del Capitán Valério Coelho Rodrigues, desde su llegada a Brasil hasta el establecimiento de su sesmaría. En segundo lugar, se aborda la formación del Sertão de Dentro a partir de las Travessias (Vieja y Nueva), explorando cómo la interiorización de los arrieros contribuyó al surgimiento de pequeños pueblos que eventualmente se convirtieron en las principales ciudades de la región. El tercer escenario se centra en la Hacienda Caboclo y en la influencia de sus descendientes en el contexto político de la época. Finalmente, trata sobre los esclavizados que fueron traídos para trabajar en la ganadería y que, a partir de las fugas, formaron quilombos que sobreviven hasta nuestros días. Esta es una investigación histórica, de carácter cualitativo, con investigación documental y revisión bibliográfica, fundamentada en autores como Gomes (2022), Hall (2016), Ricoeur (2007), Ribeiro (1995), Nunes (1975), Brandão (1999) y Freyre (2006). Como resultado, se observó que los orígenes de la herencia colonial, si bien desempeñaron un papel crucial en la exploración inicial del "sertão de dentro", también se manifestaron en el exterminio de las poblaciones indígenas, en la utilización de esclavizados, en la consolidación de grandes latifundios y en las narrativas contemporáneas que celebran a sus antepasados mientras oscurecen las historias de los otros agentes involucrados en la construcción de este territorio.

Palabras-Clave: Historia. Sertão de Dentro. Valério Coelho Rodrigues. Memoria.

1 INTRODUÇÃO

Investigar um fato histórico requer, antes de mais nada, contrapor ideias, analisar fontes e aferir contextos dentro de um universo amplo, para mostrar aquilo que se objetivou no momento da construção ideológica daquela inquietação e seus desdobramentos, pelo olhar do investigador a partir das fontes que são pesquisadas, para o devido esclarecimento dos fatos. Nesse sentido, Paul Ricoeur (2007) propõe uma abordagem da memória como uma forma de reconstrução narrativa.

Paul Ricoeur (2007) argumenta que a memória não é simplesmente uma reprodução do passado, mas sim uma narrativa que é constantemente reconfigurada e reinterpretada à medida que interagimos com nossas experiências passadas. Ele destaca a importância da narrativa na formação da identidade pessoal, já que é por meio da narração de nossas memórias que construímos uma compreensão contínua de quem somos e de quem fomos.

Pensar o passado à luz da interpretação de contextos reais é ladrilhar um novelo de compreensões que formarão esse mosaico de ideias, e que mesmo que faltem algumas peças, sua compreensão acontecerá porque vivenciamos a memória na nossa existência. Paul Ricoeur (2007) explora a relação entre memória e esquecimento, argumentando que o esquecimento não é simplesmente uma lacuna na memória, mas uma parte intrínseca do processo mnemônico. Ele sugere que o esquecimento desempenha um papel crucial na seleção e organização das memórias, permitindo que nos concentremos no que é mais significativo e relevante para nós. Assim, o esquecimento não é apenas uma falha da memória, mas sim uma condição necessária para sua eficácia.

Contudo, quem trabalha ou investiga aspectos da memória também deve sempre recorrer a uma ética da memória. Paul Ricoeur (2007) argumenta que a forma como lembramos e esquecemos tem implicações morais significativas. Ele enfatiza a necessidade de uma abordagem responsável e reflexiva em relação ao passado, evitando tanto a amnésia coletiva quanto a obsessão com o sofrimento passado, onde a memória ética é aquela que reconhece a complexidade do passado, enfrentando os desafios morais que ele apresenta e buscando construir uma narrativa mais real e justa possível dos fatos.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como lastro interpretativo compreender a dinâmica dos avanços do novo bandeirantismo para além do século XVIII, no

Sudeste do Piauí e Sertão de Pernambuco, sendo esse o espaço da Serra dos Dois Irmãos somente, interpretando os contextos que vão da chegada do capitão Valério Coelho Rodrigues à região até o processo de formação de suas sesmarias, pontuando questões relacionadas à conquista desse território; o surgimento da Travessia Nova no compasso da conquista; o papel dos descendentes do Capitão Valério Coelho Rodrigues e a influência política dos mesmos no século XX, além de pontuar que essa região desenvolveu-se também pelo fato da mão-de-obra escrava ter sido introduzida no seu meio. É notável a ausência da história dos povos escravizados em diversas narrativas, tanto nos registros museológicos, como evidenciado pela lacuna presente no Museu Pai Chico, em Afrânio/PE, quanto nos registros oficiais nos *websites* das prefeituras dos municípios de Petrolina/PE, Paulistana/PI, Juazeiro/BA, Afrânio/PE e Dormentes/PE, onde a existência e contribuição do trabalho escravo muitas vezes são negadas.

No contexto da ocupação dos espaços entre o Sudeste do Piauí e o Sertão de Pernambuco essa forma de apagamento da história é implicada pelo avivamento dos feitos dos bandeirantes Paulistas, que ao fio da espada e da pólvora quente, dizimou povoamentos inteiros para formar fazendas que virariam vilas e depois cidades, interiorizando cada vez mais os povos indígenas da região, criando uma geração de descendências que exaltam permanentemente os feitos de seus antepassados, como se houvesse glória na morte de populações inteiras de indígenas, e diminuindo categoricamente o espaço nas narrativas dos remanescentes de quilombos e de indígenas. Foram eles os principais dizimadores dos povos originários que deixaram para seus descendentes apenas a luta árdua para que o Estado brasileiro reconhecesse suas existências e a ocupação dos seus territórios, mesmo aqueles conquistados após a promulgação da Carta de 1988, que está em *xeque* com o advento do marco temporal[42].

Não havendo condições para inserir o indígena no contexto da escravidão, mesmo o mameluco (mestiço de branco e índio), já apartado de seu povo, aquelas grandes fazendas passaram a utilizar a mão-de-obra escrava, trazida para o serviço mais difícil e vigiado pelos capatazes e capitães-do-mato. Diferentes mocambos foram

[42] A tese jurídica conhecida como "marco temporal das terras indígenas," também chamada de tese de Copacabana, desenvolvida jurisprudencialmente durante o julgamento do caso Raposa Serra do Sol pelo Supremo Tribunal Federal, em 2009, que busca limitar a demarcação de terras indígenas a promulgação da Constituição Federal de 1988.

surgindo, formados por pessoas escravizadas que fugiam dos maus-tratos, da fome, do banzo e da violência sistemática que ocorria nos terreiros das fazendas. Os mocambos tornaram-se quilombos onde o escravizado indígenas e descendentes de África, muitas vezes se misturaram para fortalecer esses espaços, formados primeiro com fugitivos, depois com o advento da libertação, por libertos que neles encontravam uma forma comunitária de sobrevivência, resistência e recomeço.

Na contemporaneidade, assim como os povos indígenas, as populações remanescentes de quilombos também são apreensivas com a ideia de um marco temporal para reconhecimento de seus territórios, isso porque em uma ação judicial da Justiça Federal do Mato Grosso do Sul[43], utilizou-se como critério o marco limitador do direito à terra, o reconhecimento das comunidades que estavam em posse do território antes de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Nesta tese jurídica, os critérios de territorialidade propostos pelas comunidades quilombolas remanescentes não estão sujeitos ao arbítrio exclusivo dos próprios interessados, o que implica reconhecer apenas os territórios ocupados antes de 1988.

Evidente dizer que, em 13 de março de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou acórdão referente ao julgamento dos embargos de declaração sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 3239, que abordou o Decreto n.º 4.887/2003, que estabeleceu procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, retirando de cena a ideia do marco temporal. No caso em tela, a ministra Rosa Weber, relatora da ação, recusou os embargos de declaração, pois, entendeu que a possibilidade de interposição desse recurso pelos *amicus curiae* não se aplica às Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), e sua compreensão e decisão, nesse caso o recurso não foi analisado e com isso o STF não o acatou (BRASIL, 2018).

De maneira interdisciplinar, e tendo como base a ideia de memória e esquecimento de Paul Ricoeur (2007), que afirma ter a memória o papel crucial na preservação de eventos, mesmo os mais traumáticos, que podem ser lembrados e transmitidos ao longo do tempo, influenciando a identidade coletiva e individual, o trabalho está dividido em quatro partes: num primeiro cenário, é formulado a história de vida do Capitão Valério Coelho Rodrigues, desde sua chegada ao Brasil e fixação

[43] Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 3239/DF.

de moradia da Capitania do Piauí; em um segundo cenário, fala-se da formação do Sertão de Dentro a partir das Travessias (Velha e Nova) e como essa interiorização dos tropeiros serviu para a formação de pequenos vilarejos que se tornariam as principais cidades desse entorno; o terceiro cenário é a fazenda Caboclo e os descendentes de Valério Coelho Rodrigues, como influências necessárias no seio político e econômico daquele momento histórico; o último cenário diz respeito aos escravizados que foram introduzidos nessa região para o trabalho na pecuária leiteira. A pesquisa empreende a construção de um percurso histórico, tratando-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em métodos históricos que incluem investigação documental e revisão bibliográfica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A EXPLORAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO

Durante as últimas duas décadas do século XVII, assistiu-se a um notável aumento na exploração do interior do Brasil, incluindo o território do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco, onde missionários jesuítas e exploradores, provenientes do “sul do Brasil”[44], dos domínios espanhóis e de outras partes da Europa, como França e Holanda, se embrenharam naquela região e desempenharam papéis cruciais no processo de conquista e inserção da pecuária bovina. De São Paulo, vieram bandeirantes que com anuência da Casa da Torre e a força da pólvora, alcançaram seus objetivos, exterminando povos silvícolas e “plantando currais” ao longo do caminho.

Nesses espaços, para além dos currais com produção de gado vacum e cavalar (VERGER, 1987), a presença de escravizados foi constante. A escravidão no território brasileiro perdurou por um extenso período, e desempenhou papel fundamental no crescimento e na modelagem socioeconômica e cultural da identidade nacional, pelos costumes, culturas e formas de existências que os povos oriundos de África inseriram no cotidiano do Brasil.

[44] O professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior afirma que até meados do século XX o Brasil era dividido na historiografia em duas regiões somente: o sul desenvolvido, e o norte das secas, do êxodo rural e da fome. **Ver**: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1996.

Nesse *Ínterim*, o Sudeste do Piauí e o Sertão de Pernambuco[45] receberam uma quantidade significativa de famílias oriundas dos bandeirantes paulistas, que passaram a residir nesses territórios, primeiramente para capturar indígenas para posterior venda como escravos bem como, em busca de metais preciosos no interior do Brasil, explorando também outros recursos naturais lucrativos, como as plantas e substâncias encontradas no sertão (ABREU, 1982). Segundo afirma Abreu (1982) foram Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão (Mafrense) os bandeirantes que empreenderam a "conquista do sudeste do Piauí e Maranhão", para depois abrir caminho para outros bandeirantes que viriam a Capitania do Piauí com outros objetivos, como a ocupação e a criação de gado para corte e produção de leite.

Santos (2009) afirma que o processo pelo qual os grupos sertanistas de São Paulo abandonaram a tradicional mobilidade atribuída aos paulistas para se estabelecerem como criadores de gado no remoto sertão do rio São Francisco está associado à instabilidade no entorno das áreas de cultivo da cana-de-açúcar e posteriormente do café, e na circulação dos paulistas pelo interior da América portuguesa com o objetivo de conseguir alcançar minas de metais precisos. Demonstra ainda Santos (2009) que alguns desses paulistas almejavam algo a mais: queriam estabelecer raízes no processo de conquista e expansão do território para criação de gado, dificultado pelo acesso à terra enfrentado no entorno de São Paulo.

Por sua vez, Abreu (1982) observa que a veracidade das recomendações dos bandeirantes no Brasil convenceu a Coroa Portuguesa ao afirmarem que para lidar com os "bárbaros hostis" ou com as ameaças dos "mocambos" insurgentes, era essencial o auxílio dos homens de São Paulo. Vários governadores gerais, especialmente após a restauração do Nordeste, como ficou conhecida o processo de expulsão dos holandeses de Recife e Olinda, em 1645[46], tomaram conhecimento disso e conseguiram persuadir o rei de Portugal. Antes disso, os problemas persistiam; eram os mesmos desafios, as mesmas necessidades de expandir a colonização para o interior e estabelecer fazendas de gado. Era imperativo primeiro expulsar os invasores holandeses e regularizar a situação da Colônia em todos os aspectos.

---

[45] Delimitamos o espaço territorial da "*passagem do joazeiro*" a Serra dos Dois Irmãos e Serra do Caboclo, que está na divisa de Pernambuco (Afrânio) com o Piauí (Queimada Nova e Paulistana).

[46] O processo de expulsão permanente dos holandeses teve início em junho de 1645, em Pernambuco, mediante o desencadeamento de uma revolta popular liderada por André Vidal de Negreiros, originário da Paraíba, em conjunto com o senhor de engenho João Fernandes Vieira, o índio Felipe Camarão e o negro Henrique Dias. Ver: **SILVA, Leonardo Dantas. Holandeses em Pernambuco: 1630-1654. 1ª ed.: Editora RB, Natal-RN, 2011.**

Foi esse um período de contrastes, de negação da identidade humana e de expropriação dos bens produzidos no Brasil por Portugal. Aquela metrópole tentou escravizar os indígenas, não obtendo êxito por conta das ações da Companhia de Jesus que não aceitava a escravização dos indígenas pelo fato da "pureza" de suas almas, que necessitavam ser catequizadas. Nisso, passou-se a escravizar pessoas no continente Africano e levá-las para suas Colônias, principalmente o Brasil, para servirem a senhores em troca de pouca alimentação, subjugamento e castigos cruéis.

A identidade do Brasil começa a ser moldada a partir desse encontro de povos, dirá Sérgio Buarque de Holanda na obra *Raízes do Brasil* (2020).

Embora não se concentre especificamente no tema da expansão colonial paulista, a compreensão da obra "*Raízes do Brasil"* é essencial para compreendermos essa construção identitária. Holanda (2020) aponta na obra, caracterizada por uma abordagem ensaística marcante, seu pensamento inaugural, procurando traçar um panorama abrangente das características que moldaram a sociedade brasileira. Nela, se estabelece uma discussão pessoal entre os elementos antigos e modernos, mais especificamente entre o atraso e o progresso, abordando o dilema entre a tradição ibérica e a modernização ocidental.

Dias (1985, p. 11) afirma que a obra é uma "reconstituição das tensões entre tradições e mudança histórica" como um "ponto central inspirador presente em seus trabalhos". A obra é considerada uma das mais importantes reflexões sobre a identidade nacional brasileira. Isso porque ele aborda o contraponto do encontro de povos brancos, indígenas e africanos, no território português nas Américas, de forma "cordial". Holanda (2020) argumenta que a sociedade brasileira é marcada por relações pessoais e emocionais intensas, em contraste com a formalidade e a frieza de algumas sociedades mais individualistas na Europa.

Esse traço de cordialidade é apontado como uma característica que tem suas raízes na colonização portuguesa e na influência das culturas ibéricas. Na obra mencionada, estabelece-se uma contenda singular entre o que ele percebe como atrasado e o surgimento de uma sociedade moderna, urbana, tanto no corpo quanto no espírito, entendida como uma fase natural da evolução civilizatória, o que é um contraponto para todo o processo de escravização que ocorreu em todo o território brasileiro durante mais de 300 anos.

Em outra obra de tamanha relevância para essa discussão "*Monções*", republicada em 2014 pela Companhia das Letras, o pensamento de Sérgio Buarque

de Holanda vai demonstrar as características e razões do atraso no desenvolvimento brasileiro por meio de uma análise ensaística da sociedade, propondo para tanto a existência de uma revolução em curso em direção à modernidade, vinculando seu pensamento aos discursos modernistas da década de 1920, que o influenciaram significativamente, com os esforços de reconstrução da identidade nacional dos anos 1930, vinculados a uma perspectiva política progressista que via a industrialização e a urbanização como trilhas para o progresso do país.

O fato é que o Brasil conseguiu sua independência em 1822, deixando de lado a subjugação a Portugal, e com contraste sociais latentes dentro do território agora independente. De uma população de 4,7 milhões de habitantes, com uma parcela considerável de negros escravizados ou libertos, onde segundo Gomes (2022, p. 26) os “escravizados perfaziam mais de um terço do total da população [...] outro terço era composto por negros forros e mestiços de origem africana, uma população pobre, carente de tudo, dominada pela minoria branca e que sequer seria contada entre os cidadãos”.

Ainda segundo Gomes (2022, p. 26):

> A escravidão era, na definição de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, um cancro que contaminava e roía as entranhas da sociedade brasileira. Disseminado por todo o território brasileiro, o escravismo perpassava todas as atividades e todas as classes sociais. Ricos e pobres, fazendeiros, comerciantes e profissionais urbanos, instituições públicas e empresas privadas, ordens religiosas, bispos e padres, brancos, negros e mestiços — todos, indistintamente, eram donos de escravos ou almejavam sê-lo. Comprar e vender gente era o maior negócio do Brasil. A Independência, o nascimento e a construção do Estado nacional brasileiro, a organização de suas leis e instituições, tudo foi feito sob o espectro sombrio da escravidão.

É fato que a capacidade de um povo interpretar sua própria situação é um elemento simbólico essencial para sua participação na narrativa histórica, o que acontece com o povo brasileiro. Mesmo quando as normas sociais são estabelecidas pelos estratos dominantes, não se pode subestimar a influência dos estratos subalternos na maneira como assimilam as ideias geradas. Cada ato de recepção implica primordialmente, em uma reinterpretação, potencialmente transformadora ou mesmo contraposta. No contexto brasileiro ou latino-americano, apenas a partir do século XIX é que as marcas da opressão começaram a ser abordadas de forma tematizada.

Em “*O povo brasileiro*”, obra publicada em 1995, o antropólogo Darcy Ribeiro sustenta a ideia de que um novo povo surgiu como resultado dos processos de “desindianização”, “desafricanização” e “deseuropeização”, isso fora do Velho Continente, ou seja, um povo nascido do “nada” que teve que desbravar esse lugar, que se reinventa em sua desafiadora condição colonial, recuperando a autonomia em seu desenvolvimento, escapando da mera modernização reflexa que apenas acentuava o atraso como uma sentença perpétua. Esse olhar de Ribeiro (1995) expressa um pensamento determinista questionando as concepções essencialistas de uma história contada a favor do povo brasileiro. Para Ribeiro (1995, p. 118) “é surpreendente que tanto os índios quanto os negros, submetidos a esse processo desumanizador, consigam manter sua humanidade”. Ele faz referência às adversidades e imposições infligidas pelos colonizadores aos povos indígenas e aos africanos trazidos para o Brasil.

Com o término oficial da escravidão em 1888, uma falsa noção de convivência harmoniosa entre as diversas etnias se estabeleceu no Brasil. Todavia, práticas de preconceito e discriminação persistem de maneira frequente, de forma estrutural na sociedade tida como moderna, e de forma institucional, quando se fala do tratamento dispensado muitas vezes pelos agentes e instituições públicas, ou mesmo da inserção de políticas públicas de saúde, educação e geração de renda para aqueles que estão à margem da sociedade, onde o racismo estrutural domina muitas vezes.

As comunidades de remanescentes da diáspora africana são protagonistas na luta pela evidência de sua identidade cultural e de sua ancestralidade, conforme Stuart Hall (2016) e Gomes (2015).

Para Hall (2016), a cultura está relacionada a "significados compartilhados", onde produzimos e trocamos significados, no qual pessoas pertencem à mesma cultura e interpretam o mundo de maneira diferente, contudo, a partir de um olhar similar formado por pensamentos e sentimentos compreensíveis entre si. Ou seja, a cultura depende “[...] que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e “deem sentido” às coisas de forma semelhante” (HALL, 2016, p. 20).

Na multiplicidade de culturas dos povos remanescentes de quilombos, a identidade está imbricada nas tessituras do fazer coletivo. Foi assim com as mulheres crioulas, que escondiam sementes nos cabelos para plantarem nos mocambos; foi assim com as danças de roda, nos reisados, nos folguedos, na capoeira dançada nas

senzalas, e é assim quando se luta nos dias de hoje, pela efetivação de direitos, seja por educação ou pela implementação de políticas públicas nessas comunidades.

Ao explorar as concepções históricas do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco, explorando o contexto dos bandeirantes paulistas, com ênfase ao capitão Valério Coelho Rodrigues, busca-se compreender a formação desses territórios e seus desdobramentos ao longo do tempo. Segundo Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2007), a ciência é um sistema de conhecimentos inter-relacionados que se concentra no estudo e análise do comportamento dos fenômenos observados. O papel desenvolvido pelos bandeirantes e o desenrolar de suas ações, torna-se um fenômeno social necessário para compreensão de toda uma cadeia de acontecimentos, afinal existem inúmeras maneiras de adquirir conhecimento, sendo que elas surgem através da observação, das crenças religiosas, das experiências, dos relacionamentos, da leitura, entre outros, como ensinam (LAKATOS e MARCONI, 2007).

2.2 A CONQUISTA DO SUDESTE DO PIAUÍ A PARTIR DA SERRA DOS DOIS IRMÃOS

O rio Piauí é um curso d'água sazonal, que perpassa pelos municípios de Caracol, São Raimundo Nonato e São João do Piauí, localizados na região sudeste daquele estado. Foi nesse espaço do território colonial brasileiro que Domingos Afonso Sertão (Mafrense) e seu irmão Julião Afonso Serra, enfrentaram os indígenas e conquistaram o “Sertão de Dentro”. O território conquistado está em uma depressão periférica do rio São Francisco, e foi nesse espaço que o bandeirante construiu a Fazenda Sobrado, sua moradia, já nas áreas do território de Pernambuco, entre os municípios de Sobradinho e Sento Sé.

A colonização das terras do Piauí, que compreendiam uma parte do “Sertão de Dentro”, segundo (Abreu, 1982), iniciou-se na segunda metade do século XVII, começando pela costa leste e sul do território, ao longo das margens dos rios Piauí, Canindé e Gurguéia. Em 1676, por conta do conflito com as tribos da *Gurgueia*, últimos empecilhos para dominar toda a capitania, as primeiras concessões de terras ocorreram por força da Coroa Portuguesa, seguindo a Lei das Sesmarias. Foram entregues pelo governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida, como forma de doação a Francisco Dias d’Ávila (descendente da

Casa da Torre de Garcia D'Ávila); Bernardo Pereira Gago; Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, cada um recebeu 10 (dez) léguas de terra, conforme afirma Nunes (1975, p. 72).

Conquistado o sudeste do Piauí e o sertão de Pernambuco, Domingos Afonso Sertão retorna para Salvador onde veio a falecer em 1711, sem deixar herdeiros. Revelou-se que, em seu testamento havia estabelecido a doação de todas as fazendas e rebanhos que possuía para a Companhia de Jesus, com a condição de serem administrados pelos padres jesuítas do Colégio da Bahia. Nunes (1975, p. 144) um total de trinta fazendas de gado sob a gestão de vaqueiros de sua confiança do bandeirante e agora herdadas pelos Jesuítas da Bahia.

Vaqueiros, segundo Queiroz (2010, p. 71), eram tipicamente mamelucos, originários de ascendência indígena e europeia, já desgarrados de seus povos e alinhados ao pensamento europeu dominante.

Ribeiro (1995, p. 96), por sua vez, comentando sobre a presença de outro bandeirante, Domingos Jorge Velho, também conquistador do Piauí, afirma que havia um projeto também sustentado no âmbito ideológico, revelando-se ainda mais selvagem, demonstrando uma eficácia consideravelmente maior na esfera prática.

> Em carta a el-Rei, datada de 1694, em que o grande capitão dos mamelucos paulistas declara, soberbo, de seus combatentes, que "não é gente matriculada nos livros de Vossa Majestade, não recebem soldo, nem ajuda de pano, ou munição. São umas agregações que fazemos, alguns de nós, entrando cada um com seus servos de armas que têm". Acrescenta que não vão ao mato cativar índios, como alguns "pretendem fazer crer a Vossa Majestade", para civilizar selvagens. Vão, com suas próprias palavras, "adquirir o tapuia gentio-brabo e comedor de carne humana, para o reduzir para o conhecimento da urbana humanidade e humana sociedade". Alega, ainda, que "em vão trabalha quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens" (Ribeiro, 1995, p. 52).

A forma como Domingos Jorge Velho escreve ao rei de Portugal e descreve os nativos mamelucos, pontuando seus conhecimentos sobre o território e como eles, de forma brutal, iam "cativar índios", é destacado com orgulho de líder sobre liderados. E deixa claro ao rei que eles não eram registrados nos livros de Sua Majestade; portanto não oneravam os cofres da Coroa, até mesmo no uso individual do armamento. Outro fato que chama atenção é a ênfase que seus comandados não se aventuravam na floresta para cativar indígenas; pelo contrário, conforme suas palavras, dirigiam-se ao interior com o propósito de

conquistar aqueles povos, e dirigindo-se aos *Tapuias*, diz que são indômitos (ainda não domesticados) e devoradores de carne humana, e que esse procedimento tinha a finalidade de conduzi-lo ao entendimento da civilidade urbana e da sociedade humana (Nunes, 1975).

Santos (2010, p. 73) relata que em 1712, após o falecimento de Domingos Afonso Sertão, os padres jesuítas do colégio da Bahia assumiram a responsabilidade pela gestão das numerosas fazendas que ele possuía no Piauí, e que foi nesse contexto que ocorreu uma insurgência indígena na região, que desencadeou violentos conflitos entre as forças luso-brasileiras e os *Tapuias*.

Esses eventos demonstram a complexidade e a diversidade dos conflitos ocorridos na época, além do olhar para o território pela Casa da Torre, cujas conquistas precisavam ser mantidas e havia a necessidade do controle territorial. Os indígenas, buscando reconquistar seus territórios, destruíam tudo que encontravam pela frente, nas fazendas deixadas por Domingos Afonso Sertão.

Santos (2010) observa que:

> A desorganização do sistema produtivo se dava por meio da invasão e destruição de fazendas, morte e roubo de rebanhos e assassinatos de vaqueiros. Um extenso relatório, escrito em ano indeterminado, entre 1730 e 1759, por um jesuíta que esteve no Piauí em 1717, com o objetivo de continuar o inventário e posse dos bens legados por Domingos Afonso Sertão para a Companhia de Jesus, dá conta da ação indígena contra as bases pecuárias da região. A fazenda Salinas fora assaltada várias vezes entre 1712 e 1720 (Santos, 2010, p. 75)

A Companhia de Jesus assumiu o controle de várias fazendas deixadas em testamento por Domingos Afonso Sertão. Todavia, como menciona Nunes (1975, p. 144), a expulsão dos Jesuítas do Brasil, que ocorreu em meados do século XVIII, especificamente em 1759 por ordem do Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal, Dom José I, e que foi uma medida que fez parte de uma série de ações conhecidas como "Reforma Pombalina", que visavam fortalecer o controle do Estado sobre as colônias portuguesas e modernização da administração colonial, desencadeou uma disputa pelo espólio das fazendas agora devolvidas a Coroa, envolvendo pessoas ligadas à Casa da Torre dos Garcia D'Ávila.

É importante mencionar que o volume de terras administradas pela Casa da Torre também preocupava o rei de Portugal. Para Gonçalves (1997, p. 57), "o poderio da Casa da Torre começou a diminuir em 1699 quando uma ordem régia cancelou as doações de sesmaria que não tivessem sido trabalhadas diretamente

pelo dono ou por seus feitores", isso porque os Garcia d'Ávilas não trabalhavam na terra, antes, arrendavam as mesmas a outros bandeirantes e seus familiares, naquela segunda geração que de fato veio ocupar as terras atraídos para a região com a finalidade de realizarem o sonho de se tornarem senhores (Gonçalves, 1997), como foi o caso do capitão Valério Coelho Rodrigues.

A Casa da Torre mantinha um território composto por diversas sesmarias, cujos sesmeiros mantinham fidelidade aos seus fidalgos, que ia da Capitania de Pernambuco e Bahia até a Capitania do Piauí e Maranhão. As terras do Sertão pernambucano foram conquistadas como prêmio pela expulsão dos holandeses da margem esquerda do rio São Francisco, cujo gado criado por eles, alimentou as tropas da Coroa Portuguesa (Macedo, 2009).

Para Macedo (2009, p. 10), as guerras de conquista realizadas no médio São Francisco e no Piauí demonstram uma conexão mais evidente com a necessidade de expansão das áreas de criação de gado, que alimentava os engenhos e toda a área litorânea.

Na ótica de Mott (1985, p.131) durante o século XVIII, o antagonismo entre colonizadores e indígenas atingiu um ponto crítico, ameaçando até mesmo a continuidade da colonização na região. Essa postura foi seguida de diligências promovidas por representantes da Coroa, onde novas formas de colonização foram implementadas, voltadas para a pacificação e envolvendo a criação de gado, visto que muitos conflitos passaram a existir entre os arrendatários e os procuradores que representavam a Casa da Torre.

Gonçalves (1997, p. 61) observa que a continuidade dos conflitos entre arrendatários levou o rei de Portugal a emitir outra carta régia em 1753, "reafirmando o cancelamento das sesmarias concedidas cujas terras não tivessem sido ocupadas, mantendo o seu limite máximo de uma légua de largura por três léguas de comprimento para cada uma delas".

Os conflitos perduravam e os representantes da Coroa pouco interviram neles, pela necessidade de controle e segurança do território. Brandão (1999, p. 40) dirá que "Portugal estava interessado no controle e na segurança do território, na expansão dos currais e ampliação dos rendimentos, além da necessidade de sobrevivência do seu poderio". Por isso, não havia muitas intervenções posto que essa sensação de segurança era transmitida pelos fidalgos da Casa da Torre.

2.3 CAPITÃO VALÉRIO COELHO RODRIGUES

O português Valério Coelho Rodrigues, que gerou uma enorme descendência, tornou-se objeto de estudo do Grupo de Pesquisa Genealogia Valério Coelho Rodrigues[47], que tem contribuído para a manutenção e divulgação da história desse português atraído ao Brasil pela oferta de terras para criação de gado, em uma campanha promovida pelo monarca D. José I, de Portugal, que queria urbanizar aquele espaço já conquistado do Sudeste do Piauí e Sertão de Pernambuco, como afirma Mott (1976).

> Desde os seus primórdios foram as fazendas de gado que definiram a forma de ocupação do solo e a distribuição dos colonizadores ao longo do sertão piauiense: já em 1697, apenas um ano após a criação de sua primeira freguesia, contavam-se em 129 o número de fazendas de gados, situadas nas margens de 33 rios, ribeiras, lagoas e olhos d'água limítrofes com as terras dos gentios (Mott, 1976, p. 344)

Havia uma necessidade por parte da Coroa Portuguesa em "urbanizar" aquele espaço já conquistado, e foi essa causa que levou D. José I a enviar, segundo Mott (1976), uma carta ao governador da capitania do Piauí determinando distribuir terras para lavoura e comércio aos indígenas sobreviventes e já "amansados".

> [...] tendo consideração das grandes utilidades que hão de resultar ao serviço de Deus, e meu, e ao bem comum de meus vassalos, de se reduzirem os sertões desta capitania a povoações bem estabelecidas, para que ao mesmo tempo em que nelas se introduzir a polícia, floresça a agricultura e o comércio (Mott, 1976, p. 344).

É interessante observamos que o "Sertão de Dentro", conquistado a partir da força bruta de bandeirantes e mamelucos que desbravaram os territórios, exterminaram ou forçaram a migração de um contingente enorme de silvícolas, construindo toda sociedade a partir do olhar rural, como afirma Holanda (2020)

> Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos… Os portugueses instauraram no Brasil uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da Colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependências delas (Holanda, 2020, p. 41).

[47] Além do Grupo de Pesquisa Genealogia Valério Coelho Rodrigues, é mencionada na Medalha do Mérito Valério Coelho Rodrigues, entregue anualmente pelo governo do Estado do Piauí, bem como nome de ruas e praças. Ver: https://www.coelhorodrigues.ong.br/default.asp

Contudo, era necessário povoar aqueles espaços para não ser passivo de outras conquistas por parte de estrangeiros. É nesse contexto que Valério Coelho Rodrigues, deixou Paço de Souza, no norte de Portugal, para vir ao Brasil e aqui tornar-se um grande fazendeiro e formar uma geração de descendentes espalhados por todas as regiões do Brasil, e mais fortalecida ainda no território do Sudeste do Piauí e Sertão de Pernambuco (Costa, 2020).

A Valério Coelho Rodrigues foi dado o título de Capitão, título distribuído pela Coroa Portuguesa para que o agraciado pudesse exercer autoridade sobre uma determinada área da capitania, que era uma divisão administrativa do território colonial. Cada capitania era uma espécie semifeudal, concedido a um nobre ou a um colono rico, denominado capitão-donatário, que tinha a missão de subdividi-lo em muitas sesmarias, doando-as para sesmeiros através de “carta foral”, e que entre as obrigações, cabia a produção, a proteção da terra, dentro de suas condições, e, portanto, tornavam-se capitão para exercer a função.

Pereira (2011), assim afirma:

> O tamanho de uma sesmaria era determinado em acordo com as condições do requerente, uma vez que, de acordo com o que estava descrito nas ordenações do reino e que servia de base para a distribuição das terras aqui, havia a obrigação por parte do sesmeiro de organizar a produção na sua parcela de terra dentro de um determinado prazo, sob o risco de perdê-la caso não cumprisse tal obrigação. (Pereira, 2011, p. 11)

Quanto mais condições econômicas tinha o sesmeiro, mais terras poderia adquirir. Valério Coelho Rodrigues adquiriu, segundo Teles (1984), terras que da fazenda Cruz de Valério (onde hoje está localizado o município de Petrolina/PE) até Jaicós/PI.

> Valério Coelho Rodrigues, comprou aos fidalgos da Casa da Torre grande extensão de terras que começava da fazenda da Cruz do Valério até parte do município de Jaicós. A fazenda Cruz do Valério era tão grande, que foi dividida em vinte fazendas, que são as seguintes: Amargosa, Jatobazinho, Santa Clara, Água Branca, Poço de Pedra, Cacimba, Desterro, Atalho, São Bento, Mudubim, Mary, Angical, Santo Antônio, Alegre, Volta, Garcinha, Garça, Rajada, Bom Jardim e fazenda Pau Ferro (Teles, 1984, p. 14)

O capitão Valério Coelho Rodrigues nasceu em 3 de setembro de 1713, na localidade de Assento, pertencente à Freguesia de São Salvador do Paço de Sousa, no norte de Portugal, no vale do rio Sousa, distante 30 quilômetros da cidade do Porto (Costa, 2020). Ele chegou ao Brasil no início da década de 1730,

na segunda leva de bandeirantes que vieram fixar moradia após a conquista e ocupação pelos primeiros bandeirantes paulistas, do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco. Essa data de fixação de sua moradia, como afirma Bandeira (1991), tem relação com o registro encontrado no Arquivo da Arquidiocese de Teresina, onde no livro de Batismos da Freguesia de Oeiras, abrangendo o período de 1704 a 1735, há um registro de batismo onde Valério Coelho Rodrigues constava como padrinho da criança, datado de 29 de março de 1735.

Pela sua aproximação com a Casa da Torre, adquiriu através dos fidalgos da família Garcia D'Ávila, as terras da fazenda Cruz de Valério, que ao ser dividida, constituiu 20 grandes fazendas, que se tornaram os municípios do Sertão de Pernambuco e do Sudeste do Piauí, no século XX (Teles, 1984).

Valério Coelho Rodrigues se casou com Domiciana Vieira de Carvalho, neta do bandeirante José Vieira de Carvalho e Maria Freire da Silva, que migraram de São Paulo em 1719, na última expedição registrada de bandeirantes paulistas que penetrou o Sudeste do Piauí, com a finalidade de colonização das terras da Coroa Portuguesa, já consolidadas com a dizimação dos povos indígenas daquela região. (Carvalho, 1987, p. 761).

Eles fixaram moradia nas regiões entre os vales dos rios Canindé, Piauí e *Gurgueia*. Domiciana era filha de Hilário Vieira de Carvalho e Maria do Rego Monteiro, que estabeleceram moradia na fazenda Poções, primeiramente, e, posteriormente na fazenda a Volta, ambas localizadas na bacia do rio Canindé, a época integrando o termo da vila da Mocha, hoje cidade de Oeiras/PI.

É importante ressaltar que as primeiras expedições dos bandeirantes paulistas, devido à natureza exploratória, não resultaram no estabelecimento de residência permanente no território piauiense, como já mencionado, cuja morte de Domingos Afonso Sertão resultou na entrega de suas fazendas à Companhia de Jesus e, posteriormente, com a expulsão dos Jesuítas, devolvidas à Coroa Portuguesa, resultando primeiramente em abandono e reconquistas, e posteriormente, sendo entregue aos novos bandeirantes com o propósito de fixar moradia e efetivar as entradas para o "Sertão de Dentro". Para tanto, um novo ciclo de bandeirantes assumiu o lugar dos exploradores (Queiroz, 2016).

Os bandeirantes, principalmente aqueles que vieram por determinação da Casa da Torre, fazendeiros originários da Bahia, foram os primeiros portugueses a povoar a região do Sudeste do Piauí e o Sertão de Pernambuco. Esses

fazendeiros foram motivados pela abundância de terras disponíveis para concessão como sesmarias e pela disponibilidade de mão de obra para ser empregada, como foi o caso da família Vieira de Carvalho.

O casamento de Valério Coelho Rodrigues e Domiciana Vieira de Carvalho foi celebrado entre 1743 e 1745. Ele um homem de 32 anos e sua noiva na faixa etária de 15 a 17 anos, o que era um costume para a época, mulheres se casarem com pouca idade, como afirma Freyre (2006, p. 429) ao observar que “no Brasil o costume de as mulheres se casando cedo, aos doze, treze, quatorze anos. Com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar”.

Os recém-casados estabeleceram-se na fazenda Paulista (onde hoje é o município de Paulistana/PI), que fazia parte de sua sesmaria adquirida através dos fidalgos da Casa da Torre, que começava na fazenda Cruz do Valério (onde hoje está localizado Petrolina/PE) e tornou-se a “*passagem para o joazeiro*”, por sua proximidade com o rio São Francisco, e tinha uma extensa área até as terras do hoje município de Jaicós/PI.

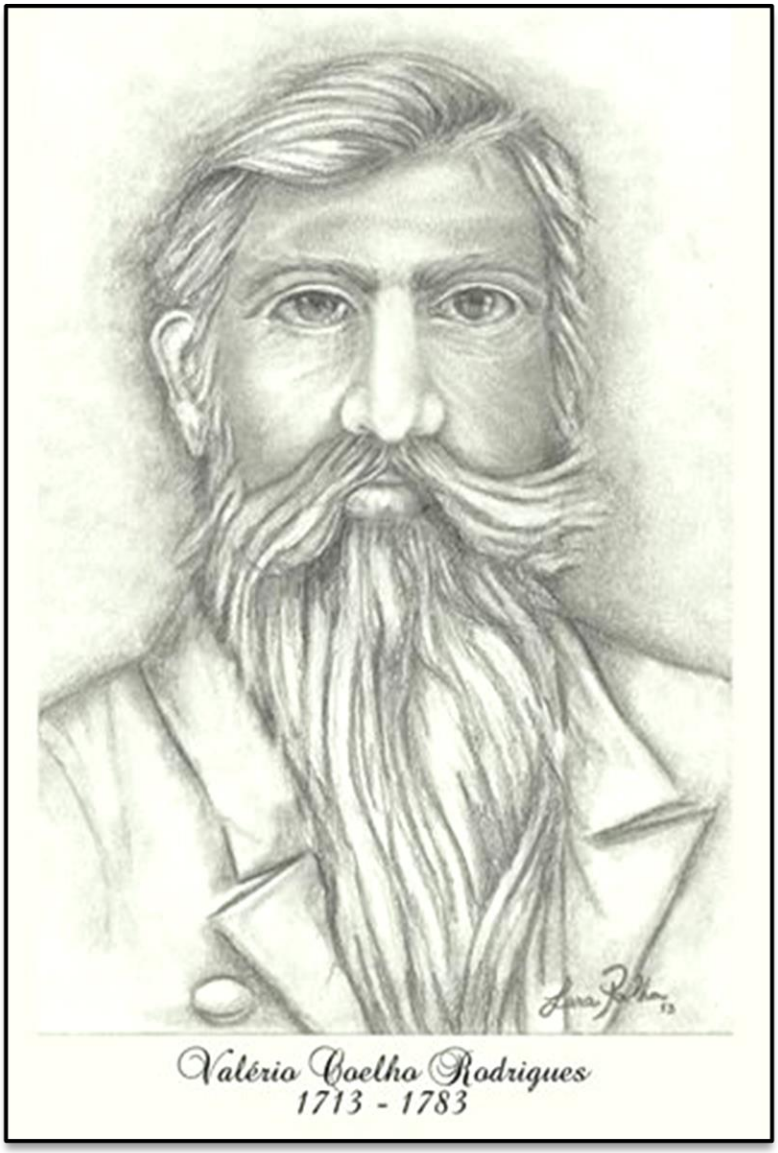
Para Bandeira (1991, p. 23):

> a fazenda que originou a antiga Vila de Paulista, passou a ser propriedade do bandeirante Valério Coelho Rodrigues, o qual, querendo homenagear o estado que serviu de berço a sua mulher com o nome de Paulista, já que Domiciana era natural de São Paulo, assim batizou aquele lugar.

Católicos por devoção, sendo essa uma das obrigações para poder adquirir o direito sobre sesmaria, segundo Macedo (2009, p. 68), a prole do casal Valério Coelho Rodrigues e Domiciana Vieira de Carvalho consistiu em 16 filhos (sendo 8 homens e 8 mulheres), e das futuras uniões nasceram 135 netos, cujas descendências formaram diversas famílias no Piauí, Pernambuco, no Maranhão e Bahia, muitas das quais têm vínculos políticos nesses estados.

Partindo de características comuns, os descendentes apresentaram o rosto de Valério Coelho Rodrigues (**Fig.1**), para estampar as discussões e produções acadêmica sobre o tema.

Figura 1: Valério Coelho Rodrigues



Fonte: Associação dos Descendentes de Valério Coelho, 2020.

Evidente que “tecer o novelo” sobre cada um dos filhos e seus descendentes é a missão do Grupo de Pesquisa Genealogia Valério Coelho Rodrigues, que em setembro de 2013, realizou o primeiro “Encontro Nacional dos Descendentes de Valério Coelho”, evento alusivo ao tricentenário de nascimento do bandeirante, onde o governador do Piauí à época, Wilson Dias, entregou a Medalha Ordem Estadual Valério Coelho Rodrigues, instituída pelo Decreto nº 15.311, de 19 de agosto de 2013. Em 2020, foi criada a ADVC (Associação dos Descendentes de Valério Coelho), com a finalidade de organizar todo o acervo de pesquisas, incluindo o domínio do site com a genealogia, e os encontros nacionais. O segundo encontro aconteceu em setembro de 2023.

Nisso, delimitou-se o espaço dessa pesquisa aos descendentes que fixaram moradia tanto na fazenda Inveja quanto na fazenda São João, ou seja, descendentes do terceiro filho do Capitão Valério Coelho Rodrigues, cujo nome de batismo levava o nome do pai acrescido do prenome “Filho”, que passou a morar na Fazenda Inveja (atualmente Afrânio/PE).

Segundo Bandeira (2015), Valério Coelho Rodrigues Filho casou-se com Antônia da Silva Vieira em 4 de maio de 1769, nascendo desse casamento sete filhos. Quando Ana Coelho Rodrigues, sua quinta filha, contraiu matrimônio com Manoel Fernandes, relata Macedo (2009, p. 71), ela mesma recebeu as terras da fazenda São João Velho como seu dote, passando a ser conhecida na região por "Ana do São João Velho". Desse casamento nasceram dez filhos.

A pesquisa também lastreia descendentes do quarto filho de Valério Rodrigues Coelho, José Rodrigues Coelho, que ao casar-se com Cristina Maria de Jesus, recebeu como dote a fazenda Carnaíba (onde hoje é o território do município de Acauã/PI), segundo aponta (Barbalho, 1982).

A Fazenda Caboclo foi um presente de José Rodrigues Coelho para seu filho Inácio Rodrigues de Santana, quando este se casou com sua prima segunda, Cristina Maria Rodrigues Fernandes. Cristina era filha de Ana Coelho Rodrigues, também conhecida como "Ana do São João Velho", que, por sua vez, era filha de Valério Coelho Rodrigues Filho, conforme apontado por Bacelar (2006).

> Um dos primeiros habitantes de Caboclo foi Inácio Rodrigues de Santana, filho de José Rodrigues Coelho e neto do Capitão Valério Coelho Rodrigues. Inácio casou-se com Cristina Maria Fernandes e seus descendentes habitaram em Caboclo e constituíram uma das famílias mais tradicionais da região. (Bacelar, 2006, p. 22).

A fazenda Caboclo tornou-se portal de entrada e saída do “Sertão de dentro” na chamada “Travessia Nova”, que atravessava a Serra Dois Irmãos para alcançar a Capitania do Piauí ou seguia rumo a Ouricuri, alcançando a Serra do Araripe.

2.4 TRAVESSIAS

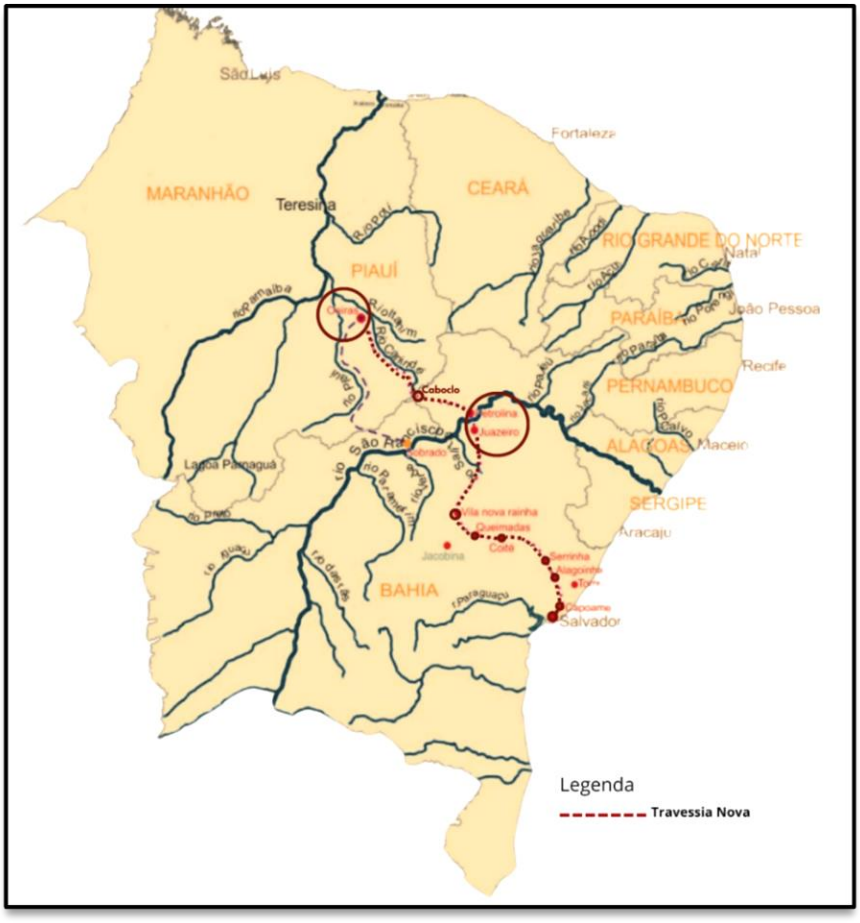
Sobre as travessias que ligavam o litoral à última capitania colonial, segundo Furtado (2019), durante o processo de conquista do “sertão de dentro” dois caminhos foram demarcados pelos bandeirantes. Eram rotas seguras, onde

iam sendo fixados currais, nascendo vilarejos, povoações e onde os vaqueiros passavam conduzindo boiadas para comercialização nas grandes feiras nas proximidades de Salvador.

> Os vaqueiros já haviam se habituado a percorrerem grandes distâncias, quando a água se fazia escassa nos tempos secos. Seguiam numa marcha lenta e buscavam para o pernoite sempre locais onde havia pasto e água para o rebanho, e quando isto não acontecia, prosseguiam até que surgisse um local propício. (Furtado, 2019, p. 29)

A rota conhecida como a "Travessia Velha", como referida por Spix e Martius (1976, p. 360), partia de Salvador em direção ao Piauí, seguindo o curso do rio Piauí. Antes de alcançar o rio São Francisco, na margem esquerda, ela passava por um local chamado Tabuleiro Alto, que era a última parada antes da Fazenda Sobrado, residência do bandeirante Domingos Afonso Sertão. A fazenda ficava aproximadamente dez léguas ao norte do atual município de Sento Sé, na Bahia, como podemos observar na (**Fig.2**).

Figura 2: Travessia Nova com destino a Oeiras (Mocha) – séc. XVII



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Furtado (2019)

A nova rota explorada pelos bandeirantes, citada como "travessia nova", iniciava no rio Canindé e culminava nas cachoeiras do rio São Francisco[48], segundo Nunes (2007, p.100). Furtado (2019) dirá que a “Travessia Nova” aproveitava a passagem do rio em Juazeiro (*passagem do joazeiro*), onde havia um posto de fiscalização e controle da Coroa, cuja finalidade era o monitoramento das mercadorias que transitavam pelos caminhos em direção ao “sertão de dentro”, e a cobrança dos impostos necessários, haja vista a transição entre capitanias, além de ajudar na vigilância. A **Fig.2** mostra o caminho aberto pelos bandeirantes, formando a Travessia Nova que se tornou conhecida como “Sertão de dentro” onde vilarejos nasceram a partir dos tropeiros e viajantes.

2.5 A FAZENDA CABOCLO

A Fazenda Caboclo se situa no extremo oeste de Pernambuco, entre duas serras: a Serra dos Dois Irmãos e a Serra do Caboclo. Sua localização geográfica era estratégica para servir como ponto de parada e descanso para os tropeiros que seguiam ou retornavam do Piauí e do Ceará, tangendo o gado que vinha da serra do Araripe, ou levando mantimentos e demais itens para o outro lado do Piauí. De acordo com Alencastre (2005), a origem do nome "Serra Dois Irmãos", porém é um tributo “aos bandeirantes Domingos Afonso Mafrense e seu irmão Julião Afonso Serra, os quais começaram a habitar as terras ao longo dos vales dos rios do Piauí” (Alencastre, 2005, p. 45).

Daquele descanso de dias, os tropeiros seguiam atravessando pela “*passagem do joazeiro*”, onde descansavam embaixo das frondosas árvores com o mesmo nome, para então seguirem até a Vila Nova da Rainha (hoje município de Senhor do Bonfim), outra parada importante para reabastecimento, descanso da tropa, alimentação do gado e troca de informações, haja vista que aquela paragem também servia para os garimpeiros que seguiam para as minas de Jacobina, portanto, a troca de informações era quase que natural. Da Vila Nova

[48] As cachoeiras do rio São Francisco aqui citadas são os “saltos de sobradinho”, localizado no trecho do rio nas proximidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE. Euclides da Cunha cita-os em “Os Sertões” quando fala das correntezas do rio e da entrada para além do arraial. Ver: **CUNHA, Euclides da, Os Sertões, São Paulo: Editora Martin Claret, 2002, p. 43.**

da Rainha seguiam com destino a Vila de Capoame[49] (Feira de Santana), localidade cuja proximidade com as grandes fazendas produtoras de açúcar, servia como entreposto para negociação do gado, sendo realizadas ainda outras três paradas estratégicas: em Queimadas, Coité e Alagoinhas (Macedo, 2009).

Cada parada demorava dias ou semanas, pois o gado precisava recompor a energia, e os tropeiros precisavam reabastecer seus alforjes com mantimentos, ou mesmo pagar os devidos impostos à Coroa. Lopes (2009, p. 38) afirma que "no caso do gado, além da cobrança do imposto, o registro contabilizava o número de cabeças e o estado sanitário dos animais", já que o litoral e o sertão não estavam interligados diretamente. Isso ocorria também devido às condições climáticas e à "falta de zonas econômicas mais lucrativas."

Furtado (2019) por sua vez aponta que:

> O novo caminho aumentou de fato o tráfego de pessoas que viajavam de uma capitania a outra ou de um estado a outro. Em certa ocasião, aconteceu de o desembargador Manuel Nunes Colares descer pelo caminho, indo em direção à Bahia. A viagem aconteceu em janeiro de 1697, passando o desembargador pela vila da Mocha para logo seguir em direção a Salvador, onde tomaria posse no Tribunal da Relação da Bahia. (Furtado, 2019, p. 33).

No século XVII, a colonização do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco viu uma mudança significativa de rumo devido à política colonial portuguesa, que priorizava a busca por rotas terrestres para garantir o controle da região, como já mencionado na discussão sobre a Travessia Nova, e com isso consolidar o domínio econômico daquela metrópole portuguesa sobre a Colônia. Nessa época, poucas alternativas se apresentavam para valorizar o território conquistado.

Brandão (1999, p. 154) dirá que "o modelo extrativista vegetal e mineral não se consolidou, bem como se inviabilizou o cultivo da cana para fabricação do açúcar, a escolha da pecuária como atividade principal foi resultado da observação aos aspectos regionais". No entanto, era preciso fortalecer os espaços conquistados povoando com currais e pessoas escravizadas. A perpetuação da escravidão no Brasil ao longo de quatro séculos demandou a garantia das condições essenciais para sua continuidade. O comércio de pessoa escravizada oriunda de África desempenhou

[49] Nome popular de uma árvore antes comum na Bahia, tipologia indígena: "Caá-poã-me: no mato em pé, no mato que se isola num campo". **Ver**: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, vol. 54, p. 228, ano 1928.

papel crucial nesse aspecto, dada a complexidade e diversidade do sistema escravista.

Mesmo em regiões distantes dos canaviais, como nas vastas fazendas do Sudeste do Piauí e Sertão de Pernambuco, onde o gado era criado solto, os currais requeriam cuidado que demandava amplamente desse tipo de mão de obra. Padre Miguel de Carvalho observou mais de uma centena de fazendas, cada uma com suas particularidades.

> Quando os currais atingiram o Piauí por volta de 1650, a pecuária tornou-se, pouco a pouco, a atividade preponderante. Em 1697, quando o padre Miguel de Carvalho faz a sua Descrição do sertão do Piauí já existia mais de uma centena de fazendas (Carvalho, 1993, p. 228).

Os grandes conglomerados de terras já eram habitados por pessoas escravizadas desde o início do processo de colonização e conquista, quando Domingos Afonso Sertão e fidalgos da Casa da Torre avançaram sobre o território do Piauí a partir do rio São Francisco e dominaram os indígenas. Contudo, uma questão tem a atenção indispensável: qual o papel desempenhado pelos escravizados nessa região?

Para Brandão (1999), os escravizados não mantinham contato direto com a criação bovina, mas com atividades secundárias nas fazendas de gado. Isso se deve à natureza rústica do Sertão, onde as atividades realizadas pelos negros não estavam diretamente relacionadas ao processo produtivo principal, que era a pecuária. Em vez disso, estavam envolvidos em tarefas secundárias, como a fabricação de telhas, tijolos e artesanatos, além de trabalhos domésticos. Também alugavam seus serviços para seus senhores, trabalhando na agricultura e na construção civil. Outra questão que se elenca é: quem cuidava dos currais?

Para Freyre (2006, p. 163), a explicação tem a ver com a forma de “domesticação”.

> índios e mamelucos formaram a muralha movediça, viva, que foi alargando em sentido ocidental as fronteiras coloniais do Brasil ao mesmo tempo que defenderam, na região açucareira, os estabelecimentos agrários dos ataques de piratas estrangeiros. Cada engenho de açúcar nos séculos XVI e XVII precisava de manter em pé de guerra suas centenas ou pelo menos dezenas de homens prontos a defender contra selvagens ou corsários a casa de vivenda e a riqueza acumulada nos armazéns: esses homens foram na sua quase totalidade índios ou caboclos de arco e flecha. (FREYRE, 2006, p. 163).

O pensamento de Gilberto Freyre em "*Casa Grande e Senzala*" ao afirmar que quem sustentava os currais, num primeiro momento, eram os indígenas mansos e os mamelucos, que ele menciona como sendo os mestiços nascidos de portugueses com índios, tem relação com o pensamento do professor Esmeraldo Lopes em sua obra "*Opara: Formação Histórica e Social do Submédio do São Francisco*", onde observa que "os conquistadores traziam atrás de si miseráveis homens famintos, estropiados, formando um exército de mestiços e índios domesticados que seguiam seus chefes como cachorros no rastro do dono, ganindo à espera de mais um combate" (Gonçalves, 1997, p. 22).

Por esse entendimento, aponta Gonçalves (1997) ser o vaqueiro um mestiço (mameluco) ou indígena manso, já apessoado aos bandeirantes, e o papel desempenhado por eles tinha a ver com a forma como os currais foram sendo formados, distribuídos ao longo do território conquistado.

> uma pequena aguada e nesse ambiente, colocando-se dez novilhas, um touro, um casal de equinos e um vaqueiro, estavam povoadas três léguas de terra. O vaqueiro, deixado a si mesmo na lida diária com os animais, tinha que cuidar do rebanho e providenciar os meios necessários à sua sobrevivência, levando uma vida de isolamento. (GONÇALVES, 2004, p. 14).

Quem era então esse vaqueiro? O termo "fazendeiro" era utilizado de forma específica para referir-se ao dono de terras e gado que empregava vaqueiros para realizar as atividades relacionadas ao pastoreio, deixando-o responsável por coordenar as operações da fazenda. Segundo Gonçalves (2004, p. 13):

> vaqueiro era aquele que cuidava dos animais na condição de subalterno e que era e ainda acontece de ser remunerado pelo sistema de "sorte", ao invés de receber salário recebe parte dos animais nascidos na proporção de um animal tirado de "sorte" pelo vaqueiro em cada quatro nascidos e vivos na data da partilha (Gonçalves, 2004, p. 13).

Ou seja, o vaqueiro não era um escravo, e suas condições de vida eram frequentemente difíceis. Eles viviam em áreas rurais remotas, sujeitas a condições climáticas extremas e enfrentavam os perigos naturais, como predadores e doenças. "Tinha que desembaraçar sozinho os problemas que viessem a surgir nos domínios de seu curral ou com os animais sob sua guarda" (Gonçalves, 1997, p. 31).

Além disso, muitos vaqueiros contratados enfrentavam a exploração e a falta de liberdade em seu trabalho. As vestimentas dos vaqueiros feitas em couro, os aboios na forma de monólogo, foram sendo formatados a partir da solidão da caatinga

com o trato dos animais, além de uma alimentação com poucas calorias, geralmente formada apenas por farinha de mandioca e um pouco de carne seca.

2.6 OS DESCENDENTES DE VALÉRIO COELHO RODRIGUES

Três fatos chamaram bastante atenção na construção ideológica desse trabalho: o primeiro, já mencionado, reverbera sobre o culto a Valério Coelho Rodrigues; o segundo fato é a existência de uma parede de pedra em uma fazenda no município de Dormentes/PE, onde o local é conhecido como “Casa da Pedra”; por fim, o terceiro fato é a conjuntura atual do povoado de Caboclo com seus casarios reformados e pintados, suas festas em devoção ao Senhor do Bonfim e aos tamarineiros que existem na localidade.

2.6.1 A Casa de Pedra: resquícios de uma história

A Casa de Pedra está localizada no Sítio Água Preta, na zona rural do município de Dormentes/PE, e é o que sobrou da antiga casa do Capitão Anselmo Rodrigues Fernandes, filho de Manoel Fernandes e Ana do São João Velho. A casa foi construída no século XVIII, e foi a partir dessa fazenda que o gado oriundo da feira de Ouricuri, ou da serra do Araripe, adentrava o Pernambuco. Sua esposa, Teresa Coelho de Macedo (conhecida como Teresa da Água Preta), era filha de José Rodrigues Coelho e Cristina Maria de Jesus, ou seja, era irmã de Inácio Rodrigues de Santana, que recebeu como dote a fazenda Caboclo, já mencionada. Essas duas fazendas e seus ocupantes, tiveram importância imensurável para o desenvolvimento da Travessia Nova, justamente por abrigar missionários e tropeiros em suas andanças pelo “Sertão de dentro”.

Figura 3: Ruinas da Casa de Pedra – Sítio Água Preta – Dormentes/PE



Fonte: Enos André de Farias, 2024.

Ao lado da Casa de Pedra encontra-se um antigo açude, construído para abastecer a região, e que sua cerca era formada por pedras quebradas e transplantadas naquele local por mãos escravas. No entanto, poucas informações são encontradas em registros de cartórios, batistérios e inventários sobre os escravizados desse território, até porque nem todas as evidências históricas eram preservadas naquele cotidiano. O fato é que o escravo era uma mercadoria, um bem de grande serventia para seu senhor, e para aquela sociedade era "status" social ter escravizados lhes servindo. Era também motivo de disputa judicial no contexto da herança e dos testamentos. Ao mencionar o papel do escravizado no Brasil Colônia Octavio Ianni (1998, p. 122) afirma que "em verdade, o escravo não tem personalidade, estado, sendo indivíduo privado de capacidade civil e somente podendo exprimir-se por intermédio do senhor, de que é propriedade inalienável".

Por mais conservadora que seja a história de Petrolina/PE, quando seus historiadores apontam para a Catedral como a essência do desenvolvimento local; ou quando observam que a presença de Dom Malam, seu primeiro bispo, possibilitou o crescimento local, ofusca as histórias do cotidiano. Há registros feitos pela professora Elisangela Oliveira Ferreira[50], da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), de uma ação judicial promovida pelo herdeiro de determinada família que deixou em testamento um espólio formado por nove pessoas escravizadas somente "Maria José, crioula de cerca de 34 anos de idade, com sua prole de oito filhos, seis mulheres e

[50] Na Tese de Doutoramento "**Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**", na UFBA em 2008.

dois homens" (Ferreira, 2008 p. 189). Esse embate jurídico que começou em Petrolina/PE só terminou em Xique Xique/BA com causa ganha pelo herdeiro, que voltou com os netos e bisnetos da escrava mãe. Ou seja, a existência de escravizados nessa região foi bastante atenuada, mesmo sendo Petrolina uma pequena cidade que servia como parada de tropeiros.

O gado criado no "Sertão de dentro" alimentava o litoral, porém é importante mencionar que até a Travessia Nova efetivamente tornar-se um "caminho", com o surgimento de pequenas vilas e povoações, muitos animais não resistiam ao calor, à falta de alimentos durante o percurso, e à sede nos muitos períodos de seca. O gado criado na Capitania do Ceará passava primeiro pela Água Preta para depois seguir adiante. Populares contam que da janela da Casa de Pedra fugiu uma moça para casar-se com um boiadeiro porque seus pais não aceitavam aquela relação, descendo através de lençóis pela janela do quarto do sótão, o mais alto da casa[51].

Mesmo distante no tempo daqueles primeiros bandeirantes, a criação de gado nessa região continuava sendo de maneira extensiva, com recursos limitados e uma dependência excessiva da natureza, por isso os produtores persistiam em aproveitar principalmente a venda de gado vivo nas feiras das províncias vizinhas.

Nesse contexto, é salutar dizer que na fazenda Água Preta, onde o açude de pedra foi construído, as mãos de escravizados carregaram as muitas pedras que formaram seu entorno. Aquela fazenda era importante para acolher os tropeiros que vinham do Ceará através da Chapada do Araripe. Os tropeiros que saíam do Ceará em direção ao Pernambuco, faziam parte de uma importante tradição histórica e econômica da região, desempenhando papel fundamental no transporte de mercadorias, alimentos e produtos agrícolas, de uma região para outra.

[51]Conforme reportagem do GR TV sobre a Casa de Pedra exibida em 15 de julho de 2019. Ver: https://globoplay.globo.com/v/7766215/.

Figura 4: Ruinas do antigo açude do Sítio Água Preta – Dormentes/PE



Fonte: Enos André de Farias, 2024.

No açude de pedra, os tropeiros encontravam água e alimentação em abundância para o rebanho, e abrigo durante a trajetória até a fazenda Caboclo. Pela importância histórica, em 2019, a Casa de Pedra foi declarada pelo município de Dormentes/PE como Patrimônio Histórico e Cultural, pela Lei Municipal nº 659/2019.

2.6.2 Influência política oriunda da fazenda Caboclo

No final do século XIX e início do século XX, a influência política dos descendentes de Valério Coelho Rodrigues pode ser entendida dentro do contexto amplo do desenvolvimento socioeconômico da região do Vale do São Francisco, que vivia da necessidade de subsistência na agricultura, e do que sobrou da pecuária bovina dos primórdios, como já mencionado. Por duas vezes a cidade de Petrolina foi governada por descendentes da fazenda Caboclo, que mantiveram influência política, social e religiosa.

O Major da Guarda Nacional Agostinho Albuquerque Cavalcanti, foi o segundo prefeito de Petrolina/PE governando de 1895 a 1898. Ele morava na fazenda Promissão (Caboclo), de onde governou em parte a cidade de Petrolina. Era amigo pessoal do bispo diocesano Dom Malam, sendo tabelião e promotor local. Do casamento de Cristina Maria Rodrigues Fernandes com seu primo Inácio Rodrigues de Santana, nasceu Miguelina Rodrigues de Santana que por sua vez casou-se com Antônio Luís de Albuquerque Cavalcanti Mello, tendo três filhos: Jubelino de Albuquerque Cavalcanti, José Francisco de Albuquerque Cavalcanti e José Luiz de Albuquerque Cavalcanti.

José Francisco de Albuquerque Cavalcanti, artesão de bengalas e juiz de paz, ganhou o apelido carinhoso de Pai Chico[52], pois tornou-se o primeiro professor daquela comunidade, e por essa ação e respeito de muitos que interagiam com a fazenda Caboclo, desde tropeiros a missionários. Torna-se capitão da Guarda Nacional e político, chegando a ocupar a cadeira de Prefeito de Petrolina, entre os anos de 1904 e 1907. Casado com Maria Cristina Rodrigues de Macedo (conhecida como Mulata), com quem teve sete filhos, sendo que dois deles destacaram-se na vida pública e na vida econômica. É fato que nesse período o Sertão de Pernambuco começava mudar. Primeiro com o fim do processo de escravização, em 1888, o que levou à bancarrota milhares de engenhos de açúcar na zona da mata, e outros tantos fazendeiros, no Sertão, criando enormes latifúndios esvaziados.

2.7 ESCRAVIZADOS NO SUDESTE DO PIAUÍ E SERTÃO DE PERNAMBUCO

Na formação do território em questão, compreender o processo de escravização é essencial para entendermos sua estrutura histórica e os fatores que levaram aqueles que fugiam das fazendas de gado, ou mesmo dos grandes canaviais. Nunes (2007), ao detalhar a descrição da extensão territorial do Piauí, aponta para as margens dos rios São Francisco, Parnaíba e Piauí como porta para as fugas, pois essa região compreende uma bacia hidrográfica que se ramifica em diversos afluentes, colocando a Capitania do Piauí como corredor de migração, pois, além dos escravizados, a região recebeu os flagelados das secas nos séculos seguintes.

[52] Cuja homenagem da localidade do Caboclo é o Museu Pai Chico, em sua memória. Ele que nasceu na fazenda Caboclo em 1840, tornando-se professor e Capitão da Guarda Nacional no Império, além de ser político influente, assumindo como o quinto Prefeito da cidade de Petrolina/PE, entre 1904 e 1907. É o patriarca de grandes gerações que nasceram após sua morte.

É fato que durante o período Colonial o Brasil recebeu milhares de pessoas escravizadas em África, que eram capturados na costa africana, seguindo a necessidade do escravocrata, ou seja, para trabalharem nas minas, com cana-de-açúcar, com criação de gato. Os africanos eram trazidos principalmente por suas habilidades em manusear as técnicas agrícolas necessárias para o cultivo, contribuindo assim para suprir a carência de mão de obra qualificada. O sistema escravista que permeou o Sudeste do Piauí e o Sertão de Pernambuco não se desviou das dinâmicas sociais entre livres e escravizados, características de outras regiões do Brasil. Nessa região, ele se manifestou, infiltrou-se e se solidificou como um elemento identitário, mas ao mesmo tempo permitiu a pessoa escravizada transcender aspectos do seu cotidiano. Para Brandão (1999), a chegada dos escravizados tem como lastro a implantação dos primeiros engenhos de açúcar, e como consequência, as demais culturas que serão cultivadas neste território.

> Implanta-se a escravidão no Brasil paralelamente ao surgimento da empresa açucareira. A agricultura tropical mercantilista se mostrava mais lucrativa quando efetivada em larga escala, pois exigia, não só extensas áreas férteis, mas também o esforço de muitos trabalhadores. (Brandão, 1999, p. 107).

No contexto do espaço dessa pesquisa, o embrião na atividade econômica, predominantemente rural e agrária, foi o estabelecimento das fazendas de gado e a chegadas das famílias dos bandeirantes de segunda geração, e o modelo utilizado e predominante baseava-se no trabalho escravo, voltado para sustentar a economia da pecuária. As pessoas escravizadas integraram-se à composição social do Piauí, com a servidão sendo uma herança que se perpetuava de geração em geração. Desde o nascimento, os filhos de pessoa escravizada pertenciam ao senhor de seus pais, um ciclo de reprodução da força de trabalho de forma hereditária, comum a todos os espaços rurais e urbanos do Brasil. Eles introduziram gostos, costumes, linguagem e uma infinidade de elementos culturais que ultrapassaram os limites de uma simples relação de produção e dominação.

Nessa região, segundo Mattoso (1982):

> o escravo vai abrir um lugar próprio, graças ao seu “jeito”, ao seu dom de fazer as coisas, à conquista de um equilíbrio, habilidade para sobreviver, aceitação respeitosa de si próprio e dos outros. Para o escravo, o jeito é a adaptação ou a inadaptação assumida, a astúcia que o faz viver, a esperteza nascida da experiência e forjada na adversidade, que vai marcar toda a vida brasileira, a dos homens escravos como a dos homens libertados e ainda a dos homens livres (Mattoso, 1982 p. 174).

Agora, esse “jeito”, esse “equilíbrio”, essa “adaptação” não refutou os maus tratos, os castigos e as fugas. Diversos mocambos e quilombos surgiram ao longo desse processo de escravização negra no Sudeste do Piauí e Sertão de Pernambuco. Luna (1968) vai contrapor Mattoso (1982), ao pontuar que os escravizados:

> em tempo algum, conformou-se com o regime de cativeiro. A fuga, também, não deixava de ser uma forma de protesto e isso foi frequente no comportamento do negro escravo, desde que as primeiras levas aqui chegaram. Fugiam em grupos ou individualmente, homens, mulheres, e crianças e internavam-se nos matos para formar quilombos (Luna, 1968, p. 65).

Não há um momento específico da introdução da mão de obra escrava no território conquistado pelos bandeirantes, Nepumuceno (2020, p. 825) observa que “reconstituir os traços históricos sobre esses sujeitos históricos não é tarefa fácil, em razão das muitas lacunas existentes, portanto, ainda demandando pesquisas”. Porém, Falci e Marcondes (2006), ao pesquisar o tema, dão uma pista importante, ao mencionar o ano de 1650, quando o Padre Miguel de Carvalho publicou a *Descrição do Sertão do Piauí*, em 1697*.*

> Quando os currais atingiram o Piauí por volta de 1650, a pecuária tornou-se, pouco a pouco, a atividade preponderante. Em 1697, quando o padre Miguel de Carvalho faz a sua Descrição do sertão do Piauí já existia mais de uma centena de fazendas. Pela Descrição, na região de Oeiras eram 68 as fazendas de criar onde moravam 84 brancos, 115 negros (escravos), 36 índios, 8 mestiços, num total de 243 habitantes. E era no arraial dos paulistas que se faziam colheitas de cereais (milho, feijão, mandioca) e frutas, em 36 fazendas, onde moravam 133 pessoas, sendo a maioria constituída de escravos negros, um total de 63. (Falci e Marcondes, 2006, p. 5).

De fato, em 1697, o padre Miguel de Carvalho assumiu a missão de registrar minuciosamente o interior do Piauí, mapeando as principais fazendas e a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, pela qual era responsável e que frequentemente visitava para cumprir seus deveres pastorais. A criação deste manuscrito, intitulado “Descrição do Sertão do Piauí”, foi motivada por um pedido do bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima. Como já mencionado, neste documento o padre Miguel Carvalho detalhou distâncias, direções dos caminhos, além de descrever a geografia dos rios e montanhas da área[53].

[53] **Ver**: Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao IHmº e Rmº Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, 2 de maio de 1697”.IN_ ENNES. Ernesto. As guerras dos Palmares (Subsídios

Pelo documento do padre Miguel Carvalho podemos interpretar que a inserção dos escravizados de África no território pesquisado ocorreu durante o processo de interiorização e conquista daquele território, e perdurou até a 1888 (Nunes, 2007). Os missionários da Companhia de Jesus, que a princípio buscavam catequisar nativos, agrupando-os em aldeamentos, também se tornaram senhores de escravos, o exemplo é dos padres que receberam, por testamento, a herança de Domingos Afonso Sertão: até serem expulsos por ordem do Marquês de Pombal, criaram gado e nutriram suas terras com o suor escravo (Nunes, 2007).

De acordo com Gomes (2005, p. 145), a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão introduziu cerca de 12 mil africanos escravizados entre os anos de 1755 e 1777, tanto nas fazendas da Capitania do Maranhão quanto nas fazendas da Capitania do Piauí, e por consequência, nas fazendas que limitam a Serra dos Dois Irmãos. Essa situação também elevou o aumento de fugas de pessoas escravizadas que deixaram de ser uma exceção para se tornar a norma.

Essas fugas resultaram na formação de quilombos durante todo o século XVIII, quando essas comunidades, formadas por escravizados eram resultado da resistência ao sistema de escravidão vigente na região, e também tinham a participação de indígenas. Os quilombos eram assentamentos autônomos, muitas vezes localizados em áreas de difícil acesso, como matas densas e serras, o que proporcionava alguma proteção contra as investidas das autoridades coloniais e dos proprietários de terras. Silva (2016, p. 16) afirma que “as matas, os igarapés e as regiões de serra seriam espaços preferidos para a formação de comunidades quilombolas.” Esses assentamentos de negros se tornariam comum no final do século XVIII”.

Gomes (2005, p. 137) afirma que as notícias e relatos do surgimento de comunidades negras e indígenas vivendo nas florestas, compartilhando experiências e engajadas em uma economia local baseada na troca e venda de produtos dos sertões, eram difundidas pela província e possivelmente alcançavam as autoridades coloniais.

No Sudeste do Piauí, algumas comunidades vão surgir como Riacho dos Negros e Saco/Curtume, em São João do Piauí[54], Núcleo Angical, em Fartura do

para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Doc. 64. pp. 368-389.

[54] Nego Bispo foi um líder comunitário, ativista e figura importante em sua comunidade quilombola do Riacho dos Negros e Saco. Ele atuou na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI) e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Escreveu artigos e livros sobre a história de resistência do povo negro e elaborou o conceito de contracolonialismo.

Piauí; Núcleo Xique-Xique, em São Lourenço do Piauí; e Núcleo Lagoa das Emas, em São Raimundo Nonato; Quilombo Tapuio, em Queimada Nova-PI; e o Quilombo Araçá, em Afrânio/PE[55]. Uma questão que não pode passar despercebida é o fato de que o escravo, no período colonial, era uma propriedade, portanto, tinha um valor econômico para aquela família que tinha sua posse. E sendo uma propriedade, era causa para herança pelos descendentes. Nesse contexto Maupeou (2008) aponta que:

> No Sertão do médio São Francisco, a propriedade, por menor que fosse, permitia ao indivíduo se posicionar entre aqueles de situação mais confortável, dentro de uma rede de relações que une os habitantes por laços de solidariedade, mas também de dependência. O lugar destinado a cada um nessa rede de relações, baseada em princípios de ordem moral e familiar, mas igualmente de violência e poder, depende muito do que o indivíduo tinha a oferecer ao grupo em que estava inserido. (Maupeou, 2008, p. 50).

Conclui-se que a propriedade estava enraizada em laços familiares e que as heranças eram a principal maneira pela qual as terras eram transmitidas naquela região específica durante todo o processo histórico, e que o escravo era um bem imaterial que, em muitos casos, era a parte principal parte do inventário, afinal, muitas famílias recebiam pelo aluguel deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação do território do Sudeste do Piauí e Sertão de Pernambuco, especialmente entre a "passagem do joazeiro" e as Serras dos Dois Irmãos e Caboclo, é marcado por eventos que deixaram cicatrizes profundas na memória coletiva. Nesse período, uma série de conflitos entre a população nativa e os colonizadores, apoiados pela Igreja e pela Coroa Portuguesa, moldaram a paisagem e a história da região. A dizimação de comunidades indígenas inteiras, a brutalidade da escravidão negra, o estabelecimento de currais de gado e a fundação de vilarejos são episódios que se entrelaçam nesse contexto, deixando um legado de violência e desigualdade que ressoa até os dias de hoje. Essas narrativas são essenciais para compreendermos não apenas a formação territorial, mas também as dinâmicas de poder e resistência que moldaram a identidade dessas regiões.

[55] Espaço delimitado para essa pesquisa.

Considerando que o processo de pesquisa é essencialmente uma jornada de busca, investigação e descoberta, este trabalho concluído traz à tona questões que permanecem obscurecidas pela narrativa oficial da história. Um exemplo notável é a omissão do papel das pessoas de ascendência africana, que foram empregadas como escravas em diversas funções neste espaço territorial. Além disso, destaca-se a prevalência do culto aos conquistadores em detrimento das iniciativas de reparação em relação aos descendentes dessas populações marginalizadas.

Ao lançar luz sobre essas lacunas históricas, este estudo oferece uma contribuição significativa para a compreensão mais abrangente e inclusiva do passado, possibilitando reflexões importantes sobre a ideia de justiça social e o necessário reconhecimento das injustiças passadas e das possibilidades de novos olhares sobre aqueles que estão inseridos nos quilombos contemporâneos, com suas dificuldades, necessidades, apagamento histórico e ofuscados pelas políticas públicas.

Nesse contexto, o trabalho delineou quatro cenários, conforme descrito. Primeiramente, destacou-se a figura do Capitão Valério Coelho Rodrigues, considerado o patriarca do Sertão de Dentro, traçando sua jornada desde sua chegada ao Brasil até o estabelecimento de sua sesmaria, localizada na antiga fazenda Paulista.

Em seguida, explorou-se a formação do Sertão de Dentro a partir das duas Travessias, cruciais para o transporte de mercadorias, pessoas e parte do gado bovino destinado às grandes feiras próximas aos engenhos de açúcar. O papel fundamental do tropeiro e o surgimento de pequenos vilarejos foram também abordados nesse contexto. O terceiro cenário concentrou-se na fazenda Caboclo, destacando sua significância econômica e política para a região, inclusive sendo o local onde dois prefeitos de Petrolina/PE governaram no início do século XX. Adicionalmente, foram apontados os resquícios arqueológicos na Casa de Pedra, evidenciando sua importância histórica.

Por fim, o último cenário abordou o debate sobre os escravizados, suas tentativas de fuga, a formação de quilombos e os vestígios de suas histórias que ecoam até os dias atuais. Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda e abrangente da história e das dinâmicas sociais que moldaram o Sertão de Dentro, promovendo reflexões pertinentes sobre sua trajetória e legado.

Pontuando o entendimento crítico a partir da obra "A Memória, a História, o Esquecimento", publicada em 2007 pelo filósofo Paul Ricoeur, temos a base para a discussão sobre o conceito de tempo ao introduzir outros elementos relevantes, quando ele argumenta que, ao investigar o passado, o historiador confronta-se com as memórias dos traumas, das catástrofes, dos ressentimentos e com os testemunhos de diversas formas de tragédias humanas.

Ricoeur (2007) destaca que o trabalho do historiador com a memória, quando guiado por imperativos éticos, assume um caráter de luto, e é interessante essa metáfora uma vez que envolve lidar com as profundas dores e injustiças do passado. Nessa perspectiva, a memória é dor, é luto, é lembrança, é também esquecimento, do reconhecer e processar emocionalmente as experiências traumáticas que moldaram aqueles que partilharam tal dor e todo o discorrer histórico que envolveu seus descendentes. Ricoeur (2007, p. 452) dirá que “muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória”.

Por fim, é preciso rememorar o passado para que, no presente/futuro a sociedade não repetir aspectos daquele passado, que volta e meia entra no expediente jurídico notícias de trabalho escravo em casas de família, em carvoarias, em plantações de café e em garimpos. Ou seja, a história não pode ser repetida, mas pode ser questionada, e esse é o papel do historiador.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1996

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: SEDUC, 2005.

BACELAR, Aline Galdino. **Patrimônio Cultural de Caboclo: Diretrizes para intervenções no aglomerado urbano no sertão de Pernambuco**. Monografia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **Fragmentos históricos de Paulistana – Piauí**. Salvador: Editora Palmeirense, 1991.
BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **Famílias Ilustres de Paulistana-Piauí: nascidos entre 1889 e 1931**. Salvador: 2015.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana: subsídios para a história do Agreste e do Sertão**. Recife: Centro de estudos de história municipal/FIAM. V.4, 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239** (Distrito Federal). Procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. [...]. Relator: Min. Cezar Peluso. Redatora: Min. Rosa Weber, 08 fev. 2018. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339396721&ext=.pdf Acesso em: 24 jan. 2024.

BRANDÃO, Tânya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina, Editora da UFPI, 1999.

CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. **Família Coelho Rodrigues - Passado e Presente**. Fortaleza/CE: IOCE, 1987.

CARVALHO, Miguel de. **Descrição do Sertão do Piauí, 1697. Comentários e notas do Pe. Cláudio Melo**. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

COSTA, José Carmoberto Moreira. **Valério Coelho Rodrigues - Raízes em Portugal**. Brasília - DF: Gráfica e Editora Marca, 2020.

DORMENTES. **Lei Municipal nº 659, de 16 de agosto de 2019**. Dormentes, PE: Câmara Municipal de Vereadores, 2019. Disponível em: https://dormentes.pe.leg.br/leis/?datainicial=01/01/2019&datafinal=31/12/2019. Acesso em 15 mar. 2024.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985.

FALCI, Miridan Britto Knox; MARCONDES, Renato Leite. “Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 430, p. 53-68, 2006.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Tese de Doutorado. UFBA, Salvador, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Maria Betânia Guerra Negreiros. **Os Jesuítas no Sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos (1711 – 1760)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal da Bahia), 2019. Disponível em:

https://sigaa.ufba.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=1281&noticia=455554. Acesso em: 24 mar. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: da Independência do Brasil à Lei Áurea**, volume 3. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

GONÇALVES, Esmerado Lopes. **Opara: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

GONÇALVES, Esmerado Lopes. **Até aonde a memória alcança: um estudo sobre Caatingueiros e Beiradeiros no Submédio do Vale do rio São Francisco**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPE, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9903. Acesso em: 13 mar. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **Cultura e representaçã**o. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

IANNI, Octavio. **As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo**: Hucitec Curitiba: Scientia et Labor, 1988

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Ed. Leitura S/A, 1968.

MACEDO, Narciso Rodrigues de. **Uma Viagem no Tempo - Passado e Presente**. Juazeiro - BA: Gráfica Divictor, 2009.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. **Cativeiro e Cotidiano num Ambiente Rural – O Sertão do Médio São Francisco – Pernambuco (1840-1888)**. Mestrado, UFPE-CFCH, Recife, 2008.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTT, Luís R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

MOTT, Luís R. B. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: a propriedade rural**, São Paulo, n. 7, 1976.

NEPUMUCENO, Talyta Marjorie Lira Sousa. A colonização e a inserção dos escravizados no Piauí, do século XVI ao início do século XIX. **Revista Contraponto** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/12926. Acesso em: 27 mar. 2024.

NUNES, Odilon. **Estudos de História do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. v. 4. 2ª ed. Teresina: FUNADEPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

PEREIRA, Luciene Maria Pires. Reflexões acerca da distribuição de terras no período colonial brasileiro: o caso das sesmarias. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

QUEIROZ, Washington. Bahia e vaqueiros: um débito. **Revista FACED**, Salvador, n.17, p.71-84, jan./jun. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/PROFESSOR/Downloads/4872-Texto%20do%20Artigo-14152-1-10-20110825.pdf. Acesso em 29 out. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Darcy RIBEIRO. ***Diários índios. Os Urubus-Kaapor***. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. **Memória, História, Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos. **Quilombo Tapuio (PI): terra de memória e identidade**. (Dissertação de Mestrado), Curso de pós-graduação em Antropologia Social – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuária de 1688 a 1734**. 1ª ed.: Editora EDUSP, 2009.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2010.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800**. Tese de Doutorado. UFPE. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24531. Acesso em: 04 abril 2024.

SPIX, Johann Baptist Von. MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil: 1817/1820**. São Paulo: Melhoramentos, volume 2, 1976.

TELES, José. **Valério Coelho Rodrigues**. 1984. Gráfica Franciscana. Petrolina - PE.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

6 DISCUSSÃO GERAL

A pesquisa "EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ: Memória Histórica, Direitos Fundamentais e Ecologia Humana no Sertão de Pernambuco" foi desenvolvida com base em três categorias de análise: memória histórica, direitos fundamentais e ecologia humana. Cada uma foi cuidadosamente contextualizada para revelar como contribuem para a compreensão da identidade, da luta por acesso aos direitos fundamentais e da relação com o meio ambiente e demais seres que vivem naquele território, características essenciais para a formação e sustentação daquele espaço como uma comunidade remanescente de quilombo. Esta abordagem permitiu mapear desde o processo histórico de formação do Quilombo Sítio Araçá até suas interações ecológicas, culturais e com os demais territórios existentes no município de Afrânio/PE, cujas manifestações culturais mantém interconexões entre as populações daquele espaço rural.

A estrutura teórica da pesquisa foi organizada em seis artigos que exploram os contextos acima descritos, abordando a importância da Educação Escolar Quilombola para a preservação da memória coletiva, da afirmação de direitos essenciais e da valorização de práticas culturais sustentáveis. Esses artigos não apenas elucidam a importância histórica e social da comunidade, mas também oferecem uma visão abrangente dos desafios que marcam a vivência dos quilombolas que residem neste espaço do Semiárido brasileiro. A pesquisa expõe as interconexões que configuram a identidade local, revelando as dimensões fundamentais para o fortalecimento daquela população, e as conexões com outros espaços do município. Também analisa o currículo ofertado na Escola Municipal Agamenon Magalhães, presente naquele território e pertencente à Rede Pública de Ensino, e como esse efetiva as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

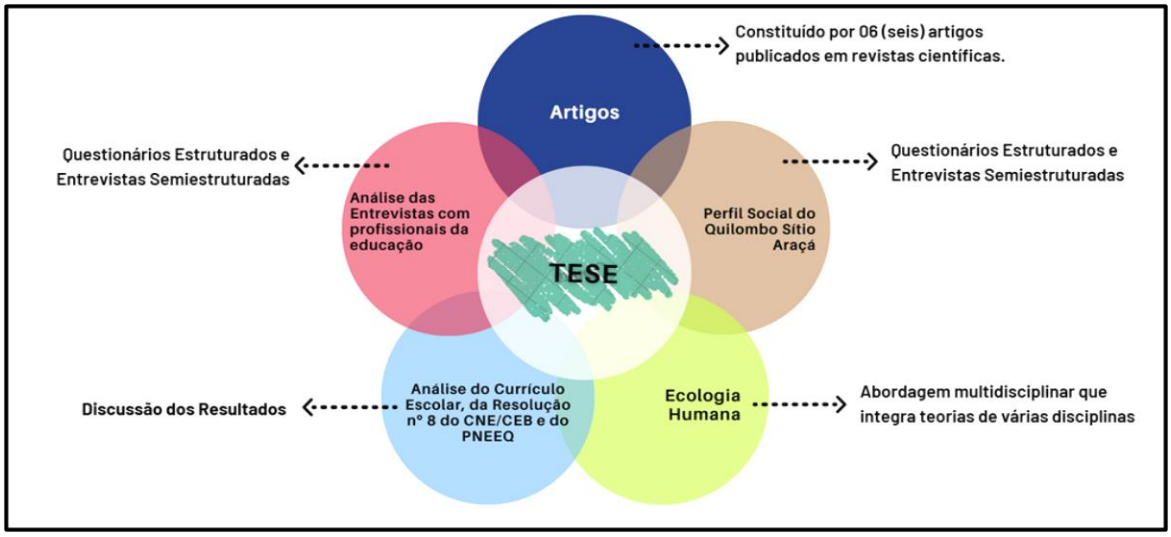
A análise dos trabalhos que compõem o referencial teórico revela a importância da educação na vida humana, não apenas como um veículo de aprendizado formal, mas como uma força integradora e transformadora que molda o cotidiano e converte experiências em ações concretas em comunidades tradicionais, como o Sítio Araçá. Nelas a educação assume papel ainda mais profundo: é um instrumento de formação identitária e cultural, pelo acesso cotidiano as histórias contadas em sala de aula, as memórias narradas pelo mais velhos e o sentimento de pertencimento, cujo sentimento transcende os olhares para a ancestralidade presente nas diferentes

manifestações culturais. Nisso, quando a educação é capaz de dialogar com a realidade dessas populações, ela se torna transformadora, promovendo o fortalecimento e a valorização dos saberes locais.

Entretanto, quando a escola não cumpre esse papel social, há um risco de apagamento da memória e de enfraquecimento do empoderamento tanto individual quanto coletivo. Isso compromete a capacidade de articulação política necessária para que a comunidade reivindique e garanta a atenção do poder público em prol de políticas que garantam a melhoria de vida e o cumprimento dos direitos fundamentais. Esse papel da educação é essencial para a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil conforme expresso no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Ela se torna espaço de resistência e afirmação, onde as condições econômicas, sociais e culturais se entrelaçam, formando um tecido comunitário que respeita, preserva e promove as dinâmicas e os saberes locais. Essa abordagem educativa fortalece o pertencimento, contribuindo para que o quilombo não seja apenas uma localidade, mas um espaço vivo de memórias, conhecimentos e existência digna.

Diante disso, esta tese consolida seus resultados através de uma estrutura que integra análises dos dados coletados e do currículo escolar implementado na Escola Municipal Agamenon Magalhães, ponderando sua efetivação com base na Resolução nº 8 do CNE/CEB e nos objetivos da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e. Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), como mostrado na **Figura 14**.

Figura 14: Configuração dos Resultados da Pesquisa



Fonte: o autor, 2024.

A **Figura 14** representa a configuração dos resultados da tese, e é composta por cinco áreas inter-relacionadas, mostradas na **Tabela 1**:

Tabela 1: Constituição da Tese

ARTIGOS	A tese é composta por seis artigos, publicados em revistas científicas, com abordagem que constrói de forma cartesiana o caminhar da pesquisa, passando por três fase: a memória história, os direitos fundamentais e a ecologia humana, permitindo um diálogo com a comunidade acadêmica e fortalecendo o campo de estudos sobre Educação Escolar Quilombola em uma Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) no Sertão de Pernambuco.
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	Durante o caminhar da pesquisa empírica, uma das áreas de enfoque foi conversar com os professionais que atuam na única escola da Comunidade, ensinando em turmas do Ensino Fundamental Séries Iniciais e na Educação de Jovens e Adultos. A análise das entrevistas realizadas com esses profissionais, utilizando questionários estruturados e também entrevistas semiestruturadas, buscou entender as percepções, desafios e práticas educacionais no contexto da EEQ, contribuindo para uma visão contextualizada sobre o papel dos educadores no processo de fortalecimento da identidade quilombola naquele território. O questionário foi respondido por 12 (doze) profissionais da educação, que responderam as 15 (quinze) questões contidas no documento, autorizando a divulgação a partir da assinatura do TCLE. Outros dois profissionais foram entrevistados, apresentando argumentos relacionados a gestão local e municipal.
PERFIL SOCIAL DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ	As entrevistas com moradores do Quilombo Sítio Araçá constituíram o Perfil Social da Comunidade Quilombola do Sítio Araçá. O questionário foi respondido por 89 (oitenta e nove) moradores, que responderam as 10 (dez) questões contidas no documento, autorizando a divulgação a partir da assinatura do TCLE. Esta análise fornece uma base para compreender a realidade social, cultural e histórica dos moradores, além de evidenciar aspectos como identidade, territorialidade e relações sociais, que influenciam diretamente no desenvolvimento de políticas educacionais adequadas ao contexto local. Outras duas lideranças foram entrevistadas, apresentando argumentos sobre o papel desempenhado por elas no seio da Comunidade.

ANÁLISE DO CURRÍCULO ESCOLAR, RESOLUÇÃO Nº 8 DO CNE/CEB E DO PNEEQ	A pesquisa também abordou o currículo escolar, analisando a Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) e a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e. Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Este ponto é fundamental para avaliar como o currículo escolar contempla a identidade, a cultura e os valores da comunidade quilombola, promovendo uma educação que respeite e valorize os saberes tradicionais.
ECOLOGIA HUMANA	A inclusão da ecologia humana como um aspecto da pesquisa destaca a importância de uma educação que não apenas valoriza o conhecimento acadêmico, mas também integra as práticas e conhecimentos ancestrais relacionados ao território e à sustentabilidade, além desta ser uma abordagem multidisciplinar que acolhe as demais áreas do conhecimento. Ao considerar a ecologia humana, a tese enfatiza a necessidade de um currículo que respeite a relação dos quilombolas com o meio ambiente e promova uma educação que reflita as condições e experiências de vida da comunidade.

Fonte: O autor, 2024.

A discussão dos resultados ocorre de forma integrada, considerando as cinco áreas analisadas, passo essencial para consolidar o que se propões pesquisar e com isso tecer considerações sobre as questões elencadas. Os artigos foram publicados em revistas científicas com QUALIS/CAPES[56] acima de B1, assegurando a validade acadêmica e ampliando o alcance da pesquisa (qualidade e a importância da produção científica).

Com esta estrutura, a tese tem como objetivo geral “compreender as relações entre a educação escolar e a construção identitária da Comunidade de Remanescentes de Quilombo Sítio Araçá, à luz da memória histórica, dos direitos fundamentais e da ecologia humana”, consegue responde-lo de forma mais efetiva, reforçando a importância da ecologia humana no contexto do Sertão de Pernambuco.

Para tanto, primeiramente passamos a contextualizar os aspectos socioeducacionais do município de Afrânio/PE, seus dados de desenvolvimento humano, atenção básica de saúde, índices educacionais, índices de mortalidade infantil e o atendimento em creches na primeira infância. Logo em seguida passamos

[56] Sistema brasileiro de avaliação de periódicos;

a contextualizar os dados socioeducacionais da Escola Municipal Agamenon Magalhães, sua evolução na Prova Brasil (SAEB), sua taxa de evasão, aprovação e reprovação. Num segundo momento são analisadas as ações destinadas a implementação de uma Educação Escolar Quilombola e como essa modalidade de ensino está sendo gerida naquela rede de ensino.

A análise do perfil socioeconômico do Quilombo Sítio Araçá tem como objetivo compreender a identidade local a partir de dados obtidos nas entrevistas realizadas com os moradores da comunidade. Além disso, busca-se discutir a construção do currículo local à luz da Resolução nº 8/2012 do CNE/CEB.

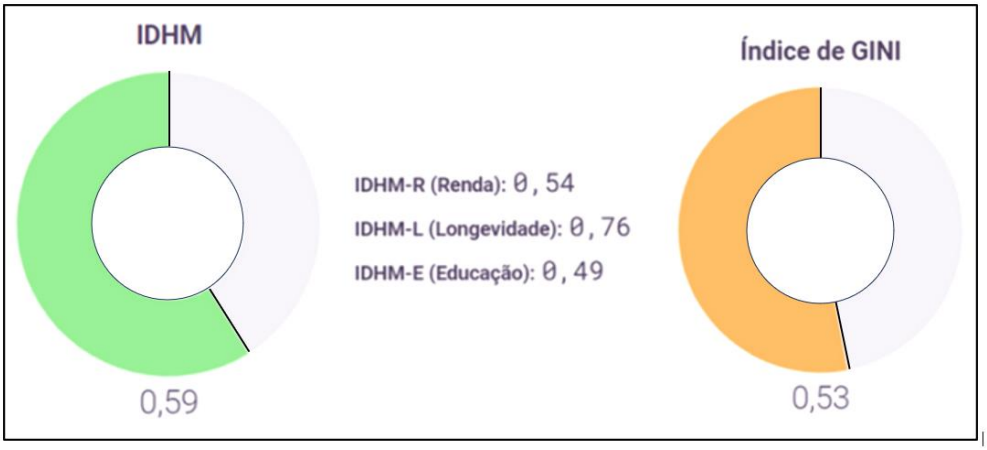
6.1 CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO/PE

O município de Afrânio, localizado no Sertão do Estado de Pernambuco, possui um contexto social marcado por características típicas da região Semiárida do Nordeste brasileiro, fazendo parte da Microrregião do São Francisco[57], o que lhe confere uma estreita relação com o rio São Francisco, de onde vem as águas que abastecem as moradias na área urbana da cidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), calculado com base na média geométrica de três dimensões: renda, longevidade e educação, é de 0,59, o que o classifica como baixo (**Figura 15**). Já o Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda e varia de zero a um, indica o grau de distribuição de renda: zero representa total igualdade (onde todos possuem a mesma renda) e um representa desigualdade absoluta (onde apenas uma pessoa concentra toda a riqueza). Em Afrânio, o Índice de Gini é de 0,53, sugerindo um nível significativo de desigualdade.

[57] Que engloba mais de 700 mil habitantes numa área com cerca de 35 mil km², abrangendo sete municípios de Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Dormentes e Afrânio, além de outros quatro municípios da Bahia: Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho. **Fonte**: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_do_S%C3%A3o_Francisco.

Figura 15: Índices de Desenvolvimento Humano no município de Afrânio/PE



Fonte: Atlas Brasil, 2024.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Afrânio reflete desafios significativos na promoção do bem-estar de sua população. Com base nos dados mencionados na (**figura 10)**, o município apresenta um IDH-M que se enquadra na faixa de desenvolvimento humano médio. A partir dos indicadores de longevidade, educação e renda, aquele município enfrenta limitações, especialmente no acesso à educação de qualidade e na geração de oportunidades econômicas.

Historicamente, a economia do município é baseada na agricultura familiar e na criação de pequenos rebanhos, atividades que ainda hoje exercem papel fundamental na subsistência de muitas famílias da região. No entanto, o clima semiárido e as chuvas escassas frequentemente desafiam o desenvolvimento agrícola, tornando a convivência com a seca uma questão central na vida dos moradores.

Na sede do município é constante a falta de água nas torneiras, isso porque a demanda está para além da capacidade ofertada pela empresa estatal para suprir a necessidade urbana. Uma adutora capta água no reservatório da CODEVASF no Projeto de Irrigação Maria Thereza Brennand e leva através de tubulações para o distrito de Rajada, pertencente a Petrolina/PE; e para os municípios de Afranio/PE e Dormentes/PE.

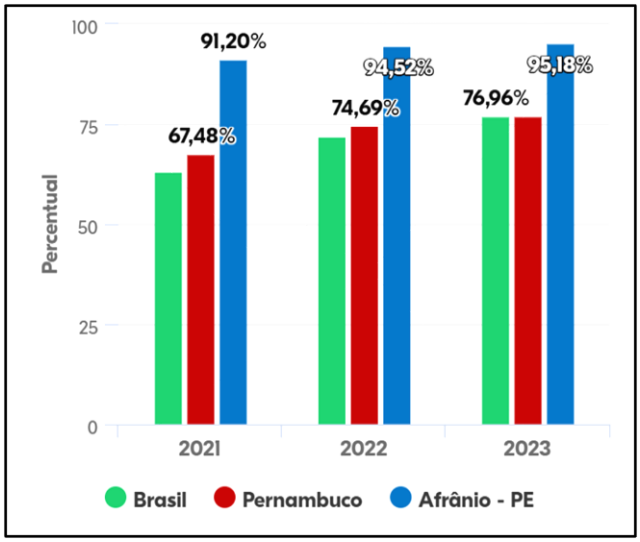
Do ponto de vista demográfico, o município conta com uma população de 18.674 habitantes (IBGE, 2023), distribuída em uma área territorial de 1.490,59 km², resultando em uma densidade populacional de 12,53 habitantes por quilômetro quadrado. O acesso a serviços básicos, como saúde, permanece um desafio constante para a gestão municipal, Segundo **Luís Gama** (pseudônimo de um

entrevistado, do gênero masculino, com idade entre 40 e 45 anos, pardo, residente na sede do município, e com formação superior em Pedagogia), devido à localização isolada de diversas comunidades e à infraestrutura limitada do Hospital Municipal Maria Coelho Cavalcanti, a maior dificuldade de quem reside no interior (área rural do município) é o acesso aos serviços de saúde, principalmente em urgência e emergência.

O município também enfrenta desafios relacionados à migração sazonal, com muitos jovens deixando a cidade em busca de oportunidades de trabalho e educação em outras regiões, o que impacta diretamente na dinâmica social local. Nos últimos anos tem-se intensificado a valorização pelos saberes tradicionais da caprinovinocultura com feiras semanais para negociações do rebanho local, além de investimento por parte de poucos produtores, na melhoria genética do rebanho.

No contexto a cobertura da atenção primária à saúde, o Ministério da Saúde afirma que o município de Afrânio/PE tem uma cobertura superior à média estadual e nacional, com 95,18% (noventa e cinco vírgula dezoito por cento) das crianças entre zero e seis anos atendidas, como demonstrado na **Figura 16**.

Figura 16: Cobertura da atenção primária a saúde no município de Afrânio/PE



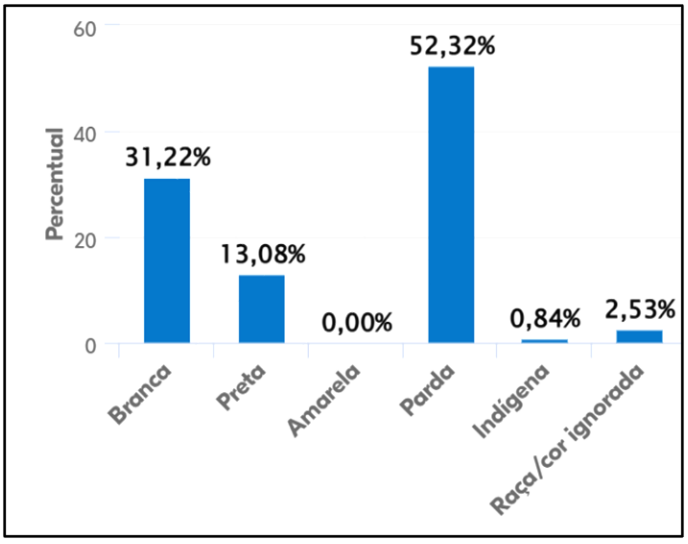
Fonte: Ministério da Saúde - e-Gestor (2021 - 2023)

Tomando como base o ano de 2022, nasceram naquele município um total de 237 crianças (DATASUS, 2022), não estando atualizado os dados para 2023 e 2024, como demonstrado na **Figura 17**. Naquele ano 52,32% (cinquenta e dois vírgula trinta e dois por cento) foram declarados pardos e 13,08% (treze vírgula zero oito por cento)

foram declaradas pretas, além dos 31,22% (trinta e um vírgula vinte e dois por cento) que afirmaram ser seus filhos brancos. Naquele ano 65,40% (sessenta e cinco vírgula quarenta por cento) dos nascidos vivos foram declarados partos ou pretos, isso demonstra que o município é plural na sua condição de cor/raça, estando estatisticamente igual ao percentual nacional, quando 45,30% (quarenta e cinco vírgula trinta por cento) se autodeclararam pardos (IBGE, 2022).

Um total de 0,84% (zero vírgula oitenta e quatro por cento) disseram ser indígenas, que mesmo não havendo territórios indígenas na área territorial do município, há uma formação no sítio Serra Grande do Poção de descendentes de indígenas oriundo de territórios do interior do Estado do Piauí, que como afirmamos no quinto artigo, teve parte de sua população dizimada pela força do bandeirante Domingos Afonso Sertão. Outros 2,35% (dois vírgula trinta e cinco por cento) não declararam a raça/cor da criança.

Figura 17: Nascidos vivos por cor/raça no município de Afrânio/PE



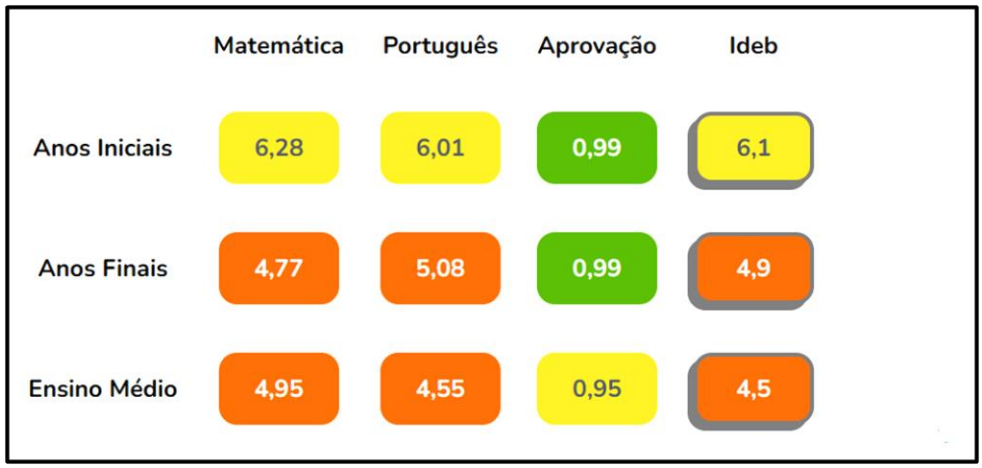
Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2022)

Também, estatisticamente observando, a mortalidade infantil também é maior nas crianças pardas. Em 2022 houveram três óbitos, sendo dois de crianças declaradas pardas.

De acordo com informações da Secretaria de Educação Básica, vinculada ao Ministério da Educação, têm sido desenvolvidas, nos últimos anos, diversas iniciativas voltadas para ampliar o acesso à educação e melhorar os indicadores educacionais. Essas ações abrangem os níveis de ensino implementados nas redes públicas

municipal e estadual, como ilustrado na **Figura 18**, que evidencia uma evolução nos dados apresentados.

Figura 18: Índices da educação do município de Afrânio/PE



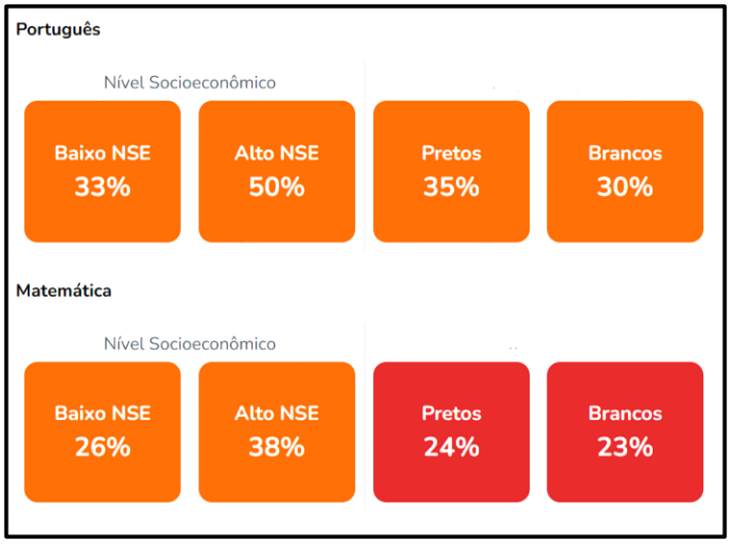
Fonte: INEP, 2024.

Os dados apresentados demonstram que a Rede Pública Municipal de Educação já ultrapassou a meta nacional que seria 6,0 (seis) pontos, para o Ensino Fundamental Anos Iniciais. Segundo **Luís Gama**, entrevistado já devidamente apresentado, a nota alcançada pela rede municipal para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, colocou o município de Afrânio entre as 25 melhores notas estaduais, e em segundo lugar na média regional. Ele destacou ainda que ao analisar pelo viés estadual, o desempenho local avançou em relação a 2021, ficando na oitava posição entre os municípios pernambucanos que cresceram no seu IDEB, e em primeiro lugar na conjuntura municipal. No contexto do o Ensino Fundamental Anos Finais, **Luís Gama** observou que a nota daquele seguimento ficou na posição 46, entre os 141 municípios de Pernambuco que foi avaliado, e nacionalmente, ficou entre os que mais cresceram dos municípios avaliados.

Os avanços conjunturais, segundo apontou o entrevistado levou o município a ser reconhecido pela Gerência Regional de Educação do Médio São Francisco (GRE/Petrolina), no ano de 2022, com o **Prêmio Escola Prime**, por ter alcançado o primeiro lugar no crescimento dos índices do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Os dados apresentados levam em consideração a avaliação de forma plena, no entanto, observando o nível de equidade, onde o percentual de estudantes com aprendizado considerado suficiente para a etapa, e entre grupos sociais, percebemos que muito ainda há de ser feito, como demonstra a **Figura 19**.

Figura 19: Índices de equidade para os Anos Iniciais no município de Afrânio/PE

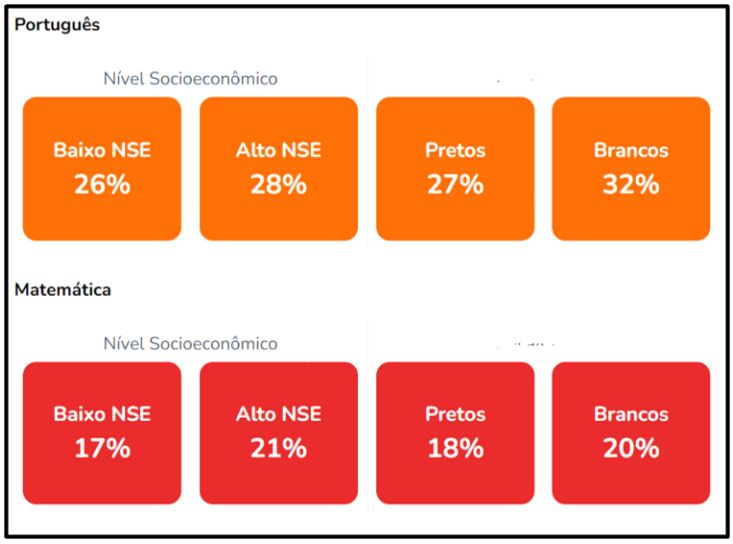


Fonte: INEP, 2024.

Os dados apresentados na **Figura 19** referem-se ao Ensino Fundamental Anos Iniciais, nos quais observamos que, independentemente da forma como os pais declararam a cor ou raça de seus filhos na ficha de matrícula (preto, pardo, branco, amarelo), o desempenho dos alunos de nível socioeconômico (NSE) baixo é bastante semelhante. A cor laranja, segundo a classificação da SAEB/INEP, indica insucesso quando menos de 50% dos alunos demonstram aprendizado adequado, enquanto a cor vermelha evidencia que a grande maioria dos alunos não atinge um bom nível de aprendizagem.

Na conjuntura do Ensino Fundamental Anos Finais, os dados apresentados quanto ao nível de equidade, conforme **Figura 20**, demonstram que em língua portuguesa apenas 27% (vinte e sete por cento) das crianças e adolescentes pretos alcançaram nível satisfatório de aprendizagem, e 32% (trinta e dois por cento) das crianças e adolescentes autodeclarados brancos alcançaram tal índice. No contexto da avaliação de matemática, entre os autodeclarados pretos, esse dado foi de apenas 18% (dezoito por cento) e aqueles autodeclarados brancos, um percentual de 20% (vinte por cento).

Figura 20: Índices de equidade para os Anos Finais no município de Afrânio/PE

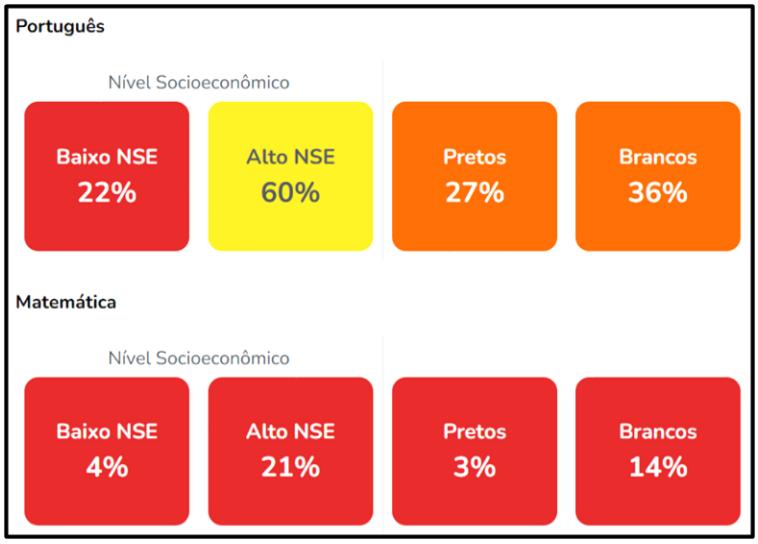


Fonte: INEP, 2024.

O nível de equidade demonstrado no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) reflete a capacidade do sistema educacional de oferecer oportunidades de aprendizado de forma justa e igualitária a todos os estudantes, independentemente de sua origem social, étnica ou geográfica. O IDEB, ao considerar tanto o desempenho acadêmico quanto a taxa de aprovação, oferece uma visão abrangente da qualidade educacional.

A **Figura 21** ilustra os índices de equidade no Ensino Médio, evidenciando de forma consistente a correlação entre fatores socioeconômicos e raciais e o desempenho escolar. Observa-se que estudantes pertencentes a estratos de nível socioeconômico (NSE) elevado apresentam resultados substancialmente superiores em Língua Portuguesa, em comparação com aqueles oriundos de contextos de baixo NSE, o que aponta para desigualdades estruturais que impactam diretamente as trajetórias educacionais. Esse resultado evidencia a forte correlação entre as condições socioeconômicas mais favoráveis e o acesso a recursos educacionais de qualidade, como materiais didáticos, apoio pedagógico e ambiente familiar estimulante.

Figura 21: Índices de equidade para o Ensino Médio no município de Afrânio/PE



Fonte: INEP, 2024.

Do mesmo modo, ao analisarmos os resultados de matemática, surge uma dinâmica distinta. Embora os alunos em melhores condições econômicas não obtenham resultados ideais (suas notas são descritas como insatisfatórias), os estudantes com NSE baixo enfrentam desafios ainda mais acentuados, apresentando um desempenho muito inferior. Isso pode refletir lacunas estruturais no ensino de matemática, que exigem não apenas memorização, mas também habilidades analíticas e apoio continuado, geralmente mais acessíveis para estudantes com maior capital social, cultural e econômico.

Entre os dados apresentados, chama atenção o desempenho dos estudantes autodeclarados pretos com NSE baixo. Para esse grupo, o nível de aprendizagem é classificado como extremamente crítico, apontando para um cenário de exclusão educacional alarmante. Tal situação não pode ser analisada de forma isolada, pois reflete o impacto cumulativo do racismo estrutural e da desigualdade socioeconômica que historicamente afetam essas populações. Além da carência de recursos educacionais básicos, muitos desses estudantes enfrentam contextos de discriminação direta ou indireta, que podem influenciar negativamente sua motivação, autoestima e engajamento escolar.

A maioria desses estudantes são trabalhadores e atuam no comércio local, em casas de família como domésticas, na pecuária ajudando a família, ou trabalhando como diaristas em sítios e roças, na área rural do município, e que enxergam na educação uma válvula de mudança na perspectiva de suas vidas, visto as dificuldades

enfrentadas e a falta de perspectiva econômica e de crescimento pessoal naquele município, pelo contexto já mencionado e pela forma econômica de concentração de renda nos grandes centros, a exemplo de Petrolina/PE.

Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas mais robustas e direcionadas, que não apenas garantam o acesso à educação, mas também promovam a equidade no aprendizado. Programas de reforço escolar, formação continuada de professores e a adoção de currículos que valorizem a diversidade cultural e racial são exemplos de medidas que podem contribuir para reverter esse quadro. Além disso, é crucial incluir ações afirmativas que considerem as interseções entre classe social, raça e gênero, a fim de criar condições reais para que todos os estudantes possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e humano. Recentemente o Governo Federal lançou o Programa Pé-de-Meia, como política pública de iniciativa voltada para estudantes do ensino médio de baixa renda.

O objetivo principal do Programa é promover a permanência e a conclusão escolar, oferecendo incentivo financeiro acumulado em uma poupança. Os alunos beneficiados são prioritariamente aqueles inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) e no Bolsa Família, e sua abrangência chega à casa de 2,5 milhões de estudantes. A proposta desse programa é combater a evasão escolar, promover mobilidade social e reduzir as desigualdades.

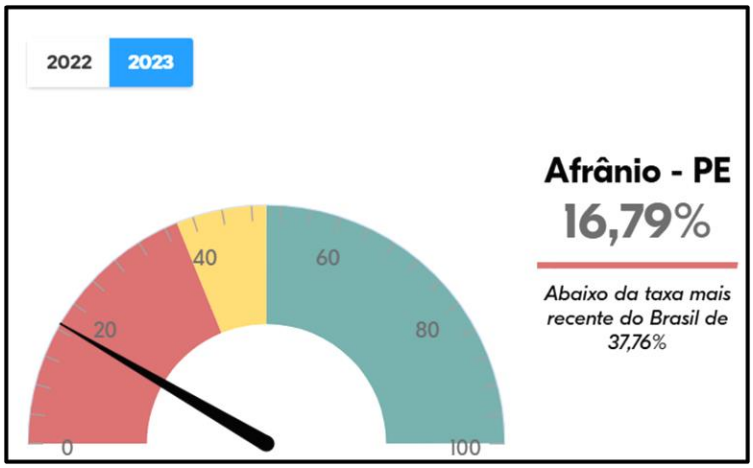
A análise de equidade dentro desses índices apresentados revela disparidades significativas entre alunos de diferentes níveis socioeconômicos, com os estudantes de famílias de baixo poder aquisitivo frequentemente apresentando resultados inferiores em comparação aos seus pares com NSE alto. Analisando os dados veremos que o cenário destaca a necessidade de políticas públicas que promovam a aprendizagem efetiva (e para todos), visto que os dados estão muito próximo, demonstrando que é preciso oferecer recursos e apoio específicos para garantir que todos os alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a uma educação de qualidade e que possam atingir níveis adequados de aprendizagem, contribuindo para uma sociedade mais equitativa.

Parte dessa melhoria vem das práticas didáticas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação, com formação continuada para professores, palestras motivacionais com ênfase na aprendizagem, implantação de gestão de resultados com foco na profissionalização, projetos pedagógicos e criação de turmas da

Educação de Jovens e Adultos, objetivando reduzir o analfabetismo e a distorção idade/série ainda no Ensino Fundamental.

Porém, apesar dos índices apontados acima, com certo nivelamento ou mesmo superioridade quanto aos demais municípios brasileiros e pernambucanos, o município de Afrânio/PE não conta com nenhuma creche funcionando em espaço adequado, mesmo tendo matrículas de crianças na idade para estarem em creches, colocando o município em um patamar duas vezes abaixo da taxa geral do Brasil, com apenas 16,79% (dezesseis vírgula setenta e nove por cento), em 2023, como apontado na **Figura 22**.

Figura 22: Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos no município de Afrânio/PE



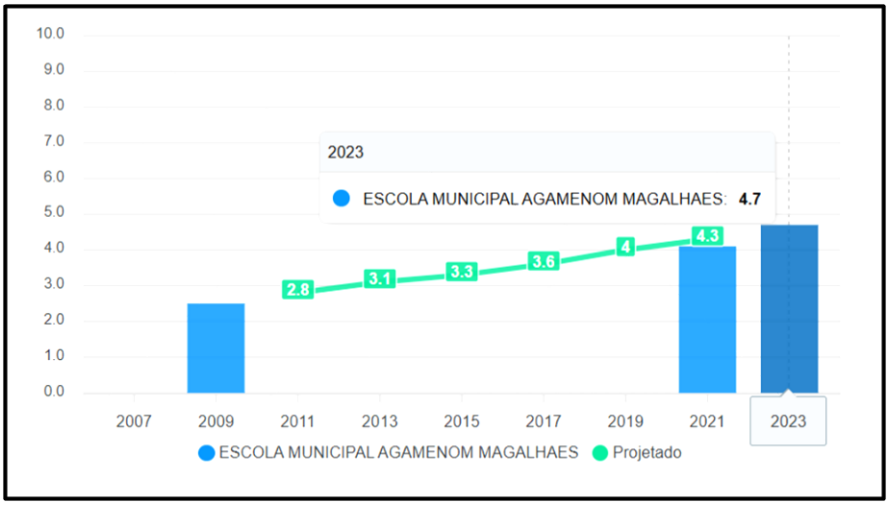
Fonte: INEP, 2024.

Os dados evidenciam uma demanda urgente pela construção de creches tanto na área urbana quanto na zona rural. Esses espaços vão além do cuidado básico, assumindo também um papel fundamental na educação alimentar e nutricional, pois proporcionam refeições balanceadas que contribuem para o crescimento saudável e o combate à desnutrição. Além disso, as creches promovem o desenvolvimento intelectual, a socialização e a aprendizagem, criando um ambiente propício para a convivência e o estímulo às habilidades cognitivas desde a primeira infância.

6.1.1 Contexto Socioeducacional da Escola Municipal Agamenon Magalhães

A Escola Municipal Agamenon Magalhães foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.213, de 24 de julho de 1985, sendo seu patrono o governador de Pernambuco por duas vezes (1937 e 1950), e Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. Ela está localizada no Quilombo Sítio Araçá, com cadastro escolar M-650043, código INEP 26031000, e Unidade Executora inscrita no CNPJ nº 03.775.213/0001-83. A escola vem atuando nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, bem como, nas modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Segundo o Censo Escolar 2023, a escola tem um total de 100 (cem) matrículas efetivas, mesmo com o êxodo de diversas famílias para outras localidades esse número não reduziu, e a escola vem avançando nos índices de desenvolvimento da educação básica observados a partir da aplicação da Prova Brasil, saindo em 2011 da nota 2,8 (dois vírgula oito) para 4,7 (quatro vírgula sete) em 2023, como mostrado na **Figura 23**.

Figura 23: Evolução IDEB – Escola Municipal Agamenon Magalhães



Fonte: INEP, 2024.

Vale mencionar que a escola exerce papel central na promoção da educação formal em comunidades quilombolas, atuando como um elo essencial para a valorização da identidade cultural e a consolidação da cidadania. Ao adotar uma abordagem pedagógica que integra os saberes ancestrais ao currículo escolar, a instituição consegue não apenas transmitir conhecimentos acadêmicos através do ensino formal, mas fortalecer as raízes culturais e sociais que estruturam as vivências

coletivas. Isso porque a educação é um espaço inclusivo, e quanto ativa na sua forma de lecionar, contribui para o fortalecimento do acesso, permanência e qualidade no ensino, melhorando a qualidade de vida dos estudantes e sua inserção no mercado de trabalho, além de favorecer os índices educacionais da municipalidade.

Analisando os dados das proficiências de língua portuguesa e matemática, em separado, veremos que esta evolução é consubstanciada pela conjuntura. Em 2023 a proficiência de português alcançou, na Escala SAEB, a média 172,57, e em matemática, a média 189,91, como mostradas na (**figura 21**). A Escala SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) é uma ferramenta do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que mede a proficiência dos estudantes brasileiros em Língua Portuguesa e Matemática, abrangendo diferentes etapas da educação básica: 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio (INEP, 2024).

Essa escala funciona como uma "régua", organizando os níveis de proficiência de forma contínua e classificando os estudantes em categorias que vão de insuficiente a avançado. Cada nível reflete as habilidades e competências que os estudantes demonstram, como compreensão textual, resolução de problemas matemáticos e aplicação de conceitos básicos ou avançados em ambas as disciplinas. No caso específico da Escola Municipal Agamenon Magalhães, tanto em português quanto em matemática, os alunos estão no nível básico (média entre 170 e 199), como podemos ver na **Figura 24.**

Figura 24: IDEB 2023 – Escola Municipal Agamenon Magalhães



Fonte: INEP, 2024.

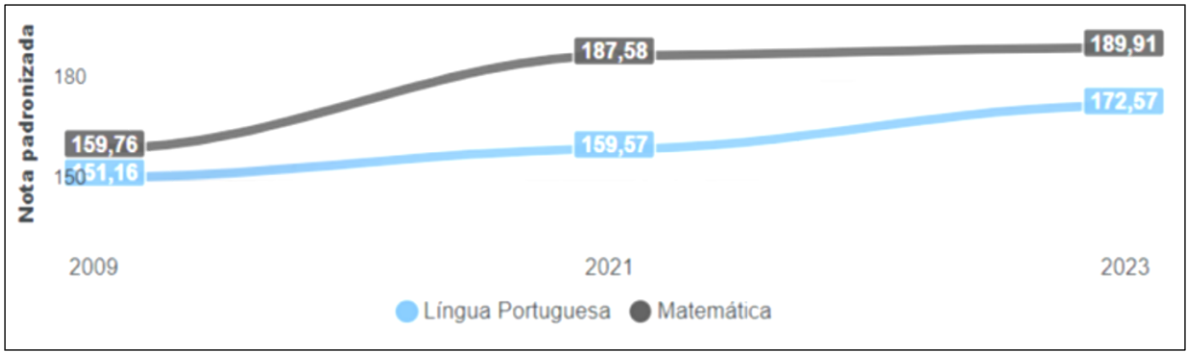
O INEP analisa os resultados do SAEB a partir de médias de desempenho e distribuições de estudantes nos diferentes níveis. Esses dados auxiliam na avaliação da qualidade do ensino e no planejamento de políticas públicas para reduzir

desigualdades educacionais. Além disso, as descrições pedagógicas da escala ajudam professores e gestores a identificar lacunas no aprendizado e a desenvolver estratégias para superá-las.

Segundo Menezes (2020), o SAEB foi estruturado em dois níveis principais. O primeiro está relacionado a indicadores de produtividade e eficiência (taxas de produtividade, perdas com evasão e repetência, níveis de escolarização real), avaliados com base em um modelo de fluxo e produtividade desenvolvido pela UNESCO. Esse modelo possibilita uma análise abrangente do sistema educacional, abrangendo cada estado e o país como um todo. O segundo nível foca nas condições de trabalho e de funcionamento das escolas, abordando aspectos como gestão escolar, práticas e concepções dos professores sobre sua atuação em sala de aula, formas de organização do trabalho docente, objetivos educacionais, custos efetivos por aluno e índices de rendimento escolar. Esses elementos fornecem um panorama mais detalhado das dinâmicas internas das escolas e de como elas influenciam os resultados educacionais (INEP, 2024).

A **Figura 25** aponta a evolução da proficiência de português e matemática em três momentos: 2009, 2021 (ano da pandemia da COVID19) e 2023, que é o mais recente. Neles a curva Gaussiana[58], que descreve como os valores de uma variável são distribuídos em torno de uma média, demonstra uma evolução contínua entre 2009 e 2021, certa estagnação em 2021, causada pelo fenômeno da pandemia, e a retomada dessa evolução em 2023.

Figura 25: Evolução da Nota SAEB – Escola Municipal Agamenon Magalhães



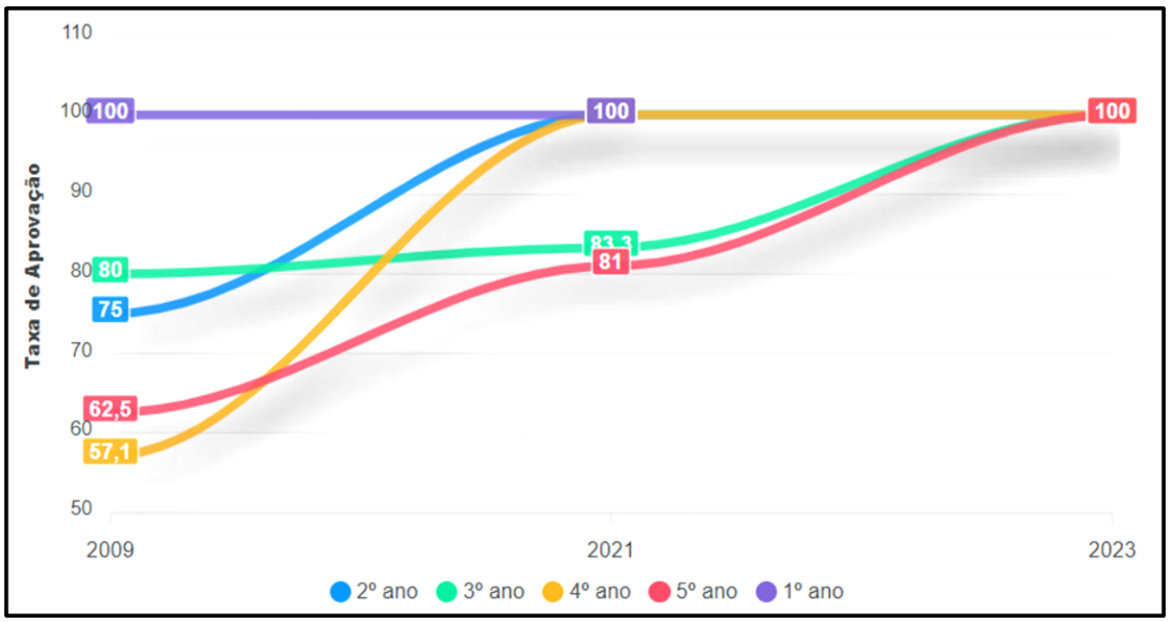
Fonte: INEP, 2024.

[58] Modelo estatístico em que as observações ocorrem em um domínio contínuo, por exemplo, tempo ou espaço. Em um processo gaussiano, cada ponto em algum espaço de entrada contínua está associado com uma variável aleatória com distribuição normal. Ela surgiu no século XVIII nos estudos de Carl Friedrich Gauss.

Havia no seio da comunidade acadêmica o receio de um esvaziamento da escola após o período pandêmico e de *lockdown*, quando fomos obrigados pela natureza, a ficar em casa, a rever nossa forma de trabalho, de estudo e de convívio social, onde a perca de aprendizagem efetivaria a curva de Gauss, que tem uma maior concentração de valores próximos ao centro e uma diminuição gradual nas extremidades (Caire, 2013). No entanto, pela evolução em português, saindo de 159, 57 para 172,57 (um aumento de 13 pontos), e a pequena evolução em matemática (um aumento de 2,33 pontos), percebe-se que a fase pandêmica está superada e que os avanços para os próximos períodos de avaliação, serão de crescimento.

Como o índice SAEB tem relação com os dados do fluxo, a taxa de aprovação apresentado na **Figura 26**, demonstra melhoria entre 2009 e 2023, alcançando o patamar de 100% (cem por cento) em 2023, por outro lado, o índice de reprovação caiu drasticamente.

Figura 26: Taxa de Aprovação da Escola Municipal Agamenon Magalhães



Fonte: INEP, 2024.

A Escola Municipal Agamenon Magalhães, atende principalmente crianças da comunidade quilombola Sítio Araçá, oferecendo desde a educação infantil até o ensino fundamental, a escola desempenha um papel fundamental na preservação e valorização da cultura e da identidade quilombola. Recentemente, foi reconhecida como escola quilombola, consolidando seu compromisso com a inclusão de saberes ancestrais no currículo e com a promoção de um ambiente de ensino que respeite as

especificidades culturais dos seus estudantes. Segundo **André Rebouças** (pseudônimo de um entrevistado, do gênero masculino, com idade entre 45 e 50 anos, pardo, com formação superior em História), esse reconhecimento foi importante porque a partir de então as políticas públicas de educação foram voltadas para um cenário diferente,

6.1.2 A Educação Escolar Quilombola em Afrânio/PE

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Federal n° 13.005/2014, estabeleceu metas para o período de dez anos (entre 2014 a 2024), onde a Educação Escolar Quilombola foi inserida como um dos pilares para promoção e valorização da diversidade étnico-racial, garantindo aos remanescentes de quilombos, direitos à educação de qualidade, conforme é observado na Meta 8:

> Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média **entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE** (Brasil, 2014) – grifos nosso.

No entanto, para o cumprimento da Meta 8, seria preciso a efetivação primeiramente da Meta 1, que que pretendia universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE, sendo que a estratégia 1.10 pretendia fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta.

Também o cumprimento da Meta 2, que a objetivava universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos matriculados na escola concluam essa etapa educacional na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. Para tanto, foram inseridas 20 (vinte) estratégias para darem sustentação aquela Meta, onde a estratégia 2.10 buscava estimular a oferta do ensino

fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades.

Desde o ano de 2009 que a Escola Municipal Agamenon Magalhães passou a denominação de escola quilombola, uma conquista para aquela população porque a forma como os recursos materiais e financeiros, e a forma de condução do currículo escolar são diferenciadas. Contudo, efetivamente, esse debate só começou em 2022.

Para o entrevistado **André Rebouças**, naquele primeiro momento houve uma certa resistência por parte da equipe de professores por vários aspectos, e parte dessa resistência foi vencida quando passaram a estudar os encaminhamentos nacionais, principalmente a Resolução nº 8, CNE/CBE, publicada em 20 de novembro de 2012:

> as diretrizes continuam a padrão, ou seja, a nacional, portanto estamos lutando para que tenhamos diretrizes que dialoguem com os saberes da comunidade. Sabemos do árduo desafio para implementar o debate, e temos percebido avanços na estrutura do currículo, na formação dos professores, na elaboração de materiais didáticos, etc. Alguns professores tiveram resistência, quando se fala em Educação Quilombola, devido à falta de informações e convicção religiosa (evangélicos) predominante (Entrevista concedida em 04 de julho de 2024).

A questão interpelada chamou atenção justamente pelo embate que presenciei durante o processo de coleta de dados e aplicação dos questionários, quando fui abordado por um professor que queria saber qual deveria ser a religião predominante em um território quilombola. Na roda de conversa com outros professores, percebi que algo estava afligindo-o e resolvi ampliar o debate, onde ele explicou ao grande grupo que era membro de uma denominação evangélica (a Igreja Assembleia de Deus), e que ouviu em uma palestra algo a respeito da religião do território, que na ótica do palestrante, por questões históricas, deveria predominar aquelas de matriz africana.

Na minha resposta não entrei no mérito particular, apenas afirmei que religião é entendida como uma relação individual do ser humano com seu Criador, e que para reafirmar sua ligação com Deus, ele seguia um conjunto de doutrinas e de ritos que orientavam a relação (do ser humano com o ser divino), e que ninguém poderia intervir nessa seara; disse ainda que nem o Estado brasileiro determinava isso, pois a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 19, categoricamente afirmava que o Estado brasileiro era laico, colaborando com o artigo 5º, inciso VI, que estipula ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, além de assegurar o livre exercício dos cultos religiosos, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias, reafirmando

assim que esse contexto faz parte dos diretos fundamentais do ser humano. Escrevi essa passagem no Caderno de Pesquisa, no dia 04 de julho de 2024.

O fato narrado pelo professor e a contextualização religiosa dentro dos territórios quilombolas é algo interessante e tem seu início com a expansão protestante na década de 1970, quando as igrejas pentecostais e neopentecostais passam a desbravar o interior do país. A Assembleia de Deus em Pernambuco, uma das mais antigas e respeitadas instituições pentecostais, durante as décadas de 1980 e 1990, quando estava na presidência o então pastor José Leôncio da Silva, fez um trabalho de base, de disciplinamento e de evangelismo, seguindo a esteira da formação primária[59] daquela igreja em Belém do Pará, alcançando os mais longínquos lugares, segundo afirma Andrade (2010). Esse avanço chegou com muita força nas comunidades rurais de Pernambuco, e também no Quilombo Sítio Araçá, que acolheu outras denominações posteriormente.

No Quilombo Sítio Araçá encontramos as igrejas evangélicas Assembleia de Deus, Assembleia de Deus Missão Evangelho Pleno, Deus é Amor, Ministério Missão Mundial, Igreja Pentecostal Jesus é o Caminho, além da Igreja Católica São Francisco de Assis. Não há qualquer indício de conflito religioso; nenhum entrevistado relatou algum ocorrido desta natureza, antes, a presença dessas denominações, em oposição a lacuna deixada pelo Estado, tem servido como base de sustentação social para muitas famílias, isso porque as campanhas de arrecadação de alimentos, doação de roupas, tem sido constante, bem como, a manutenção de uma escolinha de futebol e o trabalho intenso quanto a questão do alcoolismo nesse território.

Por mais que a religião seja algo individual como mencionei, em suas diversas formas é no coletivo que ela é efetivada. Ou seja, ela sempre exerceu papel profundo no seio comunitário e na construção da coletividade. No Quilombo Sítio Araçá, assim como em outros espaços rurais, ela funciona como um elo simbólico que une pessoas em torno de valores, de rituais e na sinergia das esperanças comuns, seja nos cultos evangélicos semanais ou nas missas para rezar por dias melhores, por pedidos de chuva e novenas direcionadas a santos. Em comunidades pequenas ou grandes, a fé serve como um espaço de encontro, de sentimento de pertencimento. Ao mesmo tempo observa-se que a religião pode moldar comportamentos e fortalecer laços sociais, criando redes de apoio e solidariedade.

[59] A Assembleia de Deus foi fundada em 1911, na cidade de Belém do Pará pelos irmãos Gunnar Vingren e Daniel Berg, ambos suecos e oriundos dos Estados Unidos da América.

Na entrevista com **André Rebouças** ele afirma que o trabalho na Escola Municipal Agamenon Magalhães, segue a seguinte formatação:

> é realizado de forma contextualizado onde se deve pautar em seu plano de aula conteúdos de vivencia geográfica, histórica, artística e religiosa dentro da territorialidade, com o viés da Educação das Relações Étnico-raciais, de acordo com a Lei 10.639/2010. Os desafios são gigantes é necessário discutirmos com maior propriedade o Currículo que dialogue com a territorialidade dos saberes das Comunidades Quilombolas.

Nesse contexto, é fundamental compreendermos a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (EEQ) na Educação Básica. Este marco normativo buscou assegurar uma educação que respeita e valoriza as especificidades históricas, culturais e sociais das comunidades quilombolas, promovendo a inclusão, a igualdade e o reconhecimento da diversidade étnico-racial no ambiente escolar.

A Escola Municipal Agamenon Magalhães, desde o ano de 2023 tem despertado para a efetivação de uma EEQ, passando a compreender mais profundamente o contexto das vivências de seus estudantes, reunindo cada vez mais a comunidade, partilhando saberes e quebrando paradigmas. Durante o processo de investigação nenhum entrevistado soube destacar aspectos das diretrizes inseridas na Resolução CNE/CEB nº 8/2012, no entanto, os projetos desenvolvidos pelos professores com apoio da coordenação pedagógica da direção escolar, tem transformado o espaço da sala de aula, que ganhou mais figuras da cultura afro-brasileira. Os projetos desenvolvidos na escola têm orientado as práticas pedagógicas de valorização do protagonismo cultural e da memória histórica. Mesmo os professores sendo uníssonos em afirmar que não foram preparados pedagogicamente para atuar seguindo a dinâmica daquela legislação, tem desenvolvido técnicas de integração dos conteúdos contextualizando-os com um ambiente educativo mais inclusivo, inserindo a família nesse processo de construção coletiva, onde professores, estudantes e famílias dialogam sobre a relevância dos saberes tradicionais e das práticas culturais no desenvolvimento do currículo escolar. Essa experiência demonstra como as diretrizes da EEQ são ferramentas essenciais para aproximar a educação formal das realidades e necessidades das comunidades quilombolas, fortalecendo a identidade e o pertencimento cultural de seus membros.

Um exemplo marcante dessa questão foi observado na crescente participação dos pais e responsáveis nas reuniões de pais e mestres, assim como nos eventos

promovidos pela escola, como a culminância de projetos pedagógicos. Esses momentos têm se tornado oportunidades valiosas para estreitar laços entre a escola e a comunidade, promovendo um diálogo colaborativo. Segundo o entrevistado, o distanciamento histórico entre a comunidade e a escola vem, gradativamente, sendo superada, permitindo a construção de uma relação mais integrada e participativa. Essa mudança de paradigma ao reconhecer a importância da presença da família no processo educativo, não apenas como suporte aos estudantes, mas como parceira ativa no planejamento e na execução das atividades escolares, tem feito a diferença local. Projetos pedagógicos que valorizam a cultura quilombola tem sido catalisadores nesse processo de aproximação. A presença dos pais nos eventos escolares reforça o sentimento de pertencimento e o reconhecimento da escola como um espaço que valoriza e respeita as identidades e os saberes da comunidade, como demonstrado na **Figura 27.**

Figura 27: Reunião de Pais e Mestres na Escola Municipal Agamenon Magalhães



Fonte: o autor, 2024.

O registro da **Figura 27** é de um momento significativo que ocorreu logo após a reunião mensal entre professores e pais de estudantes no início de agosto de 2024. Essa reunião, convocada pela gestão escolar, teve como objetivo principal apresentar os resultados alcançados no primeiro semestre letivo, promovendo um espaço de diálogo e transparência sobre o desenvolvimento dos alunos e as metas pedagógicas

da instituição. Entretanto, o encontro transcendeu seu propósito inicial ao se transformar em uma demonstração de reconhecimento e valorização do papel dos professores.

Aproveitando a ocasião, os pais realizaram uma entrega simbólica: uma cartolina no formato de uma folha de cheque estava escrita um valor simbólico de dinheiro. Esse montante foi resultado de uma contribuição coletiva, organizada de forma voluntária pelos pais, como forma de agradecer e homenagear os docentes pelo esforço e dedicação ao longo do ano. O gesto foi planejado para coincidir com a celebração do dia dos professores, destacando a importância da categoria para a formação das crianças e adolescentes. Esse ato não apenas reforçou o vínculo de respeito e colaboração entre a comunidade escolar e os educadores, mas também simbolizou o reconhecimento do trabalho docente como peça fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, evidenciou como pequenas iniciativas comunitárias podem fortalecer a relação escola-comunidade, criando um ambiente de gratidão e valorização mútua que inspira confiança e parceria no processo educativo.

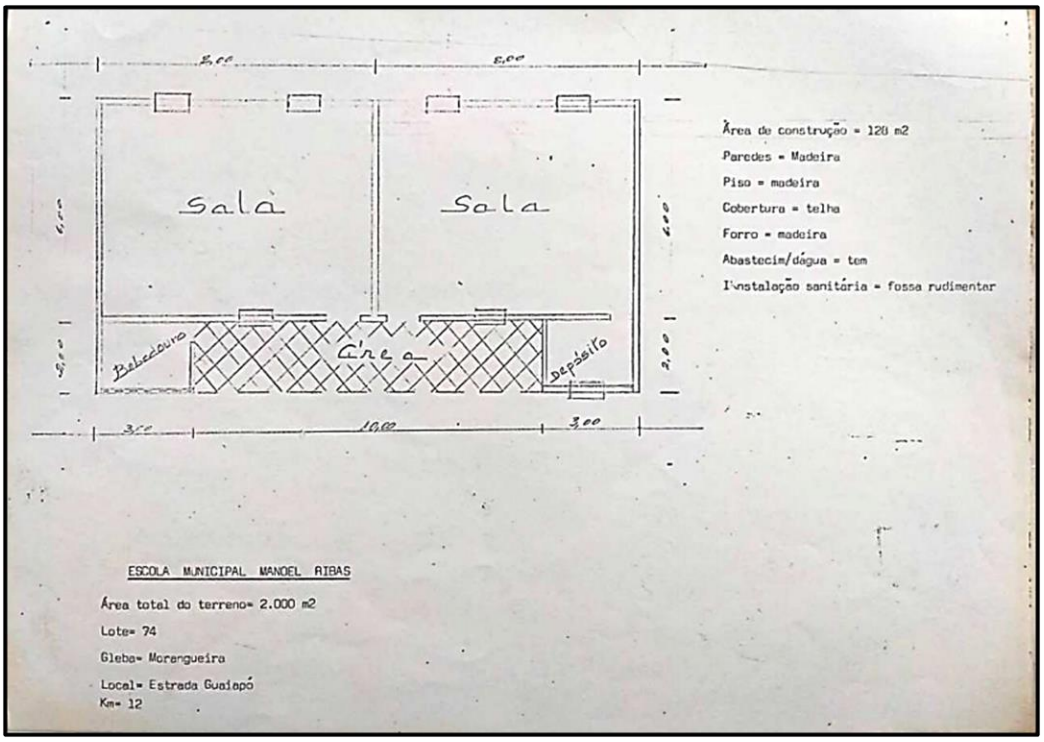
A Escola Municipal Agamenon Magalhães está localizada em uma das entradas do Quilombo Sítio Araçá, sendo um marco na história educacional da comunidade desde sua inauguração, na década de 1980. Sua arquitetura reflete o padrão típico das escolas rurais daquele período, projetadas para atender às necessidades básicas de ensino em áreas afastadas.

O edifício possui uma disposição linear, com duas salas de aula alinhadas no lado esquerdo e outras duas no lado direito. Entre esses espaços, localizam-se uma pequena cantina, um banheiro e a sala da direção, que também desempenhava a função prática de depósito para os alimentos destinados à merenda escolar, evidenciando a multifuncionalidade característica das estruturas escolares da época.

Essas escolas geralmente não eram cercadas por muros de alvenaria. Algumas contavam apenas com cercas de arame farpado, destinadas a evitar a entrada de animais no recinto, uma medida simples, mas indispensável em áreas rurais, onde a educação chegou tarde e suas condições sociais também. O Quilombo Sítio Araçá tem sua escola construída no ano de 1985, e pelo contexto apresentado nos capítulos dois e seis, a história da formação daquela Comunidades prescinde ao século XIX, então pontuemos o quanto de falta de perspectiva que aquele território deixou de alcançar em décadas de esquecimento.

Na **Figura 28** temos uma planta baixa de uma escola rural da década de 1980, quando foi construída a Escola Municipal Agamenon Magalhães.

Figura 28: Padrão de Escola Rural na década de 1980



Fonte: Zamferrari (2020)

Observando a planta da Escola Rural Municipal Manoel Ribas, apresentada por Zamferrari (2020), veremos que este foi o modelo de arquitetura desenvolvida na época para as escolas rurais. No caso da **Figura 28** é de uma escola do Estado do Paraná, com salas próximas, área de convivência, depósito e bebedouro, mas é também o mesmo projeto desenvolvido no Nordeste e em específico no espaço dessa pesquisa. Na **Figura 29** temos o padrão da Escola Municipal Agamenon Magalhães nos dias atuais, onde poucas mudanças estruturais aconteceram. Ela ganhou murada em alvenaria, melhorias estruturais, porém, manteve a sua estética arquitetônica de 1985 quando foi construída e entregue a Comunidade.

Figura 29: Padrão da Escola Municipal Agamenon Magalhães



Fonte: o autor, 2024.

Embora nunca tenha passado por uma grande reforma estrutural, a escola recebe, anualmente, pequenas intervenções e melhorias que contribuem para sua funcionalidade e adaptação às necessidades atuais. Entre essas ações, destacam-se a ampliação e construção de novas salas de aula e banheiros na parte inferior do prédio, bem como a edificação de uma murada que delimita o terreno da escola, como ilustrado na **Figura 30**. Essas melhorias refletem o esforço contínuo para modernizar e adequar o espaço escolar, respeitando, ao mesmo tempo, sua identidade histórica e arquitetônica.

Figura 30: Frente da Escola Municipal Agamenon Magalhães



Fonte: o autor, 2024.

Como já mencionado, a Escola Municipal Agamenon Magalhães fica em uma das entradas do povoamento, sendo sua localização distanciada do centro da

comunidade, e, como mostrado no primeiro artigo, pouca coisa tem mudado no cotidiano social, porque a iluminação pública do acesso a escola é precária, onde os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando deslocam para suas residências após as aulas, adentram o povoamento quase as escuras. As melhorias nas vias de acesso são realizadas de forma comunitária, com os próprios moradores construindo, periodicamente, quebra-molas para reduzir a velocidade dos veículos e aumentar a segurança local.

O acesso é precário, especialmente em períodos chuvosos quando o solo de massapê (barro) se torna extremamente escorregadio e intransitável, dificulta e até mesmo impossibilita a passagem de carros e motos. Essa condição acaba isolando a Comunidade, em situações de urgência e emergência, evidenciando a necessidade de investimentos em infraestrutura viária que garanta acessibilidade durante todo o ano.

A Escola Municipal Agamenon Magalhães, não é apenas um espaço físico, mas um símbolo da resiliência e da importância da educação no Quilombo Sítio Araçá, que mesmo chegando tarde aquele território, é uma das ferramentas necessárias para a construção e o fortalecimento da identidade quilombola.

6.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAÇÁ

O estudo do perfil socioeconômico da Comunidade Quilombola do Araçá é fundamental para compreendermos as condições de vida, os desafios e as potencialidades que influenciam o cotidiano de seus moradores. Situada no Sertão de Pernambuco, composta por 143 (cento e quarenta e três) famílias, totalizando 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) habitantes, segundo dados produzidos pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2024) pela empresa Maron Ambiental, a pedido do Complexo Eólico Queimada Nova Leste II – Ventos de São João Energias Renováveis S/A, aquele território é representado pela Associação Remanescente de Quilombo Sítio Araçá. A Comunidade possui rica herança cultural e histórica, refletida em seu modo de vida, nas festividades e nas práticas sociais que movimentam a localidade. Contudo, diante das dificuldades financeiras, muitas famílias tem mudado para outras localidades, a exemplo da área irrigada de Petrolina/PE, como forma de buscar trabalho e sustentação financeira. Outros tantos, deslocam-se para aquela área irrigada durante a semana, retornando nos finais de semana.

Como já detalhado, a coleta de dados que fundamenta esta tese foi realizada em duas etapas. Na primeira, utilizou-se um questionário composto por 10 (dez) perguntas estruturadas, todas de múltipla escolha e com respostas objetivas. O instrumento foi elaborado seguindo as diretrizes da plataforma *Google Forms* e incluía o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Somente após a leitura e aceitação do TCLE os participantes puderam responder às perguntas de forma sequencial. O questionário foi disponibilizado via aplicativo *WhatsApp*, entre os dias 01 e 31 de julho de 2024, e também aplicado presencialmente durante visitas domiciliares. Ao todo um total de 89 (oitenta e nove) moradores participaram da pesquisa, correspondendo a 20% (vinte por cento) da população residente no Quilombo Sítio Araçá.

A segunda etapa do levantamento de dados consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de captar em profundidade as percepções e opiniões das lideranças organizacionais acerca da temática abordada. Essa metodologia permitiu uma abordagem mais flexível, possibilitando que os entrevistados expressassem suas visões e experiências de maneira mais detalhada e espontânea. Foram entrevistadas duas lideranças quilombolas, uma professora local, um gestor escolar e um dirigente municipal de educação. Cada entrevista foi conduzida com foco em entender as perspectivas individuais sobre os desafios e as oportunidades no contexto da educação quilombola, assim como o papel das políticas públicas e das práticas pedagógicas no fortalecimento da identidade e da autonomia comunitária.

No contexto do questionário aplicado aos moradores do Quilombo Sítio Araçá, a proposta era analisar o perfil socioeconômico daquele território abordando aspectos como renda familiar, condições de habitação, acesso a serviços básicos, nível de escolaridade e as fontes de sustento, e com isso construir um panorama detalhado da realidade local. Esse diagnóstico não apenas enriquece a compreensão sobre as necessidades da Comunidade, mas também serve como base para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas educativas que respeitem e valorizem as especificidades do Quilombo do Araçá, promovendo o fortalecimento de sua identidade e autonomia social e econômica.

As questões foram categorizadas conforme apresentado no **Quadro 2**, sendo respondidas por 89 (oitenta e nove) moradores daquele território, através de link encaminhado pelo *Whatsapp* ou nas visitas realizadas nas residências dos

moradores, ao longo do período da pesquisa. Importante mencionar essa questão porque a Comunidade Quilombola do Araçá mantém um grupo de *Whatsapp* onde questões relacionadas a Associação de Moradores ou a Associação Quilombola são encaminhados a partir daquele instrumento de conversa rápida, e foi justamente através dele que este pesquisador ficou conhecido pelos moradores, quando fui inserido no grupo e apresentei meu projeto e meus objetivos. Ao bater nas portas para entrevistar moradores ou nas interações nas reuniões da Associação, muitos já sabiam do que se tratava.

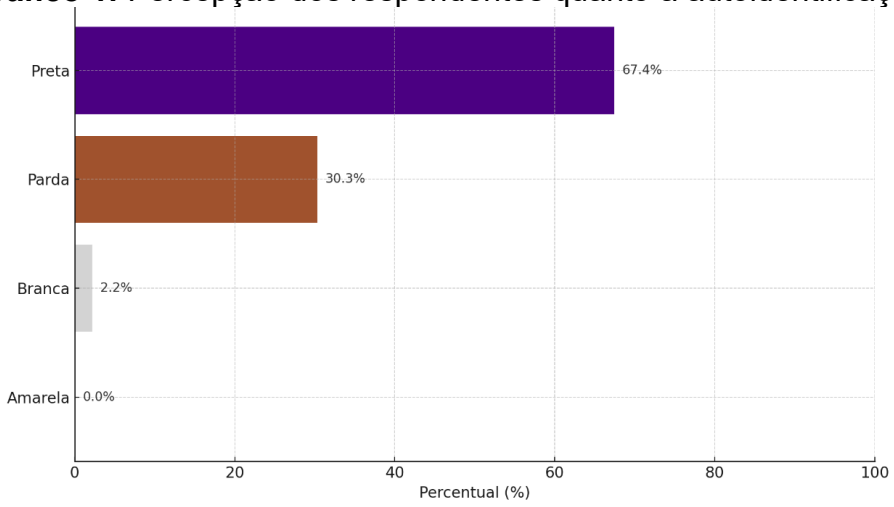
Quadro 2: Categorias das Perguntas aplicadas aos moradores

PERGUNTA 1) Como você se identifica?
PERGUNTA 2) Qual seu gênero?
PERGUNTA 3) Qual sua escolaridade?
PERGUNTA 4) Qual sua religião?
PERGUNTA 5) Qual seu estado civil?
PERGUNTA 6) Tem filhos? quantos?
PERGUNTA 7) Qual sua ocupação principal?
PERGUNTA 8) Você recebe o benefício do Bolsa Família?
PERGUNTA 9) Qual a renda mensal de sua família?
PERGUNTA 10 Você participa das decisões da Comunidade?

Fonte: o autor, 2024.

Os resultados das respostas mostradas no **Quadro 2** foram formatados em gráficos, nos quais observamos os seguintes resultados:

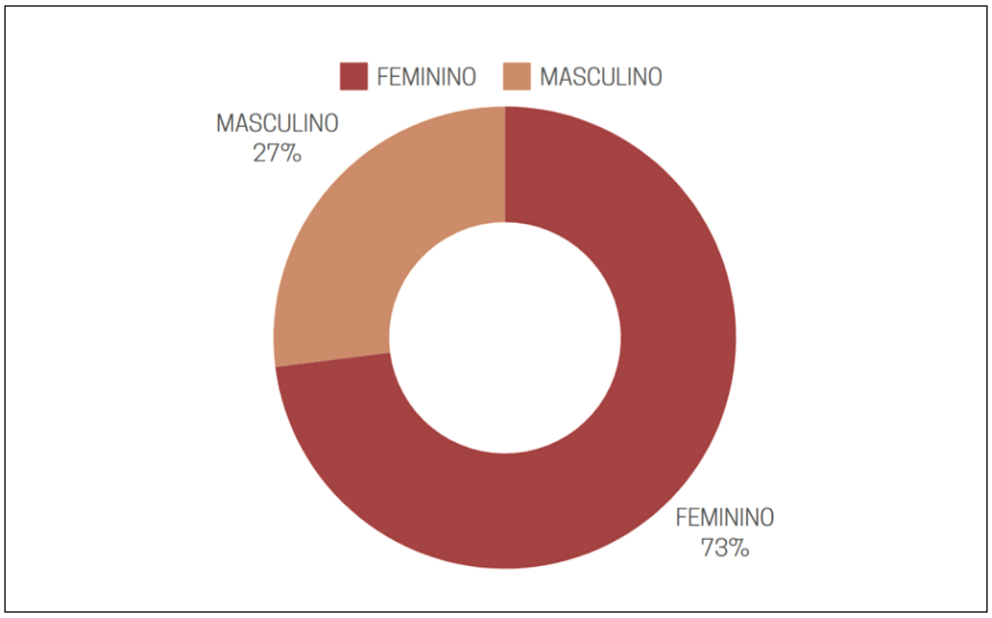
Gráfico 1: Percepção dos respondentes quanto a autoidentificação



Fonte: o autor, 2024.

Analisando o gráfico 1, resultado na pergunta 1, veremos que 67,4% (sessenta e sete vírgula quatro por cento) se identificam como pessoa preta, e 30,3% (trinta vírgula três por cento) como pessoa parda. Apenas 2,2% (dois vírgula dois por cento) afirmaram ser brancos, e não houve identificação como amarelo (0%). Esses dados evidenciam uma predominância de pessoas pretas e pardas no grupo analisado, e são dados importantes porque mostra a realidade local, e ao mesmo tempo chama atenção porque muitos moradores ao responder o questionário de forma presencial, questionaram se não havia a opção “moreno”, o que era explicado que por se autodeclarar assim a pessoa poderia responder a opção “parda” que estaria contemplando sua resposta. A questão da identidade quilombola no Araçá ainda é um processo em construção, como exemplificado no capítulo seis, onde o apagamento histórico, a ofuscação da memória coletiva e o reconhecimento tardio daquele espaço como sendo tradicional, prejudicou o desenvolvimento local e a aceitação por parte de sua população, principalmente os mais novos que não conseguem perceber a perspectiva de sua existência como quilombola. Essa questão foi mencionada por Gomes (2017) e Campelo (2022), quando pesquisaram a localidade para construção de suas dissertações de Mestrado.

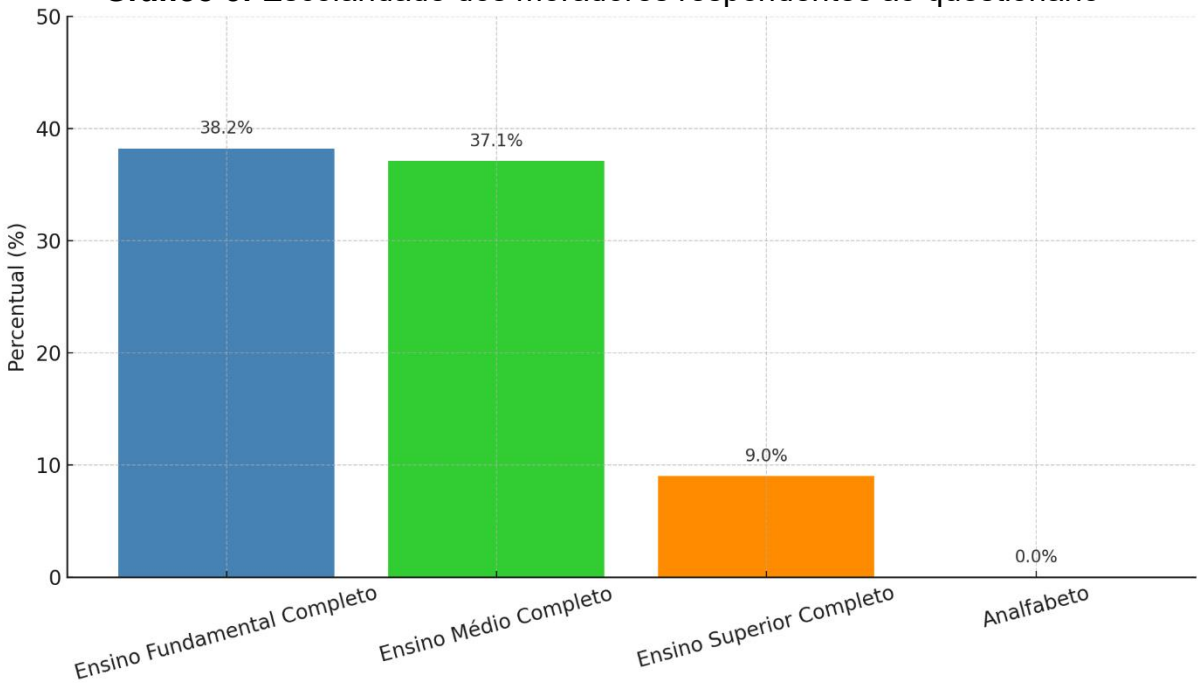
Gráfico 2: Percentual dos respondentes quanto ao gênero



Fonte: o autor, 2024.

O gráfico 2 mostra que 73% (setenta e três por cento) dos moradores que responderam ao questionário disseram ser do gênero feminino, e 27% (vinte e sete por cento) disseram ser do gênero masculino. Esse dado é interessante porque confirma informações do IBGE (2023) o qual afirma ser este um território formado na sua maioria por mulheres.

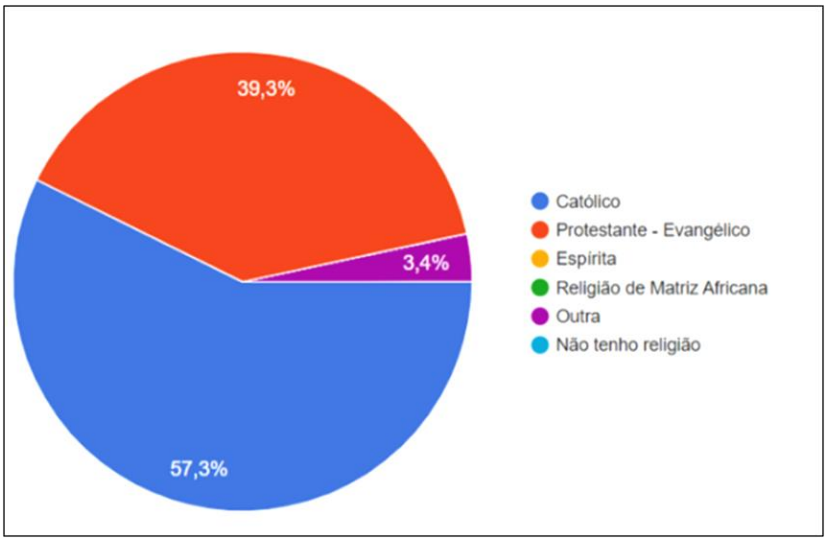
Gráfico 3: Escolaridade dos moradores respondentes ao questionário



Fonte: o autor, 2024.

O gráfico 3 perguntou a escolaridade do entrevistado, e nele observamos que 38,2 (trinta e oito vírgula dois por cento) dos moradores entrevistados possuem o Ensino Fundamental Completo; Outros 37,1% (trinta e sete vírgula um por cento) possuem o Ensino Médio Completo; 9% (nove por cento) afirmara já ter concluído o Ensino Superior, e nenhum entrevistado declarou-se analfabeto.

Gráfico 4: Percentual dos respondentes quanto a religião ou credo que pratica



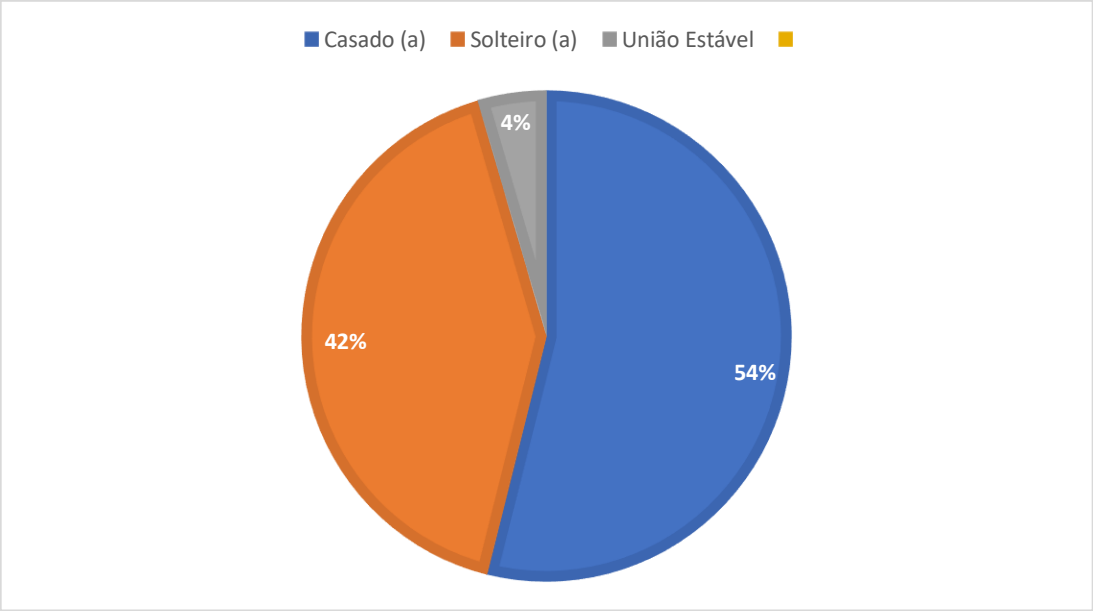
Fonte: o autor, 2024.

No Quilombo Sítio Araçá, apesar das cinco denominações evangélicas presentes, a predominância ainda é de Católicos. O gráfico 4 indica a distribuição religiosa, com os seguintes percentuais: 57,3% (Católicos). A predominância católica reflete a influência histórica da colonização e evangelização no Brasil. A tradição católica tende a ter um papel central em celebrações e rituais comunitários, influenciando práticas culturais e sociais. 39,3% (Protestantes/Evangélicos). O crescimento de denominações evangélicas é resultado de movimentos religiosos contemporâneos, como já mencionado, que têm expandido sua atuação em comunidades rurais nordestinas, e em Comunidades Tradicionais. 3,4% (Outras religiões). Este grupo provavelmente inclui pessoas que seguem sistemas religiosos específicos ou crenças menos comuns na região. Sua pequena representatividade pode indicar desafios em termos de visibilidade e reconhecimento de práticas alternativas na comunidade. 0% (Espírita, Religiões de Matriz Africana e Sem Religião).

A ausência de representatividade de religiões de matriz africana, pode ser um indicativo de apagamento cultural ou de dificuldades na manutenção dessas tradições haja vista a formação da região, com a imposição religiosa pelos Bandeirantes, o afastamento do litoral e a negação a ancestralidade. Em comunidades quilombolas, essas ausências podem refletir processos históricos de exclusão ou marginalização dessas práticas, ou simplesmente, que pode ser o caso do Quilombo Sítio Araçá, o fato do reconhecimento tardio de ser um território tradicional.

A predominância de católicos e evangélicos sugere que a Comunidade é majoritariamente cristã, o que facilita a convivência baseada em valores comuns, e promova o respeito às diferenças religiosas, fundamental para fortalecer o senso de coletividade e identidade cultural.

Gráfico 5: Percentual dos respondentes quanto ao estado civil



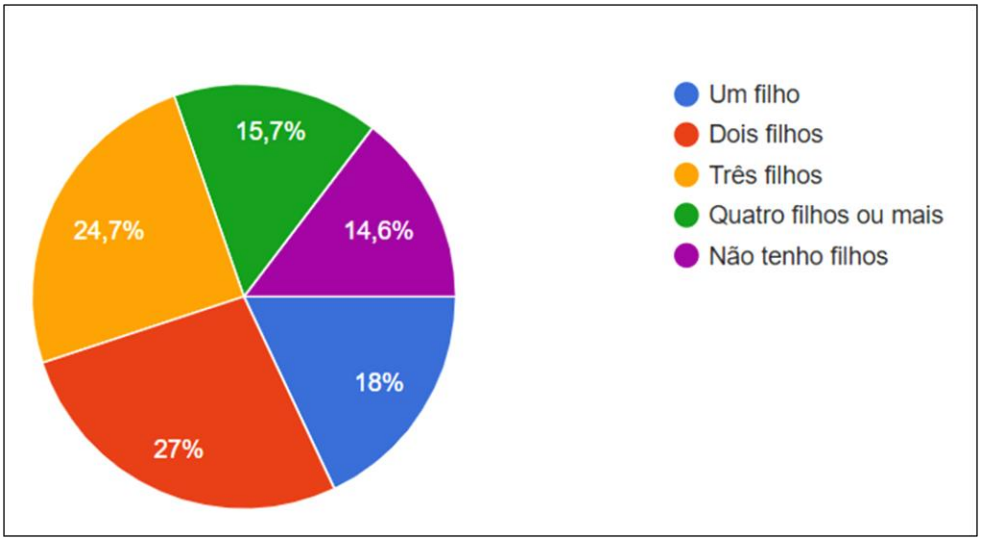
Fonte: o autor, 2024.

O gráfico 5 perguntou qual o estado civil do respondente, e a maioria ou 53,9% (cinquenta e três virgula nove por cento) afirmaram serem casados; um percentual de 4.5% (quatro vírgula cinco por cento) disseram que vivem em União Estável; e outros 41,6% (quarenta e um vírgula seis por cento) disseram serem solteiros. Mais da metade da comunidade está formalmente casada, indicando a importância do matrimônio como estrutura central das relações familiares e comunitárias. Essa prevalência pode refletir valores tradicionais e a influência de normas religiosas e culturais que valorizam o casamento como base da estabilidade familiar.

Agora, uma parcela significativa da comunidade é solteira, o que pode ser um reflexo de várias condições, como a juventude predominante, priorização de outros aspectos da vida (como trabalho e educação), ou escolha pessoal. Essa proporção também pode influenciar a dinâmica social e econômica da comunidade, considerando a autonomia ou dependência familiar dos solteiros. Esse percentual expressivo de solteiros indica uma comunidade relativamente jovem, o que traz

desafios relacionados à educação, emprego, e engajamento em decisões comunitárias.

Gráfico 6: Percentual de filhos a partir das respostas do questionário



Fonte: o autor, 2024.

Por ser uma Comunidade jovem na sua essência, a maioria das famílias, segundo o percentual de respostas, tem uma base entre um e três filhos. Apenas 15,7% (quinze vírgula sete por cento) afirmaram em suas respostas que tem entre quatro ou mais filhos. Os percentuais indicam:

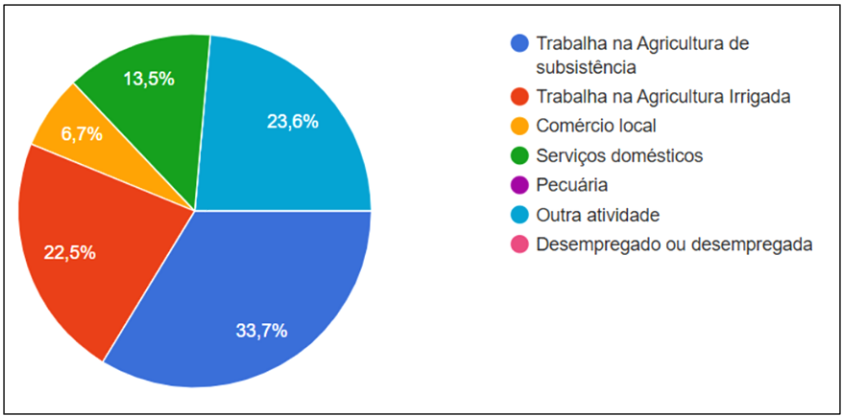
- **27% - Dois filhos**: A maior proporção está entre pessoas com dois filhos, o que reflete uma tendência comum em contextos onde o planejamento familiar começa a ser aplicado, indicando preocupação com o equilíbrio entre qualidade de vida e recursos disponíveis. Também reflete a migração constante para outras regiões por falta de emprego na região, o que reflete a necessidade de locomoção constante e mudanças na vida familiar.
- **24,7% - Três filhos**: Um quarto da população tem três filhos, o que também pode estar associado a valores culturais que privilegiam famílias maiores, ou à limitação de acesso a métodos contraceptivos em algumas comunidades.
- **18% - Um filho**: A presença significativa de famílias com um único filho sugere mudanças em padrões familiares, possivelmente influenciadas por condições socioeconômicas ou maior conscientização sobre planejamento familiar. Também pode refletir pessoas jovens, recém casados e com a construção familiar ainda em desenvolvimento.

- **15,7% - Quatro filhos ou mais**: Famílias maiores podem ser reflexo de tradições culturais ou falta de acesso a políticas públicas voltadas ao planejamento reprodutivo. Essa realidade também pode impactar a renda familiar e os recursos disponíveis para educação e saúde.
- **14,6% - Não tenho filhos**: Um percentual considerável da população não tem filhos, o que pode incluir jovens, pessoas em fase de formação profissional ou escolhas pessoais relacionadas a questões econômicas ou sociais, ou simplesmente jovens solteiros.

A diversidade no número de filhos indica que a comunidade conta com várias gerações convivendo juntas, o que pode fortalecer os laços familiares e a transmissão de saberes tradicionais. Outra questão que chama bastante atenção é o fato de 41,6% (quarenta e um vírgula seis por cento) serem solteiros, porém pelos dados apresentados nesta resposta, são solteiros com filhos, uma parcela considerável de mães solos.

O percentual significativo de pessoas com um ou dois filhos, ou sem filhos, sugere uma transição para padrões familiares menores, que podem impactar a dinâmica da comunidade no longo prazo, como menor força de trabalho jovem, visto que o número de filhos por família influencia diretamente as demandas por educação, saúde e outros serviços básicos, sendo crucial para o planejamento comunitário e municipal. Nisso, o gráfico reflete tanto as tradições quanto as transformações sociais da comunidade. É essencial que a gestão pública e as políticas sociais levem em conta essas dinâmicas para promover igualdade de oportunidades e garantir o bem-estar de todas as famílias.

Gráfico 7: Ocupação principal na ótica dos respondentes



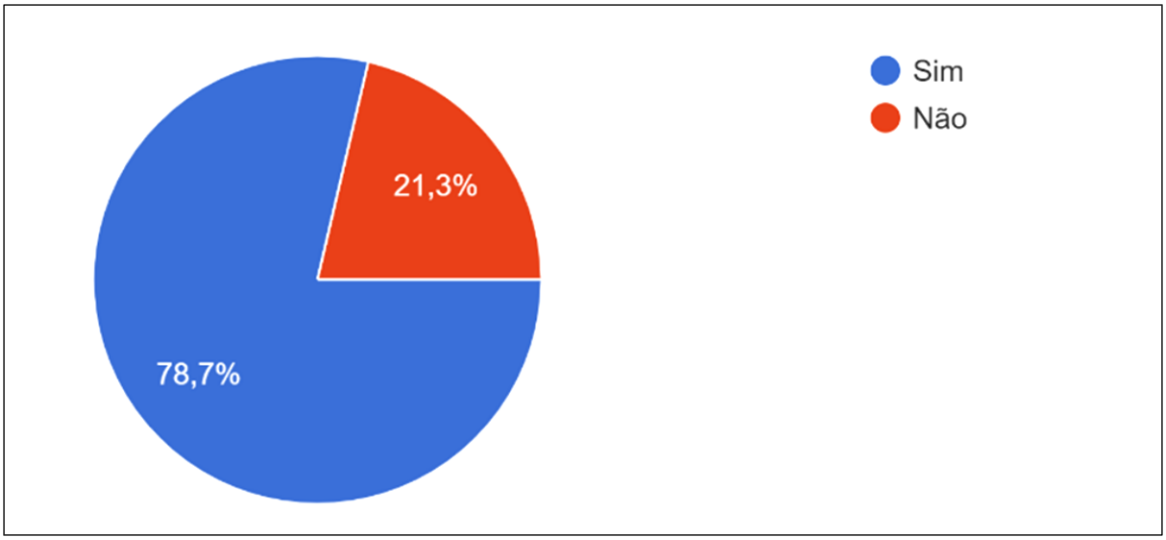
Fonte: o autor, 2024.

O gráfico 7 queria saber qual a ocupação do entrevistado, dando opções de resposta. Ele representa a distribuição das atividades econômicas desempenhadas pelos membros da Comunidade, evidenciando a diversidade de ocupações e a relevância de cada setor. A maior parte dos participantes, 33,7% (trinta e três vírgula sete por cento) está envolvida com a "agricultura de subsistência", o que ressalta a dependência direta da terra para sustento, típica de Comunidades Tradicionais rurais. Em segundo lugar, 23,6% (vinte e três vírgula seis por cento) realizam "outra atividade", indicando uma parcela significativa da população que busca alternativas além das opções mais tradicionais, talvez refletindo a influência de mudanças socioeconômicas locais ou falta de oportunidades em setores convencionais. Já 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) trabalham na "agricultura irrigada", o que reflete na migração de parte daquela população para outras regiões, a exemplo de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, em busca de condições econômicas de sobrevivência para a geração de renda e produção alimentícia na região.

Além disso, o gráfico 7 mostra que 13,5% (treze vírgula cinco por cento) da população está empregada em "serviços domésticos", revelando a inserção de trabalhadores em atividades fora do contexto agrícola, mas ainda dentro de empregos precarizados ou informais. Apenas 6,7% (seis vírgula sete por cento) atuam no "comércio local", o que aponta para a limitada oferta ou demanda nesse setor, possivelmente relacionado ao isolamento geográfico ou dificuldades estruturais. Por fim, a ausência de registros significativos na pecuária e a invisibilidade de desempregados ou desempregadas no gráfico podem indicar peculiaridades na dinâmica econômica local, onde todos se engajam em algum tipo de trabalho, mesmo que informal ou intermitente.

Essa análise reforça a necessidade de políticas públicas que contemplem a diversificação econômica e o fortalecimento de práticas tradicionais alinhadas às demandas atuais do Quilombo Sítio Araçá, e antecipa a resposta do gráfico 8, que queria saber se o entrevistado recebe o benefício social do Bolsa Família, onde 78,7% (setenta e oito vírgula sete por cento) afirmaram positivamente.

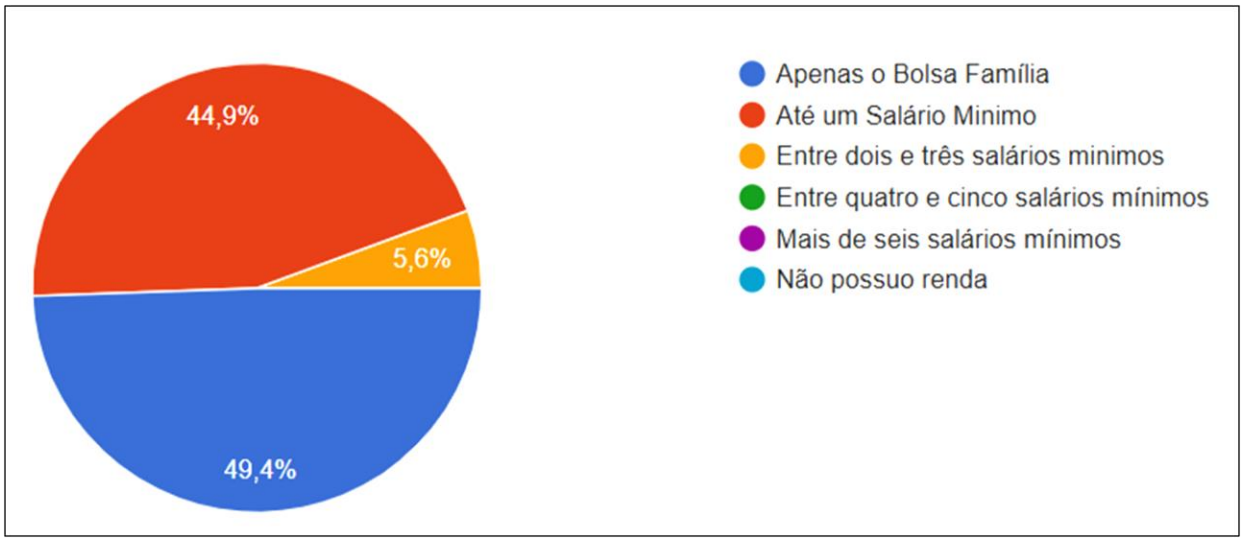
Gráfico 8: Percentual de respondentes que recebem o benefício social Bolsa Família



Fonte: o autor, 2024.

É importante lembrarmos que o Programa Bolsa Família desempenha papel fundamental na segurança alimentar e nutricional das populações rurais, especialmente em comunidades de baixa renda no Norte e Nordeste do Brasil. Ao garantir uma transferência direta de renda, o programa possibilita que as famílias mais vulneráveis tenham acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, reduzindo a insegurança alimentar e os índices de desnutrição. Em contextos rurais, onde a subsistência frequentemente depende de safras sazonais e condições climáticas, o Programa Bolsa Família funciona como uma rede de proteção, assegurando o mínimo necessário para a sobrevivência mesmo em períodos de escassez. Além disso, ao exigir contrapartidas como frequência escolar e acompanhamento de saúde, o Programa promove uma abordagem integrada que não apenas combate a fome, mas também incentiva a melhoria das condições de vida, contribuindo para a redução da pobreza intergeracional e para o fortalecimento da economia local por meio do estímulo ao consumo nos mercados regionais.

Gráfico 9: A renda familiar na ótica dos entrevistados



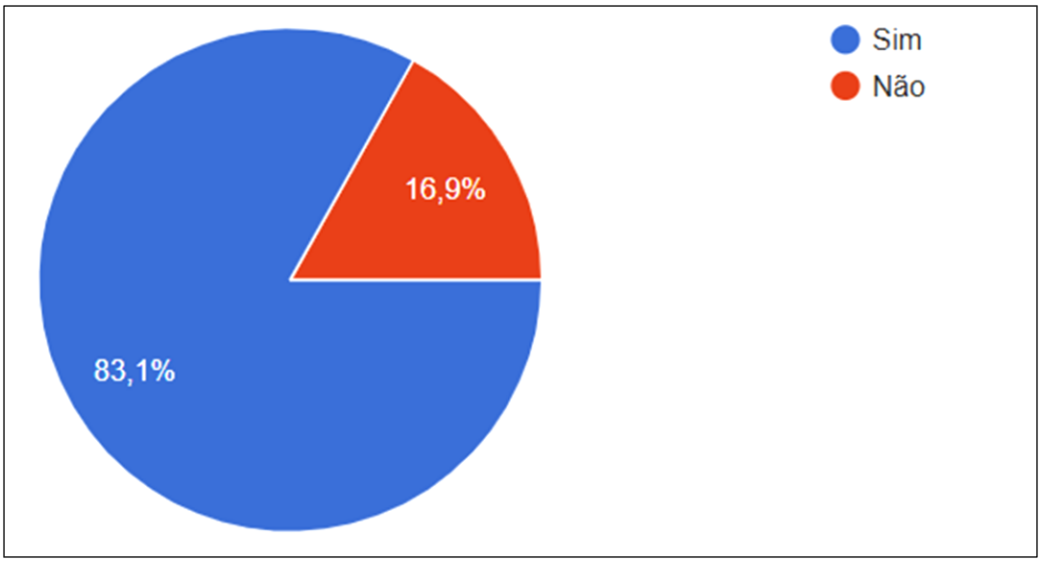
Fonte: o autor, 2024.

O gráfico 9 apresenta a distribuição das faixas de renda observadas no questionário aplicado aos moradores do Quilombo Sítio Araçá, destacando como já mencionado na análise do gráfico 8, a centralidade do Programa Bolsa Família como principal fonte de renda para 49,4% (quarenta e nove vírgula quatro por cento) da população. Esse dado evidencia a dependência direta de políticas públicas de transferência de renda para garantir a subsistência, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica e social. Em seguida, 44,9% (quarenta e quatro vírgula nove por cento) dos entrevistados declararam possuir renda de até um salário mínimo, indicando que a maioria da Comunidade sobrevive com recursos limitados, insuficientes para atender plenamente às necessidades básicas. Essa realidade reflete a precariedade das oportunidades econômicas na região e reforça a importância de estratégias que promovam a inclusão produtiva e a melhoria das condições de trabalho.

Por outro lado, uma parcela significativamente menor, 5,6% (cinco vírgula seis por cento), possui renda entre dois e três salários mínimos, enquanto as faixas superiores (quatro salários mínimos ou mais) não aparecem no gráfico, sugerindo uma grande concentração de renda nas camadas mais baixas. A ausência de representatividade em rendas mais altas aponta para a ausência de empregos formais bem remunerados ou de atividades econômicas diversificadas na comunidade. Esses dados reforçam a necessidade de investimentos em políticas públicas que estimulem o desenvolvimento local, garantindo acesso à educação, capacitação profissional e

infraestrutura básica, para reduzir as desigualdades e ampliar as possibilidades de autonomia econômica dos moradores.

Gráfico 10: Percepção dos respondentes quanto as decisões da Comunidade



Fonte: o autor, 2024.

O último gráfico queria saber se o entrevistado participa das decisões da Comunidade. Um total de 83,1% (oitenta e três vírgula um por cento) dos entrevistados responderam "Sim" e 16,9% (dezesseis vírgula nove por cento) dissera que "Não", sugerindo uma ampla adesão ou concordância em relação à questão apresentada. Esses números indicam que uma expressiva maioria compartilha de uma visão ou prática específica, o que pode estar relacionado a fatores culturais, sociais ou econômicos predominantes na comunidade investigada. Esse alto percentual de respostas positivas evidencia um comportamento ou posicionamento coletivo que pode ser decisivo para compreender as dinâmicas internas e a forma como as políticas públicas ou ações comunitárias são debatidas. Lembrei então da construção da Carta de Direitos Climáticos, que está anexada a este trabalho no Anexo 2, onde aproximadamente 90 moradores participaram ativamente do debate e da construção textual. O processo de construção da Carta de Direitos Climáticos dos Quilombos Sítio Araçá e Jatobá II, realizado entre abril e agosto de 2024 pelo Instituto Climate Reality Project Brasil, e que já mencionamos no capítulo sexto, representou uma iniciativa pioneira de participação comunitária voltada para a justiça climática e os direitos socioambientais.

Durante esse período, lideranças quilombolas, pesquisadores e moradores do Quilombo Sítio Araçá e Quilombo Jatobá II se engajaram em oficinas, rodas de diálogo e atividades de escuta ativa, a fim de integrar os saberes tradicionais das comunidades às demandas globais de enfrentamento às mudanças climáticas, principalmente diante das investidas e grandes conglomerados que assediam os territórios para implementação de torres de produção de energia eólica. O projeto buscou garantir que a visão das populações quilombolas fosse central na formulação de diretrizes, assegurando o protagonismo das comunidades na defesa de seus territórios e na construção de políticas climáticas inclusivas.

O processo, fundamentado em metodologias participativas e etnográficas, promoveu um espaço de valorização das experiências históricas de resistência quilombola frente às pressões ambientais e econômicas. Além de destacar o papel das comunidades no manejo sustentável dos recursos naturais, a Carta de Direitos Climáticos também delineou estratégias para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, como o acesso à água, a conservação da biodiversidade e a soberania alimentar.

O documento final se tornou um marco na luta por justiça climática, não apenas pela sua relevância local, mas também por servir como inspiração para outras comunidades tradicionais e grupos vulneráveis na Mesorregião do São Francisco, e pelo fato da liderança local Edna Paixão dos Santos, que é Pedagoga e membro do Coletivo de Saúde da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), ter dado força política a Carta de Direitos Climáticos do Quilombo Sítio Araçá e Sítio Jatobá II, entregando-a para autoridades públicas em diversos eventos que participou depois da sua divulgação e apresentação em 25 de agosto de 2024. O debate climático é essencial para as comunidades quilombolas, pois elas estão entre os grupos mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, como secas prolongadas, inundações e a perda de biodiversidade, que ameaçam diretamente sua subsistência e modos de vida tradicionais. Essas comunidades, que historicamente têm um papel crucial na conservação ambiental e no manejo sustentável dos recursos naturais, precisam ter suas vozes amplificadas e seus conhecimentos tradicionais reconhecidos como ferramentas estratégicas para a formulação de políticas públicas climáticas, como mostrado nas imagens abaixo.

Além disso, o fortalecimento do diálogo sobre justiça climática entre as duas comunidades quilombolas que formataram o debate, foi fundamental para garantir que

os direitos territoriais e culturais daqueles espaços fossem respeitados, e que as medidas de adaptação e mitigação climática sejam inclusivas e promovam a equidade social.

Por outro lado, os 16,9% (dezesseis vírgula nove por cento) que responderam "Não" na pergunta presente no gráfico 10, destacam a existência de uma minoria que, por diferentes motivos, não compartilha da mesma perspectiva. Essa diferença pode estar vinculada a fatores como acesso desigual a recursos, diferenças educacionais ou mesmo variações nos contextos familiares e individuais. A análise desse grupo minoritário é fundamental para identificar possíveis desafios ou lacunas na implementação de políticas ou iniciativas que visem beneficiar a comunidade como um todo. Esses dados reforçam a necessidade de abordagens inclusivas que contemplem tanto as demandas da maioria quanto as especificidades das minorias, e que já foi mostrado no capítulo seis.

6.3 O CURRÍCULO LOCAL E A RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 8/2012

Evidenciar que a escravidão influenciou significativamente os aspectos da vida brasileira, onde aqueles oriundos de África e seus descendentes, exerceram fortes influência nas várias práticas culturais e materiais criando a sociedade afro-brasileira, que começou nas senzalas dos grandes engenhos com as trocas culturais e as alianças feitas intensamente entre escravizados, a terra que cultivava para os senhores, e também as terras cultivadas nos quilombos com as sementes crioulas levadas nos cabelos das mulheres quando conseguiam fugir das garras dos feitores e capitães do mato, é pensar que no século XXI ainda há a necessidade de estarmos debatendo a temática a partir do viés social e jurídico, visto que nem todos os direitos foram garantidos a população remanescente de quilombos, inclusive, o direito de existir. No contexto educacional, pontuamos nos capítulos três e quatro aspectos jurídicos das normas e legislações que tratam do debate sobre a educação antirracista, bem como, da inserção dos remanescentes de quilombos no texto constitucional, em 1988.

Mais recentemente, a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que por sua vez apontou uma série de aspectos fundamentais para a educação. Ela modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

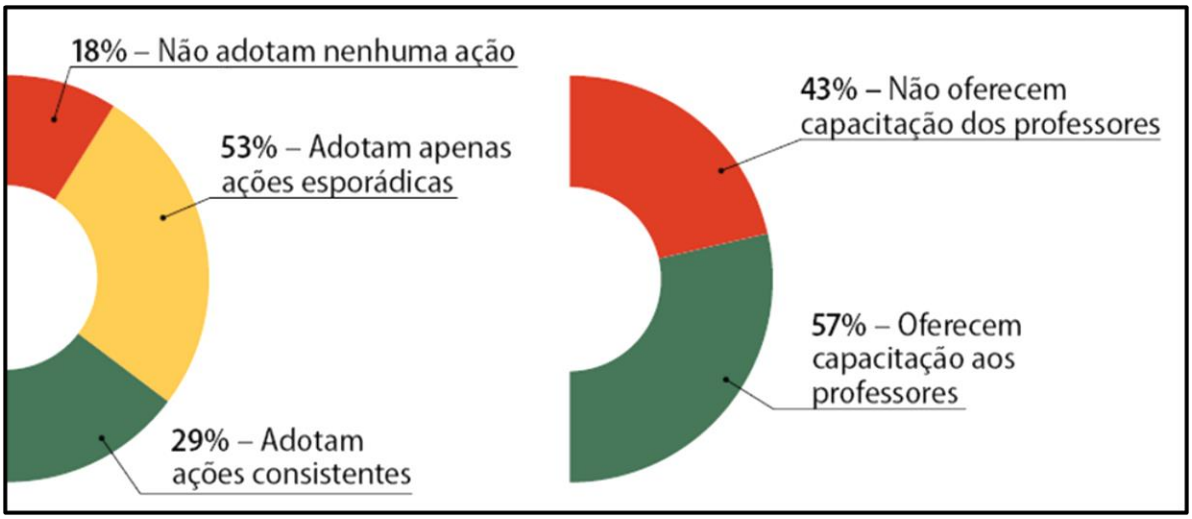
(LDBEN 9.394/96) e está fundamentada na Carta de 1988, bem como na Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecendo as especificidades históricas, culturais e territoriais das comunidades quilombolas. A ênfase no contexto legal fortalece o argumento de que a Educação Escolar Quilombola é um direito, fundamentado no reconhecimento da identidade quilombola e da necessidade de reparação histórica da população remanescente de quilombos, que define quilombos como grupos étnico-raciais com história própria e vínculos territoriais específicos, mas que não está na pauta governamental em muitos municípios brasileiros, conforme apontou o Instituto Geledés, entidade que trabalha e discute questões relacionada a luta antirracista no Brasil.

Para o Instituto Geledés[60], que pesquisou 1200 prefeituras em todo o Brasil, a inclusão da temática racial no currículo escolar brasileiro, especialmente no âmbito das prefeituras responsáveis pela educação infantil e fundamental, apresenta um panorama preocupante e contraditório. Segundo o levantamento, apenas 29% (vinte e nove por cento) das prefeituras tratam a questão de forma satisfatória, incorporando de maneira consistente a história e a cultura da população negra em suas grades curriculares. Por outro lado, 18% (dezoito por cento) das prefeituras ignoram completamente a temática racial, enquanto 53% (cinquenta e três por cento) limitam-se a ações pontuais e pouco estruturadas, geralmente restritas ao mês de novembro, em função do Dia Nacional da Consciência Negra (comemorado no dia 20 de novembro, e que passou a ser feriado nacional a partir de 2024 por força de lei), onde essa abordagem episódica reflete uma cultura do evento que é insuficiente para lidar com a profundidade do problema e para promover mudanças efetivas.

É fato que essa prática de ações superficiais apenas no mês de novembro, como desfiles de moda afro, festivais de culinária africana, palestras, exibição de filmes e debates em sala de aula, é muito pouco ou quase não contribui para uma transformação significativa na educação, isso porque é preciso construir um diálogo permanente com a comunidade escolar, trazendo para a sala de aula questões ligadas as práticas antirracistas e criando no coletivo de estudantes, a criticidade para entender que o respeito é parte da essência da escola e do ser humano, independentemente da cor da pele, do credo, da opinião sexual, da procedência nacional ou mesmo, do lugar onde mora.

[60] https://www.geledes.org.br/geledes-instituto-da-mulher-negra/quem-somos/

Gráfico 11: Pesquisa do Instituto Geledés quanto as dificuldades enfrentadas pelas secretarias municipais de educação em efetivar políticas voltadas para a EEQ (2022)

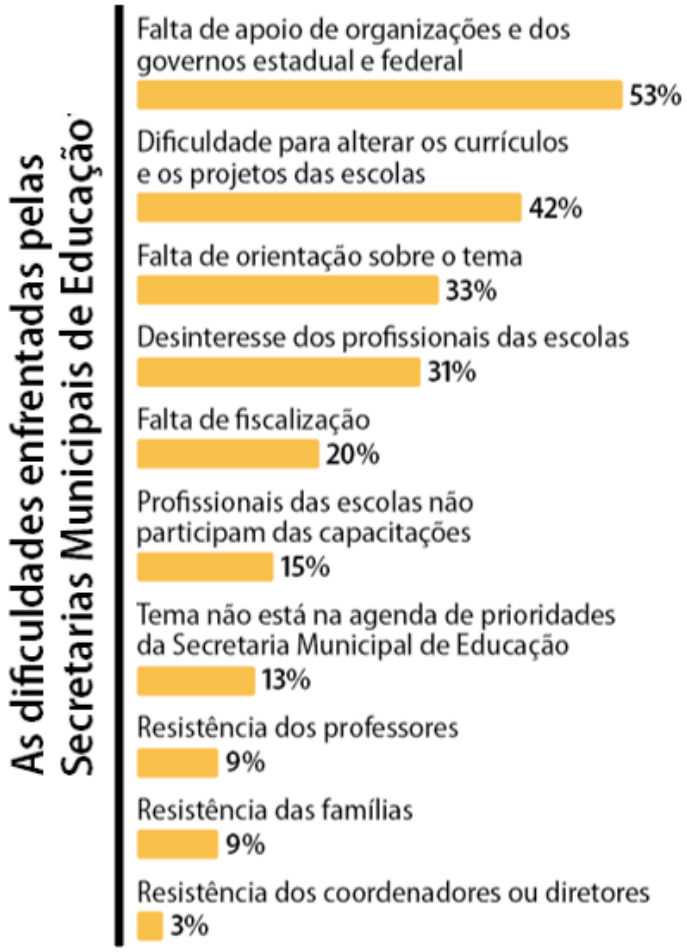


Fonte: Instituto Geledés, 2024.

A pesquisa também perguntou aos gestores municipais quais as dificuldades enfrentadas pelas Secretarias Municipais de Educação em efetivar as políticas públicas voltadas para a efetivação das diretrizes curriculares da Educação Escolar Quilombola (EEQ).

Na **Figura 31** são mostrados os principais argumentos por percentual, onde em primeiro lugar, conforme demonstrou a pesquisa, consta a falta de apoio dos governos estaduais no tocante à formação das equipes municipais, material didático para estudo local, etc. No Estado de Pernambuco, tomando como exemplo, em 2008 criou-se a Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas, que publicou a Carta de Princípios da Educação Escolar Quilombola contendo 14 itens, e apresentando um panorama da EEQ com reflexões sobre a ideia de escola desejada pelas comunidades negras do Estado. A Carta também discutiu a criação de um currículo específico, a formação de professores, o fortalecimento da identidade e o papel do estado nessa conjuntura. A segunda maior dificuldade foi justamente alterar os currículos e projetos escolares para inclusão dessa temática, seguido pela falta de orientação sobre o tema, desinteresse dos profissionais e também a falta de fiscalização quanto a efetivação, tanto do cumprimento da Resolução nº 8/CNE/CEB, quanto da Lei Federal nº 10.639/2003.

Figura 31: Total de Respostas ao Questionário



Fonte: Instituto Geledés, 2024.

A ausência de iniciativas educativas sobre a história, cultura e contribuições da população negra perpetua a invisibilidade e o descaso. Essa dinâmica não apenas infringe o que preceitua a Lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, como também reforça uma educação eurocêntrica que marginaliza identidades negras e reproduz preconceitos estruturais. O currículo escolar engessado com vieses urbanísticos e descontextualizado, serve para construir barreiras identitárias e não para supera-las.

Tomando como exemplo o território de Conceição das Crioulas, no Sertão Central de Pernambuco, e parte do município de Salgueiro, o pesquisador Claudio Vicente da Silva (2019), em sua pesquisa de Mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) observou o seguinte:

> Quando, no ano de 1996, a Escola Municipal José Mendes foi construída, não se imaginava que no ano seguinte um novo grupo político assumiria o município e ocuparia as escolas da comunidade com seus apadrinhados

> políticos. As mudanças foram tão profundas e negativas que após a saída desse grupo no final de 2000 a liderança política da comunidade começou a trabalhar no que foi chamado de “tomada da escola”. Um dos momentos mais importantes nesse período de preparação para a “tomada” foi a criação do cargo de professor quilombola pela Lei municipal 1813/2011, pois a Lei se tornou uma garantia de que pessoas da comunidade assumiriam os postos de docência da escola. A partir dessa conquista poderia se garantir a gestão por quilombolas, o currículo e tantas outras coisas que a rica cultura de Conceição preencheria (Silva 2019, p. 92)

O território de Conceição das Crioulas é um exemplo de efetivação da Educação Escolar Quilombola no território, rompendo com a visão eurocêntrica que sempre dominou o sistema educacional brasileiro, efetivando a educação antirracista e inclusiva. O Território é constituído por duas populações tradicionais: os indígenas Atikum e os remanescentes de quilombos, que mantém quatro escolas em pleno funcionamento: Uma estadual (Escola Estadual Quilombola Rosa Doralina) e três escolas municipais (Escola Municipal Quilombola José Néu; Escola Municipal Quilombola José Mendes e Escola Municipal Quilombola Bevenuto Simão de Oliveira), sendo que a Escola Municipal Quilombola Bevenuto Simão de Oliveira fica fora da Vila Centro, no Sítio Paula (Silva 2019).

A construção de uma pedagogia que valoriza a diversidade racial exige, entre outras coisas, materiais didáticos adequados, formação de professores com sensibilidade racial e um compromisso político de longo prazo por parte da gestão pública para desconstruir preconceitos e promover o respeito à pluralidade cultural. Somente por meio de uma educação que reconheça e valorize a história e os saberes da população negra será possível transformar concepções e comportamentos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Somente com a consciência coletiva, que deve começar no território quilombola, é que as mudanças vão acontecer.

A Resolução CNE/CEB nº 8/2012 é clara quando exige a produção de materiais didáticos específicos, e quando prevê gestão democrática para as escolas quilombolas, com a participação ativa dos moradores e das lideranças locais, que participarão do processo decisório. Também é clara quanto a questão financeira. No entanto, criar a legislação e não criar os caminhos, é como ter um carro e não ter estradas para rodar, ou não saber dirigir, ou não ter habilitação para guiar nas vias urbanas. O carro, nessa metáfora, permanecerá estacionado na garagem, com os devidos cuidados, e sendo admirado pelos vizinhos dirão “carro lindo”, porém sem uso adequado as peças vão se desgastando com o tempo, e os custos da manutenção

também aumentarão, levando o proprietário a falência. Da mesma forma é a EEQ, não adiantar aprovar diretrizes e não exigir e dar condições para sua efetivação. Enquanto a Resolução CNE/CEB nº 8/2012 não sair do papel, ela não cumprirá sua missão legal. A garantia de recursos financeiros, a formação de equipes multiplicadoras e formatação dos padrões nos municípios, é crucial para a implementação dessas diretrizes curriculares, mas sua efetividade depende de uma articulação eficiente entre os entes federativos e de uma vontade política dos municípios. O documento jurídico é abrangente e busca promover uma educação inclusiva e transformadora, respeitando e valorizando as especificidades culturais das comunidades quilombolas, mas como exemplifiquei no contexto do carro, sua implementação requer compromisso político, recursos adequados e participação ativa das comunidades para alcançar os objetivos propostos.

Para responder à questão acima, o Governo Federal lançou a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).

O PNEERQ tem como finalidade principal promover ações e programas que contribuam para a superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes educacionais. Ao mesmo tempo, busca fomentar políticas educacionais específicas para a população quilombola, reconhecendo suas particularidades históricas, culturais e identitárias, por meio de ações integradas. (Brasil, 2022). Ele visa consolidar a Educação Escolar Quilombola (EEQ) como modalidade educacional, garantindo a implementação de suas diretrizes nacionais, sendo uma política direcionada a toda comunidade escolar, incluindo gestores, professores, funcionários, alunos e suas famílias, estabelecendo um compromisso coletivo na construção de uma educação antirracista e inclusiva.

Entre os compromissos estabelecidos pela PNEERQ, destacam-se, segundo Brasil (2022):

- **Estruturar um sistema de metas e monitoramento** que assegure a efetiva implementação do artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os níveis de ensino, fazendo cumprir assim a Lei Federal nº 10.639/2003, que trata da questão.

- **Formar profissionais da educação** capacitados para atuar tanto na gestão quanto na docência no âmbito da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e da Educação Escolar Quilombola (EEQ). Essa formação deve considerar as especificidades culturais e sociais das comunidades quilombolas, promovendo o reconhecimento e valorização dos seus saberes.
- **Construir capacidades institucionais** nos entes federados para a implementação das políticas de ERER e EEQ, por meio de estratégias integradas e da indução de boas práticas.
- **Reconhecer e incentivar avanços institucionais** que promovam práticas educacionais antirracistas, reforçando a necessidade de transformação do ambiente escolar em um espaço de equidade e inclusão.
- **Superar desigualdades étnico-raciais** na educação brasileira, priorizando iniciativas que eliminem barreiras estruturais que dificultam o acesso e a permanência de populações negras e quilombolas no sistema educacional.
- **Consolidar a Educação Escolar Quilombola**, promovendo a implementação efetiva das Diretrizes Nacionais dessa modalidade, que asseguram a valorização das identidades quilombolas e seus direitos constitucionais.
- **Implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo**, que garantam o combate a práticas discriminatórias nos espaços educacionais, incluindo escolas públicas e privadas, bem como instituições de ensino superior.

A PNEERQ não apenas reconhece a necessidade de reparação histórica, mas também reafirma o papel da educação como instrumento fundamental na luta pela equidade racial e pelo fortalecimento das identidades quilombolas no Brasil contemporâneo.

Segundo **André Rebouças**, tecendo comentários sobre a implementação dessas políticas no município de Afrânio/PE, assim afirma:

> Já está em discussão a elaboração da proposta pedagógica da educação escolar quilombola, envolvendo a escola, os moradores da comunidade quilombola e a adesão à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Essa política tem como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais, ao combate ao racismo nos ambientes de ensino e à promoção de uma educação de qualidade para a população quilombola.

No contexto da Rede Municipal de Educação de Afrânio/PE, a municipalidade depende das diretrizes do Sistema Estadual de Ensino de Pernambuco pois não há naquele município um sistema próprio.

Rodrigues (2023, p. 84) observa que:

> O Município de Afrânio é vinculado ao Sistema Estadual de Educação e integra a Gerência Regional de Educação do Médio São Francisco, em Petrolina/PE. Para a implantação de um Sistema Municipal de Educação será necessário fortalecer o conhecimento na área de Gestão Pública e adquirir mais recursos humanos, matérias e financeiros. E embora o município não tenha Referencial Curricular, utiliza a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Pernambuco como documentos oficiais para orientar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), planejamentos e as práticas pedagógicas das escolas.

O município norteia suas ações a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme (Brasil, 2018); pelo Currículo de Pernambuco Ensino Fundamental, conforme (Pernambuco, 2019), e pelo Plano Municipal de Educação de Afrânio/PE (PME), conforme (Afrânio, 2015). Pontuando questões a respeito do currículo escolar, Rodrigues (2023, p. 71) afirma que:

> O Currículo de Pernambuco é formado por um conjunto de orientações e diretrizes curriculares que definem as competências, habilidades e conhecimentos que devem ser desenvolvidos pelos estudantes da educação básica do estado desde a educação infantil até o ensino médio

O Plano Municipal de Educação (PME), aprovado pela Lei Municipal nº 479, de 23 de junho de 2015 para um período de 10 anos (que venceu no mês de junho de 2025), contém 16 (dezesseis) metas e suas respectivas estratégias para alcançar os objetivos propostos. Conforme afirma Afrânio (2015, p. 18):

> O PME ora apresentado alinha-se ao que está posto no Plano Nacional de Educação, tendo como eixos principais: a universalização, a qualidade do ensino, a formação e a valorização profissional; a democratização da gestão e o financiamento da educação.

De forma audaciosa, a Meta 1 objetivava universalizar em um ano, a Educação Infantil para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade, e "ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos, até o final da vigência do PME" (Afrânio, 2015, p. 44). Para tanto a estratégia elencada foi a de "adequar e/ou construir prédios de instituições de educação infantil, em parceria com o Governo Federal, mantidas pelo poder público municipal, de acordo com os padrões mínimos de infraestrutura"

(idem, 2015, p. 44). Nove anos depois observamos *in loco* que não há uma só creche construída, e as crianças em idade escolar para creche e educação infantil são agrupadas em salas de aula adaptadas nas escolas existentes.

A Estratégia 6 da Meta 1, conforme estabelecido no documento de referência, visava “garantir o atendimento da população do campo e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades” (Afrânio, 2015, p. 45). Essa diretriz, embora tenha sido parcialmente implementada, mostrou-se restrita ao atendimento de crianças em idade de Educação Infantil, como mencionado anteriormente. Essa limitação revela um desafio estrutural no alcance pleno das metas educacionais propostas para as comunidades quilombolas, onde o olhar para as políticas inclusivas precisa ser efetivado.

De modo complementar, a Estratégia 11 abordava o redimensionamento e a distribuição territorial da oferta de vagas, visando limitar a nucleação de escolas e minimizar o deslocamento de crianças dentro do território. No entanto, no território quilombola de Afrânio, composto por cinco comunidades, apenas a Escola Municipal Agamenon Magalhães permaneceu em funcionamento, sendo as demais escolas fechadas e suas turmas nucleadas para essa unidade escolar. Essa centralização resultou em deslocamentos consideráveis para muitas famílias, comprometendo o princípio de acesso à educação próximo às residências, que passou a ser realizado pelo transporte escolar. O respectivo transporte escolar acontece de forma rotineira, em ônibus apropriado (conforme determina o Ministério da Educação através do Programa Caminho da Escola), onde todos os cuidados são tomados quanto a segurança e integridade física dos estudantes (**Figura 32**):

Figura 32: Crianças da EMAM embarcando no Transporte Escolar



Fonte: O autor, 2024.

Esse processo de concentração escolar não se limitou à Educação Infantil, mas também se refletiu nos demais níveis de ensino previstos no Plano Municipal de Educação, que seja o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) funciona como uma alternativa para a continuidade dos estudos de pessoas fora da idade regular, no turno noturno. Essa configuração evidencia a necessidade de políticas públicas que levem em consideração não apenas o acesso, mas também a permanência, o contexto sociocultural e a valorização dos saberes locais.

No caso da Comunidade Quilombola Sítio Araçá, a educação escolar ofertada precisa ir além do ensino formal; ela deve dialogar com a história da formação daquele território, sua herança ancestral e a memória coletiva. Esse modelo educativo engessado no conteúdo somente, deve dar lugar a uma escola que integra às práticas diárias e as tradições locais, absorvendo aspectos da cultura e promovendo a valorização da identidade coletiva. É preciso construir na família o lugar de pertencimento e de luta, para que o povo do Araçá e das demais Comunidades circunvizinhas possam sentir-se pertencente aquele espaço e com isso, possam lutar por direitos e igualdade de condições, como já acentuado. A escola pode servir como um espaço apropriado porque por ela passam as gerações futuras daquele território.

A escola precisa estar pronta para esse desafio, e o conhecimento didático deve caminhar paralelo ao conhecimento jurídico, num dialogismo sobre como implementar o currículo escolar quilombola na comunidade, sem fugir do formalismo ou da discussão sistematizada dos saberes. A Resolução CNE/CEB nº 8 afirma que a educação quilombola pode adotar formatos variados, como ciclos ou alternância, e os calendários devem respeitar peculiaridades locais. O currículo deve ser aberto, interdisciplinar e conectado aos conhecimentos tradicionais. A flexibilidade na organização demonstra sensibilidade às especificidades culturais e territoriais, permitindo que a educação se adapte às realidades locais.

Nesse sentido, Rodrigues (2023, p. 27) afirma:

> a educação é um processo amplo que não se limita ao contexto escolar, já que ela abrange muito mais do que apenas aquilo que é ensinado na sala de aula; inclui os conhecimentos trazidos de casa, dos grupos sociais, da comunidade, do trabalho e outros aspectos da vida construídos em diversos contextos.

É nesse aspecto que analisamos a conjuntura da Rede Municipal de Educação de Afrânio quanto à questão quilombola. A Secretaria Municipal de Educação do Ensino Básico (SEEB), na estrutura administrativa do Poder Executivo municipal, é a responsável pelas políticas educacionais locais, sendo constituída por cinco departamentos (Coordenadoria de Apoio e Acompanhamento Pedagógico, Gerência de supervisão do Ensino Fundamental, Divisão de Cultura e Esporte, Coordenadoria de Transporte Escolar e Assessoria administrativa).

A Coordenadoria de Apoio e Acompanhamento Pedagógico é subdividida em quatro setores: Setor de Ensino, Setor de Apoio Pedagógico, Setor de Controle Educacional- Inspeção Escolar e Setor de Gestão de programas e Projetos. Cabe a Gerência de supervisão do Ensino Fundamental, a implantação e acompanhamento de conselhos escolares, da discussão em torno do Projeto Político-Pedagógico (PPP), pelo levantamento da situação das escolas nos aspectos pedagógicos, de infraestrutura, de recursos pedagógicos, além da participação nos eventos e reuniões pedagógicas, o acompanhamento do calendário escolar, bem como, a articulação da troca de experiências entre os profissionais das escolas e o acompanhamento e coordenação do planejamento didático da rede municipal. Nenhum desses setores trabalha especificamente com a Educação Escolar Quilombola, mas o avanço observado foi a indicação de uma profissional para a Coordenação da Educação Quilombola, como informou **André Rebouças** em sua entrevista.

Segundo o entrevistado as comunidades quilombolas de Afrânio são verdadeiras guardiãs de um patrimônio imaterial, e acrescenta:

> Essas comunidades possuem saberes locais que vão muito além da sua relevância para a preservação da identidade cultural; elas oferecem uma oportunidade única para enriquecer a educação básica no município. Os conhecimentos tradicionais dessas comunidades, como as narrativas orais, as personalidades locais, as práticas agrícolas, o manejo sustentável do solo, e a valorização da fauna e da flora, são fontes valiosas para um ensino que integre teoria e prática. Destaco também a importância de elementos culturais como a Banda de Pífano e o Samba de Roda, que refletem a criatividade, a história e o espírito coletivo do povo quilombola. Acredito que incorporar esses saberes ao currículo escolar pode proporcionar uma educação contextualizada, que fortaleça o vínculo dos estudantes com o território, além de promover o respeito e a valorização das raízes culturais de Afrânio. É uma forma de preparar nossos estudantes não apenas para o futuro, mas também para compreender e preservar a riqueza de sua própria história.

Para **Tereza de Benguela** (pseudônimo dado a uma entrevistada, do gênero feminino, com idade entre 40 e 50 anos, autoidentificada como pessoa preta,

residente no município de Afrânio, e formação superior em Pedagogia), os avanços ainda estão distantes da realidade, mas é preciso lutar. Ela afirma que a luta futura é que o reconhecimento da Escola Municipal Agamenon Magalhães como Escola Quilombola também faça acontecer a criação do cargo de Professor Quilombola, como aconteceu no Território de Conceição das Crioulas, onde os professores para atuarem nas comunidades devem ter formação inicial e continuada que inclua os contextos históricos e culturais das comunidades. A formação voltada para a realidade quilombola é um passo essencial para assegurar que a educação seja efetivamente relevante para os estudantes. Mas como bem explicita, é uma luta utópica que precisa ser efetivada.

A ausência de uma escola comprometida com a valorização e preservação da cultura e da identidade quilombola representa uma séria ameaça à continuidade cultural das comunidades remanescentes de quilombos, porque a educação vai além do simples ato de ensinar conteúdos curriculares; ela é um instrumento político de formação integral, que deve respeitar e fortalecer as raízes culturais dos estudantes, com apoio familiar, ouvindo os mais antigos, e trabalhando em prol da coletividade. Quando as crianças quilombolas são alfabetizadas em um contexto educacional que ignora sua história, costumes e práticas culturais, ocorre um rompimento significativo com suas origens, e a negação de sua existência enquanto cidadão. A cidadania é um direito fundamental, mas não a cidadania do voto ou do atendimento médico em uma Unidade Básica de Saúde, mas o direito a ter um lugar, uma origem, um passado. Ofuscar esse passado é afastar essa gente de sua cultura.

Esse afastamento cultural não apenas compromete o desenvolvimento pessoal e comunitário, mas também coloca em risco todo o conhecimento ancestral acumulado ao longo das gerações. A cultura oral, as tradições, os valores e as práticas culturais tornam-se vulneráveis à extinção, especialmente em um mundo globalizado que frequentemente desvaloriza ou invisibiliza saberes tradicionais. É o que vem acontecendo com a banda de pífano, por exemplo, por falta de continuidade ela está acabando e virando memória. Uma escola quilombola precisa incorpora elementos culturais no seu currículo e nas suas práticas pedagógicas, contribuindo para a construção da memória coletiva, fora disso, permaneceremos vendo o apagamento histórico do direito de existir e de ser quilombola.

Para o entrevistado **André Rebouças:**

> A Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, instituiu em 2023 a Gerência de Educação Escolar Quilombola. A partir de 2024, o Programa Criança Alfabetizada (PCA) foi ampliado com um recorte quilombola, fundamentado na escuta e participação ativa da comunidade na condução do programa, tomando como base a legislação brasileira e estadual vigente. **Temos também apoiado cursistas quilombolas no curso de aperfeiçoamento em educação escolar quilombola, ofertado pela UFPE em parceria com a SECADI/MEC**. Outro ponto importante a destacar é que, segundo a UNDIME e com base em critérios utilizados pela SECADI/MEC, **Afrânio não consta entre os 37 municípios pernambucanos que não reduziram a desigualdade racial nos últimos anos. Essa informação, baseada nos dados da Condicionalidade III do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) do FUNDEB, reforça o impacto positivo das nossas políticas educacionais para a superação das desigualdades e a promoção da equidade racial em nosso município**. (Grifos nosso)

Acrescenta o entrevistado apontando que profissionais da Rede Municipal de Educação estão matriculados no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola, ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o que contribuirá num futuro próximo com a discussão local, bem como, os impactos positivos das ações de políticas educacionais dentro da Escola Municipal Agamenon Magalhães, tem surtido efeito na superação das desigualdades e na promoção da equidade racial, o que resultará no futuro, de novos avanços com mais profissionais formados para esse enfrentamento.

Rodrigues (2023, p. 94), ao analisar a conjuntura organizacional e o currículo local inserido no Plano Municipal de Educação, afirma que:

> No plano municipal decenal da educação é perceptível a falta de inclusão de outras diferentes manifestações culturais locais como, por exemplo, diversas denominações religiosas presentes na região, assim como, outras de caráter não religioso como, o Samba de Roda e a Banda de Pífanos das comunidades quilombolas. **É crucial que um plano de educação municipal considere a pluralidade cultural existente na comunidade, reconhecendo e valorizando todas as expressões culturais presentes**. Ao negligenciar outras manifestações religiosas e artísticas, o Plano pode perder a oportunidade de promover a diversidade e a inclusão, aspectos fundamentais para uma educação verdadeiramente abrangente e enriquecedora. A incorporação de diferentes denominações religiosas permitiria que os estudantes compreendessem e respeitassem a diversidade religiosa, desenvolvendo uma visão mais ampla e tolerante. Além disso, a inclusão de manifestações artísticas como o Samba de Roda e a Banda de Pífanos das comunidades quilombolas possibilitaria a valorização da cultura local, o reconhecimento das contribuições históricas dessas comunidades e a preservação das tradições culturais ancestrais. (grifos nosso)

Os apontamentos feitos por Rodrigues (2023) coadunam com o pensamento de que a escola não pode ser reprodutora da existência a partir de um ponto de vista, antes, é preciso assegurar a pluralidade cultural e as múltiplas possibilidades de valorização da cultura e dos saberes locais. Portanto, assegurar uma educação que

respeite, valorize e integre a cultura quilombola é garantir que essas comunidades, é criar um espaço de resistência e fortalecimento cultural, onde o aprendizado escolar seja uma extensão da vida comunitária e da memória histórica, com reconhecimento pleno e cumprindo seu papel social de promovera a diversidade e a justiça social, de forma plural e equitativa.

Por fim, apesar de os professores da Escola Municipal Agamenon Magalhães, em sua grande maioria, não serem oriundo do Quilombo Sítio Araçá, a educação formal tem acontecido com empenho e compromisso, e os avanços são perceptíveis no cotidiano escolar. São professores abnegados ao labor diário da educação, que precisa cotidianamente de formação e instrução, e que tem vasta experiência em alfabetização e letramento, contabilizando uma média de 10 a 20 anos de experiência, e muitos trabalhando no mesmo espaço rural.

A escola, por sua vez, tem se reposicionado em seu papel social e, atualizando seu Projeto Político-Pedagógico com base nas diretrizes da Educação Escolar Quilombola e nas demandas apresentadas pela própria comunidade. Esse movimento tem sinalizado um novo patamar de construção coletiva do fazer educativo, mais sensível às dimensões culturais, históricas e identitárias do povo quilombola do Sítio Araçá. Soma-se a esse cenário a eleição municipal de 2024, o qual logrou vitorioso uma pessoa negra, com traços e história de vida marcada por determinação e luta familiar para vencer os obstáculos do racismo estrutural. Espera-se que essa liderança represente uma virada de chave na gestão pública local, com o compromisso de promover políticas reparatórias, fortalecer os laços com as comunidades tradicionais e dar visibilidade àqueles que foram sistematicamente silenciados ao longo da história.

Afrânio/PE que tem sua história atrelada ao capitão Valério Coelho Rodrigues, começa a revisitar seu passado para demonstrar que para além da Casa Grande, havia um povo aguerrido, cheio de cultura, ancestralidade e coragem para lutar, inclusive pela revisão histórica desse passado e o fortalecimento das ações de justiça social e equidade

.

CONCLUSÕES

Ao longo do processo de construção dessa pesquisa, a base teórica que sustenta seus argumentos foi amadurecendo, principalmente com o início da pesquisa empírica. A prática etnográfica nos permitiu compreender que a educação escolar quilombola transcende modelos pedagógicos convencionais, emergindo como uma construção coletiva, moldada pela cultura, pela história e pela territorialidade das comunidades onde este modelo de educação é ofertado. Percebemos também que o cenário do espaço de pesquisa ainda não representa, circunstancialmente, a ideia de uma educação quilombola nos moldes do que está escrito na Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.

No entanto, o percurso traçado entre a concepção, a observação em campo, e as evidências obtidas com o levantamento de dados, demonstram a complexidade da temática proposta para o espaço onde esta pesquisa foi desenvolvida. Isso porque aquele espaço é um território em construção identitária, sem uma formalização efetiva do pensar quilombola. É um território que sofre com o racismo institucional diante de outros panoramas locais, onde as políticas públicas pouco tem sido ofertada, em detrimento outros espaços do mesmo município. O conjunto das cinco comunidades que formam o grande Araçá (Sítio Araçá, Sítio Boa Vista, Sítio Várzea Comprida, Sítio Pau d'arco e Sítio Lagoa Comprida) é um berço cultural pouco apoiado pelas ações governamentais e pouco instigada pela própria Comunidade, o que resulta no apagamento histórico da "Banda de Pífano", que está virando memória por falta desse continuísmo.

Embora compreendêssemos a importância de focar exclusivamente na conjuntura da questão-problema, percebemos que não era possível tratar da educação sem percorrer os caminhos da história. Os atravessamentos conceituais nos conduziram à reflexão de que, para entender os desafios atuais, é essencial conhecer a história, pois ela fundamenta a lógica do pensamento.

Pensar a educação escolar para uma comunidade quilombola é pensar que ela influencia e é influenciada pelos costumes e práticas culturais existentes entre os moradores daquele espaço. Essas práticas chegam à escola através das crianças e adolescentes que a frequentam, e ao mesmo tempo estas levam de volta os conhecimentos apreendidos em sala de aula. Quando essa influência não acontece, ou a escola está "fora" do contexto educacional, ou a comunidade está "distante" do

fazer educação. Escola e Comunidade, andam juntas e colaboram em prol da formação cidadã de seu povo e da conscientização destes quanto a resistência sobre o olhar do “de fora”, os atravessamentos e os “espelhos” que estes apresentam como verdadeiros.

Retomando a questão-problema, podemos dizer que a educação formal ofertada no Quilombo Sítio Araçá é conduzida por professores comprometidos com o bom ensinar. São profissionais experientes, na sua maioria, com mais de 15 anos no chão da sala de aula, muitos deles estão nesse mesmo período atuando a Escola Municipal Agamenon Magalhães, localizada no Quilombo Sítio Araçá, ou lecionavam na Escola Municipal José Vicente de Araújo, que ficava no Quilombo Sítio Pau D’arco, e que foi paralisada no processo de nucleação que começou em 2009. Esses professores, em sua maioria, não pertencem à Comunidade, não residem no espaço de atuação pedagógica, contudo, estabelece vínculos historicamente consolidados com os pais e com os estudantes, dentro daquilo que é o formalismo educacional, aplicando técnicas e conhecimentos didáticos que ensinam e preparam as crianças para avançarem no sistema educacional, seguindo as determinações do Currículo de Pernambuco, que é aplicado pela Secretaria Municipal de Educação, que por sua vez alinha seus objetivos e metas a partir do Plano Municipal de Educação, documento jurídico aprovado por força de lei, e que passará por mudanças no ano de 2025, conforme está estabelecido na legislação que o criou.

O Plano Municipal de Educação entrou em vigor através da Lei Municipal nº 479, em 23 de junho de 2015, e nele não há nenhuma descrição ou referência as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), aprovadas três anos antes, pela Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Nesse período já completados 10 anos desde quando entrou em vigor, nunca passou por atualização. Essa questão é pertinente porque ao analisar o documento legal que norteia os trabalhos na Rede Municipal de Educação, observamos avanços numéricos que, como mencionado, colocou aquela Rede em evidência diante dos demais municípios pernambucanos e demais municípios ligados a Gerência Regional de Educação do Médio São Francisco (GRE Petrolina), alcançando notas exemplares nas avaliações o SAEB e do SAEPE, e sendo premiado por tais atos, o que é excelente no âmbito político e na formalização de novos objetivos. Essa questão também foi observada por Rodrigues (2023, p. 35) quando ele apontou que “é crucial

que um plano de educação municipal considere a pluralidade cultural existente na comunidade, reconhecendo e valorizando todas as expressões culturais presentes".

Partindo da complexidade orgânica que é o Quilombo Sítio Araçá, que ainda não tem o reconhecimento dialógico diante dos demais territórios quilombolas de Pernambuco, e que sofre com a falta de estrutura básica, como menciona Farias et al. (2024a), seria de suma importância ter uma educação que contextualize paradigmaticamente a concepção de educação formal com as práticas educativas aplicadas pela população local.

Trabalhar um currículo que expresse os anseios locais, além de fortalecer os laços da coletividade, que ainda está buscando criar uma identidade efetiva, também serviria como ferramenta inclusive para entrar nesse contexto de premiação, pois as boas notas dos estudantes, somadas a uma metodologia ativa congregando os diversos pensamentos, levaria a melhoria dos dados escolares, principalmente se esse *modus operandi* de ensino seguisse os objetivos da Resolução CNE/CEB nº 8, que formalizou os horizontes da Educação Escolar Quilombola.

A Educação Escolar Quilombola propõe a valorização e a integração dos conhecimentos tradicionais, ancestrais, tecnológicos e culturais das comunidades quilombolas, fundamentando-se na ecologia de saberes transmitida pelos mais velhos e enraizada na memória coletiva. Essa abordagem reconhece a riqueza dos saberes locais e defende uma prática educativa que promove a interculturalidade e possibilita a tradução intercultural entre os conhecimentos científicos e os saberes das comunidades, como bem afirma (Rocha et al., 2022).

Nesse contexto, a escola se transforma em um espaço de diálogo, encontro e aprendizagem mútua, onde diferentes formas de conhecimento coexistem e se complementam. Mais do que um ambiente de transmissão de conteúdos, a escola assume o papel de mediadora cultural, respeitando, fortalecendo e reafirmando as identidades culturais quilombolas. Simultaneamente, constrói pontes com o universo acadêmico, permitindo que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos, capazes de atuar tanto em suas comunidades quanto em contextos mais amplos.

Espera-se então que na atualização do Plano Municipal de Educação essa questão esteja na pauta. Seria pertinente então, a formalização dentro da comissão de elaboração, revisão e acompanhamento do PME, de um grupo de trabalho para estudar as DCNEEQ, levantando questões e construindo ideias para serem levadas ao plenário da comissão, onde seriam referendadas para compor assim o novo PME.

A pesquisa foi estruturada em seis artigos, seguidos de uma discussão geral que apresenta os resultados obtidos durante o trabalho de campo. Os artigos foram organizados de forma a construir uma narrativa que articula passado e presente, história e memória, com o objetivo de compreender a origem e a trajetória da Comunidade Quilombola do Sítio Araçá.

O primeiro artigo mergulha profundamente na realidade sociocultural do Quilombo Sítio Araçá, desenvolvendo uma análise detalhada da ecologia humana de sua população, com foco na interseção entre história, memória e saberes tradicionais. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e culturais que moldam a vida cotidiana na comunidade, evidenciando tanto suas práticas de resistência quanto suas vulnerabilidades frente às estruturas de poder e às políticas públicas. Foi nesse capítulo que Farias et al. (2024f) identificaram um distanciamento significativo entre o poder público e as demandas estruturais do Quilombo Sítio Araçá. A análise revelou a ausência de políticas públicas efetivas em áreas como saúde, educação e infraestrutura básica, refletindo uma histórica negligência estatal em relação às populações quilombolas. Essa lacuna evidencia a necessidade urgente de ações governamentais mais inclusivas e integradas, capazes de promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da cidadania na comunidade.

O segundo artigo aprofunda essa discussão ao abordar especificamente o direito à educação das comunidades quilombolas. São analisadas as múltiplas legislações e normas que criadas ao longo dos anos, culminando na Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), onde sua aprovação foi a culminância da luta dos movimentos sociais organizados:

Esse marco normativo consolidou um entendimento mais amplo e inclusivo sobre o direito à educação, assegurando a construção de uma proposta pedagógica específica e contextualizada. A resolução reafirma a importância da valorização das culturas quilombolas e da promoção de práticas educativas que respeitem a diversidade, contribuindo para a preservação e fortalecimento das identidades culturais dessas comunidades. Dessa forma, esses capítulos estabelecem uma análise integrada entre o reconhecimento de direitos territoriais e o acesso a uma educação escolar que seja, ao mesmo tempo, um instrumento de resistência e

emancipação, evidenciando a luta contínua das comunidades quilombolas por justiça social e cidadania plena.

O terceiro artigo aborda questões relacionadas aos direitos constitucionais das comunidades quilombolas no Brasil. No terceiro capítulo, discute-se o papel constituinte da Constituição Federal de 1988, que, por meio do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconheceu oficialmente a existência dos povos remanescentes de quilombos. Esse dispositivo legal garantiu a titularidade legítima das terras tradicionalmente ocupadas por essas comunidades, estabelecendo um processo de regularização fundiária que inclui a desapropriação e transferência de propriedade para seus ocupantes históricos. Assim, o Estado brasileiro passou a reconhecer esses territórios não apenas como espaços físicos, mas também como lugares de cultura, identidade, religiosidade, pertencimento, saberes e ancestralidade, conferindo-lhes status de detentores de direitos fundamentais.

O quarto artigo apresenta um panorama abrangente das pesquisas sobre a Educação Escolar Quilombola durante a primeira década (2012-2022) de vigência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). Nesse período, consolidaram-se estudos que analisam tanto a implementação dessas diretrizes quanto seus impactos nas práticas pedagógicas, na formação docente e na gestão das escolas quilombolas. A análise considerou produções acadêmicas, incluindo dissertações, teses e artigos científicos, bem como documentos institucionais e relatórios de políticas públicas. O objetivo foi mapear as principais produções acadêmicas que tratavam da questão da EEQ. Desse modo, o artigo evidencia que, embora a implementação das DCNEEQ tenha representado um marco histórico e político para a educação quilombola no Brasil, seu impacto depende de um esforço contínuo de políticas públicas, mobilização social e produção de conhecimento acadêmico voltado à valorização das comunidades e à garantia de seus direitos educacionais, apontando que mesmo com muitas produções sobre a temática, quando se delimita para tratar da mesma no Semiárido brasileiro, esse número cai consideravelmente. Este capítulo é uma revisão sistemática a partir da metanálise com uma abordagem mista e de natureza descritiva.

Os dois últimos artigos descrevem a formação histórica do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco, contextualizando a presença dos bandeirantes vinculados à Casa da Torre e à família Garcia D’Ávila, por meio de figuras centrais como

Domingos Afonso Sertão. Em seguida, discute-se o processo de consolidação dessa conquista territorial, destacando o papel do bandeirante Valério Coelho Rodrigues e sua relação com a ocupação e controle das terras na região. Para essa análise foi indispensável realizar uma pesquisa bibliográfica e documental detalhada, visando reconstruir os marcos históricos que possibilitaram o surgimento do Quilombo Sítio Araçá. Esse resgate histórico permitiu contextualizar a formação social e territorial da comunidade, evidenciando os processos de resistência e sobrevivência que moldaram sua identidade ao longo do tempo, principalmente na forma como os bandeirantes travaram as “guerras santa” contra indígenas que residiam no território em fase de ocupação pela Coroa Portuguesa.

Diante do que foi tratado, pode-se afirmar que esta pesquisa se consolidou como um processo dinâmico e transformador, marcado pelo constante diálogo entre teoria e prática. Essa interação não apenas enriqueceu a análise acadêmica, mas também aprofundou a compreensão sobre a educação ofertada na comunidade quilombola estudada, permitindo uma abordagem mais sensível, contextualizada e comprometida com a realidade local. Também foi possível comprovar a ideia de disputa de poder, haja vista que, apesar dos avanços proporcionados pela implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, das políticas públicas voltadas à educação escolar quilombola, incluindo a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, o caminho para a plena garantia de direitos ainda está longe de ser concluído.

A existência de leis antirracistas representa uma conquista histórica, mas não sua efetividade enquanto mecanismo de afirmação, porque sua implementação depende do compromisso das instituições em cumprir o que está previsto na legislação, do engajamento coletivo por parte das Comunidades, e do querer político, de onde perpassa as escolhas, as ideologias, e as formas de enxergar os remanescentes de quilombos.

A complexidade do contexto histórico torna essa tarefa ainda mais desafiadora, sobretudo no caso da Comunidade Quilombola do Sítio Araçá, cuja trajetória encontra-se intrinsecamente vinculada ao processo de formação socioespacial do Sertão Pernambucano. Inserida em territórios que outrora integraram as sesmarias concedidas a Valério Coelho Rodrigues, a região foi marcada, ao longo do século XIX, pela presença de seus descendentes escravocratas, que faziam uso da mão de obra escravizada nas rotas do chamado “Sertão de Dentro”, conduzindo boiadas em direção à Villa do Arraial de Feira de Sant’Anna. A origem da comunidade remonta,

segundo a tradição oral, à figura do conselheirista Raimundo Martins, que teria fugido do Arraial de Belo Monte e se estabelecido nas terras pertencentes a Roberto Ramos da Silva, herdeiro das glebas que atualmente conformam o distrito de Cachoeira do Roberto.

Valério Coelho Rodrigues deixou um legado patrimonial para seus descendentes que está consolidado em algumas dezenas de municípios criados a partir de suas terras, num fenômeno patrimonialista que permaneceria com os grandes latifundiários do Nordeste, e que seriam chamados de Coronéis. A tradição patrimonialista desse período remonta às práticas sociopolíticas herdadas da Coroa Portuguesa, constituindo uma das bases estruturais do Estado colonial brasileiro.

O patrimonialismo enraizou-se nos costumes administrativos portugueses, onde todos os cargos públicos eram considerados propriedade pessoal do Rei, consolidando sua supremacia absoluta sobre o poder, onde essa estrutura permitia que funções públicas fossem utilizadas como instrumentos de troca de favores entre a monarquia e seus súditos, reforçando redes de lealdade e privilégios pessoais, e expansão de domínios.

A posse de cargos não era vista como uma responsabilidade pública, mas como um bem transferível, passível de ser herdado, vendido ou negociado (vale lembrar aqui das Capitanias Hereditárias). Em retribuição à fidelidade, o Rei concedia funções administrativas a seus aliados políticos (é o caso de Garcia Dávila, amigo pessoal de Tomé de Souza), transformando o Estado em uma extensão de sua esfera privada. Nessa lógica, não existia uma separação clara entre bens públicos e bens privados, e isso ficou evidente quando os Jesuítas da Companhia de Jesus são expulsos do território da Colônia e eles, herdeiros do espólio de Domingos Afonso Sertão, tiveram que abrir mão de toda a herança em prol da Coroa Portuguesa, que por sua vez, redistribuiu entre os novos bandeirantes.

Partilhando o pensamento de Faoro (1996) essa prática se baseavam em critérios de linhagem e status social. Os cargos eram atribuídos aos nobres de “boa estirpe” e “limpo sangue”, reforçando uma estrutura social hierárquica e excludente. Assim, o patrimonialismo consolidou-se como um sistema onde o poder político era exercido em benefício pessoal, sustentado por uma rede de privilégios e lealdades familiares que sobreviveu ao longo dos séculos e marcou profundamente a organização política e administrativa das colônias portuguesas, incluindo o Brasil.

A pesquisa também buscou delinear a ideia de poder a partir da análise do discurso em Foucault, quando observa-se que mesmo sofrendo as incursões da falta de políticas públicas, e estando organizados em uma Associação, os moradores do Quilombo Sítio Araçá não consolidam bandeiras de luta por melhorias naquele espaço do território do município de Afrânio/PE. É interessante observar que até no novenário do padroeiro local, que é São Francisco de Assis, a forma como o poder público trata a Comunidade é diferente de outras na mesma região, como por exemplo, a Festa do Divino, em Cachoeira do Roberto; o novenário a Nossa Senhora Aparecida, em Poção; e claro, o novenário de Senhor do Bomfim, em Caboclo, que culmina com os festejos de ano novo. Essa parcimônia no falar, no lutar é implícito a conjuntura do corpo moldado. É em Foucault (2014) que vamos delinear a ideia do corpo como um objeto moldado pelas estruturas de poder, um produto maleável submetido às disciplinas que visam fabricar corpos dóceis e governáveis. Evidente que se trata de um pensar subjetivo por parte do pesquisador, haja vista que para além do olhar observador, não houve uma pergunta direcionada a essa questão.

No entanto, pensar a subjetividade na atual conjuntura, exige ir além da conformação somática imposta pelo ato disciplinar, porque é preciso considerar as lógicas complexas das relações de poder e das relações de governo, cada uma dessas relações teria suas justificativas para a ausência de políticas públicas e também para as necessidades de afirmação. Ou seja, nesse processo, a submissão nunca é absoluta, pois o poder só se sustenta mediante a aceitação, ainda que parcial ou provisória, daqueles que são governados.

A presente pesquisa seguiu uma abordagem etnográfica voltada para a compreensão da educação escolar no Quilombo Sítio Araçá, observando o cotidiano dos moradores e suas relações sociais, culturais e educativas em um contexto marcado por desafios históricos e contemporâneos. Essa investigação revelou a complexa interação entre as práticas escolares e os saberes locais, em um território permeado por carências estruturais e lutas por direitos fundamentais, como já mencionados.

A Escola Municipal Agamenon Magalhães se destaca como a única instituição de ensino disponível para atender o Quilombo Sítio Araçá e seu entorno. Essa centralidade revela tanto a importância quanto os desafios enfrentados no processo educativo, porque a escola oferta apenas a Educação Infantil e o Ensino Fundamental Anos Iniciais (durante o dia), e a Educação de Jovens e Adultos (no turno noturno).

Os professores, apesar do compromisso e dos esforços individuais e coletivos, ainda não se apropriaram integralmente das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, evidenciando essa questão nas conversas e diálogos travados ao longo do processo de observação participante.

Essa lacuna evidencia a necessidade urgente de formação continuada, voltada para a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a história, a cultura e os conhecimentos tradicionais do povo de quilombo de forma permanente e não apenas na semana conhecida como da consciência negra. Uma proposta pertinente seria a formalização de intercâmbio cultura com outros territórios, a exemplo de Conceição das Crioulas, para que esses professores, com vasta experiência e didática apropriada, possam conhecer *in loco* o trabalho desenvolvido por outros colegas professores e suas formas de atuação.

Outro ponto central identificado é a necessidade de consolidar o Ensino Fundamental Anos Finais na Escola Municipal Agamenon Magalhães, por meio de sua ampliação e de melhorias estruturais. Isso deve ocorrer dentro do que prevê as Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola, respeitando a diversidade cultural e promovendo uma educação contextualizada e emancipadora, conforme ensina a Resolução CNE/CEB nº 8/2012 (Brasil, 2012).

A falta de infraestrutura básica na Comunidade do Quilombo Sítio Araçá foi algo que chamou bastante atenção, onde a precariedade das condições das vias, da falta de iluminação, da falta de espaço de lazer, e mesmo de espaços coletivos, afeta diretamente o desempenho escolar e a consolidação da identidade cultural de crianças e dos jovens, onde a ausência de infraestrutura básica, como saneamento, acesso à água potável, coleta semanal de lixo, e melhoria no acesso através das estradas, compromete a frequência escolar e limita o desenvolvimento de uma educação contextualizada e transformadora. Isso leva a uma negação de sua história, ao observar que outras comunidades tem maior atenção do poder público.

As análises realizadas demonstraram que, para além das práticas escolares, o reconhecimento e a valorização dos saberes locais são elementos essenciais na construção de uma educação emancipadora, porque tem relação direta com os modos de cultura local. Coadunando com o pensamento de Geertz (1989, p. 30) “a análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias [...]”. Ou seja, os saberes ancestrais transmitidos oralmente pelos mais velhos preservam a memória histórica e

fortalecem a identidade coletiva, oferecendo alternativas valiosas para a educação ambiental, a sustentabilidade e a adaptação às mudanças climáticas.

Assim, esta tese reafirma a necessidade de uma Educação Escolar Quilombola que transcenda os limites do currículo oficial e incorpore as vozes, histórias e práticas culturais das comunidades que formam o grande Araçá, e que tem na sua única escola, um espaço formativo que consolide projetos por meio de ação articulada entre escola, comunidade e poder público, que respeite, valorize e promova a identidade quilombola como sendo um ato de cidadania e de justiça social para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

NA APRESENTAÇÃO

ALVIM, Ronaldo Gomes. Bases da Ecologia Humana. In.: ALVIM, Ronaldo Gomes. BADIRU, Ajibola Isau. MARQUES, Juracy. **Ecologia Humana: uma visão global**. Feira de Santana- BA. UEFS, 2014.

BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília/DF: INCTI/UNB, 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 abril 2025.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Nilma Lino. O **movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. 1ª ed. – 6ª reimpressão. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

HALBWACHS, Mauricie. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa.** 2ª ed. São Paulo: Vozes. 2007.

MARTINS, Josemar da Silva. Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semiárido. In: RESAB. **Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro – reflexões teórico-prática da RESAB**. Juazeiro – BA: Secretaria Executiva da RESAB, 2006.

MARTEN, Gerard Gerry. **Human Ecology: Basic Concepts for Sustainable Development**. Disponível em: https://human-ecology-marten.com/1-introduction/#p1. Acesso em: 07 abr. 2025.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo, cultura e formação de professores**. Revista Educar (UFPR), Curitiba, n. 17, p. 39-52, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação e luta política: no quilombo de Conceição das Crioulas**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

SILVA, Givânia Maria da. Por outras epistemologias: os quilombos como espaços de construção de conhecimentos. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica**, *[S. l.]*, v. 23, n. 1, p. 100–127, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/25545. Acesso em: 13 abr. 2025.

NO REFERENCIAL TEÓRICO

ALVIM, Ronaldo Gomes. CASTELHANOS, Hernán Gerardo. Ecologia Humana sobre a óptica da construção do saber multidisciplinar. In.: ALVIM, Ronaldo Gomes. MARQUES, Juracy. **Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal,1992.

ARRUTI, José Maurício. O quilombo conceitual: para uma sociologia do “artigo 68”. **Texto para discussão do projeto Egbé -- Territórios Negros (koinonia)**. Rio de Janeiro: Koinonia Ecumênica, 2003.

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. Raízes da Ecologia Humana no Brasil. In.: ALVIM, Ronaldo Gomes. MARQUES, Juracy. **Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/. Acesso em 30 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História BRASIL. **Resolução nº 8 do CNE/CEB**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**. Brasília: MEC, 2024.

Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/linha-do-tempo. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes de bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

CENTRO Cultural Luiz Freire. 2008. **Sertão quilombola: a formação dos quilombos no sertão pernambucano**. Olinda: CCLF/CECQPE. Disponível em: http://cclf.org.br/wp-content/uploads/publicacoes/sertao-quilombola.pdf. Acesso em: 08 dez. 2024.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Editora Ubu, 2022.

CUNHA, Simone Estrellita da. **Atualidade do plagium: redução à condição análoga à de escravo**. EMERJ, 1995.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Eslavos-Escravos: Estudo Histórico-Etimológico**. Fundação Casa de Rui Barbosa: Salvador/BA, 1995. Disponível em: https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/download/763/522. Acesso em: 17 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Tradução de Raquel Ramalhete, 42ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si**. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do nordeste do Brasil.** São Paulo: Global, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do Primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONÇALVES. Esmeraldo Lopes. **Opara – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco.** Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997**.**

LIMA, Maria José Araújo. **Ecologia Humana: realidade e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LIMA, Ana Carla Araújo de. GOMES, Iana Teresa Moura. **A dança de São Gonçalo na Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo: um primeiro olhar para seu**

registro coreográfico. 2009. Revista Digital Mundo Miraira. Disponível em: http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/DancasTradicionais/SaoGoncalo/Artigo%20-%20A%20danca%20de%20Sao%20Goncalo%20na%20comunidade%20Quilombola%20da%20serra%20do%20Evaristo.pdf. Acesso em: 04 maio 2025.

MARQUES, Juracy. Ecologia Humana no Brasil. In: MARQUES, Juracy. (org). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014.

MARQUES, Juracy. **Ecologia da Alma**. Petrolina: Franciscana, 2012.

MARQUES, Juracy. **Ecologia do corpo**. Petrolina: SABEH, 2015.

MARTINS, Josemar da Silva. Tecendo a rede: notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semiárido Brasileiro e outras excedências. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação (Universidade Federal da Bahia). 2006. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11747. Acesso em 07 maio 2025.

MENDES JÚNIOR, Walcler de Lima. **A Escola de Chicago no debate ecológico: Alicerces, Desdobramentos e Críticas**. In.: ALVIM, Ronaldo Gomes. MARQUES, Juracy. **Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. V**estígios Recuperados: Experiências da comunidade negra rural de Tijuaçu – BA**. São Paulo: Annablume, 2009.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala – quilombos, insurreição, guerrilhas**. 6ª ed. Porto Alegre: Fundação Maurício Grabois, 2020.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiro; ASSIS, Nívia Paula Dias de. Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – século XVIII. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, **Anais**. Fortaleza: UFCE, 2009.

RAMALHO, Alessandra Albuquerque. **As Comunidades Remanescentes Quilombolas no roteiro da Missão Cruls: o (re) conhecer do território.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

SANTOS, Carlos Alberto Batista. SILVA, Edson Hely. OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva (org.). **História ambiental, história indígena e relações socioambientais no Semiárido Brasileiro**. Paulo Afonso: SABEH, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Martiniano José da. Quilombo do Brasil Central: séculos XVIII e XIX (1719 a 1888) – introdução ao estudo da Escravidão**. Dissertação**. Instituto de Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás (UFGO), 1998. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SILVA__Martiniano_Jos__da-1998.pdf. Acesso em: 29 abril 2025.

SILVA, Vanderléia Lima da. AMARAL Alencar de Miranda. Uma Festa para o Santo de Amarante em um Quilombo do Piauí: A Roda de São Gonçalo em Lagoa das Emas. **Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio**, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.26892/noctua.v1i3p22-37. Acesso em: 04 maio 2025.

SILVA, Lucinaldo de Almeida. O Reisado de Lagoa Comprida. **Monografia.** Orientador: Moisés Diniz de Almeida. Universidade de Pernambuco, 2010.

SOUZA, Marina de Mello e Souza. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2008.
SIMONARD, Pedro. **Antropologia e Ecologia Humana: algumas notas e apontamentos sobre a relação entre esses dois Campos**. In.: ALVIM, Ronaldo Gomes. MARQUES, Juracy. **Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

WALSH, Catherine. La educación Intercultural en la Educación Peru: Ministerio de Educación, 2001. Disponível em: https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/La%20interculturalidad%20en%20la%20educacion_0.pdf. Acesso em 27 maio 2024.

NA METODOLOGIA

AFRÂNIO. **Plano Municipal de Educação de Afrânio/PE (2015-2025) – Lei Municipal 479, de 23 de junho de 2015**. Secretaria de Educação e Ensino Básico. Afrânio, Pernambuco. SEEB, 2015. Disponível em: https://afranio.pe.gov.br/wpfd_file/0035-item-35-plano-de-educacao/. Acesso em 03 dez. 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. STRECK, Danilo Romeu. (Org.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. São Paulo, Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes de bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História

e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/linha-do-tempo. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Resolução nº 8 do CNE/CEB**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 nov. 2024.

CRESWELL, John W. P**rojeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha – 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante.** Tradução de Francisco S. de Alencar Barbosa. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Editores Associados, 1989.

FARIAS, Enos André de Farias. SANTOS, Edna da Paixão. FARIAS, Gênesis Naum de. DOS SANTOS, Paula Regina Ferreira. Educação e Interculturalidades na Comunidade Étnico-quilombola de Boa Vista em Afrânio/PE: um breve ensaio sobre os desafios da resistência. In: FREIRE, Phablo. **Entre tantos, Ensaios – vol. 1**. Belo Horizonte: Editora Senso, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault**; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Tradução de Raquel Ramalhete, 42ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos; 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. O **movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. 1ª ed. – 6ª reimpressão. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto de. Educação quilombola: entre saberes e lutas. In.: DAUSTER, Tânia. TOSTA, Sandra Pereira. ROCHA, Gilmar. (orgs.). **Etnografia e educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 14ª ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa.** 2ª ed. São Paulo: Vozes. 2007.

MATUK, Fernanda Ayaviri, Território, conhecimento local e uso do solo na comunidade quilombola de Malhada Grande – Norte de Minas Gerais. **Dissertação.** Orientador Raphael Bragança Alves Fernandes. Universidade Federal de Viçosa, 2012. Disponível em: https://bibliotecasemiaridos.ufv.br/bitstream/123456789/2430/1/texto%20completo.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: UBU Editora, 2023.

MATTOS, Carme Lúcia Guimarães; CASTRO, Paulo Almeida de. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas. Pontes. 1999.

PINHEIRO. Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta, 2023.

RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios: os Urubus-Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. **Memória, História, Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Anderson Vicente da. SILVA, Kalina Vanderlei da. Etnografia na educação: contribuições metodológicas na compreensão da realidade educacional. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS** | v. 5 | n. 2 | jul.-dez. 2021 | p. 64-78 | Rio Grande. Disponível em: https//doi.org/10.14295/reis.v5i2.13732. Acesso em: 12 maio 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude: A presença da ausência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Givânia Maria da. O Quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres, luta e resistência quilombola. **Tese de Doutorado.** Orientador Joaze Bernardino Costa. Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: https://anpocs.org.br/wp-content/uploads/2023/07/41SD.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

SOUSA, Leilane Barbosa de; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 1, p. 150-155, mar., 2008. https://www.redalyc.org/pdf/1277/127715312023.pdf. Acesso em: 07 maio 2025.

NO PRIMEIRO CAPÍTULO

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal, 1998.

ALVIM, Ronaldo Gomes. Bases da Ecologia Humana. In.: ALVIM, Ronaldo Gomes. BADIRU, Ajibola Isau. MARQUES, Juracy. **Ecologia Humana: uma visão global**. Feira de Santana- BA. UEFS, 2014.

ALVIM, Ronaldo Gomes. MARQUES, Juracy. **Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

BACELAR, Aline Galdino. Patrimônio Cultural de Caboclo: Diretrizes para intervenções no aglomerado urbano no sertão de Pernambuco. **Monografia**, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Revista Interciência**. Caracas. v. 18, n. 3, p. 121-132, 2002. Disponível em: http://www.interciencia.org/v18_03/art01/. Acesso em: 05 out. 2024.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana: Um Enfoque das Relações Homem-Ambiente. **INTERCIÊNCIA** nº 18. 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/516464/mod_folder/content/0/Begossi%201993.pdf. Acesso em: 30 set. 2044.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. **História e Epistemologia da Ecologia Humana**. Salvador: Editora Mente Aberta, 2021.

BRANDÃO. Maria Aparecida Ventura. ANDRADE, Wbaneide Martins. SANTOS, Carlos Alberto Batista. Tessituras da Cultura, Memória e Identidade de Comunidades

Quilombolas no Semiárido Nordestino. **Revista Inter saberes, Vol. 18**, 2023. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2494. Acesso em: 03 out. 2024.

CAMPELO, Rumana Mendes. Os Direitos Constitucionais: um estudo da comunidade quilombola do Sítio Araçá em Afrânio/PE. **Dissertação**. Mestrado em Extensão Rural. PPGExR/UNIVASF, 2022.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Editora Ubu, 2022.

ESTRELA, Raimundo. **Pau de Colher, um pequeno Canudos: conotações políticas e ideológicas**. 2ª ed. rev. Salvador: Assembleia Legislativa, 1998.

FARIAS, Enos André de. BARBOSA, Anna Christina Freire. PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa. CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO: A formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco pela força do bandeirante Domingos Afonso Sertão. **Revista Hispanoamericana de História de Las Ideas,** Número 61, 2024. Disponível em: https://www.revistalarazonhistorica.com/61-2/. Acesso em: 28 set. 2024.

FARIAS, Enos André de Farias. SANTOS, Edna da Paixão. FARIAS, Gênesis Naum de. DOS SANTOS, Paula Regina Ferreira. Educação e Interculturalidades na Comunidade Étnico-quilombola de Boa Vista em Afrânio/PE: um breve ensaio sobre os desafios da resistência**.** In: FREIRE, Phablo. **Entre tantos, Ensaios – vol. 1.** Belo Horizonte: Editora Senso, 2021.

FRAGA, Jairton. MARQUES, Juracy. (org). **Ecologia Humana e Agroecologia**. Paulo Afonso: Editora SABEH, 2016.

FURTADO, Maria Betânia Guerra Negreiros. **Os jesuítas no sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos (1711-1760).** Teresina: EDUFPI, 2022.

GOMES, Romana de Fátima Macedo. Vozes no silêncio: um estudo sobre identidade e memória de quilombo na perspectiva do letramento (Sítio Boa Vista – Afrânio/PE). **Dissertação**. Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. PPGESA/UNEB, 2017.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/afranio/historico. Acesso em 28 set. 2024

LEÃO, Aroldo Ferreira. **Pau-de-Colher: contextos e sentenças.** Recife: Editora Bagaço, 2020.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

MOTT, Luiz. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: **Piauí Colonial: População, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses Notáveis**. Coleção Centenário nº 137. Teresina: APL, 2020. Disponível em: https://www.portalentretextos.com.br/post/valerio-coelho-rodrigues. Acesso em: 25 set. 2024.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise socioambiental. Estado & sociedade civil no Brasil (1982- 1998)**. São Paulo: Annablume, 2002.

OTTO, Walter Friedrich. **Teofania: o espírito da religião dos gregos antigos**. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2006.

PINA, Maria de Fátima Bela. Interculturalidade e Multiculturalismo no Contexto da Educação Inclusiva: Desafios da Formação Docente. **Revista Ecologias Humanas Vol. 8 nº 9**, 2022. Disponível em: https://www.sabeh.org.br/book/revista-ecologias-humanas-vol-8-no-9-2022/?grid_referrer=2581. Acesso em: 05 out. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares; ROSA Katemari (orgs.). **Descolonizando Saberes: A Lei 10.639/2003 no Ensino de Ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989

SÁ, Celso Pereira de. Entre a História e a Memória, o estudo psicossocial das memórias históricas. **CADERNOS DE PESQUISA v.45 n.156 p.260-274 abr./jun. 2015.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/mCGZLKY755dq8FdrLBfVC7c/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Nos%20termos%20de%20uma%20%E2%80%9Cpsicologia,a%20se%20tornar%20%E2%80%9Chist%C3%B3ricos%E2%80%9D. Acesso em: 30 set. 2024.

NO SEGUNDO CAPÍTULO

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.ª ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192p.

ALVES, Marina Vitório. Neoconstitucionalismo e Novo Constitucionalismo Latino-Americano: Características e Distinções. **Rev. SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34, p.

133-145, ago. 2012. Disponível em: https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/363-1431-1-pb.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

BALDI, César Augusto. Novo constitucionalismo latino-americano. **Estado de Direito.** nº 32, Porto Alegre, nov. 2011. Disponível em: https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/363-1431-1-pb.pdf. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos?tipo=DEC&numero=4887&ano=2003&ato=d43MTVE5EeRpWTf21. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília: MEC, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 3.239**. Relator: Ministro Cezar Peluso, 18 de abril de 2012. Página 7. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASILEIRO, Sheila. **Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba**: notas sobre uma comunidade negra rural no oeste baiano. Afro-Ásia, Salvador (UFBA), nº 23, p. 325-337, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20989/13590. Acesso em: 25 mar. 2023.

CAMPELO, Rumana Mendes. **Os Direitos Constitucionais: um estudo da comunidade quilombola do Sítio Araçá em Afrânio/PE.** Dissertação. PPGExR/UNIVASF, 2022.

CONCEIÇÃO, Lucineide Inácio de. **Educação Escolar Quilombola: um olhar sobre a implementação das diretrizes da educação quilombola e suas implicações no currículo da E.M.E.F Firmo Santino da Silva**, 2015. Disponível em: http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12178. Acesso em: 25 mar. 2023.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da, RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Educação em Comunidades Remanescentes de Quilombos: Implicações Políticas e Curriculares. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan/abr, 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/9954. Acesso em: 25 mar. 2023.

DUARTE, Écio Oto Ramos; POZZOLO, Susanna. **Neoconstitucionalismo e positivismo jurídico: As faces da Teoria do Direito em tempos de interpretação moral da Constituição**. 2 ed. São Paulo: Landy, 2010.

FERREIRA, Augusta Eulália; CASTILHO, Suely Dulce. Reflexões sobre a Educação Escolar Quilombola. **Revista de Pesquisa e Políticas Públicas**, Edição nº.03, agosto, 2014. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14561/12872. Acesso em: 25 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ª ed. São Paulo Martins Fontes, 2020.

LUCENA, Danielle Cabral de. **A proteção conferida pelo Art. 68, ADCT, às comunidades remanescentes de quilombos**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/42618/a-protecao-conferida-pelo-art-68-adct-as-comunidades-remanescentes-de-quilombos. Acesso em: 06 abr. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 32, nº 94, tradução de Marcos de Oliveira, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf. Acesso em 20 mai. 2023.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed. Teresina: 89EdUESPI, 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. SERRANO, Gisela de Amorim. PORTO, Amélia Pereira Batista. **Quilombolas e quilombos: história do povo quilombola**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 7ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 13. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2013.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. 1984. **Anuário Antropológico UNB**. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6327/7704. Acesso em: 26 mar. 2023.

STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica, Neoconstitucionalismo e "o Problema da Discricionariedade dos Juízes. **Anima**: Revista Eletrônica do Curso de Direito da OPET. Curitiba, 2009. Disponível em: https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima1/artigo_Lenio_Luiz_Streck_hermeneutica.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

NO TERCEIRO CAPÍTULO

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, Normas e Números: uma introdução a educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan./abr, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319283620_CONCEITOS_NORMAS_E_NUM EROS_UMA_INTRODUCAO_A_EDUCACAO_ESCOLAR_QUILOMBOLA. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. 2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 mar 2023.

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, v. 134, n. 248, Seção I, p. 27.834-27.841.

BRASIL. **Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras. Diversidade e equidade: pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente**. UNICEF, Brasília, DF, [2003]. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03_1.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. **Lei Federal n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei Federal n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 07/2010, aprovado em 7 de abril de 2010**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola**. Brasília, DF: CNE, 2011.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 03/2004, aprovado em 10 de março de 2004**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mai. 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR. Acesso 08 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso 08 abr. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 05 de junho de 2012**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 nov. 2012.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud; ver. Téc. Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da cultura moderna; v.52).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GONÇALVES, Sheila Cristina. SILVA, Priscila Aleixo da. As dificuldades da implantação da Lei 10.639/2003 e algumas de suas Implicações. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 28 (2019). Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17447. Acesso em: 08 abr 2023.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala – quilombos, insurreição, guerrilhas**. 6ª ed. Porto Alegre: Fundação Maurício Grabois, 2020.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação Escolar Quilombola e Lei 10.639/03: cartografias territoriais e curriculares. 2014. **Revista Identidade**, São Leopoldo, v.19 n.2 – jul/dez. Disponível em: Educação Escolar Quilombola e Lei 10639/03: cartografias territoriais e curriculares | Nunes | identidade! (est.com.br). Acesso em: 06 abr 2023.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus, MARTINS, Rosemary. Educação Escola Quilombola: Currículo e cultura afirmando negras identidades. **Revista de Pós-graduação em educação**. 2014. UNISUL, Tubarão, V.8, nº. 13, p.189-200, Jan/Jun, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos (et.al). **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. Cortez. São Paulo, 2005.

ONU. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

RATTS, Alecsandro J. P. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RIBEIRO, Débora. Decolonizar a educação é possível? **Revista Identidade**. São Leopoldo, v. 22 n. 1, p. 42-56. jan.-jul. 2017. Disponível em: http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2985/2878. Acesso em 16 mai. 2023.

RODRIGUES, Tatiane Consentino. Embates e contribuições do movimento negro à política educacional nas décadas de 1980 e 1990. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; PINTO, Regina Pahim. (orgs). **Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

SANTOS, Edmilson Santos. VELLOSO, Tatiana Ribeiro. NACIF, Paulo Gabriel Soledade. SILVA, Givania. Oferta de Escolas de Educação Escolar Quilombola no Nordeste Brasileiro. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e81346, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-623681346. Acesso em 14 mai. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SILVA, Maria da Penha. A Lei nº 11.645/2008 e o lugar dos povos indígenas no currículo do Curso de História da UFPE. **Revista de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**. UFPE, Recife, v.3 nº 1, p. 224/241, 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Professor: Tecnólogo do ensino ou agente social? In: VEIGA, I. P. A. e AMARAL, A. L. (orgs). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002. p. 13-46. (coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

WALSH, Catherine. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminhos. In: WASH, Catherine (org). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. TOMO I. Quito: Abya Yala, 2013.

NO QUARTO CAPÍTULO

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em: 18 maio. 2024.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. Nova Delimitação do Semiárido. SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), pg. 1-63. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/delimitacao-do-semiarido. Acesso em: 18 maio. 2024.

CAMARGO, Brígido Vizeu. JUSTO, Ana Maria. (2013). **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas em Psicologia, 21(2), 513-518.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2013000200016&script=sci_abstract. Acesso em: 22 maio. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

NICÁCIO, Jandir Mendonça. FARIAS, Enos André de. DA SILVA, Regivaldo José. POMPEU, Ana Cristina Chagas. DE ALMEIDA, Gabriela Macêdo Aretakis. NETO, Miguel Santana de Almeida. ALMEIDA, Carolina Alves Collier de. BARBOSA, Anna Christina Freire. **Uso da Aloe Vera em comunidades Quilombolas no Nordeste Brasileiro: uma revisão sistemática com metanálise**. REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA, Curitiba, v.21, n.9, p. 13473-13494. 2023. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1241/100. Acesso em: 20 maio. 2024.

MARCONDES, Renato.; DA SILVA, Sílvio Luiz Rutz. **O protocolo Prisma 2020 como uma possibilidade de roteiro para revisão sistemática em ensino de ciências**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. l.], v. 18, n. 39, p. 1–19, 2023. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1894. Acesso em: 20 maio. 2024.

WALSH, Catherine. **Pedagogias de coloniais: práticas insurgentes de resistir, (re) existir e (re) viver. (Tomo 2)**. Quito: Abya-Yala, 2017.

NO QUINTO CAPÍTULO

BONFIM, Alexandre Gonçalves do. **As Capitanias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu: administração, direito de propriedade e poder na América Portuguesa (1530-1630).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. UFBA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23324/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Alexandre%20Gon%C3%A7alves%20do%20Bonfim.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

CABRAL, Gustavo César Machado. **Os senhorios na América Portuguesa**. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53385/1/2015_art_gcmcabral_senhorios.pdf. Acesso em: 14 mar 2024.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí [1909]**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013.

FONSECA, Fernando L. **A Tôrre de Garcia D'Ávila**. UNIVERSITAS: Revista de Cultura da UFBA, nº 8/9. 53/71, agosto, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala.** 51ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FURTADO, Maria Betânia Guerra Negreiros. **Os Jesuítas no Sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos (1711-1760).** Tese de Doutorado. UFBA, 2019. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_revisada.pdf. Acesso em: 18.out.2023.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Até onde a memória alcança: um estudo sobre Caatingueiros e Beiradeiros do Submédio do Vale do Rio São Francisco.** Dissertação. UFPE. 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9903/1/arquivo9389_1. Acesso em: 04 Mar. 2024.

GONÇALVES. Esmeraldo Lopes. **Opara – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco.** Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997**.**

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália / Instituto Nacional do Livro, 1945.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: descontruindo genealogias eurocêntricas**. Civita**, Porto Alegre, n. 1, vol. 14, p. 27/42, 2014.

MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na américa portuguesa. **SÆCULUM - Revista de História**. João Pessoa, jan./jun. 2012.

MOTT, Luiz. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: **Piauí Colonial: População, economia e sociedade. Teresina:** Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: APL FUNDAC, DETRAN, 2010.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma missão no rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

NUNES, Odilon. **Estudos de História do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí**. 2.ª Edição. Coleção Centenário 8. p. 274. Teresina: APL, 2014.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiro; ASSIS, Nívia Paula Dias de. Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – século XVIII. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, **Anais**. Fortaleza: UFCE, 2009.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2007. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFPE_802cece8883067437c5b73913127018c. Acesso em 15 fev. 2024.

SPIX, Johann Baptist Von. MARTIUS, Carl Friedrich Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. In. LANDER Edigardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 22.out.2023.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734**. São Paulo: Edusp, 2009.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Devassamento do Piauí.** São Paulo: Brasilianas, 1946.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, Marcelo Correa da.; BOAVENTURA, Vanda Maria.; FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares. **História do povoamento bovino no Brasil Central**. Revista UFG, ano XIII, n.13, p.34-41, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267811402_HISTORIA_DO_POVOAMENTO_BOVINO_NO_BRASIL_CENTRAL. Acesso em: 25 fev. 2013.

SODERO, Fernando Pereira. **O Módulo Rural e seus Agrário e Imobiliário**. Implicações Jurídicas. LTr, 1975.

NO SEXTO CAPÍTULO

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1996

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: SEDUC, 2005.

BACELAR, Aline Galdino. **Patrimônio Cultural de Caboclo: Diretrizes para intervenções no aglomerado urbano no sertão de Pernambuco**. Monografia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **Fragmentos históricos de Paulistana – Piauí**. Salvador: Editora Palmeirense, 1991.
BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **Famílias Ilustres de Paulistana-Piauí: nascidos entre 1889 e 1931**. Salvador: 2015.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana: subsídios para a história do Agreste e do Sertão**. Recife: Centro de estudos de história municipal/FIAM. V.4, 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239** (Distrito Federal). Procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. [...]. Relator: Min. Cezar Peluso. Redatora: Min. Rosa Weber, 08 fev. 2018. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339396721&ext=.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRANDÃO, Tânya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina, Editora da UFPI, 1999.

CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. **Família Coelho Rodrigues - Passado e Presente**. Fortaleza/CE: IOCE, 1987.

CARVALHO, Miguel de. **Descrição do Sertão do Piauí, 1697. Comentários e notas do Pe. Cláudio Melo**. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

COSTA, José Carmoberto Moreira. **Valério Coelho Rodrigues - Raízes em Portugal**. Brasília - DF: Gráfica e Editora Marca, 2020.

DORMENTES. **Lei Municipal nº 659, de 16 de agosto de 2019**. Dormentes, PE: Câmara Municipal de Vereadores, 2019. Disponível em: https://dormentes.pe.leg.br/leis/?datainicial=01/01/2019&datafinal=31/12/2019. Acesso em 15 mar. 2024.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985.

FALCI, Miridan Britto Knox; MARCONDES, Renato Leite. “Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 430, p. 53-68, 2006.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Tese de Doutorado. UFBA, Salvador, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Maria Betânia Guerra Negreiros. **Os Jesuítas no Sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos (1711 – 1760)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal da Bahia), 2019. Disponível em: https://sigaa.ufba.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=1281&noticia=455554. Acesso em: 24 mar. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: da Independência do Brasil à Lei Áurea**, volume 3. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

GONÇALVES, Esmerado Lopes. **Opara: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

GONÇALVES, Esmerado Lopes. **Até aonde a memória alcança: um estudo sobre Caatingueiros e Beiradeiros no Submédio do Vale do rio São Francisco**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPE, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9903. Acesso em: 13 mar. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **Cultura e representaçã**o. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

IANNI, Octavio. **As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo**: Hucitec Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Ed. Leitura S/A, 1968.

MACEDO, Narciso Rodrigues de. **Uma Viagem no Tempo - Passado e Presente**. Juazeiro - BA: Gráfica Divictor, 2009.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. **Cativeiro e Cotidiano num Ambiente Rural – O Sertão do Médio São Francisco – Pernambuco (1840-1888)**. Mestrado, UFPE-CFCH, Recife, 2008.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTT, Luís R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

MOTT, Luís R. B. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: a propriedade rural**, São Paulo, n. 7, 1976.

NEPUMUCENO, Talyta Marjorie Lira Sousa. A colonização e a inserção dos escravizados no Piauí, do século XVI ao início do século XIX. **Revista Contraponto** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/12926. Acesso em: 27 mar. 2024.

NUNES, Odilon. **Estudos de História do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. v. 4. 2ª ed. Teresina: FUNADEPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

PEREIRA, Luciene Maria Pires. Reflexões acerca da distribuição de terras no período colonial brasileiro: o caso das sesmarias. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

QUEIROZ, Washington. Bahia e vaqueiros: um débito. **Revista FACED**, Salvador, n.17, p.71-84, jan./jun. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/PROFESSOR/Downloads/4872-Texto%20do%20Artigo-14152-1-10-20110825.pdf. Acesso em 29 out. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Darcy RIBEIRO. ***Diários índios. Os Urubus-Kaapor***. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. **Memória, História, Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos. **Quilombo Tapuio (PI): terra de memória e identidade**. (Dissertação de Mestrado), Curso de pós-graduação em Antropologia Social – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuária de 1688 a 1734**. 1ª ed.: Editora EDUSP, 2009.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2010.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800**. Tese de Doutorado. UFPE. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24531. Acesso em: 04 abril 2024.

SPIX, Johann Baptist Von. MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil: 1817/1820**. São Paulo: Melhoramentos, volume 2, 1976.

TELES, José. **Valério Coelho Rodrigues**. 1984. Gráfica Franciscana. Petrolina - PE.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

NA DISCUSSÃO GERAL E RESULTADOS

ANDRADE, Moisés Germano de. Uma história da Assembleia de Deus: a conversão religiosa como forma de ressocializar pessoas oriundas do mundo da criminalidade. **Dissertação.** Mestrado em Ciências das Religiões. UNICAP, 2010. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/926/2/dissertacao_moises_germano_andrade.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/grafico. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL. **Programa Pé-de-Meia.** Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/. Acesso em 30 nov. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em: 18 maio. 2024.

CAIRE, Eliane. A história da curva normal. **Dissertação**. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro/SP, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/fa1c1bdf-e648-4de3-b098-178d1408a154/content. Acesso em: 18 nov. 2024.

DATASUS. Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://**datasus**.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/. Acesso em: 01 dez. 2024.

FARIAS, Enos André de. BARBOSA, Anna Cristina Freire. PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa. (2024a). Interseção entre história e saberes tradicionais: uma análise da ecologia humana no quilombo Sítio Araçá. **Cuadernos De Educación Y Desarrollo**, *16*(11), e6307. Disponível em: https://doi.org/10.55905/cuadv16n11-055. Acesso em 08 dez. 2024.

FARIAS, Enos André de. BARBOSA, Anna Cristina Freire. PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa. LINS, Leonardo Diego. (2024b). CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE DENTRO: A formação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco pela força do bandeirante Domingos. **Revista Hispanoamericana De Historia De Las Ideas**, Número 61, Año 2024, páginas 28-47. Disponível em: https://www.revistalarazonhistorica.com/n61/. Acesso em 08 dez. 2024.

FARIAS, Enos André de. BARBOSA, Anna Cristina Freire. PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa. (2024c). Valério Coelho Rodrigues e os sertanistas do século XVIII no sudeste do PIAUÍ e sertão de Pernambuco: memória, escravidão e apagamento histórico. ***Contribuciones A Las Ciencias Sociales*****,** *17*(12), e12481. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.12-085. Acesso em 08 dez. 2024.

FARIAS, Enos André de. BARBOSA, Anna Cristina Freire. PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa. (2024d). “Por uma educação efetivamente quilombola”: normas anteriores a resolução nº 8, do conselho nacional de educação, sobre a temática educação étnico-raciais numa perspectiva crítica. ***Revista Delos***, *17*(59), e2025. Disponível em: https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n59-043. Acesso em 08 dez. 2024.

FARIAS, Enos André de. BARBOSA, Anna Cristina Freire. PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa. (2024e). Educação escolar quilombola no semiárido brasileiro: uma revisão sistemática sobre a produção de trabalhos acadêmicos na primeira década de existência da resolução CNE/CBE nº 8, de 20 de novembro de 2012. ***Observatório De La Economía Latinoamericana***, *22*(9), e6673. Disponível em: https://doi.org/10.55905/oelv22n9-086. Acesso em 08 dez. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Atenção primária à saúde 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/35549-ibge-divulgara-em-21-de-dezembro-a-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-atencao-primaria-a-saude-2022.html. Acesso em: 01 dez. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da População 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=41053. Acesso em: 01 dez. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota técnica: índice de desenvolvimento da educação básica-Ideb**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados. Acesso em: 18 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Primeira infância Primeiro**. Brasília, 2024. Disponível em: https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/afranio-pe/. Acesso em: 02 dez. 2024.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **SAEB (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico)**. Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: http://www.educabrasil.com.br/cne-conselho-nacional-de-educacao/. Acesso em: 18 nov. 2024.

RIMA. **Relatório de Impacto Ambiental**. Complexo Eólico Queimada Nova Leste II – Ventos de São João Energias Renováveis S/A. Maron Ambiental, 2024. Disponível em: http://antigo.semar.pi.gov.br/documents/518/Queimada_Nova_Leste_II_-_RIMA.pdf. Acesso em: 12 maio. 2024.

ROCHA, Angelita Rosa de Oliveira. NOGUEIRA, Eliane Marias de Souza. ANDRADE, Wbaneide Martins de. PENSAMENTO DECOLONIAL: Uma Revisão Sistemática da Educação Escolar Quilombola. **Revista RIOS**, ano 17 n. 35. dezembro 2022. Disponível em: https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/723. Acesso em: 10 dez. 2024

RODRIGUES, Ricardo Araújo. CURRÍCULO E SABERES LOCAIS NO CONTEXTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO, PERNAMBUCO. **Dissertação** (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiárido) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGESA). Orientadora: Prof.ª Dr.ª Mirian Ferreira de Brito, Juazeiro-BA, 2023.

SILVA, Cláudio Vicente da. “A ESCOLA FOI TOMADA”: EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA EM CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS/PE. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília (UnB). Orientador: Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santo, Brasília-DF, 2019. Disponível em:

http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/37497/1/2019_ClaudioVicentedaSilva.pdf. Acesso em: 03 dez. 2024.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação e Identidade Quilombola: outras abordagens possíveis**. Disponível em: https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Giv%c3%a2nia-Maria-da-Silva.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação e luta política: no quilombo de Conceição das Crioulas**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

ZAMFERRARI, Jaqueline Gomes. HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE PROFESSORAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR (1951-1982). **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Analete Regina Schelbauer, Maringá-PR, 2020.

ANEXO 1

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, PUBLICADO EM 26/09/2023

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAÇÁ: Decolonialidade, Interculturalidade e Ecologia Humana na luta por direitos fundamentais no Sertão pernambucano

Pesquisador: ENOS ANDRE DE FARIAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73871123.0.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.323.658

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa vinculado ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA HUMANA E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – CAMPUS III, Juazeiro – BA, Linha de Pesquisa: Ecologia Humana e Educação, da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. ANNA CHRISTINA FREIRE BARBOSA

Este projeto está centrado no olhar para o direito à Educação Escolar Quilombola, compreendendo o processo de inserção da escola e a conquista dos direitos fundamentais na Comunidade Quilombola do Araçá, bem como, o papel da mesma na formação educacional, valorização das interculturas, das tradições e do reconhecimento enquanto Comunidade Tradicional. Nele buscaremos analisar aspectos da cultura material e da educação, seja de forma institucional ou por meio da cultura inventada e transmitida aos descendentes, buscando compreender a importância das expressões culturais para o desenvolvimento local e a manutenção das manifestações culturais, costumes, danças, festas e tradições. Nesta empreitada almeja-se compreender desde a formação da Comunidade até seu olhar para a escola, observando como a ideia da cultura escolar é concebida pelas famílias da comunidade, e como a escola reconhece aquele espaço como sendo um território quilombola. A pesquisa é do tipo estudo de caso etnográfico, objetivando operacionalizar as conexões necessárias para a análise e explicação dos registros observados

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br

através da ressignificação do tempo, pautando-se na pesquisa participante, tendo como instrumentos técnicos de análise documental, a observação participante e as entrevistas. Seguiremos pela observação participante, cingindo-nos do máximo de informações possíveis, para compreender e contextualizar historicamente dois momentos: primeiro, a comunidade e sua formação; segundo a ideia de educação formal. A coleta de dados para responder aos objetivos, utilizará o método quali-quanti, categorizados por questionário estruturado e semiestruturado, entrevistas e levantamento bibliográfico e documental. A análise dos dados ocorrerá durante o processo de escrita, pontuando ideias e questionando ações, e seguirá pelos elementos de análise do discurso, neste caso, será analisado a partir do método de análise do discurso em Foucault, onde o discurso representa uma criação coletiva e histórica, portanto, anônima.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as relações entre a Educação Escolar Quilombola e a afirmação identitária da Comunidade de Remanescentes de Quilombos do Araçá, à luz dos direitos fundamentais, da valorização das tradições e das interculturas existente no território.

Objetivo Secundário:

a) Refletir sobre o processo histórico de formação da Comunidade Quilombola do Araçá, seus entornos históricos e suas lutas por reconhecimento;

b) Conceituar comunidade tradicional e apontar os pilares fundamentais na autoafirmação do Araçá como uma Comunidade de Remanescente de Quilombos;

c) Analisar o papel da escola no Araçá, sua forma de educação, currículo, metodologia, interação com as interculturas locais e a prática de ressignificação por meio da educação;

d) Mapear os problemas da educação escolar ofertada na escola do território Araçá, apontando os prejuízos (sociais e cognitivos) que a Comunidade deixa desenvolver diante desses problemas;

e) Apontar o processo de construção das Diretrizes Nacionais de Educação Escolar Quilombola, a partir dos documentos oficiais, a visão formativa dos docentes da comunidade pesquisada, os princípios pedagógicos e a caracterização da formação enquanto estrutura de identidade, história e oralidade;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Enquanto pesquisador, trataremos a identidade dos entrevistados com padrões profissionais de sigilo, explicando a partir do TCLE, do que se trata a pesquisa e como os entrevistados poderão

responde-las, concordando ou não com a mesma. Em nenhum momento provocaremos invasão de privacidade, minimizando questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade. Outro apontamento importante antes de sua aceitação (ou não) em participar dessa pesquisa é que o respeito à dignidade da pessoa humana é algo salutar nela. Portanto, será dado o livre arbítrio quanto à vontade para pedir esclarecimentos sobre as finalidades e importância da mesma, sendo que a pesquisa só será realizada após o consentimento livre do entrevistado. Será informado e facultado ao entrevistado a questão de retirar-se posteriormente da pesquisa.

Benefícios:
Divulgação da produção bibliográfica, a partir da tese escrita, sendo disponibilizada para acesso da Comunidade do Araçá através de livro impresso e livro digital, retratando a identificação dos aspectos da vivência dos povos tradicionais pesquisados, suas formas de viver, conviver, cuidar da terra, gerar renda e desenvolvimento sustentável.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Cronograma - ok
Orçamento - ok

Metodologia - coleta de dados indicada com anonimato dos participantes e tcle preservando todos os direitos e principios éticos em pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade com a normativa;
2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;
3 – A autorização institucional da proponente: Em conformidade
4 – A autorização das instituições coparticipantes (anuência): em conformidade
5 - Folha de rosto: Em conformidade;
6 – Modelo do TCLE: Em conformidade
7 – Modelo do Assentimento: Não se aplica
8 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Apresentado dentro da eticidade;
9 – Termo de concessão: Não se aplica
10 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Não se aplica a pesquisa

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Plataforma Brasil

Continuação do Parecer: 6.323.658

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise consideramos que o projeto encontra se aprovado para a execução uma vez que atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2197755.pdf	01/09/2023 16:32:28		Aceito
Outros	10_Anuencia_Comunidades_do_Araca_e_Boa_Vista.pdf	01/09/2023 16:29:18	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_Projeto_de_Pesquisa.pdf	28/08/2023 11:10:11	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Declaração do Patrocinador	declaracao_do_patrocinador_uneb_dtcs.pdf	28/08/2023 11:07:56	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_pesquisadores.pdf	28/08/2023 11:04:37	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_de_Instituicao_e_Infraestrutura.pdf	28/08/2023 11:02:20	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	28/08/2023 10:48:59	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Continuação do Parecer: 6.323.658

Outros	8_DECLARACAO_DE_CONFIDENCIALIDADE_assinado.pdf	21/08/2023 23:35:02	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Declaração de concordância	7_DECLARACAO_DE_CONCORDANCIA_assinado.pdf	21/08/2023 23:31:16	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	9_TCLE.pdf	19/08/2023 14:27:17	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SALVADOR, 26 de Setembro de 2023

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br

ANEXO 2

CARTA DE DIREITOS CLIMÁTICOS DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ



FICHA TÉCNICA

Realização: The Climate Reality Project Brasil, Associação Remanescente de Quilombola do Sítio Araçá, Associação Quilombola da comunidade Jatobá II - AQUICBA e Quilombos de Pernambuco

Metodologia: The Climate Reality Project Brasil

Autores da Carta: Adailton Conceição Barros, Amanda Ferreira Nunes, Ana Vitoria Nunes da Silva, Beatriz da conceição Viana, Beneliza, Raquel Rodrigues, Carla da Conceição, Cícero José Viana Neto, Claudiana da Paixão Santos, Cleaneide de Souza Silva, Edilene da Conceição Souza, Edileusa Noemia dos Santos, Edna da Conceição Santos, Edna da Paixão Santos, Elisangela Patricia Coelho Nunes, Elisangela Vitor da Silva, Enos André Farias, Esmeraldo José Nunes, Francisca da, Silva Souza Santos, Francislaide da Conceição dos Santos, Geraldo José Nunes, Geraldo Raimundo dos Santos, Gerriany dos Santos Ferreira, Gilmaria dos Santos Paixão, Iandra Lorrany da Silva Lima, Iracilda Raimunda da conceição, Irene da Conceição Santos, Israilda Ferreira da Silva Nunes, Ivanilda Nunes dos Santos, João Batista da Costa, João Evangelista da Silva (João Gregório), Jose Manuel Pereira Nunes, Joseana Nunes, Joseilda Gomes Nunes, Joselita Joselia da Conceição, Josemar Bagagi Brasileiro, Josicleia Joana dos Santos, Josilene da Cruz Rodrigues, Jurema da Paixão Neto, Kemilly Launny dos Santos Lopes, Leonardo da Conceição Viana, Lidia da Silva Nunes, Luciana Petronila da Conceição, Lucicleia Nunes dos Santos, Lucilane de Souza Nunes, Luzineide Maria dos Santos, Luzinete Nunes dos Santos, Maninez rosa dos Santos, Maria Antonia Santana Nunes, Maria Aparecida da Conceição, Maria Betania da Conceição, Maria da Paixao dos Santos, Maria da Paixão dos Santos, Maria da Penha dos Santos, Maria de Jesus da Conceição Ribeiro, Maria do Socorro Silva, Maria Ines de Santana Nunes, Marilucia Jana da Conceição, Marinelza Suza Rodrigues, Marinez da Silva Souza, Marlene de Souza Araujo, Nazario Manuel Paixão, Nemia Luiza de Caonceição Santos, Patricia Furtuosa Con-

FICHA TÉCNICA

ceição, Paula Regina Ferreira dos Santos, Petronio José de souza Nunes, Poliana Ferreira dos Santos, Raimunda Maria Brito, Ranikelly da Silva, Regilene Pereira dos Santos, Rosilda Nunes da Conceição, Rosimar Madalena Nunes Cruz, Salete Santos da Paixão, Sandra Sá Nunes da Silva, Sebastião Joaquim dos Santos, Sheila Daiana de Souza Nunes, Tamara dos Santos Paixão, Tatiana Maria da Paixão, Thalys Henrique de Souza, Thiago Vinicius Ferreira Rodrigues, ValdemarMarco de Brito, Valdenes de Souza Brito, Vandervania Conceição Lopes, Vaneide Lopes, Vanessa Nunes dos santos Lopes, Vanizueli dos Santos Nunes, Vilaneide Ferreira dos Santos Nunes, Vitor Gabriel souza Torres e Zilta Luiza Conceição.

Facilitadoras do Encontro de Construção: Bárbara Gomes e Isadora Gran

Produção do Encontro: Edna Paixão, Paulinha Quilombola e Valdenes de Souza Brito

Redação: Luize Sampaio

Revisão: Bárbara Gomes

Diagramação: Luane Teixeira

Fotos: Poliana Santos

Coordenação: Isadora Gran

CARTA DE DIREITOS CLIMÁTICOS

SÍTIO ARAÇÁ E JATOBÁ II

A fé no território é um movimento vivo, principalmente na caatinga, bioma em que o povo quilombola achou a “farmácia da natureza”, abastecida com a riqueza e diversidade das plantas que curam. Esse sentimento veio dos dizeres de Dona Raimunda, uma das lideranças do território quilombola do Jatobá II. Ela busca entender o motivo do distanciamento do povo com o seu bioma, tentando resgatar este contato, ela se questiona porque deixamos de recorrer à natureza para se curar.

Registrado apenas em 2007 pela Fundação Cultural Palmares, o Território Quilombola Jatobá II nasceu em 1879 com a chegada de Manoel Gregório de Sá Barreto, filho de uma mulher escravizada com um ‘senhor de escravos’, sendo criado na casa grande. Na época, sua família vivia do plantio de feijão, algodão e da criação de animais. Hoje moram 140 famílias e cerca de 500 pessoas na comunidade. A região quilombola - que faz fronteira com a Serra de Umãs, Serra da Bananeira e comunidade de Barreiras - é formada pelas localidades das Várzeas das Domingas, Caibeiras, Córrego do Facão, Barra do Exu, Recanto, Sabonete, Bananeira e Jatobá.



.1

CARTA DE DIREITOS CLIMÁTICOS

SÍTIO ARAÇÁ E JATOBÁ II

Em outra ponta de Pernambuco, está o Quilombo Sítio Araçá, em Afrânio. O nome da comunidade faz referência a árvore usada de abrigo pelo seu fundador, Seu Raimundo, pessoa escravizada, que chegou à região fugindo da Guerra dos Canudos, que ocorreu durante o século XIX. Segundo a história contada por seu Martins, o mais velho da comunidade, Raimundo se abrigava perto de uma lagoa que secou. Para ter acesso a água, ele então iniciou a escavação de uma cacimba, uma espécie de poço bem comum no nordeste. Até hoje essa cacimba existe, porém foi construído um açude em cima dela, quando esse açude seca, os moradores escavam e utilizam a água da cacimba cavada por Raimundo. Atualmente a comunidade do Araçá está na sexta geração de descendentes de Raimundo.

"O BIOMA É COMO UM FAMILIAR NOSSO QUE TÁ COM DEPRESSÃO E A GENTE NEM SABE QUAIS SÃO OS SINTOMAS, O DIA-A-DIA NÃO DEIXA A GENTE PERCEBER"

- Dona Raimunda

Dos remédios naturais do Jatobá à água ancestralmente armazenada no Araçá, os quilombos da caatinga protegem e são protegidos pela natureza. Porém, essa riqueza vital está ameaçada: as ondas de calor se tornaram uma realidade frequente, o desmatamento tem contribuído para o sumiço de animais e plantas nativas, tendo também como consequência um afastamento da própria população do território. Tudo isso tem sido acelerado por causa da chegada de diversos empreendimentos, que trazem consigo um discurso - ainda inconsistente, sobre proteção e salvaguardas do território. Os moradores reconhecem essa narrativa, parecida com a utilizada durante a transposição do Rio São Francisco e na construção da Ferrovia Transnordestina, empreendimentos que transformaram para sempre a realidade de várias comunidades no sertão brasileiro. As comunidades quilom -



bolas denunciam que este discurso é vendido como o "progresso", como algo "para frente", mas na prática tem deixado as comunidades do entorno para trás. Além das disputas territoriais históricas, que perduram décadas, novas iniciativas querem apostar na região com o argumento de promoverem um 'desenvolvimento sustentável'. Assim, ambas as comunidades se veem neste momento defendendo seu espaço e lidando também com novas adversidades causadas por empreendimentos renováveis, que tem adentrado o sertão e chegando cada vez mais perto do território.

" ... QUANDO EU ERA CRIANÇA O CLIMA ERA DIFERENTE, AS COISAS ERAM DIFERENTES, OS ANIMAIS ERAM DIFERENTES... A GENTE TEM QUE PENSAR NO CLIMA DOS NOSSOS FILHOS, DOS NOSSOS NETOS!"
- Jurema Paixão

Os quilombos são territórios tradicionais que enfrentam marginalização, exclusão social e discriminação. A disputa pela posse da terra é uma realidade constante em seu dia a dia. Recentemente, essas comunidades passaram a estar sob constante assédio por parte de grandes empresas de energia, que buscam explorar o potencial renovável disponível em seus territórios.

A pauta do desenvolvimento sustentável hoje não inclui o movimento urgente de retorno à valorização dos biomas e das comunidades que o protegem. As comunidades também querem que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade dentro dos territórios, mas que ele seja feito de forma participativa e inclusiva, a transição energética justa depende de um respeito aos territórios e as comunidades tradicionais. Se serão eles os maiores impactados pelas transformações feitas por esse movimento, é necessário garantir também diretrizes de compensação.

O povo quilombola historicamente procurou a caatinga como proteção e se tornou também força importante para garantir a proteção do bioma, se um é a farmácia, o outro busca ser o médico. Nesta carta, quilombolas falam de um processo de recaatingamento, que é um resgate cultural e ambiental desse solo cheio de fé no futuro.



.4

EIXOS URGENTES:

01. DIREITO À EDUCAÇÃO
02. DIREITO À TERRA
03. DIREITO À SAÚDE
04. RECOMENDAÇÕES SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA



DIREITO À EDUCAÇÃO

"Porque a lei existe e não é retirada do papel? Isso afeta o desenvolvimento do nosso território. Os professores de fora que vem trabalhar aqui não conhecem a realidade e as necessidades do nosso território. É fundamental o fortalecimento dos conhecimentos quilombolas para as próximas gerações"

Existem muitas formas de se ensinar, mas a única forma de se aprender é com o respeito ao território. Por isso é preciso que o ambiente escolar esteja mais alinhado com a realidade da comunidade, isso serve tanto para a infraestrutura da escola como também para sua estrutura curricular. A educação dos alunos de um quilombo precisa ser focada na cultura e nos saberes tradicionais quilombolas, em seu bioma e particularidades. Além de uma reformulação dentro da sala, é preciso mais estrutura fora também. Uma educação de qualidade começa com a garantia universal do seu acesso, com estradas, iluminação pública, transporte e também uma estrutura de escola confortável e compatível com o clima da região.

01. Estruturação das diretrizes curriculares da educação quilombola, efetivação da lei que contrata funcionários da própria comunidade para atuação nas escolas e garantia da compra da merenda escolar dos produtores rurais da comunidade a fim de promover o fortalecimento da identidade cultural quilombola nas escolas.

Uma educação quilombola passa por tornar a escola parte do ambiente da vida de um cidadão quilombola, com discussões sobre descarte correto de lixo, mas também do resgate dos saberes dos mais velhos. Não existe futuro sem o resgate do passado e espaços de troca dentro do território com aqueles que são hoje memória viva e salvaguarda das tradições quilombolas, valorizar esses mestres como parte também do ambiente de educação. Além de valorizar essas figuras, é preciso que o espaço escolar seja como um espaço em comunidade com a arborização das escolas, espaços de convivências, quadras poliesportivas e circulação de pessoas da comunidade. Um quilombo vivo dentro da escola.

DIREITO À EDUCAÇÃO

Quilombo Sítio Araçá

02. Implementação de cursos profissionalizantes de pré-vestibular para jovens e demais moradores do território

É fundamental o fortalecimento dos conhecimentos quilombolas para as próximas gerações e um dos braços que vão ajudar a perpetuar essa cultura é a educação quilombola. Para que exista esse processo é necessário garantir o acesso ao ensino escolar daqueles que hoje já garantem com a oralidade, saberes e feitos da cultura. Jovens e adultos capacitados são uma forma de garantir que as futuras gerações tenham dentro da escola referências, quem melhor para ser professor nos quilombos que um quilombola?

03. Capacitação para pais e professores em diversidade e para lidarem com crianças autistas, neuro divergentes e com outras deficiências

Uma escola precisa atender a todos e se adaptar aos seus alunos e ambiente e nunca o contrário, para ser inclusiva é necessário respeitar e incluir a cultura quilombola mas não apenas. Os alunos com deficiência precisam receber a mesma educação dos demais, para isso é preciso garantir professores e escolas preparados, com infraestrutura e metodologias que facilitem o acesso desses alunos a educação, direito de todos.

Quilombo Jatobá II

04. Inclusão na grade curricular temas referentes à questão climática

É preciso engajar a juventude quilombola no que hoje é um dos maiores desafios locais e globais: o clima. As ondas de calor, as secas e as mudanças no bioma já são uma realidade territorial e para transformar esse cenário é preciso que a nova geração faça um resgate cultural e proteja o bioma. Há uma história de luta e preservação da caatinga, entender de onde viemos ajuda a fortalecer o movimento urgente de preservação do agora.

DIREITO À TERRA



"O homem fez o motor
Rádio e Televisão
Fabricou o avião
Obra de tanto valor
O homem fez o metrô
pra correr nas profundezas
Fez uma cama e uma mesa
fez revólver e uma faca
morre mas não faz uma jaca
Que é fruto da natureza"

– Cordel, autoría José Manuel

A disputa pela terra é uma realidade de todos os biomas brasileiros. Na caatinga, quilombolas relatam que há uma complexidade específica que passa pelo apagamento da sua cultura e comunidades, por novas e antigas táticas de desmatamento que se aprofundam agora com a crise climática. Com a ameaça já histórica de transposição do Rio São Francisco a agora instalações de parques solares e eólicos, quilombolas disputam seus espaços com grandes poderes. O interesse por essa terra deixou como marca o agravamento da seca, o desmatamento, a falta de água e de alimento, e a desertificação, que resultam em risco à vida e à continuidade dessa população e bioma.

01. Investimento em capacitação e tecnologia para fortalecer a agricultura familiar

Os quilombolas apontam o desaparecimento de uma série de plantas, frutos e animais, tais como: gergelim, fava, jerimum, nambu, juriti, codorniz, canção, pragas, abelhas e as rolinhas sangue de boi. Por isso, um dos focos de demanda da comunidade é pelo processo de **recaatingamento** dos territórios. Em meio a crise climática é ainda mais necessário ter pessoas capacitadas para elaborar estratégias de adaptação e mitigação capazes de potencializar a agricultura local a partir da organização

do escoamento da produção e implementação dos quintais produtivos. Para que esse ecossistema de produção vingue, outros processos precisam receber investimentos como as estradas, por exemplo.

Quilombo Sítio Araçá

02. Água encanada, cisternas e saneamento

Esse bem básico para garantia de todos os tipos de vida, da humana à mata, ainda é um desafio nas comunidades, faltam cisternas em 93 casas do quilombo do Sítio Araçá. Os lares que possuem cisternas sofrem quando as ondas de calor intensa racham o reservatório. É necessário um investimento geral em infraestrutura de saneamento para que o povo tenha acesso a água encanada, com um sistema de esgoto, bueiros, implementação de novas cisternas de tipo calçadão e manutenção das cisternas antigas.

03. Compra de terras pelo estado

A disputa por terras, que sempre foi histórica, é uma das lutas mais antigas da população quilombola. A comunidade do Araçá, apesar de ser maior em número de pessoas e força cultural, enfrenta secularmente disputas desiguais com grandes empresas e conglomerados, como o tradicional agronegócio, mas também novas frentes como as empresas de energia verde. Essa batalha entre os povos e grandes empreendimentos empurra essa população para fora do seu próprio território. Por isso, é necessário que o governo federal crie linhas de crédito específicas para comunidades tradicionais, que facilite a compra de terras como forma de reparação histórica.

Quilombo Jatobá II

04. Execução de políticas públicas que garantam o acesso a água

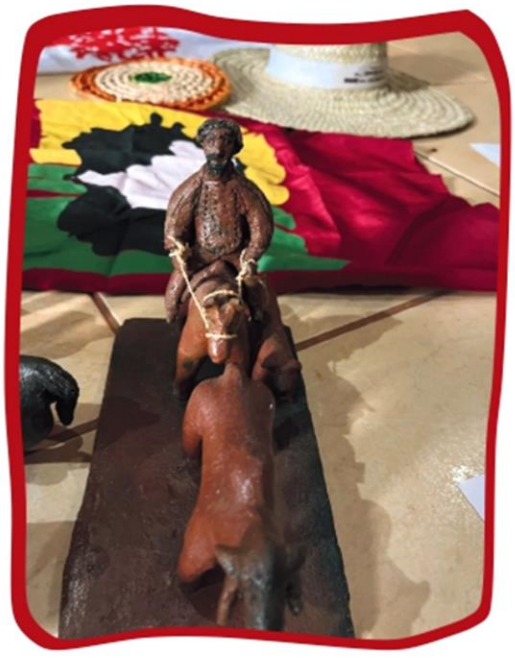
A comunidade do Jatobá II reforça a necessidade da execução do projeto do governo federal “Água para todos” previsto para o territó-

DIREITO À TERRA

rio para esse semestre, enquanto sonha que também seja instaurado um projeto que garanta o acesso à água da transposição do Rio São Francisco para produção agrícola a partir da titulação.

05. Titulação

Os povos tradicionais são historicamente defensores e salvaguardas das nossas culturas e biomas, antes da ampliação da discussão sobre a crise climática foram estes, junto aos povos originários, que alertavam e mitigavam os fenômenos que hoje vivenciamos. A valorização desses esforços e também a reparação, destes grupos que são os mais impactados por ações de injustiças climáticas causadas por terceiros, deve-se consolidar a partir da regularização fundiária e titulação das terras dessas comunidades.



DIREITO À SAÚDE

"Porque existe a falta de assistência e interesse público na área da saúde para a comunidade?"

A saúde preventiva de uma comunidade se inicia com investimento público que garanta o acesso a itens essenciais básicos como água potável e saneamento básico em dia com coleta seletiva e esgoto tratado. Os quilombos também sofrem com a falta de ações públicas que possam prevenir casos graves. As políticas públicas precisam ser intersetoriais, a garantia de uma boa qualidade de saúde também tem a ver com investir em espaços públicos para a prática de esportes, por exemplo. Para diminuir as chances de casos médios e graves, é necessário também uma cobertura da atenção básica que contemple todas as regiões das comunidades, com profissionais capacitados, agentes comunitários ativos e equipamentos fixos para o local, como ambulâncias.

01. Destinação adequada do lixo doméstico, com campanha de conscientização para o devido descarte em lugar apropriado e recolhimento por carro próprio cedido pelo poder público. Bem como, melhoria da iluminação das comunidades e patrulhamento das estradas de acesso aos povoados.

A população pede pela limpeza anual dos barreiros e também que a coleta seletiva seja feita uma vez por semana, através de um caminhão apropriado para o serviço.

02. Construção de cisternas para todos os domicílios da comunidade, melhoria da distribuição e abastecimento de água potável por carro pipa de forma gratuita e com campanhas de conscientização da importância do cuidado dos barreiros e açudes.

Ainda hoje, nem todas as famílias possuem cisternas ou abastecimento de água em suas casas, essa é uma das demandas centrais dos quilombos. Já que o acesso a água é vital, uma ação de imediato é o aumento de ações públicas com carro pipa gratuito e para isso, é necessário também o investimento na conservação das estradas de acesso às comunidades.

DIREITO À SAÚDE

Quilombo Sítio Araçá

03. Presença de equipe multidisciplinar na UBS todos os dias

A comunidade reforça a necessidade que a unidade funcione de segunda a sexta-feira como é de praxe de qualquer outra UBS. É necessário também que haja uma ambulância disponível 24h na comunidade. Entre as questões de saúde mais urgentes, foi apontado a necessidade de mais campanhas constantes para prevenção de gravidez na adolescência e alcoolismo.



RECOMENDAÇÕES SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

"Se todos entenderem uma luta elas dão certo"
- Leonardo

Mudam as formas, mas a disputa de terra é uma constante histórica da população quilombola. Entre as novas formas de assédio e ameaça, estão o interesse exploratório das grandes empresas de energia renovável que enxergam nesses territórios grande potencial para seus empreendimentos. A principal preocupação é a instalação de grandes parques de energia eólica e grandes usinas de energia solar perto dos quilombos. As comunidades reconhecem a necessidade e importância da transição energética para o enfrentamento da crise climática e a garantia da continuidade do desenvolvimento sustentável, inclusive dos seus territórios. No entanto, já que estes territórios são áreas essenciais para contribuir com a produção de energia limpa, então eles precisam ter partes compensatórias pelos efeitos ambientais, econômicos e sociais das mudanças que serão causadas pela instalação destes parques. Diante disso, os territórios tradicionais Quilombolas Jatobá II e Sítio Araçá expressaram suas principais reivindicações de forma clara e assertiva.



RECOMENDAÇÕES SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

01. Participação ativa da comunidade e transparência das empresas

É preciso consultar os moradores e ouvir de forma respeitosa suas reivindicações já que eles são as pessoas que vivem no território que será impactado com os empreendimentos. Como parte importante desse bioma e região, a comunidade precisa ser consultada sempre e a cada novas adições ou expansão dos projetos, essa é uma maneira de salvaguardar não só a comunidade como também o território.

02. Comunicação de linguagem simples e acessível a todos

Garantir a participação passa também por outra demanda fundamental que é a garantia de uma linguagem acessível e adaptada à realidade e costumes dos moradores, os contratos e informações técnicas precisam ser entendíveis para todos os envolvidos. A não compreensão clara dos termos e impactos dos empreendimentos afasta a população da discussão.

03. Compensação por uso da região

As instalações impactam a vida e o bioma, por isso é necessário a garantia de compensação e reparação à comunidade. Os projetos de transição justa precisam ser justos também para os quilombolas e moradores dos territórios que recebem os parques. Uma ação sugerida pela comunidade é que haja a doação da energia gerada para a manutenção de, por exemplo, centros culturais e esportivos, descontos na energia para as residências presentes no território. Outra devolutiva importante é assegurar e priorizar a contratação e formação para pessoas da comunidade, oferecendo também formações com conteúdo socioambiental.

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

SOBRE O PROJETO
CARTAS DE DIREITOS CLIMÁTICOS

Cartas de Direitos Climáticos são ferramentas que permitem a mobilização e o engajamento dos territórios, no encontro do conhecimento tradicional com a ciência do clima, para apresentarem à sociedade as demandas prioritárias de suas comunidades por medidas de adaptação e mitigação climática. Estas medidas são determinadas pelos próprios moradores, através da troca de vivências e identificação dos impactos já sentidos e em busca da defesa de seus direitos e da justiça climática. A carta, então, vira um instrumento para que os moradores se tornem protagonistas para alavancar soluções, ocupando espaços estratégicos de fala e tomadas de decisão.

COMO VOCÊ PODE COLABORAR

Junte-se a nós nesta jornada em busca da justiça climática.
Seja você um especialista no assunto ou alguém que apenas começou a se interessar pelo clima, sua contribuição é valiosa. Juntos, podemos criar um impacto real e defender um mundo mais verde e saudável para todos.

Se você acredita que pode colaborar com qualquer das medidas demandadas pelo território envie uma mensagem para **brasil@climatereality.com** e entraremos em contato com você.

O futuro está em nossas mãos.

CARTAS DE DIREITOS CLIMÁTICOS

Conheça as outras cartas

REALIZAÇÃO:

The Climate Reality Project BRASIL

APOIO:

CBC CENTRO BRASIL NO CLIMA

QUILOMBOS de Pernambuco

AQUICBÁ

Associação Remanecente de Quilombolas do Sítio Araçá

www.climaterealityproject.org.br

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Curso aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) por meio da Resolução nº 913/2012, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 20/06/2012 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 23/03/2013.
Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

DTCS – CAMPUS III
Departamento de Tecnologia
E Ciências Sociais

UNEB
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

PPGEcoH

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAÇÁ: DECOLONIALIDADE, INTERCULTURALIDADE E ECOLOGIA HUMANA NO SERTÃO PERNAMBUCANO**.

Neste estudo temos como objetivo de compreender as relações entre a educação escolar e a afirmação identitária da Comunidade de Remanescentes de Quilombos do Araçá, à luz dos direitos fundamentais, da valorização das tradições e das interculturas existente no território.

O motivo que nos leva a estudar, bem como a justificativa para o mesmo, é que a Educação Escolar Quilombola, objeto desse estudo, tornou-se uma determinação legal com o advento da Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, determinando ainda a contemplação de um currículo diferenciado naqueles espaços tradicionais. No entanto, passados 11 anos, percebe-se que essa ainda não é realidade em muitos municípios brasileiros onde as comunidades de remanescentes quilombolas estão inseridos.

Quero dizer-lhe que para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento da pesquisa, bem como, caso sinta-se constrangido com alguma informação, tenha total liberdade para não responder ou fazer não constar na pesquisa final. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido por este pesquisador.

Enquanto pesquisador, trataremos sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Outro apontamento importante antes de sua aceitação (ou não) em participar dessa pesquisa é que o respeito à dignidade da pessoa humana é algo salutar nessa pesquisa, portanto, sinta-se à vontade para pedir esclarecimentos sobre as finalidades e importância da mesma, sendo que a mesma, a qual mais uma vez ressaltamos, só será realizada após

o consentimento livre. Pode ocorrer de você sentir-se constrangido ou com vergonha por não saber dar uma informação. Não se preocupe, teremos o maior zelo e respeito a informação que nos prestará, sendo inclusive, facultado a questão de retirar-se posteriormente da pesquisa.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Nossa pesquisa tem o respaldo da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e pelo Comitê de Ética da Pesquisa, da Universidade do Estado da Bahia e caso precise também de mais informações, poderá conseguir maiores informações a respeito desse trabalho no endereço, telefone ou e-mail abaixo:

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Edifício Anexo, Ala "B" - 1º andar - Sala 103B. CEP - 70058-900 - Brasília, DF. Telefone: (61) 3315-5878 Telefax: (61) 3315-5879
Universidade do Estado da Bahia

Comitê de Ética em Pesquisa
Endereço: Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula CEP 41.195-001 – Salvador – Bahia.
Telefone: (71) 31172399

Caso o senhor(a) concorde em participar dessa pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Você responderá a questionário de forma semiestruturada ou a entrevista gravada, que serão ouvidos posteriormente e transcritos. Quanto aos riscos, como já citei acima, serão os mínimos possíveis, afinal, estaremos tratando de uma pesquisa que discute a Educação Escolar promovida em uma comunidade de remanescente quilombolas, não havendo interferência em nenhum aspecto das relações que não estejam aqui envolvidas. Mas caso sinta-se ofendido ou constrangido, em qualquer momento da pesquisa seus dados poderão ser retirados e caso seja uma informação ofensiva ou mentirosa, poderá buscar amparo legal através dos dados acima já citados.

Quanto aos benefícios da pesquisa, a mesma servirá também para divulgar o trabalho da comunidade, sua história, danças, festas, memórias, servindo também como documento de afirmação da comunidade diante das intempéries sociais que se apresentarem.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma

cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na Secretaria do **Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental**, da Universidade do Estado da Bahia, no Departamento de Ciências Humanas, em Juazeiro/BA e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Diante disso, Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do presente estudo, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Comunidade Quilombola do Araçá, _____ de _____ de 2023.

Nome do Participante
Assinatura

Nome do Pesquisador
Assinatura

Nome da Testemunha
Assinatura

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAÇÁ

Senhores e Senhoras,

Esta pesquisa é parte importante para a consolidação da minha pesquisa no DOUTORADO EM ECOLOGIA HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL .

Ela é voltada para os moradores da Comunidade Quilombola do Araçá, localizado no município de Afrânio/PE.

Seguiremos as normas definidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos participantes:

1) A pesquisa é didática, portanto, servirá APENAS para a construção da escrita do trabalho de conclusão do referido curso, respondendo a questão-problema levantado pelo autor.

2) Em hipótese alguma será destinada para outros fins.

3) Deve-se manter o anonimato resguardado a todos e todas.

4) Ao responder as questões abaixo, seja o mais fiel a sua vivência e convicções, elas são necessárias para responder as questões levantadas na pesquisa.

Agradeço antecipadamente pelo apoio, renovando nossos votos de amizade.

Enos André de Farias
Pesquisador

1) Como você se identifica? *

- ◯ Preto
- ◯ Pardo
- ◯ Branco
- ◯ Amarelo
- ◯ Outro: _____

2) Qual seu gênero? *

- ◯ Feminino
- ◯ Masculino
- ◯ Prefiro não dizer

3) Qual sua escolaridade? *

- ◯ Só tenho o Ensino Fundamental (1º Grau)
- ◯ Ensino Médio incompleto
- ◯ Ensino Médio completo
- ◯ Ensino Superior incompleto
- ◯ Ensino Superior completo
- ◯ Pós-graduação

4) Qual sua religião? *

- ◯ Católico
- ◯ Protestante - Evangélico
- ◯ Espírita
- ◯ Religião de Matriz Africana
- ◯ Outra

5) Qual seu estado civil? *

- ◯ Casado ou Casada
- ◯ Solteiro ou Solteira
- ◯ União Estável
- ◯ Solteira

6) Tem filhos? quantos *

- ◯ Um filho
- ◯ Dois filhos
- ◯ Três filhos
- ◯ Quatro filhos ou mais
- ◯ Não tenho filhos

7) Qual sua ocupação principal? *

- ◯ Trabalha na Agricultura de subsistência
- ◯ Trabalha na Agricultura Irrigada
- ◯ Comércio local
- ◯ Serviços domésticos
- ◯ Pecuária
- ◯ Outra atividade

8) Você recebe o benefício do Bolsa Família? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

9) Qual a renda mensal de sua família? *

- ◯ Apenas o Bolsa Família
- ◯ Até um Salário Mínimo
- ◯ Entre dois e três salários mínimos
- ◯ Entre quatro e cinco salários mínimos
- ◯ Mais de seis salários mínimos

10) Você participa das decisões da Comunidade?

- ◯ Sim
- ◯ Não

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES E DEMAIS SERVIDORES DA ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES – DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

PESQUISA DO PERFIL EDUCACIONAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAÇÁ

Senhores e Senhoras,

Esta pesquisa é parte importante para a consolidação da minha pesquisa no DOUTORADO EM ECOLOGIA HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL .

Ela é voltada para os Professores da Escola Municipal Agamenon Magalhães, da Comunidade Quilombola do Araçá, localizado no município de Afrânio/PE.

Seguiremos as normas definidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos participantes:

1) A pesquisa é didática, portanto, servirá APENAS para a construção da escrita do trabalho de conclusão do referido curso, respondendo a questão-problema levantado pelo autor.

2) Em hipótese alguma será destinada para outros fins.

3) Deve-se manter o anonimato resguardado a todos e todas.

4) Ao responder as questões abaixo, seja o mais fiel a sua vivência e convicções, elas são necessárias para responder as questões levantadas na pesquisa.

Agradeço antecipadamente pelo apoio, renovando nossos votos de amizade.

Enos André de Farias
Pesquisador

1) Como você se identifica? *

- ◯ Preto
- ◯ Pardo
- ◯ Amarelo
- ◯ Branco
- ◯ Outros

2) Qual seu gênero? *

- ◯ Feminino
- ◯ Masculino
- ◯ Outro

3) Qual sua escolaridade? *

- ◯ Ensino Médio Completo
- ◯ Superior Incompleto
- ◯ Superior Completo
- ◯ Possui Pós-graduação

4) Há quantos anos você leciona? *

- ◯ Menos de 5 anos
- ◯ Entre 6 e 10 anos
- ◯ Entre 11 e 15 anos
- ◯ Mais de 16 anos

5) Há quantos anos leciona na Agamenon Magalhães? *

- ◯ Menos de 1 ano
- ◯ Entre 2 e 5 anos
- ◯ Entre 5 e 10 anos
- ◯ Mais de 10 anos

6) Em quais turmas você leciona? *

- [ ] Educação Infantil
- [ ] EF - 1º Ano
- [ ] EF - 2º Ano
- [ ] EF - 3º Ano
- [ ] EF - 4º Ano
- [ ] EF - 5º Ano
- [ ] EJA

7) Como você observa a aceitação dos alunos na cultura quilombola? *

- ◯ Não aceitam
- ◯ Aceitam mais ou menos
- ◯ Aceitam bem
- ◯ Aceitam muito bem

8) Como você observa a aceitação dos alunos no tocante a Identidade quilombola? *

- ◯ Não se reconhecem como quilombola
- ◯ Reconhecem ser quilombola parcialmente
- ◯ Reconhecem ser quilombola de forma espontânea

9) Quais ações você desenvolve para ampliar a identidade quilombola dos estudantes? (Pode marcar mais de uma alternativa) *

- [ ] Trabalham a cultura local durante as aulas
- [ ] Discute em sala aspectos da identidade quilombola
- [ ] Realiza trabalhos sobre quilombolas em sala de aula e na coletividade
- [ ] Participa de discussões com a Associação Quilombola da comunidade
- [ ] Participa das discussões com a Direção
- [ ] Realiza projeto coletivo com os demais professores com a temática

10) Na sua opinião, como deve ser a educação escolar quilombola? (Pode marcar mais de uma alternativa) *

- [ ] requer pedagogia própria
- [ ] respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade
- [ ] formação especifica de eu quadro docente
- [ ] observado os princípios constitucionais

11) O que falta na sua formação acadêmica para implementar os ideias da educação quilombola? (Pode marcar mais de uma alternativa)

- [ ] Especialização em Educação Interdisciplinar
- [ ] Desenvolver oficina de resgate da Cultura Quilombola
- [ ] Participação em trabalhos coletivos com a comunidade
- [ ] Resgate a história e cultura local com ações práticas com a comunidade

12) Você conhece o Projeto Político-Pedagógico de sua escola? *

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Talvez

13) Você ajudou a formular o Projeto Político-Pedagógico de sua escola? *

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Talvez

14) Na sua opinião a Escola Agamenon Magalhães trabalha com a perspectiva de uma educação escolar quilombola. *

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Talvez

15) O que falta para efetivar a ideia de uma educação escolar quilombola?

- [ ] reconhecer o território e a comunidade como parte do processo educativo
- [ ] a escola precisa de um espaço que faça sentido para a comunidade
- [ ] valorização da diversidade étnico-racial;
- [ ] melhoria no planejamento pedagógico
- [ ] Nenhuma das alternativas acima.

APÊNDICE D

ENTREVISTA COM O AGESTOR DA ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES – DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

Universidade do Estado da Bahia **Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais** **Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental** **Linha de Pesquisa: EDUCAÇÃO**	**DTCS – CAMPUS III** Departamento de Tecnologia E Ciências Sociais  UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  PPGEcoH

ENTREVISTA COM O GESTOR DA ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES

PERGUNTA 1) O Senhor poderia dizer seu nome completo e sua idade?

PERGUNTA 2) Desde quando o Senhor está no cargo de Gestor da Escola Municipal Agamenon Magalhães? O Senhor poderia nos contar um pouco de sua trajetória acadêmica?

PERGUNTA 3) Como o senhor enxerga as Comunidades Quilombolas existentes em Afrânio? Há possibilidades reais da efetivação de uma educação escolar que de fato vivencie as particularidades daquela gente? Se sim, exemplifique.

PERGUNTA 4) Na rede municipal de educação de Afrânio como se deu o processo de implementação das diretrizes da educação escolar quilombola? Houve resistência por parte dos professores, dos gestores? Como é o seu trabalho, conte-nos um pouco dele e desse processo.

PERGUNTA 5) Na sua opinião, quais são os desafios para a efetivação das diretrizes da educação escolar quilombola na rede municipal de educação de Afrânio?

PERGUNTA 6) Durante o processo de construção do projeto político pedagógico da escola, o senhor participou ativamente? Se sim, quais princípios foram elencados para fundamentar a ideia da educação escolar quilombola no município de Afrânio? Se não, o senhor saberia responder como se fundamentou a ideia de uma educação escolar quilombola no município de Afrânio?

PERGUNTA 7) O projeto político-pedagógico e as diretrizes da educação municipal já contemplam a educação escolar quilombola? Como documento legal, ele foi discutido na rede municipal de educação e com as comunidades envolvidas?

Universidade do Estado da Bahia Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental Linha de Pesquisa: EDUCAÇÃO	DTCS – CAMPUS III Departamento de Tecnologia E Ciências Sociais UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA PPGEcoH

PERGUNTA 8) Que eventos a Escola Municipal Agamenon Magalhães executa para efetivar as diretrizes nacionais de educação escolar quilombola?

PERGUNTA 9) Como as manifestações culturais (como o Reisado, o Samba de Roda e a Banda de Pífano) estão sendo inseridas na Escola Agamenon Magalhães?

PERGUNTA 10) A educação escolar quilombola é uma modalidade de ensino que atende as populações quilombolas rurais norteada pela Resolução nº 8/2012 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Como está ocorrendo a formação dos professores, a assistência dos mesmos para o caminhar neste sentido, como a escola dialoga com a comunidade?

Obrigado por sua Colaboração, como você gostaria de ser identificado no texto final da Tese? _____.

APÊNDICE E
ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AFRÂNIO/PE

Universidade do Estado da Bahia **Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais** **Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental** **Linha de Pesquisa: EDUCAÇÃO**	**DTCS – CAMPUS III** Departamento de Tecnologia E Ciências Sociais UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA PPGEcoH

ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PERGUNTA 1) O Senhor poderia dizer seu nome completo e sua idade?

PERGUNTA 2) Desde quando o Senhor está no cargo de Secretário Municipal de Educação? O Senhor poderia nos contar um pouco de sua trajetória acadêmica?

PERGUNTA 3) Secretário, como o senhor enxerga as Comunidades Quilombolas existentes em Afrânio? Há um trabalho específico por parte da pasta administrativa que o senhor responde para aquelas Comunidades? Se sim, especifique os projetos em desenvolvimento ou em estudo para aquela população.

PERGUNTA 4) Na rede municipal de educação de Afrânio como se deu o processo de implementação das diretrizes da educação escolar quilombola? Houve resistência por parte dos professores, dos gestores? Conte-nos como foi esse processo.

PERGUNTA 5) Quais são os desafios para a efetivação das diretrizes da educação escolar quilombola na rede municipal de educação de Afrânio?

PERGUNTA 6) Durante o processo de construção do projeto político pedagógico quais princípios foram elencados para fundamentar a ideia da educação escolar quilombola no município de Afrânio?

PERGUNTA 7) A proposta pedagógica da educação escolar quilombola, como documento legal, já foi discutido na rede municipal de educação? Quais as principais fraquezas e fortalezas observadas durante essa discussão ideológica?

PERGUNTA 8) No processo de discussão e quais objetivos foram levantados para a efetivação da educação escolar quilombola na rede municipal de educação?

Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

Linha de Pesquisa: EDUCAÇÃO

DTCS – CAMPUS III
Departamento de Tecnologia
E Ciências Sociais

UNEB
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

PPGEcoH

PERGUNTA 9) Observa-se que o Reisado é uma manifestação cultural presente em uma das comunidades quilombolas de Afrânio, assim como o Samba de Roda e a Banda de Pífano, como gestor municipal da educação e como professor, que ações estão sendo desenvolvidas para que essas manifestações populares possam continuar a existir?

PERGUNTA 10) O Conselho Municipal de Educação é um importante mecanismo de assessoramento do gestor municipal, assim como os núcleos internos da Secretaria de Educação, direcionados para determinados fins. Nesse caso, no organograma da SEDUC já foi pensando o Núcleo, Setor ou Departamento de Educação Quilombola? Como você estruturou a Secretaria de Educação nesse sentido?

Obrigado por sua Colaboração, como você gostaria de ser identificado no texto final da Tese? _____.

APÊNDICE F

ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS DE AFRÂNIO/PE

Universidade do Estado da Bahia **Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais** **Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental** **Linha de Pesquisa: EDUCAÇÃO**	**DTCS – CAMPUS III** Departamento de Tecnologia E Ciências Sociais UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA PPGEcoH

ENTREVISTA COM EDNA QUILOMBOLA

PERGUNTA 1) Gostaria de começar querendo saber seu nome e idade?

PERGUNTA 2) Gostaria que você contasse um pouco sua história de vida.

PERGUNTA 3) O que é ser quilombola numa comunidade rural de Afranio?

PERGUNTA 4) Como liderança quilombola quais desafios você tem enfrentando? Há aceitação por parte da comunidade?

PERGUNTA 5) Na sua opinião, o que mais falta para a Comunidade Quilombola do Araçá e que você percebe a negligência do poder público?

PERGUNTA 6) A escola Agamenon Magalhães de fato entrega ao Araçá uma educação quilombola ou apenas reproduzir um tipo de educação que pouco ajuda na afirmação da identidade quilombola? Explique.

Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

Linha de Pesquisa: EDUCAÇÃO

DTCS – CAMPUS III
Departamento de Tecnologia
E Ciências Sociais

UNEB
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

PPGEcoH

PERGUNTA 7) Na sua opinião por que para muitos moradores, principalmente jovens e crianças, a aceitação de uma identidade quilombola é difícil?

PERGUNTA 8) como liderança quais ações têm sido realizada para consolidação do Araçá como uma comunidade tradicional forte?

PERGUNTA 9) quais ações do poder público você pontua como importante para a comunidade nos últimos anos?

PERGUNTA 10) que tipo de educação você espera para sua comunidade?

Obrigado por sua Colaboração, como você gostaria de ser identificado no texto final da Tese? _____.

APÊNDICE G

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO (CED) – PRIMEIRO CAPÍTULO

Cuadernos de Educación y Desarrollo

DECLARAÇÃO

Cuadernos de Educación y Desarrollo, ISSN 1989-4155, declara para os devidos fins, que o artigo intitulado Interseção entre história e saberes tradicionais: uma análise da ecologia humana no quilombo Sítio Araçá de autoria de Enos André de Farias, Anna Christina Freire Barbosa, Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco, foi publicado no v.16, n.11, de 2024.

A revista é on-line, e os artigos podem ser encontrados ao acessar o link:

https://cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/issue/view/111

DOI: https://doi.org/10.55905/cuadv16n11-055

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Curitiba, November 11, 2024.

Equipe Editorial

APÊNDICE H
DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA CONTEMPORÂNES
SEGUNDO CAPÍTULO



CONTEMPORÂNEA
Revista de Ética e Filosofia Política

Contemporânea Revista de Ética e Filosofia Política

DECLARAÇÃO

A Contemporânea Revista de Ética e Filosofia Política, ISSN 2447-0961, declara para os devidos fins, que o artigo intitulado **"POVO DE QUILOMBO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: UM RETROSPECTO DA LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL NUMA ANÁLISE DISCURSIVA"** de autoria **Enos André de Farias, Anna Christina Freire Barbosa, Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco**, foi publicado no v. 4, n. 8, p. 01-27.

A revista é on-line, e os artigos podem ser encontrados ao acessar o link:
https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/issue/view/31

DOI: https://doi.org/10.56083/RCV4N8-169

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

São José dos Pinhais, 30 de Agosto de 2024.

Prof. MSc. João Paulo Perbiche
Editor-chefe

QR de validade da publicação

APÊNDICE I
DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA DELOS
TERCEIRO CAPÍTULO

DECLARAÇÃO

REVISTA DELOS, ISSN 1988-5245, declara para os devidos fins, que o artigo intitulado “Por uma educação efetivamente quilombola”: normas anteriores a resolução nº 8, do conselho nacional de educação, sobre a temática educação étnico-raciais numa perspectiva crítica de autoria de Enos André de Farias, Anna Christina Freire Barbosa, Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco, foi publicado no v.17, n.59, de 2024.

A revista é on-line, e os artigos podem ser encontrados ao acessar o link:

https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/issue/view/64

DOI: https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n59-043

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Curitiba, 30 de September de
2024.

Equipe Editorial

APÊNDICE J

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA – QUARTO CAPÍTULO

Observatorio de La Economía Latinoamericana

DECLARAÇÃO

A Revista Observatorio de La Economía Latinoamericana, ISSN 1696-8352 declara para os devidos fins, que o artigo intitulado **"Educação escolar quilombola no semiárido brasileiro: uma revisão sistemática sobre a produção de trabalhos acadêmicos na primeira década de existência da resolução CNE/CBE nº 8, de 20 de novembro de 2012"** de Enos André de Farias, Anna Christina Freire Barbosa, Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco, foi publicado no v. 22, n .9, p. 01-25.

A revista é on-line, e os artigos podem ser encontrados ao acessar o link:

https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/issue/view/43

DOI: https://doi.org/10.55905/oelv22n9-086

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

São José dos Pinhais, 13 de Setembro de 2024.

Equipe editorial

APÊNDICE L

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES – SEXTO CAPÍTULO

REVISTA CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

ISSN 1988-7833
editore@revistacontribuciones.com

DECLARAÇÃO

CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, ISSN 1988-7833, declara para os devidos fins, que o artigo intitulado Valério Coelho Rodrigues e os sertanistas do século XVIII no sudeste do PIAUÍ e sertão de Pernambuco: memória, escravidão e apagamento histórico de autoria de Enos André de Farias, Anna Christina Freire Barbosa, Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco, foi publicado no v.17, n.12, de 2024.

A revista é on-line, e os artigos podem ser encontrados ao acessar o link:

https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/issue/view/49

DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.12-085

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Curitiba, 7 novembro 2024.

Equipe Editorial

APÊNDICE M
REGISTRO ICONOGRÁFICO DAS VISITAS DE CAMPO

QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

Amanhecer no Quilombo Sítio Araçá



Fonte: o autor, 2024.

Visão panorâmica do Quilombo Sítio Araçá



Fonte: o autor, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIA 14 DE ABRIL DE 2024
VISITA GUIADA PELA SENHORA MARIA ALZIRA COELHO DE ASSIS AS RUÍNAS DA CASA DA PEDRA NO SÍTIO ÁGUA PRETA – DORMENTE/PE

Ruínas da Casa do Capitão Anselmo Rodrigues Fernandes



Fonte: o autor, 2024.

Ruínas da Casa do Capitão Anselmo Rodrigues Fernandes



Fonte: o autor, 2024.

Detalhe da espessura das paredes feitas de pedra da Casa do Capitão Anselmo Rodrigues Fernandes – Sítio Água Preta – Dormentes/PE



Fonte: o autor, 2024.

Placa na entrada da casa do Capitão Anselmo Rodrigues Fernandes indicando que aquela construção data do ano de 1796



Fonte: o autor, 2024.

Muralha do antigo açude que servia aos tropeiros



Fonte: o autor, 2024.

Cópia da Lei Municipal nº 659/2019 que declarou a Casa de Pedra como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Dormentes/PE

Foi aprovada pela Câmara Municipal e Prefeitura de Dormentes o projeto de Lei N° 659/2019 de autoria da vereadora Ana Carla Cavalcanti Yotsuya que torna Patrimônio Histórico e Cultural a Casa de Pedra, da...
Mais

PUBLICADO NO ÁTRIO DESTE PODER LEGISLATIVO
Em, 16 / 08/19
Secretaria da Câmara Municipal de Dormentes
Assinatura Pessoa Responsável

PREFEITURA DE DORMENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DA PREFEITA

Lei Nº 659/2019

EMENTA: Declara como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Dormentes a Casa de Pedra e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE DORMENTES, ESTADO DE PERNAMBUCO, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada como Patrimônio Histórico e Cultural Material do Município de Dormentes a Casa de Pedra, localizada no sitio Agua Preta, nas terra da fazenda Agua Preta.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita, em 16 de agosto de 2019.

Josimara Cavalcanti Rodrigues Yotsuya
Prefeita

Fonte: Sítio da Prefeitura do Município de Dormentes, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIA 16 DE ABRIL DE 2024

GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO “SAMBA DE RODA DO QUILOMBO SÍTIO BOA VISTA”

Simbologia dos Quilombos de Afrânio



Fonte: o autor, 2024.

Preparação do cenário para as filmagens do documentário



Fonte: o autor, 2024.

Ensaios para as filmagens



Fonte: o autor, 2024.

Preparação dos figurinos para as filmagens



Fonte: o autor, 2024.

Bandeira da CONAQ em destaque



Fonte: o autor, 2024.

Bandeira dos Quilombos de Pernambuco em destaque



Fonte: o autor, 2024.

Grupo de Samba de Roda após filmagem do documentário



Fonte: o autor, 2024.

Figurantes do documentário após filmagens do documentário



Fonte: o autor, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIAS 27 E 28 DE ABRIL DE 2024
CONSTRUÇÃO DA CARTA DE DIREITOS CLIMÁTICOS DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

Convite para o Encontro de Construção da Carta



Fonte: The Climate Reality Project, 2024.

Reunião da Comunidade do Araçá para discutir as questões climáticas



Fonte: Poliana Santos, 2024.

Dinâmica de Abertura dos Trabalhos para construção da Carta de Direitos Climáticos



Fonte: Poliana Santos, 2024.

As lideranças apresentando suas demandas para a Carta de Direitos Climáticos



Fonte: Poliana Santos, 2024.

As comunidades apresentando suas demandas



Fonte: Poliana Santos, 2024.

Construindo propostas por Eixo (Saúde, Educação, Impactos Climáticos)



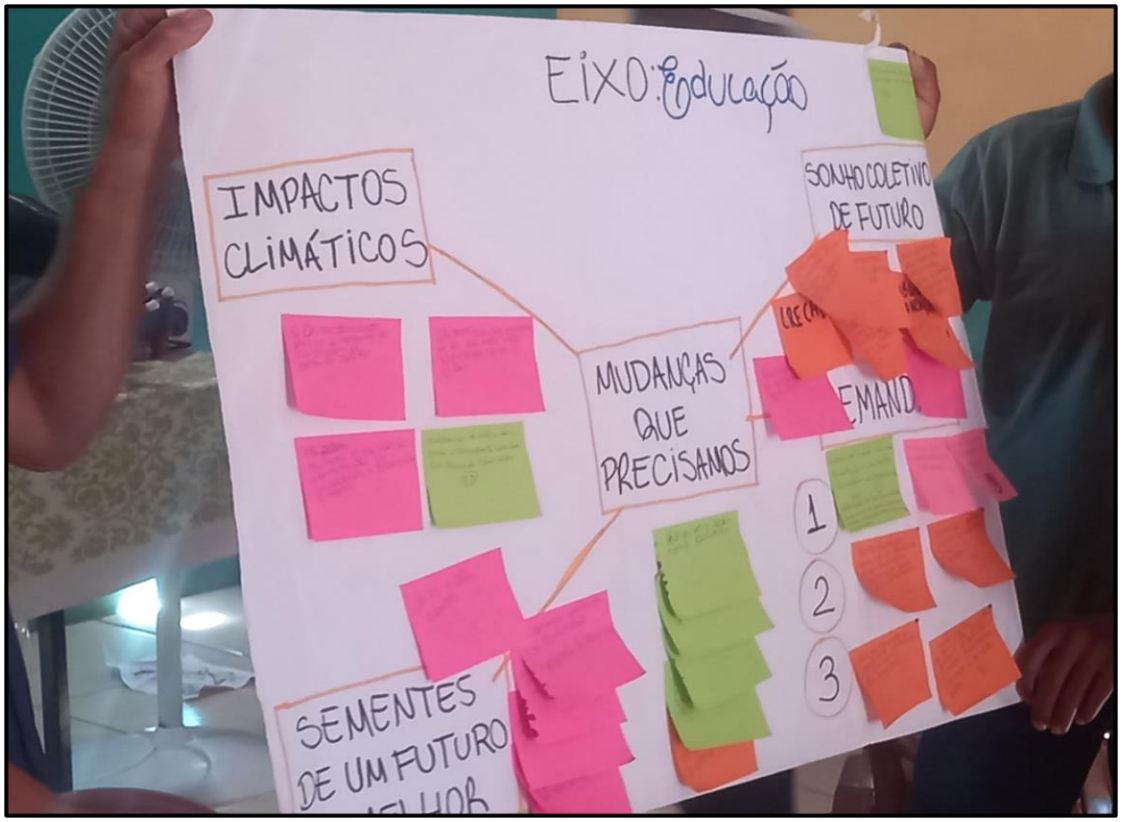
Fonte: Poliana Santos, 2024.

Apresentação das propostas construídas coletivamente – Eixo Educação



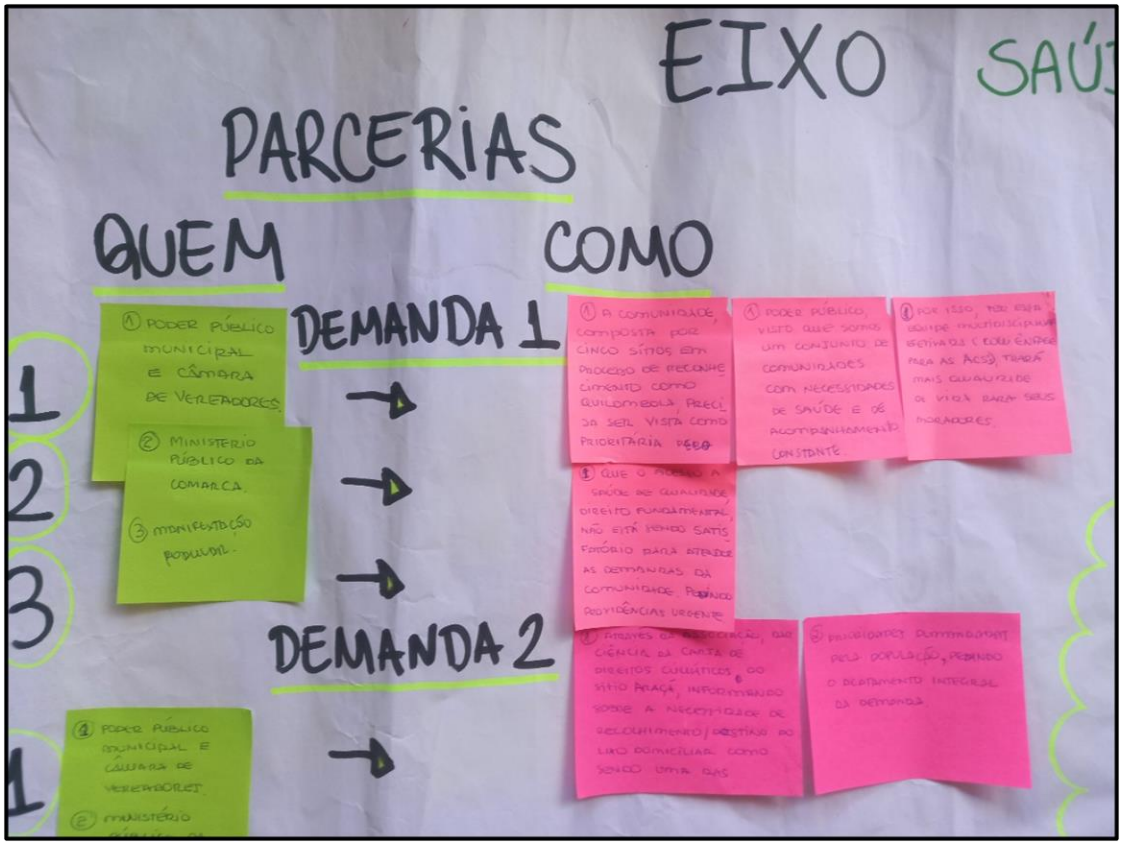
Fonte: Poliana Santos, 2024.

Propostas construídas coletivamente – Eixo Educação



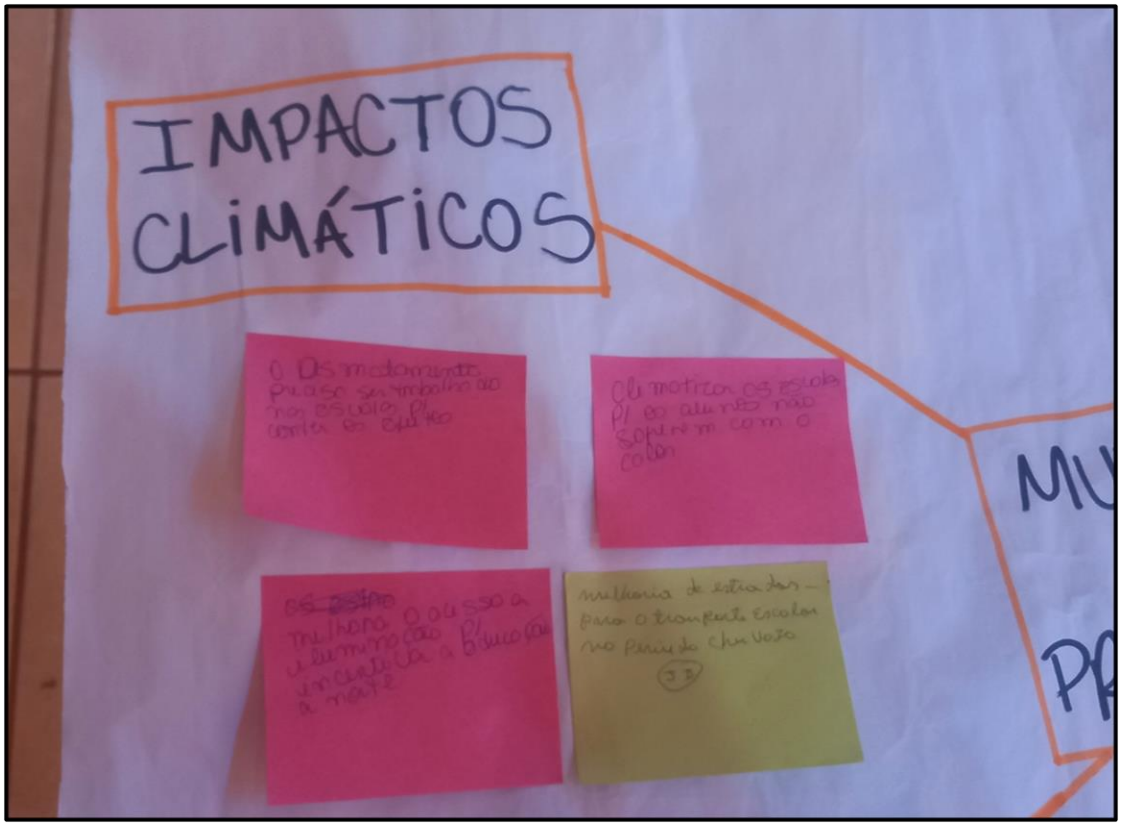
Fonte: O autor, 2024.

Propostas construídas coletivamente – Eixo Saúde



Fonte: O autor, 2024.

Propostas construídas coletivamente – Eixo Impactos Climáticos



Fonte: O autor, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIA 31 DE MAIO DE 2024
VISITA AO POVOADO DE CABOCLO E AO MUSEU PAI CHICO

Casarios do Povoado de Caboclo com sua arquitetura colonial



Fonte: O autor, 2024.

Igreja dedicada a Senhor do Bomfim construída em 1895



Fonte: O autor, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIA 02 DE JUNHO DE 2024
SUBIDA AO MIRANTE DO CABOCLO

Escadaria do Mirante



Fonte: O autor, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIA 03 DE JULHO DE 2024
MOAGEM NO TERRITÓRIO DO SÍTIO BOA VISTA – SÍTIO CROATA

Antigo Moinho de Cana-de-Açúcar ainda montado no sítio.



Fonte: o autor, 2024.

Processo moderno de moagem da cana: motor a óleo.



Fonte: o autor, 2024.

Processo moderno de moagem da cana: motor a óleo.



Fonte: o autor, 2024.

Fases de produção da rapadura: cada tacho representa um estágio da fervura do caldo



Fonte: o autor, 2024.

Fase final da fabricação de rapadura: secagem do produto



Fonte: o autor, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIA 04 DE JULHO DE 2024
CONVERSA COM PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES

Professor Regivan, Professor Daniel Nonato, Professora Ednalva e Professora Geusa em momento de diálogo sobre a educação local



Fonte: o autor, 2024.

Professora Isa Raquel em momento de diálogo sobre a educação local



Fonte: o autor, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIAS 11 e 12 DE JULHO DE 2024
ENTREVISTA COM LIDERANÇAS QUILOMBOLA

Entrevista com a liderança quilombola Edna da Paixão Santos (Edna Quilombola)



Fonte: o autor, 2024.

Entrevista com a liderança quilombola Paula Regina Ferreira dos Santos (Paulinha Quilombola)



Fonte: o autor, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIA 15 DE JULHO DE 2024
ENTREVISTA COM LIDERANÇA ESCOLAR

Apresentando ao professor Edinaldo Jesmino da Silva (à época Gestor da Escola Municipal Agamenon Magalhães) o projeto de pesquisa



Fonte: o autor, 2024.

Apresentando ao professor Ricardo Araújo Rodrigues (Secretário Municipal de Educação) o projeto de pesquisa



Fonte: o autor, 2024.

DIÁRIO DE PESQUISA – DIA 25 DE AGOSTO DE 2024
LANÇAMENTO DA CARTA DE DIREITOS CLIMÁTICOS DO QUILOMBO SÍTIO ARAÇÁ

Convite para o lançamento da Carta de Direitos Climáticos



Fonte: Fonte: The Climate Reality Project, 2024.

Culminância da Carta de Direitos Climáticos



Fonte: Fonte: Polaina Santos, 2024.